

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JULIANO EUGENIO DA SILVA

**PENTECOSTAIS E NEOPENTECOSTAIS NA CÂMARA MUNICIPAL DE  
CURITIBA (1989-2016): PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES**

PONTA GROSSA

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JULIANO EUGENIO DA SILVA

**PENTECOSTAIS E NEOPENTECOSTAIS NA CÂMARA MUNICIPAL DE  
CURITIBA (1989-2016): PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em História, Cultura e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Dias de Mello.

PONTA GROSSA

2017

**Ficha Catalográfica**  
**Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG**

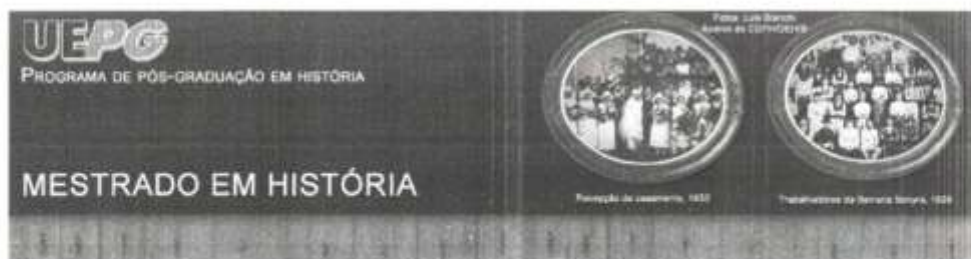
S586      Silva, Juliano Eugenio da  
Pentecostais e Neopentecostais na  
Câmara Municipal de Curitiba (1989-2016):  
práticas e representações/ Juliano Eugenio  
da Silva. Ponta Grossa, 2017.  
216f.

Dissertação (Mestrado em História -  
Área de Concentração: História, cultura e  
identidades), Universidade Estadual de  
Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo  
Dias de Mello.

1. Políticos Pentecostais e  
Neopentecostais. 2. Câmara Municipa.  
3. Curitiba. 4. Práticas e representações.  
5. Ideologia de gênero. I. Mello, Paulo  
Eduardo Dias de. II. Universidade  
Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em  
História. III. T.

CDD: 316.2



#### TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANO EUGENIO DA SILVA

#### PENTECOSTAIS E NEOPENTECOSTAIS NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA: (1989-2016): PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES .

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 04 de dezembro de 2017, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. PAULO EDUARDO DE MELLO (UEPG)  
(Orientador)

Prof. Dr. WANDER DE LARA PROENÇA (UEL)

Prof. Dr. ANTONIO PAULO BENATTE (UEPG)

Ponta Grossa, 04 de dezembro de 2017.

*Para Gabriela*

## **Agradecimentos**

Uma das coisas que aprendi durante esta pós-graduação (e que levarei para toda a vida) é que um trabalho como este é fruto de um conjunto de pessoas e não de uma só. Por isso, imensos e sinceros agradecimentos:

Ao povo paranaense, por manter em Ponta Grossa uma Universidade Pública gratuita, que preza pela qualidade do ensino, pesquisa e extensão, apesar dos imensos ataques que a educação pública tem sofrido nos últimos anos.

Ao Prof. Dr. Paulo Eduardo Dias de Mello, primeiramente por acreditar no projeto de pesquisa apresentado ao departamento e por abraçar esta ideia. Mas, principalmente, pela valiosa orientação, revisão dos textos, incisivos (e decisivos) questionamentos apontados. Vi em sua prática docente o incansável desejo de fazer com que a educação e pesquisa histórica sejam relevantes instrumentos de transformação social.

Ao Prof. Dr. Antônio Paulo Benatte, pelas valiosas contribuições a esta pesquisa. Pelos inúmeros materiais emprestados para consulta bibliográfica e pelas instigantes orientações acerca do fazer historiográfico. Suas palavras foram determinantes neste trilhar.

Ao Prof. Dr. Wander de Lara Proença. Aprendi muito na leitura de seus excelentes textos, mas principalmente nas conversas que tivemos. As orientações de leitura e principalmente às relacionadas a Pierre Bourdieu alavancaram a escrita deste texto e lhe deram forma.

Aos professores do departamento de história da UEPG que direta ou indiretamente colaboraram para a construção deste texto. De fato, cada leitura, cada sugestão, cada bronca em muito ajudam no amadurecimento da reflexão e da pesquisa. Um especial agradecimento ao Prof. Dr. Edson Armando Silva, por suas valiosas sugestões logo no início do curso.

Ao tio Marcos, tia Norma, Caroline e André, por tão gentilmente me receberem em sua casa quando estive em Ponta Grossa. Somente atribulei sua já agitada rotina, mas, mesmo assim, o carinho e hospitalidade foram as marcas que recebi.

Aos colegas de mestrado. Em especial os de Curitiba, Andreza e Daniel. A companhia nas viagens; as caronas; as despesas divididas; as risadas; os lamentos. Boas companhias sempre.

Aos colegas de trabalho: Janaina, Kamila e Mamed, por “segurarem as pontas” enquanto estive envolvido nas atividades da pesquisa.

Sobre todos estes, à minha amada esposa Gabriela. Somente ela soube de *tudo* o que passei nestes anos de curso. Ela sofreu minhas ausências, meu mau humor, minhas lágrimas, mas também minhas alegrias, vitórias. A ninguém mais esta pesquisa seria dedicada. Te amo com todas as minhas forças.

Por fim, àquele que tudo isso proporcionou: o Deus Trino. Por que dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas.

## **Resumo**

Esta pesquisa tem por objeto a atuação de políticos pentecostais e neopentecostais na Câmara Municipal de Curitiba nos anos de 1989 a 2016. O objetivo é explanar e compreender as práticas e representações dos pentecostais e neopentecostais acerca da política pública em uma Câmara Municipal. Utiliza como escopo teórico e metodológico aportes ligados à Nova História Cultural, principalmente os conceitos de práticas e representações. Dialoga também com a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu. A problemática discutida se encontra nas interações, tensões, aproximações e ingerências entre os campos religioso e político dentro de um Estado (pretensamente) laico. Ademais, a representação política de setores religiosos em um ambiente e discussão laicos. As fontes consultadas vão desde a documentação constante nos processos legislativos, matérias jornalísticas, livros biográficos e entrevistas. O primeiro capítulo visa contextualizar a chegada e desenvolvimento do pentecostalismo no Brasil e sua relação com a sociedade como um todo. A segunda parte analisa a atuação de vereadores pentecostais e neopentecostais na Câmara Municipal de Curitiba no referido período. Por fim, a terceira parte analisa a atuação destes atores em um assunto específico: a discussão relacionada à temática dos gêneros, principalmente naquilo que em seu discurso ficou conhecido como a Ideologia de Gênero.

Palavras-chave: Políticos pentecostais e neopentecostais; Câmara Municipal; Curitiba; Práticas e Representações; Ideologia de Gênero.

## **Abstract**

This research has as object the acting of pentecostals and neopentecostals politicians in the City Council of Curitiba in the years of 1989 to 2016. The objective is explain and comprehend the practices and representations of pentecostals and neopentecostals concerning public politics in a City Council. It uses as a theoretic and methodological scope ideas connected with New Cultural History, mostly the concepts of practices and representations. It dialogues also with the social fields theory of Pierre Bourdieu. The discussion dealing with the interactions, tensions, approximations and interferences between the religious and political fields inside an (pretence) laic State. Furthermore, the political representation of religious people in an laic ambient and discussion. Some historical sources are documentation constant in the legislative processes, journalistic materials, biographic books and interviews. The first chapter aims to contextualize the arrival and development of pentecostalism in Brazil and its relationship with the society. The second part analyses the performance of pentecostal and neopentecostal councilmen in the City Hall of Curitiba in the referred period. Finally, the third part analyses the performance of this actors in a specific subject: the discussion related to the gender thematic, mainly in what in his discourse became known as the Gender Ideology.

Keywords: Pentecostals and Neopentecostals politicians; City Council; Curitiba; Practices and Representations; Gender Ideology.

## **Lista de Figuras**

|                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Informativo emendas orçamentárias da vereadora Noemia Rocha em 2015..... | 137 |
| Figura 2 – Primeira Reunião do Fórum Municipal de Educação.....                     | 158 |
| Figura 3 – Conferência Municipal de Educação.....                                   | 160 |
| Figura 4 – Galerias da CMC na Sessão Plenária de 22/06/2015.....                    | 188 |

## **Lista de Tabelas**

|                                                             |     |
|-------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 – Prática Legislativa: Aílton Araújo.....          | 101 |
| Tabela 2 – Emendas ao orçamento em 2016: Aílton Araújo..... | 104 |

## **Lista de Siglas**

ANC – Assembleia Nacional Constituinte.

CAQi – Custo Aluno-Qualidade inicial.

CMC – Câmara Municipal de Curitiba.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

DEM – Democratas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEAD – Igreja Evangélica Assembleia de Deus.

IEQ – Igreja do Evangelho Quadrangular.

Iurd – Igreja Universal do Reino de Deus.

Jocum – Jovens Com Uma Missão.

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis.

MEP – Movimento Evangélico Progressista.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

PDT – Partido Democrático Trabalhista.

PFL – Partido da Frente Liberal.

PIB – Produto Interno Bruto.

PMC – Prefeitura Municipal de Curitiba.

PME – Plano Municipal da Educação.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PMN – Partido da Mobilização Nacional.

PNE – Plano Nacional da Educação.

PP – Partido Progressista.

PPB – Partido Progressista Brasileiro.

PRB – Partido Republicano Brasileiro.

PSB – Partido Socialista Brasileiro.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

PSDC – Partido Social Democrata Cristão.

PSC – Partido Social Cristão.

PST – Partido Social Trabalhista.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PV – Partido Verde.

Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná.

Telepar – Companhia Paranaense de Telecomunicações.

Urbs –Urbanização de Curitiba S/A.

## Sumário

|                                                                                                                                                                        |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Introdução</b> .....                                                                                                                                                | 14 |
| <b>Capítulo 1</b> .....                                                                                                                                                | 20 |
| 1.1. Prólogo.....                                                                                                                                                      | 20 |
| 1.2. Objetivos e recortes teóricos.....                                                                                                                                | 25 |
| 1.3. Qual é o protestantismo que se insere no Brasil? Características desse <i>universo simbólico</i> e de seu <i>campo religioso</i> – práticas e representações..... | 29 |
| 1.3.1. O protestantismo de missão.....                                                                                                                                 | 31 |
| 1.3.1.1. Característica da identidade deste protestantismo de missão.....                                                                                              | 37 |
| 1.4. O pentecostalismo que se insere no Brasil: características – práticas e representações....                                                                        | 41 |
| 1.4.1. Reforma Protestante e a atualidade prática da fé.....                                                                                                           | 42 |
| 1.4.2. Pentecostalismo e a metrópole.....                                                                                                                              | 45 |
| 1.4.3. Pentecostalismo no Brasil.....                                                                                                                                  | 48 |
| 1.4.4. Um caminho teórico de compreensão do pentecostalismo brasileiro a partir de Pierre Bourdieu.....                                                                | 49 |
| 1.4.5. Primeira Onda Pentecostal.....                                                                                                                                  | 51 |
| 1.4.5.1. Assembleia de Deus em Curitiba.....                                                                                                                           | 56 |
| 1.4.6. Segunda Onda Pentecostal.....                                                                                                                                   | 60 |
| 1.4.6.1. Igreja do Evangelho Quadrangular.....                                                                                                                         | 60 |
| 1.4.6.1.1. Igreja do Evangelho Quadrangular em Curitiba.....                                                                                                           | 62 |
| 1.4.6.2. Igreja O Brasil para Cristo.....                                                                                                                              | 63 |
| 1.4.6.3. Igreja Pentecostal Deus é Amor.....                                                                                                                           | 65 |
| 1.4.6.4. Pentecostalismo de segunda onda e a sociedade brasileira.....                                                                                                 | 66 |
| 1.4.7. Terceira Onda Pentecostal.....                                                                                                                                  | 68 |
| 1.4.7.1. Neopentecostalismo: Práticas e representações – Teologia da prosperidade.....                                                                                 | 70 |
| 1.5. 1980 – A década da mudança.....                                                                                                                                   | 72 |
| <b>Capítulo 2</b> .....                                                                                                                                                | 81 |
| 2.1. Prólogo.....                                                                                                                                                      | 81 |
| 2.2. Objetivos e recortes teóricos.....                                                                                                                                | 84 |
| 2.3. As Câmaras Municipais brasileiras e a de Curitiba.....                                                                                                            | 86 |
| 2.3.1. O problema dos Vereadores no Brasil.....                                                                                                                        | 88 |
| 2.3.2. Representação Política.....                                                                                                                                     | 89 |
| 2.4. A movimentação pentecostal em torno da política em Curitiba.....                                                                                                  | 94 |

|                                                                         |            |
|-------------------------------------------------------------------------|------------|
| 2.4.1 Hidekazu Takayama.....                                            | 96         |
| 2.4.2. Aílton Araújo.....                                               | 99         |
| 2.4.3. José Roberto Sandoval.....                                       | 105        |
| 2.4.4. Pastor Oliveira.....                                             | 114        |
| 2.4.5. Pastor Valdemir Soares.....                                      | 115        |
| 2.4.6. Pastor Gilso de Freitas.....                                     | 124        |
| 2.4.7. Cantora Mara Lima.....                                           | 126        |
| 2.4.8. Noemia Rocha.....                                                | 133        |
| 2.4.9. Carla Pimentel.....                                              | 139        |
| 2.5. À guisa de conclusões.....                                         | 146        |
| <b>Capítulo 3 .....</b>                                                 | <b>150</b> |
| 3.1. Plano Nacional de Educação.....                                    | 151        |
| 3.2. Plano Municipal de Educação – Discussão Prévia.....                | 155        |
| 3.3. PME – Eixo “Diversidade, Educação e Direitos Humanos”.....         | 162        |
| 3.4. O embate começa – A Comissão de Legislação, Justiça e Redação..... | 163        |
| 3.4.1. Comissão de Legislação – emendas e supressões.....               | 165        |
| 3.5. Fundamentalismo protestante.....                                   | 174        |
| 3.6. Comissão de Educação, Cultura e Turismo.....                       | 177        |
| 3.7. Estudos de Gênero e Ideologia de Gênero.....                       | 182        |
| 3.8. A discussão em Plenário.....                                       | 187        |
| 3.9. O PME promulgado.....                                              | 193        |
| <b>Considerações Finais.....</b>                                        | <b>199</b> |
| <b>Referências Bibliográficas.....</b>                                  | <b>207</b> |
| <b>Fontes.....</b>                                                      | <b>212</b> |

## **Introdução**

Em Itapema, Estado de Santa Catarina, foi aprovado na Câmara Municipal, em abril de 2014, um projeto de lei que autorizava o uso da Bíblia nas aulas de História na rede municipal de ensino (ITAPEMA, 2014). Na capital do Estado de São Paulo, por força de lei, os templos religiosos têm sua construção facilitada do ponto de vista legal quanto a documentos de engenharia e arquitetura (SÃO PAULO, 2013). Em Manaus, Amazonas, foi protocolado em 2015 um projeto de lei que visava autorizar manifestações religiosas, como palestras e pregações, nos terminais de ônibus da cidade com o uso de caixas de som. Nesta mesma cidade foram protocolados projetos de lei voltados à criação da Semana da Família Tradicional Cristã, dia da Mulher Cristã e o dia do Capelão Evangélico (MANAUS, 2015).

Em Curitiba, algumas proposições legais intentadas também chamaram a atenção por este viés religioso. Seja a proposta que criaria o “dia contra discriminação ao cristianismo”; ou que criaria a “semana de estudos bíblicos na Rede Municipal de Ensino”; ou ainda, a proposta que buscava isentar templos religiosos de alvarás de funcionamento.

Dos projetos de lei acima intentados alguns tornaram-se ordenamento jurídico, outros não. O fato é que a atuação religiosa em Câmaras Municipais se tornou recorrente no Brasil na virada do século XX ao XXI. As normas acima têm em comum o fato de terem sido apresentados por políticos evangélicos. E é sobre estes atores que a presente pesquisa se ocupa.

### **Alguns problemas entre política e religião em um Estado não-confessional.**

Em meados da década de 1980, mais especificamente na Assembleia Nacional Constituinte, um novo grupo parlamentar começou a articular-se e estabelecer pressões em alguns assuntos específicos: estava a se formar a Bancada Evangélica no Legislativo Federal. Um fenômeno novo até então se instalava; Igrejas lançaram membros e/ou clero para assumir funções legislativas e lutar por suas bandeiras. Estes novos políticos oriundos de comunidades religiosas evangélicas podem ser caracterizados, conforme a boa categorização de Freston (1993), em *candidatos oficiais*: são escolhidos, lançados à campanha e eleitos pelas igrejas a que pertencem. Sua vida política era do começo ao fim obra da instituição religiosa. Para se ter uma ideia dessa atuação política institucional, basta olhar para as cadeiras protestantes na Constituinte: “nenhum protestante conseguiu ocupar uma das mais de 50 vagas por outra via que não a da comunidade religiosa” (FRESTON, 1994, p. 42). ”.

Esse fenômeno se espalhou Brasil afora nos anos seguintes. Nas casas legislativas estaduais e municipais políticos evangélicos foram assumindo cadeiras e desde então fazem parte da vida política brasileira de maneira significativa. Na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, esse fenômeno também foi visto. Em todas as legislaturas da Câmara Municipal, a partir de 1989, portanto após a Constituinte, existiram vereadores evangélicos eleitos por suas comunidades religiosas, portanto *candidatos oficiais*. E é justamente acerca destes sujeitos que o presente trabalho se acerca. Quem foram, elegeram-se sobre quais plataformas eleitorais, o que fizeram e sob quais justificativas, no Legislativo Municipal de Curitiba.

Neste recorte, uma delimitação mais precisa é necessária. *Candidatos oficiais* somente foram lançados por igrejas pentecostais e neopentecostais. Demais denominações protestantes não se lançaram institucionalmente no campo político-eleitoral. Portanto, o objeto poderia ser delimitado na seguinte frase, título do texto, “Pentecostais e neopentecostais na Câmara Municipal de Curitiba (1989-2016): práticas e representações”.

Diante do título, algumas informações novas presentificam-se. Primeiramente a delimitação temporal. É a partir de 1989 que os primeiros *candidatos oficiais* de comunidades pentecostais são eleitos em Curitiba. Portanto é a partir desta data que o fenômeno surgiu na cidade. Ademais em 2016 encerrou-se a 16ª Legislatura, que contou com uma bancada evangélica de 11 vereadores – de um total de 38 – e onde um pastor pela primeira vez foi presidente do legislativo municipal. Ademais, nesta legislatura foi votado o Plano Municipal de Educação de Curitiba, sem dúvida, o projeto de maior interferência e atuação da bancada evangélica.

Mais ainda, o que significam ou a que remetem as palavras *práticas e representações* presentes no título? Sob estas palavras, ou melhor, em diálogo com estes conceitos teóricos é que se intenta a análise. Vejamos. Desde que a historiografia passou a olhar para assuntos a partir de uma perspectiva cultural, os termos acima têm aparecido frequentemente. A cultura em si passou a ser vista como campo de estudo e área fornecedora de esclarecimento e compreensão à atuação humana no decorrer do tempo. Neste sentido, surge a ideia de que as ações humanas possuem sempre uma perspectiva ou dimensão simbólica – portanto cultural. Ações humanas são sempre justificadas por algo. E é este algo que justifica, performa e conforma as ações humanas que, genericamente, denomina-se representação. Visões de mundo; atribuições de sentido, significações de objetos, festas, ritos, práticas tornam-se explicados por meio desta simbologia representacional. Ao tratar destas análises do que foi convencionalmente chamado de Nova História Cultural, o historiador Roger Chartier explana essa relação entre representações e práticas e a possibilidade de compreensão das ações humanas

por meio das representações de mundo de seus atores.

Em primeiro lugar, centrando sua atenção sobre as linguagens, as representações e as práticas, a nova história cultural propõe um modo inédito de compreender as relações entre as formas simbólicas e o mundo social. A uma abordagem clássica, ligada a uma localização objetiva das divisões e das diferenças sociais, ela opõe a sua construção móvel, instável, conflitual, a partir das práticas sem discurso, das lutas de representação e dos efeitos performativos dos discursos. (CHARTIER, 2006, p. 29).

Assim, partimos da premissa de que o conceito de representações pode fornecer profícuas contribuições acerca das práticas parlamentares de vereadores evangélicos. Ou seja, a compreensão de determinada prática parlamentar pode encontrar respostas nas representações que este sujeito possui acerca do mundo, da religião, da sociedade, da política. Mais ainda, que a própria prática efetuada em determinado campo social é fornecedora de sentidos, explicação e compreensão. Vale frisar ainda que essas práticas parlamentares não revelam apenas posições particulares do representante político, mas sobretudo indicam, em alguma medida, concepções que surgem no campo coletivo da comunidade religiosa ao qual ele se filia, e ao mesmo tempo busca obter apoio e exercer influência. Estas atuações, portanto, trazem para o campo político, por meio dos representantes, visões e concepções de mundo que expressam práticas sociais de comunidades religiosas organizadas.

Mas pode-se perguntar por que uma Câmara Municipal e por que Curitiba? Desde que esse fenômeno político foi se instalando, a Academia tem se voltado sobre ele. São diversos trabalhos acerca de religião e política desde então<sup>1</sup>. Mas em sua imensa maioria estes trabalhos tratam do Legislativo Federal, alguns sobre os Legislativos Estaduais e pouquíssimos sobre as Casas Legislativas Municipais. Neste sentido, este trabalho surge com a sóbria expectativa de ajudar a preencher esta lacuna fornecendo alguns elementos para a discussão destes sujeitos em um ambiente mais provinciano e, principalmente, mais diretamente aproximado de suas bases eleitorais. Ademais em Câmaras Municipais os comportamentos característicos da comunidade política evangélica possuíram uma consistência maior e onde, principalmente, os políticos estavam mais próximos de suas bases eleitorais a quem respondiam mais diretamente. Esse fato é simplesmente atestado pelos projetos de lei apontados no início desta introdução. Ainda, esses são apenas alguns exemplos de como a presença evangélica nas Câmaras Municipais têm produzido diversas matérias e como essas matérias suscitam a grande necessidade de reflexão acerca das características que,

---

<sup>1</sup>Por exemplo FRESTON, 1993 e 1994; CAVALCANTI, 1994; CAMPOS, 2005; BAPTISTA 2007; MAIA, 2012, entre diversos outros.

na história recente, tem assumido a organização e funcionamento da democracia representativa brasileira. Questões quanto à laicidade do Estado e (pretensa?) secularização da sociedade.

Por fim, como já dito, insta salientar a 16ª Legislatura da CMC, do período de 2013 a 2016. Durante essa época 11 vereadores de um total de 38 eram evangélicos (CURITIBA, 2013), sendo o presidente da Casa um pastor. Evangélicos estavam em todas as comissões deliberativas. A líder da maioria era evangélica (16 vereadores); a líder da oposição era evangélica; os dissidentes eram liderados por evangélicos (GALINDO, 2015).

Diante do exposto é imprescindível à historiografia brasileira acercar-se do assunto. O Brasil da passagem do século XX ao XXI passa pela presença evangélica em sua conjuntura social, política e cultural. Efetivamente é notável o crescimento dos estudos sobre religiosidade no Brasil, como revela o fortalecimento de associações de estudiosos, o aumento de encontros, eventos e publicações na área. Trata-se de uma área que reúne pesquisadores oriundos dos mais distintos campos de reflexão, e que adotam as mais diferentes perspectivas de análise. Neste aspecto, vale ressaltar, o incremento da produção historiográfica sobre a religiosidade, e mais recentemente, sobre o pentecostalismo e o neopentecostalismo. Dentre os estudos sobre a trajetória do protestantismo destacam-se as abordagens historiográficas mais robustas e recentes de Oliva e Benatte (2010), Proença (2011), Souza (2012), Sousa (2014). Tais produções buscaram ampliar a perspectiva de análise – principalmente porque até então muito do que foi produzido acerca da história do protestantismo brasileiro havia sido feito por sociólogos, o que, claro, não diminui o mérito e a qualidade da produção; o fato é que a historiografia brasileira têm-se dedicado mais atentamente a este fenômeno religioso e suas inúmeras nuances, priorizando as abordagens e análises próprias do campo historiográfico.

A partir disso o desenvolvimento da pesquisa se dá sobre duas frentes, que, entretanto, se imbricam, se mesclam, e se tencionam: uma trata da religião e outra da política. E, em se tratando de campos específicos de atuação social, buscamos o diálogo com outra área amplamente utilizada pela Nova História Cultural, a saber, a teoria dos campos sociais, do sociólogo Pierre Bourdieu. Este novo aporte teórico se faz oportuno justamente por tratar da sociedade enquanto diversos campos sociais mais ou menos autônomos entre si, e principalmente, formados, legitimados, delimitados com forte carga simbólica.

Compreender a gênese social de um campo é apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar

necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 1998, p. 69).

E ainda:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”. (BOURDIEU, 1998, p. 11).

Ou seja, as contribuições de Pierre Bourdieu no que diz respeito à atuação do homem em sociedade buscam reforçar uma perspectiva simbólica nesta atuação e, justamente por isso, seus escritos dialogaram enormemente com historiadores de perspectiva cultural.

A partir destas perspectivas teóricas o texto apresenta-se nos seguintes termos: O primeiro capítulo ocupa-se de temas relacionados à religião protestante brasileira, com ênfase no pentecostalismo e neopentecostalismo. Suas práticas e representações de mundo secular e político desde sua chegada ao Brasil até a virada brusca que estas representações sofreriam quando da Assembleia Nacional Constituinte na década de 1980.

Estes aspectos são levantados justamente por serem assuntos que suscitam a necessidade de explanação e reflexão, por fornecer subsídios à compreensão da atuação de representantes dos pentecostais e neopentecostais na arena política brasileira. A compreensão da representação política protestante passa pela compreensão do protestantismo em si, principalmente no que diz respeito a seu discurso relacionado à sociedade secular<sup>2</sup>.

Por outro lado, a compreensão da atuação de Vereadores passa pela compreensão do campo político em si. Dessa forma, a segunda parte deste escrito acerrar-se-á de problemáticas em torno da política brasileira; características e nuances do governo representativo; legislativo e poder municipal. Mas, principalmente as práticas legislativas de vereadores evangélicos, mais precisamente, dos candidatos oficiais das igrejas pentecostais e neopentecostais serão perscrutadas.

A última parte do texto se acerca da atuação da bancada evangélica em um tema

---

<sup>2</sup>Este conceito de *sociedade secular* é tema de diversos estudos e bastante profundo e controverso. Neste texto não o tratamos de maneira *ideal*, como se em algum período histórico do Brasil – mormente o aqui tratado – houvesse existido uma sociedade totalmente secularizada. Nosso enfoque é – somente – acerca da sociedade que aqui havia e com a qual os pentecostais se relacionaram, formaram práticas e representações; sociedade esta, com toda certeza, não totalmente secularizada ou secular. Ou seja, entenda-se por *sociedade secular* a sociedade brasileira não pentecostal e/ou não protestante de então.

específico: o Plano Municipal de Educação que foi discutido e votado na Câmara Municipal de Curitiba em 2015. A análise deste assunto em especial se dá devido às enormes proporções que a matéria tomou, tornando-se em uma renhida batalha por partes dos evangélicos na Câmara Municipal de Curitiba contra proposições oriundas de outros setores sociais; ademais, esta Lei em si se configurou em exemplo ímpar para a compreensão das práticas e representações políticas evangélicas como um todo.

Embrenhamo-nos neste trabalho por dois enormes emaranhados: o protestantismo brasileiro (mais especificamente nas vertentes pentecostais e neopentecostais) e a política brasileira praticada em uma Câmara Municipal. O objetivo é basicamente poder trilhar este caminho tentando juntar alguns componentes para a melhor compreensão do fenômeno e, de uma maneira singela, contribuir para a discussão da tão judiada, mas tão importante, democracia brasileira.

## Capítulo 1

*“As igrejas, evangélicas ou não, são as responsáveis pelo grande patrimônio moral do cidadão brasileiro”. Pr. Aílton Araújo (PSC). Presidente da Câmara Municipal de Curitiba. 16ª Legislatura.*

### 1.1. Prólogo

As eleições presidenciais brasileiras do ano de 2010 ficaram marcadas por alguns eventos até então inéditos ou de inédita expressão, se comparadas a pleitos anteriores. Após dois mandatos, saía da disputa eleitoral, com mais de oitenta por cento de aprovação popular, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e buscava emplacar um sucessor, ou melhor, uma sucessora: Dilma Vana Rousseff. Ex-ministra chefe da Casa Civil, divorciada e sem uma história de vida religiosa a ser mostrada; mais: anteriormente, além de militar em movimentos armados durante a ditadura civil-militar brasileira, havia tido posições favoráveis ao aborto. Mas o que estas questões de foro pessoal da candidata tiveram de tão importante quando se trata da sucessão presidencial em uma das maiores nações do mundo? A questão religiosa, ou melhor, o eleitor religioso.

Desde meados da década de 1980, principalmente após a Assembleia Nacional Constituinte em 1987-88, o político religioso – principalmente evangélico – vinha galgando maiores espaços na política brasileira<sup>3</sup>. Sua presença eleitoral foi-se tornando desde então importante faceta da democracia brasileira e os políticos evangélicos nela fixaram presença de maneira incisiva. Com a ampliação do acesso à internet e às redes sociais estas figuras políticas estavam mais expostas – por certo que todo o quadro político nacional encontrou campo de divulgação próprio nas redes sociais eletrônicas, e os políticos evangélicos, como parte do campo político, também – e as consequências de sua atuação, com maior visibilidade, foram inimagináveis até então. Houve um episódio que ilustra de maneira extremamente complexa e fornecedora de sentidos, como se teceram novas tramas nas relações entre política e religião no Brasil no início do século XXI e se inseriu justamente quando da campanha eleitoral à Presidência da República Brasileira em 2010.

Tal fenômeno é importante não somente por demonstrar a importância da política para religiosos, mas sim, primordialmente, por fornecer os assuntos emblemáticos e

---

<sup>3</sup>A título de exemplo veja-se os números de parlamentares das duas igrejas que mais investiram na política pública de maneira institucional (Igreja Evangélica Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus): se em 1987 a Assembleia de Deus possuía 13 deputados federais, em 2002 esse número saltou para 22. Já a Universal passa de 1 deputado em 1987, para 18 em 2002 (BAPTISTA, 2007, p. 19).

justificadores que mais importavam a estes religiosos em se falando de vida pública.

Em plena campanha eleitoral de 2010 o pastor batista<sup>4</sup>Paschoal Piragine Jr. fez um pronunciamento em sua igreja gravado em vídeo e posteriormente publicado na internet (PIRAGINE JR., 2010). Nesse vídeo Piragine Jr., em meio a um culto de sua igreja – a primeira igreja batista de Curitiba situada no bairro mais nobre da cidade – mostra um vídeo acerca do aborto, legalização das drogas, direitos de homoafetivos, e mais, inclui também: pedofilia, violência doméstica, pornografia e divórcio. O vídeo possui uma funesta música de fundo, uma narração emocionada e imagens muito fortes, de supostas práticas de aborto, mostrando a imensa violência do ato. Em outro momento, faz referência ao Projeto de Lei 122/2006 – que visava criminalizar a homofobia no Brasil – como a “lei da mordaça” e que, no discurso da narração do vídeo, implantaria uma “ditadura homossexual” no Brasil. Após o vídeo, o pastor Piragine Jr. inicia seu discurso afirmando vai fazer algo que nunca havia feito em mais de trinta anos de ministério pastoral: indicar em quem suas ovelhas *nãodeveriam* votar.

Segundo o pastor, o Partido dos Trabalhadores (PT) havia fechado questão acerca do tema aborto e direitos de homoafetivos, pela luta e busca da legalização destas matérias. E se isso ocorresse – a legalização do aborto e a ampliação dos direitos de homoafetivos, como por exemplo a criminalização da homofobia e o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo – a iniquidade e o pecado seriam institucionalizados no Brasil; e se a iniquidade fosse institucionalizada, Deus traria juízo, castigo sobre a nação. Ou seja, votar no PT seria votar para que Deus trouxesse castigo para o Brasil. Há a explícita menção de que temas como esses seriam uma política de governo do partido, e por mais que a orientação do pastor seja para que os fiéis não votem em deputados federais e senadores do PT, a menção à presidência da República é direta. Segundo Piragine Jr. todos os temas relacionados no vídeo – aborto, drogas, criminalização da homofobia, divórcio – seriam iniquidade institucionalizada, e onde a iniquidade é institucionalizada, Deus traz juízo e castigo; o PT havia fechado questão acerca da aprovação destes temas; logo, votar no PT seria lutar pela institucionalização do pecado no Brasil, e portanto, seria um voto para que o castigo de Deus viesse sobre a nação.

Em poucos dias esse vídeo alcançou milhões de visualizações na internet e abalou os rumos da campanha presidencial. Por parte dos adversários, Dilma Rousseff foi mostrada

---

<sup>4</sup>A igreja batista é considerada parte do protestantismo histórico ou de missão – conforme se verá mais detalhadamente nesta pesquisa. Esta denominação nunca lançou candidatos a cargos públicos ou se envolveu diretamente na eleição de membros. Destarte a importância deste evento: mesmo não tendo candidatos oficiais tal igreja verifica ser indispensável falar de política no púlpito; ao menos este renomado pastor.

como realmente favorável ao aborto e, principalmente, sem uma vida religiosa. Seu opositor no segundo turno, José Serra (PSDB), por outro lado, foi mostrado como homem religioso, não com muito sucesso, porém (PIERRUCCI, 2011). Como resposta ao pronunciamento do pastor, Dilma Rousseff redigiu uma carta em que se comprometia a não apresentar matéria sobre o aborto ao Congresso Nacional, caso eleita, e por causa dessa carta recebeu o apoio de Marco Feliciano, pastor e deputado federal à época, dono de considerável influência nos meios evangélicos. Ainda assim, continuou sendo atacada por setores evangélicos conservadores.

Apesar de fazer parte do chamado protestantismo histórico – igrejas com relação mais direta à reforma protestante, e, portanto, não pertencente ao ramo pentecostal<sup>5</sup> – o discurso do Pr. Piragine Jr. revela algumas facetas do imaginário e da representação dos evangélicos acerca do mundo político e da democracia. Dessa forma, algumas considerações poderiam ser feitas neste primeiro momento. Primeiro, o discurso foi feito durante um culto, de cima do púlpito e, por ser durante este tempo e neste espaço, traduz implicitamente o ambiente e o tempo do sagrado e da autoridade pastoral. Não por menos, o pastor inicia seu discurso afirmando que faria algo nunca antes feito em seu ministério; há o reconhecimento de um espaço relacionado ao sagrado que, de alguma maneira, precisa ser usado para se falar de assuntos que usualmente não falam neste espaço e momento.

O vídeo com uma forte carga emocional, conclama a “Igreja de Cristo” a se posicionar diante de tais assuntos. A narração exposta faz uma crítica a uma igreja (evangélica) que está “se fechando em seus problemas internos”. Logo, a conclamação é para uma atuação voltada às questões de foro público, das questões voltadas à sociedade como um todo.

A principal causa desta atitude em pleno culto dominical – a exibição do vídeo e a orientação pastoral acerca do voto – se deu como uma *reação* a certas movimentações políticas percebidas pelo pastor – por certo que pelo colegiado pastoral, uma vez que se tratava de uma igreja com milhares de membros e diversos pastores – que faziam com que fosse inevitável permanecer inerte. Perceba-se que o espaço e o tempo é o do Sagrado<sup>6</sup>, e portanto, a mensagem é a do Sagrado. Neste sentido, os temas levantados pelo vídeo, foram

---

<sup>5</sup>O pentecostalismo é assunto recorrente nesta pesquisa e será oportunamente detalhado. Por hora, é suficiente indicar que este ramo do protestantismo surge em fins do século XIX; buscava a vivência intensa da fé e, para isso, tinha como principal marca de sua espiritualidade os dons do Espírito Santo, como as curas, línguas estranhas (angélicas), etc., conforme relatos bíblicos principalmente do livro de Atos dos Apóstolos. São igrejas deste ramo que lançarão candidatos oficiais à cargos públicos inaugurando uma prática no protestantismo brasileiro

<sup>6</sup>O conceito do *Sagrado* é um campo de inúmeros estudos e deveras complexo. Mas para os fins deste texto uma definição mínima poderia se ater à divindade como o totalmente outro; assombroso; inefável, e principalmente, o não profano, etc.

vistos como pecado e iniquidade – o terreno do espiritual, da luta entre bem e mal, Deus contra as forças do diabo – e não o da sociedade democrática – complexa, onde os mais diversos grupos sociais estão em constante busca por seus interesses. Ora, se o discurso se dá no campo do religioso e espiritual, logo, o voto e a cidadania são questões também espirituais e como tais devem ser entendidas. O mundo é o campo do bem contra o mal, em certa medida.

Por certo que a recepção desta mensagem por parte dos ouvintes não pode ser tomada de maneira simplória; não seria minimamente plausível falar em uma unanimidade na recepção positiva dessa fala neste espaço, mas em se tratando de Curitiba – uma cidade conhecidamente conservadora quando se fala de política – e do bairro mais nobre da cidade, o bairro onde estava localizada a igreja – não é de se admirar as palmas do público ao final do vídeo e da fala do pastor.

Diante deste episódio poder-se-ia perguntar: afinal, o que este episódio tem de especial? Não foi a primeira manifestação dos evangélicos na política nacional, nem mesmo o caso mais veemente da entrada da política pública nos templos evangélicos brasileiros. De uma maneira simples, o que este fato revela é a dimensão que as disputas do e no campo político geraram em igrejas, a ponto de aquilo que foi falado no espaço e tempo profano (a política) interferir no tempo e espaço sagrado (o culto). Por outro lado – o caminho de volta – aquilo que foi falado no templo interferir na própria campanha presidencial. A política não era (mais) algo a ser deixado de lado; e se o fora – nas palavras do pastor era a primeira vez em trinta anos de ministério que ele faria tal coisa – não poderia mais ser relegada a discussões fora do espaço sagrado. A grande reviravolta aqui é que, aquilo que por trinta anos foi considerado profano, adentrou o espaço e o tempo sagrado. O pastor e toda a igreja não podiam se furtar a falar de política pública dentro dos templos. O movimento foi da política pública interferir no culto e o culto interferir na política pública.

Além do mais, a luta não se deu somente no âmbito do espaço religioso. Como dito, os evangélicos adentraram o campo político brasileiro de maneira incisiva. Em Curitiba, na Câmara Municipal isso também se deu. E muitas ações – perfeitamente legítimas – por parte destes agentes políticos também se deram no âmbito político-institucional. Atente-se para que o propósito de se levantar tais assuntos não é o juízo de valor, afinal tais atuações políticas foram feitas dentro das regras do jogo democrático e estes sujeitos serem apenas mais um grupo da sociedade em busca do atendimento às suas demandas. O intento aqui se dá na busca por análise e principalmente compreensão das *motivações* – e, portanto, representações – e de que maneira estas motivações – religiosas como já se viu – moldaram as atuações – *práticas* – destes sujeitos no campo político.

Em Curitiba, na Câmara Municipal, a atuação destes sujeitos também foi destacada. Alguns exemplos são ilustrativos; vejamos. Em 2008, foi criada a bancada evangélica, que contava então com 4 vereadores. Na legislatura seguinte, em 2012, essa bancada saltou para 11 parlamentares de um total de 38. Em 2011 foi criada a Frente Parlamentar em defesa da Família, majoritariamente formada por políticos evangélicos.

O objetivo da iniciativa, aprovada em plenário, segundo a vereadora Noemia Rocha (PMDB) [pertencente à Igreja Assembleia de Deus], é intensificar os trabalhos que já vêm sendo desenvolvidos em Curitiba. “Nossa intenção é abordar temas como o PL 122, kit contra a homofobia, violência doméstica, exploração sexual infantil, drogas e valores familiares”, afirmou a parlamentar, que propôs a Frente. Nesta semana, os integrantes do grupo realizaram a primeira reunião e decidiram promover um seminário para debater temas voltados à preservação dos valores. De acordo com Noemia, esta será a primeira ação de muitas que ainda virão. “Pretendemos trazer mais debates à Câmara Municipal. Vamos realizar outros seminários, reuniões e audiências públicas”, adiantou (CURITIBA, 2011).

Neste mesmo ano foi realizado o “Seminário em Defesa da Família que contou com palestras de especialistas de diversas áreas, que abordaram riscos à família presentes na atual conjuntura política, jurídica e cultural” (CURITIBA, 2011b). Neste seminário discursaram: a vereadora Noemia Rocha (PMDB) e mais três vereadores<sup>7</sup>. Outros palestrantes convidados: o então deputado federal Fernando Francischini (PSDB), evangélico, ex-policial militar e delegado da polícia federal. Um padre. O bispo da Igreja (evangélica) Sara Nossa Terra, Antônio Cirino Ferro, presidente do Conselho de Ministros Evangélicos do Paraná. Outro pastor. Uma psicóloga e uma enfermeira. Todos os discursos registrados pela notícia divulgada no site da Câmara Municipal são do mesmo tom: existem diversas atuações no cenário político que se voltam contra os interesses da Família – entre eles o aborto, as drogas, homoafetividade – e é dessas coisas que a Família<sup>8</sup> tem de ser defendida.

Ao fim do evento, foi apresentado um vídeo com um pronunciamento do senador Magno Malta [da bancada evangélica] no Congresso Nacional, no qual protesta contra o apoio do governo federal às políticas do movimento homossexual e às cartilhas doutrinadoras sobre homossexualismo para as escolas (CURITIBA, 2011b).

Ainda em 2011 foi realizada uma audiência pública contra a legalização da maconha (CURITIBA, 2011c), por iniciativa do vereador Pr. Valdemir Soares (ligado à Igreja Universal do Reino de Deus – Iurd). Atente-se ao fato de a audiência ser *contra* a legalização da

<sup>7</sup>Foram eles: João do Suco (PSDB), Zé Maria (PPS) e Jorge Yamawaki (PSDB).

<sup>8</sup>Por “Família” entenda-se a união estável entre *homem* e *mulher* e seus filhos. Diante do reconhecimento de outras formas de núcleo familiar por parte do Estado Brasileiro (como homoafetivas, por exemplo), os movimentos conservadores aprimoraram o termo e passaram a usar “Família Tradicional”.

maconha. Não era a intenção discutir a possível legalização, mas afirmar a necessidade da proibição. A notícia deste evento ainda traz:

Valdemir Soares reforça a posição contrária da igreja evangélica à legalização da maconha e destaca a defesa dos valores da família e da vida. Ele afirma que o uso da droga pode ser um trampolim para o consumo de outros produtos ilícitos e, portanto, deve ser fortemente combatido. O parlamentar quer ainda a proibição de eventos que façam apologia ao uso de entorpecentes. Em maio, foi proibida pela Justiça uma manifestação que pretende a legalização da droga, conhecida como “Marcha da Maconha”. Esta passeata foi vetada pelo terceiro ano em Curitiba, graças à forte atuação de parlamentares que compartilham dos mesmos ideais do pastor (CURITIBA, 2011c).

Discursaram no evento o secretário municipal antidrogas Hamilton José Klein, pertencente à Polícia Federal; mais uma vez o deputado federal Fernando Francischini; a psicóloga Marisa Lobo, evangélica, e grande militante nestas questões comportamentais; o psiquiatra Cleandro Luiz Carnieri; e promotor Paulo Sérgio de Lima, integrante do Ministério Público. Não houve opinião diversa com relação ao assunto ou alguém que fizesse o contraditório, mas todos os discursos convergiram quanto a serem contrários à legalização da maconha.

Dessa maneira a atuação parlamentar dos evangélicos foi profícua em torno destas questões. A prática parlamentar voltou-se fortemente a estes e a outros assuntos, que oportunamente serão explanados e discutidos no segundo capítulo deste trabalho. Por ora insta a consideração: os evangélicos, falando e agindo de dentro e de fora das igrejas, se tornaram importante parte do debate público brasileiro, de fato uma força que não se podia negar ou relegar a segundo plano. E é sobre estes sujeitos e sua atuação na arena pública que a presente pesquisa se volta.

## **1.2. Objetivos e recortes teóricos**

Por que tais mudanças na sociedade e tal caminhar da democracia com o surgimento das demandas de movimentos sociais tornaram-se em “agentes do Diabo”? Por que esta faceta da identidade política dos evangélicos foi a mais premente e se tornou em bandeira política em campanhas eleitorais? Ou ainda, de maneira mais profunda e essencial, por que os evangélicos passaram a buscar espaço para suas agendas na política?

De maneira a entender as práticas e representações políticas dos pentecostais e neopentecostais em Curitiba – o principal objetivo desta pesquisa –, é imprescindível estabelecer algumas compreensões básicas acerca da trajetória histórica destes sujeitos na

sociedade brasileira como um todo. Entender o caminhar destes sujeitos no Brasil – sua chegada, seus intuitos e, principalmente, sua visão de mundo e da sociedade providas de sua fé – pode fornecer a compreensão das bases de suas representações acerca da política e da vida em uma sociedade plural. Além de fornecer pistas para explicar a grande virada que as representações destes sujeitos acerca do campo político sofreriam na década de 1980 e como os pentecostais e neopentecostais ali estabeleceriam novos discursos e, principalmente, novas práticas. Mendonça (1990, p. 12) já avisava desta necessidade: “Ao situar-se, desse modo, no ponto final de um longo, complexo e acidentado itinerário histórico, o protestantismo brasileiro exige – para sua correta compreensão – que esse curso histórico seja tomado em conta e mantido sempre presente”.

Neste sentido o principal objetivo que o presente capítulo se propõe é entender as bases da cultura e do universo simbólico do pentecostalismo e, do posterior, neopentecostalismo que se estabeleceram no Brasil no século XX, tendo como principal viés desta investigação o caráter político de suas representações sobre o mundo secular, e as possíveis explicações de suas escolhas pela entrada institucional na política. Assim sendo, especificamente, os objetivos são: i) identificar e caracterizar historicamente as diferentes representações dos grupos evangélicos sobre a política e sociedade secular (*polis*) brasileira; ii) identificar os momentos em que ocorrem e quais as principais mudanças nessas representações, que os levaram a adentrar institucionalmente o campo político; e iii) caracterizar os temas e elementos fundamentais do discurso político dos evangélicos.

Diante de tais questionamentos e objetivos há que se perguntar: como respondê-los? Neste sentido a pesquisa desta primeira parte é basicamente literário-bibliográfica, ou seja, a bibliografia sobre o tema é considerável e abrangente, e grandemente satisfatória para os esforços aqui empreendidos.

Não obstante, algumas fontes diretas serão introduzidas quando oportuno e se coadunarem com a problemática discutida, principalmente quando tratarmos das igrejas pentecostais e neopentecostais presentes em Curitiba que lançaram candidatos à Câmara Municipal. Por certo que dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acerca destas igrejas mostram a abrangência e crescimento numérico das denominações. Ademais, e principalmente, a maioria das igrejas que aparecerão nas próximas páginas produziu diversos documentos (físicos e/ou digitais): jornais institucionais, livros com a história da denominação e biografia dos principais líderes, domínios eletrônicos na internet, etc. Estes registros trazem significativas informações, mas principalmente nuances de representações e práticas acerca da sociedade, como se verá. Por exemplo, a Igreja

Assembleia de Deus em Curitiba possui em seu site da Internet uma linha do tempo com a história da instituição na Cidade, além de fotos, dados estatísticos e etc. Fontes testemunhais também estão disponíveis, principalmente através de vídeos disponibilizados por algumas igrejas na internet e também revelam importantes aspectos da visão e atuação destas igrejas na *polis*. Este é o caso da Igreja do Evangelho Quadrangular que, ao comemorar 50 anos da instituição em Curitiba, publicou um vídeo com depoimentos de membros que estão na igreja desde sua fundação e presenciaram eventos importantes da igreja.

Dada esta produção majoritariamente institucional, por certo, que um cuidado especial é requerido do historiador ao aproximar-se e inquirir tais fontes, pela simples parcialidade do discurso destes textos, mas, ainda assim, a riqueza de materiais é grande, acessível – principalmente através da internet, mas também em arquivos que estas instituições possuem – e instigante. É neste sentido de riqueza da fonte que Barros (2012, p. 143) já havia afirmado:

O fato de uma fonte ser intencional, dessa maneira, não traz uma limitação para o historiador, mas até mesmo outro tipo de riqueza, desde que ele se posicione metodologicamente e recolha os seus problemas históricos de uma maneira que seu objetivo não se limite a colher informações, mas, sim, analisá-las no interior de discursos, de práticas e representações.

Após estas breves palavras acerca das fontes – que serão retomadas oportunamente – e antes de adentrarmos de maneira incisiva no assunto, se faz necessária, ainda, uma questão teórica que norteará a análise. Vejamos.

Quando em fins do século XX, vários historiadores começam a voltar-se para questões ligadas a gestos, imaginários, sentimentos, saberes, representações e práticas, um novo campo da História estava a instituir-se. Dados seus novos objetos, recortes teóricos e metodológicos – como as categorias acima apontadas –, tal movimento epistemológico chamar-se-ia Nova História Cultural. Em suma, a questão da cultura – por mais complexo que tal tema possa parecer e maior que seja a discussão em seu entorno – começa a ganhar o status de fornecedor de grandes significados aos feitos humanos e não meramente como um campo “inferior” e “dependente” das relações sociais e econômicas ou outras quaisquer. A cultura em si começou a ser vista e estudada como profícuo campo de significações; Peter Burke (2005, p. 68) chega a afirmar: “alguns até mesmo diriam a forma dominante de história praticada hoje”. De fato, desde que trabalhos a estes temas culturais têm se voltado, muito pôde ser revelado acerca de questões sociais, econômicas e políticas entorno de agrupamentos sociais. Tais termos, ao fim e ao cabo, estão intimamente ligados. O historiador Roger

Chartier, grande expoente desta nova maneira de se fazer História, sintetiza a questão nos seguintes termos: “A história cultural tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 2002, p. 16-17).

Neste sentido a religião, vista como construção cultural de determinado grupo, fornece sentido a diversas representações e práticas sociais e políticas. Não somente isso, mas a compreensão de determinada prática e representação religiosa particular pode fornecer sentido a atuações sociais e políticas mais amplas. Por exemplo, mais uma vez, a afirmação epigrafada neste capítulo. Existe um *patrimônio moral* a ser preservado no Brasil, e por que as igrejas são as preservadoras deste patrimônio? E se assim é, por que isto é verdade? Mais ainda: por que esta preservação é importante?

A fim de aproximação destas questões a chamada Nova História Cultural pode fornecer profícuos contributos teóricos e metodológicos, principalmente em temas ligados aos conceitos de práticas e de representações, neste caso, ligados à religião, concatenados a conceitos como campo e capital simbólico, de inspiração bourdieuniana.

Assim, insta algumas considerações acerca do conceito de representação, termo este já aparecido neste texto e que frequentemente retornará. Intimamente ligado à Nova História Cultural tal conceito traz em seu bojo a dinamicidade deste novo campo historiográfico e permite compreensões abrangentes e esclarecedoras acerca de nosso objeto.

Primeiramente, as representações de determinado agrupamento humano em dada temporalidade demonstram profundas disputas acerca da vivência dos indivíduos destes grupos, ou seja, as representações são construções localizadas e que remetem à construção e manutenção das sociedades por seus membros em determinado período. Não são conceitos imóveis, mas refletem a dinamicidade do grupo e do período vivido, por isso mesmo, grande fornecedor de compreensão.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à causa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isto esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Perceba-se que estas construções e/ou manutenções autoritativas (de pensamentos, de práticas, de discursos) localizam-se não somente no âmbito social do agrupamento, mas sim e primordialmente, na esfera simbólica, e por isso, da cultura. A construção de discursos

significáveis à sociedade perpassa, necessariamente, o simbólico. Assim as representações revelam a busca por preenchimento de sentido aos discursos, às práticas, à realidade. Chartier (2006, p. 39) refina o termo ao alocá-lo em discussão com diversas correntes historiográficas, mas também sociológicas, como a sociologia do conhecimento e também a teoria dos campos sociais. Nesse diálogo o conceito busca refletir as complexas teias constitutivas das simbologias das sociedades humanas e suas tensões de produção e manutenção ou rupturas:

O objeto fundamental de uma história que visa reconhecer a maneira pela qual os atores dão sentido a suas práticas e seus enunciados situa-se, portanto, na tensão entre, de um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, de outro, as restrições e as convenções que limitam – com mais ou menos força segundo as posições que ocupam nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, dizer, e fazer. (CHARTIER, 2006, p. 39).

Por fim, e segundo a concepção que o termo será utilizado ao longo deste texto, convém verificar a oportunidade de tal conceito na identificação e compreensão das representações dos evangélicos em torno da sociedade secular brasileira e, em última instância, da política pública. A opção se esteia justamente na dinamicidade do conceito, sua aplicação à perplexidade das disputas de agentes sociais em busca de justificação para suas ações, e principalmente, na sacralização de tais discursos autoritativos ou justificativas para determinadas práticas políticas.

Esta noção [a de representação] permite, com efeito, ligar estreitamente as posições e relações sociais com o modo como os indivíduos e grupos se concebem e concebem os outros. As representações coletivas, definidas à maneira da sociologia durkheimiana, incorporam nos indivíduos, sob a forma de esquemas de classificação e juízo, as próprias divisões do mundo social. São elas que suportam as diferentes modalidades de exibição de identidade social ou de força política, tal como os signos, os comportamentos e os ritos os dão a ver e crer. Enfim, as representações coletivas e simbólicas encontram na existência de representantes, individuais ou coletivos, concretos ou abstratos, as garantias da sua estabilidade e da sua continuidade. (CHARTIER, 2006, p. 39).

Diante do quadro até aqui exposto, convém perguntar:

### **1.3. Qual é o protestantismo que se insere no Brasil? Características desse universo simbólico e de seu campo religioso – práticas e representações.**

Durante o período em que o Brasil foi colônia de Portugal o protestantismo nele não esteve presente de maneira contínua e permanente. Poder-se-ia apontar duas tentativas de investida protestante neste período, mas ambas foram muito breves e logo dispersas e não

deixaram marcas mais profundas na história religiosa do período colonial. Trata-se de uma tentativa de colonização do Rio de Janeiro no século XVI por huguenotes<sup>9</sup> franceses, mas que, por diversos problemas, brevemente fracassou; e da invasão do nordeste brasileiro pelos holandeses no século XVII, que carregou consigo a marca do protestantismo holandês e que, após sua expulsão pelos portugueses, a religião reformada de todo desapareceu (PROENÇA, 2011, pp. 103-104).

É somente com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808 e, um pouco além, a transformação da colônia em “Reino Unido” que a paisagem religiosa por estas plagas começaria a mudar. A “abertura dos portos às nações amigas” dois anos depois, pode ser tido como um ponto inicial na transformação religiosa e a inserção do protestantismo em território brasileiro. Se até então, o Brasil por ser colônia, só poderia negociar seus produtos com Portugal, agora, sendo Reino Unido, navios das “nações amigas” começam a atracar nos portos e comerciantes estrangeiros começam a passar mais tempo aqui, inclusive abrindo casas de negócios de importação e exportação e etc. Principalmente ingleses aqui fixam residência, ingleses anglicanos. Ainda que esse novo Reino Unido fosse oficialmente católico e exercesse controle religioso de seus cidadãos, o culto protestante passa a ser permitido a estes estrangeiros, ainda que com algumas restrições como por exemplo, não ser oferecido em língua portuguesa; a não construção de templos assemelhados aos templos católicos; o não proselitismo; etc. Apesar de se caracterizar como um evento isolado e de pequenas proporções, este fato é primordial nas transformações do cenário religioso brasileiro e não pode ser esquecido.

A partir de 1819, uma política de incentivo à imigração começa a ser implementada no Brasil e, fruto destes primeiros incentivos oficiais, mais de dois mil alemães estabelecem-se em solo brasileiro, primeiramente no Rio de Janeiro onde fundam a colônia de Nova Friburgo e, em levadas posteriores, de maneira mais expressiva, na Região Sul do Brasil (PROENÇA, 2011, p. 105). Mais uma vez, a maioria destes imigrantes pertenciam à fé reformada e sua chegada envolve-se com a proclamação da independência e a primeira Constituição Brasileira. Neste sentido, houve a discussão – devido a esta presença estrangeira imigrante – acerca da liberdade religiosa no Brasil independente. Mas, como se sabe, o catolicismo continuou como religião oficial no Império; o que permaneceu e foi na Constituição de 1824 institucionalizado é a permissão a outros cultos “não-católicos” - definição dada ao protestantismo também – desde que domésticos – entenda-se por

---

<sup>9</sup>Basicamente, por huguenotes entende-se os calvinistas franceses

domésticos a não aparência do prédio institucional a uma igreja (FRESTON, 1993, p. 149).

Quanto aos direitos políticos a situação no Império era ambígua. “Todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos” (art. 179º, para. 14 [Constituição de 1824]), mas jurando “manter a religião católica”. No sistema eleitoral indireto, o não-católico podia ser votante e eleitor, mas não ser eleito (FRESTON, 1993, p. 150).

Neste período, uma das características da religião de tais imigrantes em solo brasileiro é a sua permanência e vinculação a suas comunidades. Sua religião e liturgias por muito tempo permaneceram em suas línguas estrangeiras; não havia pretensão de conversão de brasileiros, mas sim de manutenção de suas tradições culturais e religiosas. É neste sentido que a afirmação de Cavalcanti (1994, p. 184) encontra eco: “desse modo, o anglicanismo e o luteranismo, como presenças protestantes, eram manifestações alienígenas, sem influências significativas na comunidade nacional [em se falando de participação política eleitoral]”.

### **1.3.1. O protestantismo de missão**

Em 1699, CottonMather [ministro protestante estadunidense] afirmava que o catolicismo implantara na América Latina um cristianismo deformado, tese repetida muitas vezes por outros autores, até mesmo latino-americanos [...]. Surgiu a vocação norte-americana de transferir para a América Latina os benefícios do “sonho americano” ou do “estilo americano de vida”. [...] Tem sido comum a tese de que foi esse caldo de cultura o ponto de partida das missões protestantes na América Latina (MENDONÇA, 1990, p. 31).

Apesar de terem existido algumas investidas de sociedades bíblicas europeias com o intuito de converter brasileiros ao protestantismo, o marco primordial da entrada de missionários protestantes no Brasil se deu nos Estados Unidos da América do Norte. Foram as convenções protestantes estadunidenses (presbiteriana, metodista, batista, congregacional, etc.) que seriam as grandes responsáveis por mandar missionários para aqui implantarem igrejas reformadas. Neste sentido afirma Mendonça (1990, p. 12):

A população brasileira só foi diretamente afetada pela presença de não-católicos quando começaram a chegar ao Brasil, nos anos 1850, os primeiros missionários protestantes que vieram com a finalidade explícita de propagar a sua fé. Esse segundo impulso responde pela inserção do que chamamos aqui de protestantismo missionário.

Esta fala de Mendonça poderia ser contestada principalmente pelo fato de desde a abertura dos portos às nações amigas por D. João VI em 1810 haviam protestante ingleses por aqui. Mas o fato é que estes, como dito, voltavam-se quase que exclusivamente à capelania de

ingleses em terras brasileiras, não tendo grandes imbricações quanto à comunidade nacional e sua evangelização à fé reformada.

A primeira metade do século XIX vê surgir nos Estados Unidos um forte ímpeto evangelizador por parte do protestantismo, ou seja, a necessidade de fazer prosélitos por todo o mundo. Fruto principalmente de movimentos avivalistas<sup>10</sup> do século XVIII e XIX – que posteriormente vão influenciar também o surgimento do pentecostalismo –, as várias denominações começam a organizar instituições destinadas exclusivamente à evangelização de diversos países, entre eles, os da América Latina.

Em meados da década de 1850 chegam os primeiros missionários norte-americanos ao Brasil com o intuito específico de converter à fé reformada os brasileiros. É a partir do trabalho destes missionários que o protestantismo começou a estabelecer-se no Brasil e fincar raízes entre a população nativa. O culto e liturgia passariam a ser em português; a Bíblia passou a ser distribuída em português; enfim, todo um novo país estabeleceu-se como campo missionário específico. As denominações que estabelecer-se-iam através do trabalho destes missionários são a metodista, a presbiteriana, a congregacional e a batista, principalmente. Todas elas de missões estadunidenses e carregando em si o estilo de igreja estadunidense, ou seja, um “*American wayofchurch*”. Esse “*American wayofchurch*” foi uma marca distintiva da pregação destes missionários. As igrejas que estes religiosos começaram a fundar em solo brasileiro, desde seu nascimento estabeleceram laços viscerais com o protestantismo dos Estados Unidos. Mendonça afirmou (1990, p. 13): “O protestantismo brasileiro segue sendo uma projeção do protestantismo norte-americano. Direta ou indiretamente, as Igrejas brasileiras, ao menos as de origem missionária, alimentam-se do ideário da religião civil norte-americana”. Proença (2011, p. 107) revela como as diferenças denominacionais presentes em solo estadunidense tenderam a se repetir em solo brasileiro. Paul Freston (1993, p. 62) revela que, em maior ou menor grau, as cooperações entre igrejas evangélicas brasileiras – nesse caso específico as de missão – e instituições evangélicas norte-americanas ainda eram consideráveis. Somente a constatação de missionários norte-americanos para cá virem com o intuito de evangelizar os brasileiros pode dar pistas das relações entre o nascente protestantismo brasileiro e o protestantismo norte-americano.

Com o intuito de compreender de maneira mais acurada a religião nas suas

---

<sup>10</sup>De maneira simples, entende-se por “movimentos avivalistas” aqueles movimentos que buscavam “avivar” a fé, ou seja, fazer com que a fé transpusesse os domínios do lugar e tempo sagrado do culto e estivesse também na vivência diária. A necessidade de se fazer prosélitos ou de se pregar a fé a outras pessoas era, entre outros, um fruto direto do avivamento. Este termo será melhor explanado nas páginas seguintes quando tratarmos do pentecostalismo

dimensões sociais e históricas, neste sentido da implantação do protestantismo missionário em terras brasileiras, convém algumas considerações acerca do conceito de universo simbólico, elaboradas por Peter Berger e Thomas Luckmann (2014), principalmente na medida em que estas considerações poderiam ser aplicadas ao protestantismo brasileiro nascente.

Ao tratar do tema da “sociologia do conhecimento” estes autores trazem à baila a maneira como os homens, em sociedade, constroem significações e tipologias para o mundo ao seu redor e para a sociedade da qual fazem parte. Em outras palavras, o que os homens fazem em sociedade é construir socialmente essa sociedade em todos os seus aspectos. Desde a linguagem, a imagem que tem de si mesmos e do outro, as configurações e estratificações sociais, e também a fé. Em suma, a busca do homem por prover sentido à existência, faz com que estas criações sejam produzidas. Toda esta teia de significações construídas para o mundo e sociedade ao redor é o que será chamado de *universo simbólico*. E um dos grandes exemplos de universo simbólico é a religião. A religião passa a atuar nos mais variados níveis das sociedades fornecendo objetivação e legitimação aos mais diversos campos sociais e maneiras de ser e estar no mundo.

Neste sentido construtivista, pode-se perceber nos escritos de Peter Berger e Thomas Luckmann uma característica premente em sua tese a respeito da construção pelos homens de seus mundos: a dialética. Para estes autores não há como conceber qualquer sociedade humana sem esse conceito fundamental de sua organização. De maneira simplória, essa tese poderia traduzir-se nestes termos: a sociedade é fundamentalmente produzida pelo ser humano – como em um caminho de ida – mas essa produção reage sobre seu criador gerando novas configurações e significações – o caminho da volta. Esse processo definir-se-ia em três momentos: a externalização, a objetivação, e a interiorização. Berger detalha, em obra solo, esse processo:

[a externalização ocorre] quando há a “contínua efusão” do ser humano sobre o mundo, quer na atividade física quer na atividade mental dos homens. A objetivação é a conquista por parte dos produtos dessa atividade (física e mental) de uma realidade que se defronta com os seus produtores originais como facticidade exterior e distinta deles. A interiorização é a reapropriação dessa mesma realidade por parte dos homens, transformando-a novamente de estruturas do mundo objetivo em estruturas da consciência subjetiva (BERGER, 1985, p. 16).

Em assim sendo, afirma que produzimos e somos produtos de nossa construção de mundo, seja fisicamente ou ainda, de maneira mais profunda e significativa, através de nossas ideias e conceituações de mundo.

Dentre as características formadoras de nosso mundo está a linguagem enquanto modalidade essencial e extremamente profunda no sentido da construção de significados e apropriação das produções advindas desses significados produzidos.

A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim. Vivo em um lugar que é geograficamente determinado; uso instrumentos [...] que tem sua designação no vocabulário técnico de minha sociedade; vivo dentro de uma teia de relações humanas [...] que são também ordenadas por meio do vocabulário. Desta maneira a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação. [...] O que tem a maior importância é que eu sei que há uma contínua correspondência entre meus significados e seus [de outrem] significados neste mundo que partilhamos em comum, no que respeita à realidade. (BERGER & LUCKMANN, 2014, pp. 38-40).

A partir de mecanismos mais basilares para a constituição de mundos – como a linguagem – fornecedores de significação, tem-se a possibilidade de o surgimento de estruturas mais complexas.

A linguagem constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo. A religião, a filosofia, a arte e a ciência são os sistemas de símbolos historicamente mais importantes deste gênero (BERGER & LUCKMANN 2014, p. 59).

Neste processo de construção de estruturas mais complexas, outro fenômeno se revela: a institucionalização. A institucionalização refere-se ao ponto quando as condutas, vidas, modos de produção, de crença, etc., são estabelecidos a partir de um modelo conformador. É a partir dessa formatação que a conduta, trabalho ou crença de todos os que sob ela se submetem devem adaptar-se. “Dizer que um segmento da sociedade humana foi institucionalizado já é dizer que este segmento da atividade humana foi submetido ao controle social” (BERGER & LUCKMANN 2014, p. 78). Além do que estas instituições são sempre filhas de seu tempo, ou seja, produzidas dentro de um contexto histórico. Não são campos simbólicos frutos de pura abstração metafísica, mas sim produzidas em um contexto específico, sendo influenciadas e influenciando posteriormente seus criadores.

As instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história compartilhada. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões

previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis. (BERGER & LUCKMANN 2014, p. 77)

É a partir destes pressupostos de construção dialética dos mundos humanos que Peter Berger e Thomas Luckmann trabalham. E partindo dessas considerações é perfeitamente possível vê-las em diversas estruturas institucionais do homem, e como os próprios autores explanam, a religião é uma destas estruturas mais prementes.

A legitimação é este processo de “explicação” e “justificação”. [...] A legitimação “explica” a ordem institucional outorgando validade cognoscitiva a seus significados objetivados. A legitimação justifica a ordem institucional dando dignidade normativa a seus imperativos práticos. É importante compreender que a legitimação tem um elemento cognoscitivo assim como um elemento normativo. Em outras palavras, a legitimação não é apenas uma questão de “valores”. Sempre implica também “conhecimento” (BERGER & LUCKMANN, 2014, p. 124).

O que os autores enfatizam é que aquilo que parece *natural* – ou seja, “sempre existiu” e muitas vezes é atribuído ao sagrado, portanto do âmbito sobrenatural e inquestionável –, quando se trata de questões da vida em sociedade – como a autoridade por exemplo – é, na verdade, fruto da convenção da própria sociedade, ou ao menos daqueles que estão autorizados a formular tais legitimações, não olvidando aqueles que se submetem a tais legitimações.

Quando se trata de religião este conceito toma caracteres mais incisivos e poderosos, pois ao elevar as legitimações, significações, ou seja, todo um universo de crenças à esfera do sobrenatural e do sagrado, aqueles que possuem o discurso autorizado da religião – que Berger e Luckmann vão chamar de especialistas – potencializam essas significações e legitimações a uma esfera intangível, que pode gerar medo, tensão, e que pode ser tida como imutável.

Nessa situação [...] seus ministradores especialistas são sustentados por uma estrutura unificada de poder. Aqueles que ocupam as posições decisivas de poder estão prontos para usar seu poder a fim de impor as definições tradicionais da realidade à população submetida à sua autoridade (BERGER & LUCKMANN, 2014, p. 157).

O que o ser humano faz, em suma, é atribuir significado ao mundo ao seu redor que, sem significação alguma, desanca ao caos. É a fuga do Caos absoluto que faz com que seja designada simbolização objetivante ao mundo. Peter Berger vê tanto importância à religião enquanto fenômeno objetivante e legitimante da ordem simbólica do “mundo ao redor de

todas as sociedades” que dedica muitos estudos ao tema. Suas contribuições caminham, como visto, neste sentido.

A religião foi historicamente o instrumento mais amplo e efetivo de legitimação. Toda legitimação mantém a realidade socialmente definida. A religião legitima de modo tão eficaz porque relaciona com a realidade suprema as precárias construções da realidade erguidas pelas sociedades empíricas. As tênues realidades do mundo social se fundam no *sagrado realissimum*, que por definição está além das contingências dos sentidos humanos e da atividade humana (BERGER, 1985, p. 45).

Ao fim e ao cabo, “A religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo” (BERGER, 1985, p. 41). Ao relacionar esta discussão com o protestantismo que se insere no Brasil a partir da atuação de missionários estadunidenses, pode-se afirmar que houve uma relação de, pelo menos, atrito com a sociedade brasileira – católica em sua maioria e estatal oficialmente. O desenrolar histórico deste protestantismo deve ser considerado em sua relação com a sociedade brasileira. A formação de um “universo simbólico” protestante brasileiro dá-se neste campo de tensões religiosas. Nesse bojo, a ideologia protestante representou-se a si mesma como superior em todos os sentidos ao modo de vida do brasileiro. Vejamos.

Para isso, atente-se primeiramente a afirmação do pastor estadunidense CottonMather já em 1699 acerca da religião católica latino-americana: “um cristianismo deformado”. A própria constituição do protestantismo norte-americano contribuiu para uma visão depreciativa da América Latina e sua cultura e religião.

Os adeptos do puritanismo inglês que imigraram para as colônias norte-americanas estavam imbuídos de um espírito messiânico: sentiam-se com um novo Israel convocado por Deus a tomar posse de uma nova terra prometida: a América. Esse messianismo – que se expressou no pacto por eles firmados pouco antes de chegarem à América do Norte e na doutrina do destino manifesto – gerou a convicção segundo a qual eles eram portadores de uma verdade religiosa, uma cultura e uma moralidade superiores, valores que deveriam ser difundidos e adotados simultaneamente à ocupação das terras a oeste e ao sul. O anúncio da salvação e a recepção da salvação ligavam-se, desse modo, a uma cultura e uma visão de mundo específicas. (VELASQUES FILHO, 1990, p. 214).

A visão dos missionários, portanto, acerca da cultura e religião latino-americana foi uma visão depreciativa e trazida no bojo da pregação missionária. Sapierski (apud VELASQUES FILHO, 1990, p. 217) afirma:

Os missionários estrangeiros foram incapazes de entender algumas das profundas diferenças entre a cultura deles e a nossa, e essa falta de sensibilidade cultural fez com que a maioria dos missionários depreciasse alguns aspectos da cultura brasileira;

ainda mais, acusavam a Igreja Católica de ser a culpada de tudo o que eles, obtusos culturalmente, achavam errado ou pecaminoso.

Ou seja, a conversão ao protestantismo dava-se, não somente no âmbito religioso, mas também no cultural. Isso quer dizer que o cidadão brasileiro ao se converter ao protestantismo convertia-se também ao modelo estadunidense de ser igreja, o que quer dizer também sociedade e cultura.

Uma ilustração básica deste fato – além das questões ligadas a vestimenta, lugares a serem frequentados, costumes locais e serem evitados e etc. - é a hinologia adotada pelas igrejas protestantes brasileiras. Na tese de Antônio Mendonça, posteriormente publicada, intitulada “O Celeste Porvir: A inserção do protestantismo no Brasil (1995, p. 221ss)”, há uma profunda análise das músicas entoadas nas igrejas protestantes históricas. Revela Mendonça que os hinos entoados eram, majoritariamente, traduções de hinos norte-americanos e europeus. Os ritmos brasileiros neste período e em grande parte do século XX jamais fariam parte de um culto protestante.

Outro aspecto importante dessa pregação era a comparação entre países católicos “atrasados” e países protestantes “desenvolvidos”. Ou seja, o catolicismo e a sua cultura eram relacionados ao suposto atraso brasileiro em termos de desenvolvimento econômico. Em contraposição aos países católicos eram colocados os países protestantes como modelo de países desenvolvidos, tanto econômica quanto culturalmente.

Portanto, a missão de fazer conversos ao protestantismo estava – no que diz respeito a seu viés social e cultural – relacionada a não somente uma mudança de religião, mas a uma mudança de estilo de vida, logo, uma mudança cultural e social. O protestantismo que aqui se insere é um protestantismo, então, *conversionista*. A conversão de católicos implicava em uma profunda mudança de vida e em última instância, de cultura.

A teologia conversionista missionária consistia num processo diferente de mudança cultural. A conversão era individual e consistia no rompimento abrupto do indivíduo com seu meio cultural através da adoção de novos padrões de conduta opostos àqueles em que havia sido criado. [...] O atual protestantismo brasileiro de origem missionária ainda é conversionista. O individualismo conversionista produz ética também individualista, altamente excludente, não só do ambiente cultural, mas capaz de romper os laços familiares mais íntimos (MENDONÇA, 1990, p. 32-33).

#### **1.3.1.1. Características da Identidade deste protestantismo de missão**

Dessa maneira, em se atentando para algumas destas características do protestantismo que fixa raízes no Brasil, pode-se verificar questões que posteriormente vão

exercer influência na visão do evangélico para o mundo secular e para a sociedade brasileira como um todo. Dentre elas<sup>11</sup>, em primeiro lugar, a visão conversionista e proselitista de sua missão. O missionário é aquele que tem uma *missão*. Aquele que foi chamado, vocacionado e se dispôs a cumprir uma ordem. Neste sentido o espírito que os missionários americanos chegam ao Brasil é o de converter à fé reformada o maior número de pessoas possíveis.

Claro que os protestantes não reconheciam o catolicismo romano e seus valores como cristãos. Por isso a conversão pregada pelos novos missionários implicava a adoção não apenas da religião, mas também dos valores culturais e morais anglo-saxões (VELASQUES FILHO, 1990, p. 215).

Esta questão levantada por Velasques Filho revela um ponto primordial: a de que a fé reformada era a *fé certa*, em contraposição principalmente ao catolicismo. Ser protestante seria possuir a maneira correta de crer em Deus e em Jesus Cristo. Isso poderia ser apontado somente como uma questão religiosa, afinal o protestantismo nasce como uma tentativa de reformar a Igreja Católica Romana e em não conseguindo, dela se afasta alegando possuir a verdadeira e correta maneira de crer em contraposição ao clero católico. Mas para além desta questão teológica e religiosa, este aspecto do protestantismo que se insere no Brasil, vai produzir um desdobramento cultural e social: a de que os protestantes são *melhores* religiosos; e uma primeira distinção em relação ao resto da população brasileira – majoritariamente católica – se estabelece: uma distinção qualitativa. Ser protestante não é possuir uma maneira diferente de crer, mas sim uma maneira *melhor* de crer, a maneira correta de crer. Inclusive, não era raro surgir em reuniões protestantes a questão: “os católicos são salvos, vão para o céu?” Posteriormente, durante o século XX, mas principalmente em suas últimas décadas, os pentecostais e neopentecostais vão elevar este conceito a extremos, principalmente em se falando de candidatos a cargos políticos levantados por igrejas – o que será explanado oportunamente – mas já aqui este caráter de um ser humano melhor em todos os aspectos é conferido ao protestante em oposição ao católico.

Segundo aspecto, e talvez mais importante, é a oposição e o confronto entre católicos e protestantes que se insere. A diferença entre ambos se torna faceta constituinte de ambas as identidades; de ambos os lados houve uma animosidade em relação ao outro. A tese de Edilson Soares de Souza (2012) explora justamente estes embates e confrontos entre cristãos católicos e protestantes no Brasil, no período de 1890 a 1960 e explana como “os confrontos

---

<sup>11</sup>As características aqui arroladas não tem por objetivo se configurar como uma lista exaustiva, mas somente aquelas que podem fornecer apontes para a compreensão da formação do campo religioso e político, de representações e práticas posteriores acerca da política por parte dos evangélicos brasileiros.

ajudaram a fixar fronteiras mais claras das identidades religiosas, entre os adeptos do cristianismo, fazendo uma distinção entre protestantes e católicos” (SOUZA, 2012, p. 103).

Se é verdade que “A identidade social está na diferença, e a diferença é afirmada contra aquilo que está mais perto, que representa a maior ameaça” (BOURDIEU *apud* BURKE, 2005, p. 78), algumas destas distinções entre cristãos de diferentes confissões se davam imediatamente após a conversão. O protestantismo, ao menos este missionário mais tradicional, não aceita em seus ritos o uso de quaisquer imagens memoriais, sejam estátuas ou ícones<sup>12</sup>. Suas igrejas eram de uma decoração muito sóbria, possuindo no máximo uma cruz. Neste sentido Alves (2005) explana que o culto católico era um culto para os olhos – desde a vestimenta do clero até rituais litúrgicos floreados. Em contraposição, o culto protestante era um culto para os ouvidos, com corais e músicas até o sermão do pastor – o ponto alto do culto –, racionalmente elaborado. Dessa forma, a primeira coisa que um protestante neófito, em geral, fazia era se desfazer de resquícios do catolicismo, como imagens de santos que porventura possuísse, promessas, simpatias, e etc.

Mesmo entre os protestantes de imigração, aqueles de primeira leva, luteranos principalmente, durante a segunda metade do século XIX, em estando mais estáveis na comunidade nacional e gozando de uma maior abertura política principalmente devido aos impulsos liberais desta época, a identidade destes encontrou nos católicos os diferenciais. Em artigo chamado “Identidades forjadas na interdependência” Wilhelm Wachholz (2009, p. 122-123) explana:

Podemos afirmar que a (re)construção da identidade teuto-evangélica não pode ser concebida no isolamento, mas na interdependência com o diferente de si mesmo. Disso concluímos que o estabelecimento de fronteiras não se dá a partir do isolamento, mas exatamente em consequência da afirmação da *différance* entre o “eu” e o “outro” (POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998, p. 40). Assim, o teuto-evangélico no Brasil não simplesmente preservou sua identidade trazida numa suposta bagagem cultural, mas a (re)construiu no contraste com o luso, o católico etc. e vice-versa. Esta característica certamente auxilia a compreender algumas raízes do caráter anti-ecumênico do protestantismo brasileiro bem como do catolicismo-romano.

Mas estas questões da conversão não se davam somente no âmbito religioso, mas no social e cultural. A diferença com relação ao católico era vista nas roupas que se usava, nos lugares que frequentava – bailes por exemplos eram proibidos, bares idem, a loteria jamais

---

<sup>12</sup>Somente o neopentecostalismo em fins do século XX começaria a usar imagens, rituais específicos em seus cultos; mas neste momento de inserção do protestantismo no Brasil o uso de símbolos mais elaborados para uso no culto era inadmissível. A única exceção seria o pão e o vinho para uso na comunhão da Eucaristia, ou mesmo uma cruz de madeira ou um candelabro para adorno do templo, mas nada usado com fins cúlticos, somente adereços.

seria tentada – a frequência ao culto nos domingos pela manhã, etc. Todos estes distintivos mostravam a distância entre o católico e o protestante e eram vistos por este último como evidência de sua primazia em relação ao católico, não somente na religião, mas também na cultura.

Silas Luiz de Souza (2005, p. 238), ao pensar numa identidade protestante, comenta que “a missão da Igreja, sendo eminentemente espiritual, deveria ater-se à proclamação da salvação em Jesus Cristo. Pessoas salvas tornam-se melhores. Por isso os protestantes eram conhecidos pela correição (sic) nos costumes, ausência de vícios, trabalho digno, honestidade e cumprimento fiel das regras da religião. Eram, sem dúvida, pessoas diferentes na sociedade”. Entenda-se, diferentes dos católicos, que nominalmente constituíam o grupo religioso majoritário na sociedade brasileira. E acrescentou Souza, dizendo que “quanto mais pessoas transformadas, melhor a sociedade seria” (SOUZA, 2012, p. 108).

Neste sentido a representação por parte dos protestantes em relação a mundo secular estabelece-se no Brasil, muito provavelmente devido à ênfase da pregação dos missionários além é claro da influência liberal industrial, num contexto de distinção e superioridade em relação à maioria católica.

A ideia é justamente de que o protestantismo é melhor, portanto, o ideal é de que toda a população se torne protestante; ou seja, essa ideia de diferença mostra-se como mais um alavancador da missão protestante em solo brasileiro: fazer neófitos é o objetivo e, logo, tornar mais pessoas melhores. Exemplo disso é formação de diversas escolas e seminários protestantes no Brasil já no século XIX e também no século XX como estratégia de propagação da fé (MENDONÇA, 1995, p. 95ss). Havia uma relação direta entre protestantismo e educação; “onde havia uma igreja protestante ao lado havia uma escola”. Sendo a leitura da bíblia por parte do laicato um dos pilares da reforma protestante, a alfabetização dos neófitos era uma tarefa premente no Brasil. Assim protestantismo era tido por si mesmo e por boa parte da população como sinal também de educação e desenvolvimento cultural e social, um sinal do liberalismo. Ruy Barbosa afirmou: “onde há protestantismo aí a prosperidade industrial” (FREESTON, 1993, p. 149).

Neste sentido Rubem Alves (2005, p. 257) sintetiza esta característica do protestantismo de então – e posterior pentecostalismo – desta maneira: “converta-se o indivíduo e a sociedade se transformará”. Na mesma direção Baptista (2007, p. 191) explana como essa influência gerou um protestantismo “escapista [dos problemas sociais, relegando-os às questões espirituais] e sectário”. Esta ideia representacional do indivíduo, sociedade e desenvolvimento estabelece-se e finca raízes; influenciaria a teologia missionária posterior e a

atuação política de igrejas pentecostais e neopentecostais no século XX e XXI. Poder-se-ia falar de uma característica premente do campo protestante brasileiro.

#### **1.4. O pentecostalismo que insere no Brasil: características – práticas e representações.**

Será a vertente pentecostal que inaugurará um novo jeito de se fazer política no Brasil em fins do século XX, no que diz respeito à relação religião e política. Suas práticas políticas ganharão enorme evidência no Brasil pós ditadura civil militar e suscitarão grandes debates em torno da democracia brasileira que estaria a se formar novamente. Seus políticos participarão da Assembleia Nacional Constituinte e ali exercerão pressão em alguns assuntos. Mas afinal, quem eram os pentecostais de então? O que os levaram a adentrar institucionalmente o campo político e deixar a exclusividade do campo religioso?

A nossa igreja [Assembleia de Deus] tem suficiente potencial para colocar um representante em cada Estado no Parlamento [...] O compromisso da igreja, nesse caso, não pressupõe um envolvimento político-partidário, pois nossa segurança está em Deus, mas representa um esforço da igreja manifestar sua benéfica influência nas mais altas esferas da vida pública (Mensageiro da Paz, maio de 1985, p. 1).

“Tínhamos informações que a CNBB estava com um esquema armado para estabelecer a religião católica como a única religião oficial [na Nova Constituição]”. Pr. José Wellington Bezerra da Costa. Presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil durante o período constituinte. (Apud FRESTON, 1994, p. 65).

Para falar de pentecostalismo é preciso algumas digressões. Os contextos culturais e sociais que colaborariam para o surgimento e desenvolvimento do pentecostalismo precisam ser explanados para a sua correta compreensão, afinal, aí estariam as bases – os fundamentos – do pentecostalismo que se desenvolveria em solo brasileiro. Ainda que correndo o risco de uma demasiada amplitude analítica e sua consequente generalização, tal explanação se faz necessária; ademais, importante destacar, mais uma vez, que as principais características que interessam à pesquisa – e sob as quais deter-se-á e a análise será mais incisiva – são as características do pentecostalismo no que diz respeito às suas representações e práticas quanto à sociedade secular e sobre a arena de disputas das sociedades modernas e contemporâneas. Dessa forma, veja-se:

#### 1.4.1. Reforma Protestante e a atualidade prática da fé

A Reforma Protestante foi um fenômeno que trouxe imensas consequências a diversas áreas da vida europeia: políticas, culturais, geográficas e, claro, religiosas. O desejo por mudanças vai encontrar adeptos em todas as esferas sociais, inclusive, entre os mais empobrecidos. Em se falando de religião, como consequência da doutrina reformada do *sacerdócio universal de todos os crentes*, e da primazia da interpretação particular das escrituras em detrimento de uma interpretação oficial institucional, surgem inúmeros grupos que buscam novas formas de *vivência* da fé cristã. Se os reformadores mais famosos se dedicaram a uma reforma dogmática, estes diversos grupos buscavam uma reforma prática, experiencial e vivencial. A literatura passa a contrapor estas duas vertentes em: *reforma oficial* e *reforma radical* (CAMPOS, 2002). A reforma radical faz surgir diversos grupos sectários, que têm em sua prédica a vivência da fé como experiência atual, ou seja, sua ênfase está na dimensão prática da fé, na atualidade do cristianismo. Dentre esses grupos, pode-se apontar os puritanos (que posteriormente irão à América do Norte com o sonho de construir um novo mundo); os pietistas; os anabatistas, os menonitas, os quaquers e etc. Diversas denominações protestantes originar-se-iam destes grupos.

Um pouco mais adiante, a Inglaterra do século XVIII vê surgir o movimento metodista. Este movimento tem sua origem no meio universitário onde um grupo de jovens liderados por John Wesley, alegando a busca de uma fé “viva” que se revele na vivência diária e não somente nas celebrações oficiais da igreja anglicana. Por terem rígidos métodos e disciplina nas horas de oração e leitura da bíblia este grupo vai ser conhecido como metodista. O movimento cresce exponencialmente e posteriormente chega a ser conhecido como a Reforma na Igreja Anglicana. A principal ênfase da pregação deste grupo é a chamada “santidade” (*holiness* em inglês), a busca pelo constante afastamento de práticas consideradas “pecaminosas” e a vivência da fé em todas as esferas da vida, ou seja, o que se busca é a sacralização daquilo que era considerado profano, ou ainda em outras palavras, a não mais divisão da vida em secular e religiosa, mas sim a dimensão sagrada da existência tomando conta de todos os aspectos da vida cotidiana. Perceba-se que a ênfase se volta a um sentido prático da fé: a luta contra o pecado e a busca – derivada desta luta – pela santidade e santificação. A prédica, mais uma vez, volta-se para o aspecto prático da vida religiosa e começa a estabelecer, com isso, a possibilidade de emoção em detrimento da razão – marca da pregação protestante. Atente-se que não é um abandono da razão, mas sim uma abertura a práticas mais emocionais na vivência cristã. “A base do movimento [metodista] está na

doutrina da justificação e santificação. [...] Para John Wesley não basta a certeza da salvação mediante a fé, [...] a santificação vem como uma certificação da salvação no aqui e no agora” (PASSOS, 2005, p. 48).

Max Weber ao tratar do metodismo em “A ética protestante e o “espírito” do capitalismo” já afirmara:

E de fato, uma vez que o metodismo se pautou desde o início pela missão entre as massas, nele a sentimentalidade [...] assumiu forte caráter *emocional*, especialmente em solo americano. Uma batalha penitencial que as vezes se exasperava até os êxtases mais espantosos, e que na América se consuma de preferência numa reunião pública conhecida como “banco dos angustiados” {*anxious' bench*}, levava a fé na graça de Deus como dom imerecido e, ao mesmo tempo, à consciência imediata da justificação e da reconciliação. [grifos originais] (WEBER, 2016, p. 126).

Essas transformações da experiência da fé obteriam muitos adeptos; também nos Estados Unidos, entre as populações empobrecidas devido à Revolução Industrial e suas imensas consequências sociais, políticas e culturais. Este e outros movimentos levariam ao surgimento dos denominados grupos avivalistas – que, conforme visto acima, oportunizariam o envio de missionários a diversos países. Dentre estes grupos, surgiram ainda no século XVIII, mas principalmente no século XIX, os grupos chamados de *movimento holiness*, que enfatizavam sobremaneira a questão experiencial da fé, a santidade pessoal comportamental, e começaram a introduzir outros conceitos como a infalibilidade, inerrância e atualidade das escrituras, em alguns casos em sua literalidade (ARMSTRONG, 2009, p. 237). Em um seminário do Kansas um grupo começa a fazer estudos neste sentido, buscando evidências bíblicas para a atualidade de manifestações espirituais à semelhança das que ocorriam nos tempos bíblicos.

Neste momento seria iniciado o marco da manifestação pentecostal com os contornos teológicos que irá se desenvolver posteriormente: a escola bíblica de Topeka no estado estadunidense do Kansas. Nesta escola o pregador Charles Parham e alguns de seus alunos defendiam que a atualidade premente da escritura bíblica se dava com a *glossolalia*, ou seja, o fenômeno místico-espiritual do falar em línguas estranhas. E neste momento, um primeiro ponto característico da teologia pentecostal presentifica-se: a interpretação literal de textos bíblicos. Atente-se que esta interpretação literal não se relaciona diretamente como contraponto a uma interpretação *erudita*, não é uma maneira inferior de se ler a bíblia, ou de pessoas ignorantes. Mas sim uma escolha deliberada de prática de leitura; onde se chegam a estas conclusões hermenêuticas é em uma escola bíblica; ou seja, há uma intencionalidade em se buscar compreender a bíblia desta maneira e não uma mera ignorância na leitura. É um

exercício da razão prática que se estabelece a fim de buscar respostas religiosas para o aqui e o agora, com seus problemas, dificuldades e desafios.

É no livro bíblico de Atos dos Apóstolos, capítulo 2, que há, após a ressurreição e ascensão de Jesus Cristo, a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos e discípulos que estavam reunidos em Jerusalém. Neste momento os seguidores de Jesus são, de acordo com a narrativa bíblica, cheios do Espírito Santo. Este fenômeno se externa nestes discípulos com o falar em línguas estranhas. Este episódio se dá durante a festa judaica do *Pentecostes* (nome grego – idioma que foi escrito o Novo Testamento – atribuído à festa da colheita), daí o termo moderno *pentecostalismo*. Estudando estes textos, Parham e seus alunos encontram a manifestação visível que procuravam. Campos Jr. Explica como se deu este primeiro episódio:

Se havia tal evidência na Bíblia, faltava uma experiência em que alguém falasse as novas línguas. Esse fato ocorreu na passagem de ano de 1901. Durante uma vigília Agnez Ozman (uma das alunas de Parham) sentiu a necessidade de receber preces com a imposição de mãos (geralmente o pastor coloca as duas mãos sobre a cabeça do fiel para orar por ele). Com a oração Ozman falou em outras línguas: era o começo do pentecostalismo nos EUA (CAMPOS JR., 1995, p. 22).

Em 1905 Charles Parham desloca-se até o estado do Texas e, em Houston, cria uma escola bíblica com a mesma temática. Um dos alunos que assistia as aulas e, por ser negro, sentava-se no corredor pois não podia frequentar a mesma sala que os demais, convence-se desta teologia nascente – a de que além, da justificação pela fé (dogma fundamental da reforma), e da santificação (a “segunda benção” dos metodistas e do movimento *holiness*) havia uma “terceira benção”, a saber, o Batismo com o Espírito Santo, que se evidenciava pela glossolalia – e a leva para Los Angeles, onde começa a pregar. Seu nome era William J. Seymour. “Seymour promoveu reuniões em casas da cidade e, no dia 6 de abril de 1906, numa dessas reuniões, um menino de oito anos falou em línguas, seguido de outras pessoas” (MENDONÇA, 1990, p. 47). Este jovem pastor organiza sua igreja na Rua Azusa na mesma cidade e por alguns anos exerce a função pastoral com esta dinâmica pentecostal nascente. As reuniões contavam com pessoas negras majoritariamente e, além da glossolalia, tais reuniões já eram marcadas por cânticos entusiastas, orações efusivas em voz alta e por várias pessoas simultaneamente, e etc. Tanta estranheza o movimento nascente gerava que a imprensa chegou a taxar a experiência de “africanização da cultura americana” (CAMPOS JR., 1995, p. 23). Neste sentido o nome de W. J. Seymour e de *Azusa Street* são marcos fundamentais na história do pentecostalismo e entre os brasileiros são memorializados como marco inicial do

mover do Espírito Santo em tempos modernos, afinal foi a primeira igreja local em que se buscava, incentivava e se vivia a fé pentecostal como a se conhece hoje. Basta uma rápida busca, por exemplo, em sítios eletrônicos brasileiros pentecostais ou mesmo nos sítios eletrônicos das próprias igrejas para ver essa profunda admiração. Em uma das biografias de José Wellington Bezerra da Costa – um dos maiores líderes da história da IEAD brasileira – tem-se, por exemplo, como um dos cultos marcantes realizados pelo pastor, a comemoração em 2006 do centenário do avivamento da Rua Azusa, com placas comemorativas e grandes festas (ALVES, 2014, p. 13).

Outro nome importante do pentecostalismo, que relacionar-se-ia com o Brasil, é o do pastor batista W. H. Durham. Esse pastor atuante em Chicago, Illinois, frequentou algumas das reuniões de W. J. Seymour em Los Angeles e passou a adotar e a professar a teologia pentecostal. Somente uma divergência a Seymour era defendida por esse pastor – que seria integrada e professada pelo pentecostalismo a se instalar no Brasil –, a de que o batismo com o Espírito Santo não seria uma “terceira benção”, mas sim uma “segunda benção”, confundindo-se com a santificação, ou melhor, fazendo parte do mesmo processo santificador que ocorria após a justificação pela fé (CAMPOS JR.1995, p. 25). De volta a sua cidade, Durham, trabalha nessa nova empreitada pentecostal, atuando principalmente entre a população mais pobre, entre os trabalhadores das fábricas e entre os enormes contingentes de imigrantes europeus. Ouvirão a pregação de W. H. Durham, Luigi Francescon, imigrante italiano que fundaria no Brasil a Igreja Congregação Cristã; também Daniel Berg e Gunnar Vingren, imigrantes suecos, que fundariam em Belém do Pará, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus (PASSOS, 2005, p. 50); (MENDONÇA, 1990, p. 47). Mas antes de tratar destes importantes personagens, insta algumas considerações acerca de algumas características do desenvolvimento pentecostal nos Estados Unidos, principalmente em Chicago.

#### **1.4.2. Pentecostalismo e a metrópole**

O pentecostalismo considera que experimenta, busca e vive uma fé vibrante, pautada em marcas visíveis da atuação de Deus sobre o crente (a glossolalia, a cura, os cultos e orações efusivas, os cânticos empolgantes e etc.). O culto é vibrante, onde todos podem participar efusivamente e não somente como expectadores. A teologia preocupa-se com a atuação do Espírito Santo na vida do crente, o ser “cheio do Espírito”; por isso o homem simples, o imigrante, o trabalhador, pode ser cheio do Espírito Santo, prescindindo de

qualquer outro requisito, seja educacional, cultural, social, etc. Assim a primazia do discurso teológico é sobre a atuação hodierna, imediata de Deus sobre o crente. Também na leitura e interpretação da bíblia este é foco principal: interação entre Espírito Santo (autor da letra sagrada, claro, através de homens consagrados) e leitor (desejante deste Espírito que revela-se também na letra escriturística) (BENATTE, 2009). Desta maneira, se o foco principal é a interação entre crente e Deus, as elaborações mais complexas acerca da exegese e hermenêutica, podem ser vistas até como entraves à atuação deste Espírito Santo que atua em homens simples que o buscam entregando-se a ele e não em homens que se “estribam em seu próprio entendimento”<sup>13</sup>. O senso de comunidade é fortíssimo; a aceitação daqueles que creem dentro da comunidade de “irmãos” é imediata, desde que se creia na pregação pentecostal e se submeta às regras do grupo.

Quem são os pentecostais? São um segmento do cristianismo que adota uma interpretação e uma prática marcadas pelo que consideram ser experiência do Espírito Santo, iniciada pelo batismo no Espírito e confirmada pelo dom das línguas – glossolalia – e das curas. Têm como características atuais a centralidade na experiência emocional, o culto de louvor efervescente, a tendência a leitura literal dos textos bíblicos e a prática do exorcismo. A palavra pentecostalismo é tomado de Pentecostes, fato fundante do cristianismo descrito no capítulo 2 do livro dos Atos do Apóstolos, quando o Espírito Santo desce sobre o grupo de apóstolos de Jesus, dando início à Igreja propriamente dita (PASSOS, 2005, p. 14-15).

Todas estas características foram primordiais para o crescimento desta vertente cristã tanto nos Estados Unidos quanto posteriormente no Brasil. Na rua Azusa em Los Angeles, é a população negra – segregada mesmo dentre os protestantes históricos, ou seja, mesmo em meio às igrejas havia a separação étnica – que responderia à pregação de W. J. Seymour e encheria as reuniões. Em Chicago, as condições e estratificações sociais de uma metrópole industrializada é que vão fornecer os ingredientes para o desenvolvimento do pentecostalismo. São os empobrecidos pelas relações entre força de trabalho e meios de produção de capital que irão congregar-se em torno dessa pregação. São os imigrantes que encontrarão nestas comunidades, as relações afetivas e de pertencimento que a cidade grande e sua anomia social, cultural, comunitária e identitária no novo país faz esgarçar-se. As multidões de marginalizados vão encontrar em torno deste culto a capacidade de produção identitária, aceitação comunitária, e nominação das relações sociais, culturais, dentro do caos da metrópole. Não por acaso que os missionários pentecostais que saem de Chicago e vem para o

<sup>13</sup>Livro bíblico dos Provérbios (Antigo Testamento): Capítulo 3, versículo 5 (de aqui em diante, capítulo e versículo: Provérbios 3:5): “Confia no Senhor de todo o teu coração, e não te estribes no teu próprio entendimento”; versão Almeida Corrigida e Fiel.

Brasil são imigrantes em terras estadunidenses.

A emergência do pentecostalismo tem como lugar a grande cidade moderna de tipo industrial, como no caso de Chicago no início de século XX. Participa da dinâmica contraditória de apropriação-expropriação do espaço-tempo da metrópole em construção. Podemos pensar não só nas funções identitárias e relacionais da nova prática religiosa, enquanto constituidora de grupos para os aglomerados de imigrantes, mas também em uma prática espiritual que confirma a empiricidade e imediaticidade da sociedade modernizada, que cobra sempre mais a verificabilidade dos fenômenos, que passa do esforço lento da produção do artefato para o produto industrial, quase instantâneo. Ora, a salvação pode, agora, ser verificada pelo sentimento da santificação, experimentada como emoção santa e confirmada pela evidência de determinados comportamentos, que o fiel e o grupo assumem (PASSOS, 2005, p. 50-51).

Em assim sendo, a verificação de uma lacuna social que o pentecostalismo preenche na metrópole pode ser profícuo componente para a compreensão do crescimento e aceitação do pentecostalismo em meio as classes mais pobres de trabalhadores e imigrantes dentro da metrópole. Parece haver uma função social que o pentecostalismo exerceu em seu nascimento e posteriormente.

No que diz respeito às relações com o mundo secular a teologia e práticas pentecostais vão encontrar no fundamentalismo um grande aliado e, não somente isso, mas um modelo de pensamento característico. A defesa intransigente daquilo que seria considerado elemento “fundamental” do cristianismo se tornaria em campo de luta renhida contra quaisquer levantes sociais que ameaçassem estes fundamentos. Mas este aspecto será detalhado no capítulo 3 deste trabalho. Por ora, saliente-se esta característica de conservação daquilo considerado fundamental à fé.

Aspecto importante neste momento é a característica sectária do movimento nascente. A metrópole é anômica; o mundo é cruel; é na igreja que a vida começa a ter sentido; é onde Deus age e se manifesta na vida e na carne de todos; todos os que são batizados com o Espírito Santo. A conclusão lógica disso tudo é a visão, que já no princípio do movimento se manifesta: Deus está na igreja pentecostal, o mal, o diabo, no mundo secular. “O fiel pentecostal é, nesse sentido, alguém qualitativamente distinto dos demais mortais pela capacidade de experimentar a temporalidade da salvação [externamente provada pelo batismo do Espírito Santo] hoje” (PASSOS, 2005, p. 37). Ser batizado no Espírito Santo era uma característica distintiva dentro do próprio grupo<sup>14</sup>, quanto mais em relação aos não-crentes. É nesse contexto que surgem os conceitos de distinção entre os “crentes” e as “pessoas do

---

<sup>14</sup> Alguns que não passam logo por esse ‘batismo’ podem viver com um certo sentimento de frustração e inferioridade, dentro de sua congregação, onde é frequente que muitos dos seus pares já tenham passado pelo gozo dessa ‘bênção’ (BAPTISTA, 2002, p. 45).

mundo”, ou, na terminologia veterotestamentária empregada, entre “justos” e “ímpios”.

Da mesma forma, é na esteira desta reflexão, que os “usos e costumes” seriam implantados. Zelosos de uma diferenciação com o mundo pecador, e ainda trazendo as influências do *movimento hollines*, os pentecostais vão estabelecer rígidos estilos de diferenciação ética e moral com relação ao mundo secular. O desejo é o de santificar todas as áreas da vida; a nova prática de fé exigia que não houvesse mais na vida do crente a separação entre sagrado e profano, mas que tudo fosse santificado por aquelas coisas e costumes que “Deus aprova”. Desde as roupas que se vestiam, passando por lugares que se frequentariam ou não, até diversões lícitas ou não. Esta característica sectária, tinha o papel preponderante de santidade verificável, distinção identitária e social, mas também controle e castração de comportamentos que a comunidade e seus líderes achassem reprováveis.

#### **1.4.3. Pentecostalismo no Brasil**

A análise acadêmica sobre o pentecostalismo no Brasil, passou por alguns estágios paradigmáticos. Diversos deles estabeleceram categorizações para os estágios em que o pentecostalismo passou no Brasil, cada qual podendo ser usado benéfica e proficuamente. Atualmente, porém, a mais aceita e usada (não sem discussão, por certo) é a categorização proposta pelo sociólogo Paul Freston em sua tese “*Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*”, de 1993. Neste texto, Freston apresenta o pentecostalismo no Brasil em “três ondas”, em três períodos, contextos e com características distintas e importantes cada uma. Para os fins deste trabalho esta categorização em três momentos distintivos se mostra como ideal, principalmente por que cada onda apresenta caracteres importantes e distintivos no que diz respeito a relação do movimento pentecostal com a sociedade brasileira e com a política.

Pode-se observar em cada onda, algumas características constitutivas destas mesmas ondas, caracteres estes específicos e que fornecem a estes estágios do fenômeno, características específicas fornecendo forma ao campo religioso pentecostal. Ademais nesse período o pentecostalismo passa de seita a igreja, estabelece-se e é reconhecido no Brasil. Por isso, antes de adentrar no fenômeno em si, algumas considerações acerca do conceito de campo religioso são oportunas.

#### **1.4.4. Um caminho teórico de compreensão do pentecostalismo brasileiro a partir de Pierre Bourdieu**

Ao construir seus universos para que se tornem habitáveis, os homens estabelecem valores simbólicos a determinadas categorias construídas, como por exemplo a prevalência honorífica de determinada tarefa laboral em detrimento de outras; ou os dias especiais; ou posições sociais; e etc. Estas construções culturais exercem a tarefa de nominação do mundo para que se torne habitável, a simbolização do mundo acultura a natureza anômica. Estas construções ganham naturalidade no decorrer do tempo, os homens encarnam essas simbologias como verdadeiras por si mesmas; preferem posições consideradas privilegiadas em relação a outras; surgem a distinção, o poder, a classe, o gênero. Homens matam e morrem por estas categorias distintivas. E é aí que as contribuições do sociólogo francês Pierre Bourdieu encontram material de reflexão. Se algumas páginas atrás falou-se da religião enquanto universo simbólico que constrói, estabelece a nominação ao caos, agora, através de Bourdieu, esse universo cultural simbólico é visto como “campo de disputas” simbólicas, ou seja, primeiro se falou de construção e legitimação, agora o movimento parece dar um passo a mais, e volta-se para disputas de posições de poder e influências, lutas simbólicas por posições de significação, e etc. O que chama a atenção agora é, além da construção e da nominação, a produção, reprodução, manutenção, disputas de posição, e etc. Posições de poder; distinções culturais e sociais, são vistas como posições a serem disputadas por “agentes” que digladiam-se nestes campos. Em linhas gerais, surge a teoria dos campos sociais (*théorie des champs sociaux*) bourdieuniana. Os campos seriam estes “espaços” sociais e simbólicos mais ou menos autônomos entre si, em que os homens, aqui chamados agentes, disputam posições. E o “campo religioso” também estabelece-se como campo de disputas. Neste campo específico além, de diversos outros campos, os “agentes” nele presentes têm interesses específicos e lutam para estabelecer e manter posições de poder e dominação. Dominação esta simbólica. Utilizando termos específicos da área econômica da vida humana, Pierre Bourdieu estabelece categorias para as manifestações de vontade e poder, portanto simbólicos, presentes na vida humana. Noções como, capital, troca, bens, consumo, produção, oferta e procura são levados às dimensões culturais das sociedades. Assim, compreender alguns deles é tarefa profícua quanto à compreensão teórica de determinadas realizações, práticas e representações do pentecostalismo brasileiro.

O pentecostalismo insere-se no Brasil como seita e logo, em relativo curto período

de tempo desenvolve-se e concentra caracteres de igreja, e este é um fenômeno sócio-cultural e histórico específico das seitas, como afirma Bourdieu: “Toda seita que alcança êxito tende a tornar-se Igreja, depositária e guardiã de uma ortodoxia, identificada com suas hierarquias e seus dogmas” (BOURDIEU, 2009, p. 60). Ao instituir dogma e ortodoxia começou a estabelecer, portanto, regras que operavam e regiam este campo religioso. Regras que delimitaram poderes simbólicos para os agentes – clero e laicato –; delimitaram posições; estabeleceram as representações e práticas presentes no campo, claro, como naturais, apesar de arbitrárias.

O processo conducente à constituição de instâncias especificamente organizadas com vistas à produção, à reprodução e à difusão dos bens religiosos, bem como a evolução (relativamente autônoma no que respeita às condições econômicas) dos sistemas destas instâncias no sentido de uma estrutura mais diferenciada e mais complexa, ou seja, em direção a um campo religioso relativamente autônomo, se fazem acompanhar por um processo de sistematização e de moralização das práticas e das representações religiosas que vai do mito como (quase) sistema objetivamente sistemático à ideologia religiosa como (quase) sistema expressamente sistematizado e, paralelamente, do tabu e da contaminação mágica ao pecado ou do mana, do “numinoso” e do Deus primitivo, arbitrário e imprevisível, ao Deus justo e bom, guardião e protetor da ordem da natureza e da sociedade. (BOURDIEU, 2009, p. 37).

O estabelecimento destes parâmetros constituintes do campo, fornecem àqueles em posição mais avantajada, principalmente autorizados do ponto de vista do discurso teológico, a saber os sacerdotes, poder simbólico, portanto de autoridade, de discurso, de sistematização e violência, física ou simbólica, neste caso, simbólica. O raciocínio de Rubem Alves (2005) parece concatenar-se às considerações de Bourdieu – a despeito de com elas ter tido contato ou não – quando afirmou que o dogma é simplesmente a sistematização do discurso daqueles que detém mais poder religioso quando da constituição destes dogmas.

Assim o campo religioso começa a ter relativa autonomia de outros campos da atividade humana, como o cultural, ou político por exemplo: quando a divisão do trabalho religioso é estabelecida, bem como, imediatamente posterior a isso, a formalização do dogma por parte daqueles autorizados ao discurso religioso, e agora produtores e ofertantes autorizados de bens religiosos, ou bens de salvação (BOURDIEU, 2009, pp. 34ss.).

Neste sentido, os produtores de bens de salvação ocupam um espaço privilegiado no campo. A característica autorizada – pelo Sagrado – de seus discursos fornecem a estes sujeitos grande *poder simbólico*. Este poder que, conforme afirma Bourdieu (1998), parece invisível aos que o praticam como aos que os recebem e a ele se submetem – ou menos estes e aqueles querem fazer parecer que este poder seja invisível ou *natural*. Violência, privilégios,

posições no campo, o fato é que tanto aos que oferecem os bens de salvação como aos que os procuram e recebem, há uma reciprocidade de posições no campo, fazendo com que este funcione “normalmente” ou “naturalmente”.

Diante destas breves considerações acerca do campo social religioso, convém verificar as características do campo pentecostal brasileiro e sua relação com a sociedade como um todo.

#### **1.4.5. Primeira Onda Pentecostal**

Em 1910, na cidade de Santo Antônio da Platina no Paraná é fundado o primeiro núcleo pentecostal no Brasil, sendo iniciado por Luís Francescon. Francescon era um imigrante italiano que chegou aos Estados Unidos em 1890, estabelecendo-se em Chicago, onde teve contato com as pregações pentecostais de W. Durham. Converte-se à nova fé e, segundo ele, em 25 de agosto de 1907 recebe o dom de línguas, ou seja, é batizado com o Espírito Santo; posteriormente sente-se chamado por Deus para ser missionário na América do Sul e parte, em 1909, para a Argentina, Buenos Aires (MENDONÇA, 1990, p. 48), (MAIA, 2012, p. 68). Estabelece contato entre os imigrantes italianos nessa localidade, mas não consegue muito sucesso em sua empreitada religiosa. Decide partir para São Paulo, onde também considerável colônia italiana vivia. Ali teve contato com um morador italiano do interior do Paraná, Vincenzo Pievani, com quem partiu rumo a estabelecer a primeira igreja pentecostal brasileira, a Congregação Cristã (CC), que organizou-se em 5 de junho de 1910 (PROENÇA, 2011, p. 112-113), (CAMPOS JR., 1995, p. 28). Retorna, pouco tempo depois à cidade de São Paulo onde faz pregações em uma igreja presbiteriana. Sua nova doutrina causou grande escândalo entre estes protestantes. Alguns aceitam a nova mensagem e partem com Luís Francescon a formar uma nova igreja, à qual se filiará o núcleo primevo de Santo Antônio da Platina.

Luís Francescon teve desde os Estados Unidos grande contato com o presbiterianismo, sendo filiado a esta denominação por certo período. Não por menos, sua pregação inicial em São Paulo se dá em uma igreja desta confissão, e ainda, a influência do calvinismo sobre a Congregação Cristã se tornaria perceptível. Primeiro a organização eclesial, com diáconos e presbíteros (membros da igreja com funções de serviço e administração da comunidade), mas principalmente sobre a teologia. A Congregação Cristã é

calvinista, ou seja, em termos de soteriologia<sup>15</sup> crê que Deus escolhe previamente, por sua soberana vontade, aqueles que seriam salvos ou condenados, conforme se cria no presbiterianismo. Dessa forma, esta igreja nunca realizou grandes campanhas evangelísticas fora de seus muros, ou mesmo usou meios de comunicação de massa. A evangelização se dá mais pelo convite pessoal de seus membros, para que se frequente os cultos, principalmente os de batismos, onde há o convite à conversão.

A identificação com a colônia italiana sempre foi muito grande; foi somente com o advento do Estado Novo e com o controle por parte do Estado de questões relacionadas a estrangeirismos, que o culto em língua italiana foi interrompido. Esse fato, em alguma medida contribuiu para o crescimento da denominação entre os brasileiros e seu avanço pelo interior do país.

Quanto aos usos e costumes para seus membros, essa igreja estabeleceu-se com diversas prescrições. A começar pelo culto, onde homens sentavam-se de um lado da congregação e as mulheres de outro, e com um véu sobre a cabeça, obedecendo a uma prescrição bíblica do Apóstolo São Paulo à igreja da cidade de Corinto<sup>16</sup>. Quanto ao cabelo, as mulheres não poderiam cortá-lo e, ainda, não usariam calças compridas, mas somente saias. Informa Mendonça (1990, p. 50) que a Congregação Cristã se estabeleceu como uma “igreja de cultura oral; não publica nada, a não ser seu relatório anual. Também não recomenda a leitura de nenhuma literatura religiosa a não ser a Bíblia”. Neste sentido, em tempos hodiernos de internet e redes sociais, esta igreja não possui um site oficial, somente uma página denominada “onde congregar” com apenas endereços das igrejas filiadas sem mais informações detalhadas<sup>17</sup>. Seu culto simples, porém bastante ordeiro é uma de suas marcas; o púlpito é sempre ocupado por um *ancião*, que profere sua mensagem sem preparação prévia, somente por aquilo que o “Espírito lhe revelar”, sempre porém com a Bíblia como base (CAMPOS JR., 1995, p. 29).

Não foi somente Luís Francescon a ouvir W. Durham em Chicago, converter-se e vir para o Brasil como missionário. Estiveram lá e ouviram as pregações pentecostais também os amigos imigrantes suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg, convertendo-se à ao que entendiam ser uma nova maneira de experimentar e viver a fé cristã. Relatam<sup>18</sup> que frequentando diversas reuniões de oração, certa feita, recebem a revelação de que Deus os estava

---

<sup>15</sup>Doutrina da salvação dos crentes.

<sup>16</sup>Cf. Bíblia Sagrada, 1º Coríntios 11.

<sup>17</sup>Cf. <http://www.ondecongregar.com.br/> Acesso em 19/08/2017.

<sup>18</sup>Além de literatura específica, há um testemunho em áudio atribuído a Daniel Berg, disponível na internet (BERG, s/d).

vocacionando para serem missionários em um local chamado Pará. Ninguém ali sabia o que significava esta palavra; visitaram uma biblioteca e descobriram que este local era um Estado brasileiro, “a chamada divina estava, então, confirmada”. O fato é que em 19 de novembro de 1910, Berg e Vingren desembarcavam em solo brasileiro na cidade de Belém do Pará (PROENÇA, 2011, p. 115). Apesar da “sobrenaturalidade” do relato, Freston (1993, p. 70), contextualiza o caso, com importantes informações:

A escolha do Pará para iniciar [os trabalhos missionários] não foi racional, mas acabou tendo uma racionalidade maior (no sentido de se fazer presente em todo o país) do que se começasse no Rio ou São Paulo. Acontece que havia certo contexto para a profecia. O pastor da igreja batista em Belém [para onde os missionários se dirigiram] era um sueco emigrado para os Estados Unidos, que desde 1897 implantava igrejas em toda a Amazônia (Léonard, 1963: 319). É provável que o nome “Pará” já tivesse aparecido em relatos seus enviados à comunidade batista sueca nos Estados Unidos [da qual Berg e Vingren faziam parte].

Em todo caso, os dois missionários suecos dirigiram-se à Primeira Igreja Batista de Belém, onde, como dito, o pastor era sueco, e integraram-se como missionários; ali começam a pregar a “segunda bênção”, o batismo com o Espírito Santo e, mais uma vez, a nova doutrina gera desconforto e divisão. Alguns membros batistas se desligam desta igreja, acompanham os missionários suecos e fundam a igreja “Missão de Fé Apostólica” em 1911. Pouco depois o nome foi mudado para Assembleia de Deus.

Do Norte do País a Assembleia de Deus expande-se para o Nordeste, posteriormente Sudeste e Sul. Atualmente é a maior denominação evangélica/protestante no Brasil, segundo dados do IBGE (IBGE, s/d). A liderança da denominação foi até a década de 1950 sueca e depois passou para mãos brasileiras.

Quanto aos costumes, a Assembleia de Deus estabeleceu as bases emblemáticas que as inúmeras denominações pentecostais que surgiriam posteriormente usariam como regra. As mulheres não cortavam os cabelos; usavam sempre saias compridas; os homens sempre socialmente vestidos, principalmente nos cultos, onde o terno e a gravata eram sinais de distinção. A rigidez era bastante forte, sendo maleada somente em fins do século XX, não sem algum desconforto dos membros mais velhos, mas ainda mantendo grande parte dos costumes. Saulo Baptista (2002, p. 94), entrevistou um pastor, um diácono e um estudante de teologia da Assembleia de Deus de Belém do Pará; o diálogo mostra a rigidez em determinados costumes:

Pastor – A tradição era que a essa época que falei, de 45 anos atrás, a mulher crente não podia andar de bicicleta. Era proibido. Deus o livre! E nem podia, também, andar de calça comprida. Quase que nem existia isso. Não podia. A lâmpada fluorescente, ela não podia ser na casa de crente. Porque diz-se que essa lâmpada era

lâmpada lá de coisa de cabaré. O homem tinha que andar para a igreja de chapéu e de bigode. O obreiro tinha que ter bigode.

Estudante – Barba nem sonhar...

Pastor – Deus o livre! Era o bigodinho. Hoje está emendado daqui para aqui. Está um encarquilhado danado.

Entrevistador – Isso foi no passado. Mas hoje ainda tem problema nessa área?

Pastor – Muito grande!

Esses são alguns exemplos, mas muitos outros também eram incorporados. O fato é que a busca pela santidade, a fuga de qualquer coisa que se assemelhasse a uma conduta pecaminosa, ou mesmo, levemente suspeita, era imensa. Os costumes do mundo eram pecado e maldade, por isso a rígida disciplina era seguida como sinal de santidade, separação. Assim, a representação do mundo secular e da sociedade brasileira (ou qualquer outra) era a da sociedade pecaminosa e mundana, onde o crente não deveria meter-se. Não por menos a política, nesta mensagem, ser vista como algo inaceitável por parte do crente e da igreja. O antagonismo das duas esferas era explícito: a igreja e o crente eram obra do Espírito Santo, que os livrava do mundo mau, portanto sua visão e missão eram espirituais; já a política e a sociedade secular eram parte deste mundo, sua visão e missão voltavam-se para o aqui e o agora. Dessa maneira, não era de se estranhar a frase que se tornaria jargão: “crente não se mete em política”.

A estrutura eclesial das Assembleias de Deus centrava-se na figura do pastor, autoridade inquestionável da igreja. Gerou-se desde os primórdios uma autoridade sobrenatural em torno da figura do pastor, o “homem de Deus”. Desde o período de liderança sueca esforçou-se por centrar a liderança em figuras carismáticas-espirituais; deliberadamente evitou a diferenciação excessiva entre clero e laicato, optando pelo carisma em detrimento, por exemplo, de instrução teológica formal. Dessa maneira, evitou-se a criação de centros de formação teológica, até meados de 1950 quando a liderança passou a ser brasileira.

A multiplicação de igrejas se dava no modelo de igrejas-mãe e igrejas-filhas, ou seja, quando determinada igreja crescia passava a investir na abertura de novas frentes em localidades próximas e/ou enviando missionários para locais mais distantes. Desta forma complexas redes de dependência se estabeleceram, tornando os pastores das “igrejas-mães” possuidores de grande capital simbólico frente aos fiéis e demais pastores. Posteriormente convenções estaduais e nacional foram criadas. O fato destas redes de poder se estabelecerem criou uma classe de pastores “caudilhesca”. O poder envolto em torno destas figuras era enorme (FREESTON, 1993, p. 72).

Em uma entrevista do Pastor José Pimentel de Carvalho (CARVALHO, s/d), líder por muitos anos da Assembleia de Deus em Curitiba e da Convenção Geral das Assembleias

de Deus no Brasil (CGADB), grande expoente assembleiano em todo o Brasil, dono de um considerável capital simbólico, pai de pastores da Assembleia de Deus em Curitiba e avô da vereadora de Curitiba Carla Pimentel, mostra como a figura do pastor era vista como uma autoridade inquestionável. Em meados da década de 1930, José Pimentel de Carvalho, um menino de 14 anos que mal sabia ler, converte-se em uma igreja Assembleia de Deus, em uma localidade do interior do Estado do Rio de Janeiro. Seu tio, o pastor da Igreja, analfabeto, certa vez o encarrega da pregação de domingo sem aviso prévio; relata então o Pr. Pimentel: “Eu era recém-batizado. E eu fiquei preocupado; mas pregar, eu? Mas... uma ordem não se discutia, obedecia, viu?”. Por fim sua pregação foi a leitura à comunidade ouvinte de um capítulo do livro do Evangelho de Mateus.

Esse modelo de crescimento, a opção pelo privilegiamento da escolha de obreiros leigos em detrimento de uma instrução formal, fenômeno este característico do carisma pentecostal, gerou duas principais consequências às igrejas Assembleias de Deus, uma numérica e outra social. A numérica foi sua expansão rápida pelo território nacional. Os obreiros, em não precisando de instrução formal, logo podiam ser enviados como missionários e abrir novas frentes em diversas localidades. Uma comparação com as igrejas históricas é ilustrativa. Enquanto que em uma igreja protestante histórica o pastor precisaria de instrução formal (pelo menos o curso superior de Teologia), a igreja precisaria ter condições de sustentá-lo no ministério, etc., nas Assembleias de Deus – e também demais igrejas pentecostais – bastaria o crente se sentir vocacionado, chamado por Deus e ser enviado pela igreja-mãe para abrir “sua” igreja. Não eram raros os pastores analfabetos ou com pouca instrução formal, como visto acima. Até os dias de hoje, não é raro ver crianças em púlpitos pentecostais “pregando a palavra”, uma vez que o requisito básico ao ministério, não é a instrução educacional teológica, mas sim a “unção do Espírito Santo” - que pode manifestar-se sobre homens, mulheres, crianças, velhos, instruídos ou analfabetos.

Do ponto de vista social e simbólico esta estrutura do campo religioso pentecostal gerou em torno da figura do pastor algo de mágico e sobrenatural. A autoridade divina manifesta-se sobre esta figura gerando um enorme respeito e consideração. Contestar sua autoridade é algo extremamente problemático. Por isso, posteriormente, inúmeras denominações vão surgir com ex-pastoresassembleianos; afinal se se está em discordância com determinado pastor é mais fácil retirar-se e fundar a própria igreja do que contestar sua autoridade. Mas isso será visto mais detalhadamente quando da “2º onda pentecostal no Brasil”.

É comum, quando um pastor estabelece-se em determinada região como o grande

líder e “homem de Deus”, manter pastorados muito duradouros. Por exemplo, em Curitiba a direção da Assembleia de Deus ficou por mais de quarenta anos sob a direção de José Pimentel de Carvalho.

#### **1.4.5.1. Assembleia de Deus em Curitiba**

A principal fonte de informações acerca da História da Igreja Assembleia de Deus (IEAD) em Curitiba é a própria igreja. Em seu domínio oficial na internet<sup>19</sup> há uma linha do tempo com diversas informações e dados. Diante desta fonte institucional alguns cuidados são importantes, mas, ainda assim, as informações são valiosas. Vejamos.

A Igreja Assembleia de Deus iniciou-se em Curitiba através do trabalho do missionário Pr. Bruno Skolimovski. Imigrante polonês, converte-se em Belém do Pará em uma igreja Assembleia de Deus; dirige-se a Petrópolis e sentindo-se vocacionado por Deus partiu para Curitiba, aonde desembarcou em 19 de outubro de 1928, segundo nos diz o site da instituição. Este seria o primeiro “crente pentecostal” a chegar em Curitiba. O início de seu trabalho missionário deu-se basicamente em duas frentes: a primeira entre a igreja congregacional onde Skolimovski passou a congregar e a segunda entre a colônia polonesa que havia em Curitiba. Mais uma vez a pregação pentecostal causou desconforto e a igreja onde o missionário congregava é dividida entre aqueles que aceitaram a nova mensagem e os que não. Interessante notar que este desconforto e divisão gerados na igreja congregacional não são omitidos pela narrativa oficial da instituição, antes essa divisão é tida como prova de que a ação do missionário estava “dando frutos”, ainda que “dividindo” outra instituição em Curitiba.

Assim a partir destas duas frentes, iniciou-se a igreja Assembleia de Deus em Curitiba que organizou-se em fins de 1929, e tornou-se a maior denominação protestante/evangélica em Curitiba, a espelho do que ocorreu no Brasil.

Como dito, as fontes históricas destas informações são sempre fruto do trabalho da própria instituição e carregam sempre uma forte carga de apologia e a tendência de tornar estes pioneiros em heróis<sup>20</sup>. Não obstante, boas informações são disponibilizadas nestes documentos. Acerca do pr. Bruno Skolimovski, mostram a construção da figura de um “homem de Deus”, “cheio do Espírito Santo”, e também de algumas características

<sup>19</sup>Cf. <http://www.assembleiadedeus.org.br/historia-da-ieadc/>.

<sup>20</sup>Algumas histórias da denominação foram produzidas por sua editora oficial, a CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus); também sítios eletrônicos na internet, bem como vídeos institucionais. Cf. <http://www.editoracpad.com.br/assembleia/historia.php>.

identitárias de um pastor pentecostal da primeira metade do século XX, pertencente portanto, à primeira onda Pentecostal. Exemplo disso é o testemunho de um “irmão” da igreja, chamado Airton, muito próximo deste pastor durante seu ministério, e que está disponível no sítio eletrônico supramencionado.

Segundo o irmão Airton, Bruno Skolimovski era um homem que tinha uma fé impressionante, porque realizava muitas coisas, o que fazia ser admirado por qualquer pessoa. Inúmeras vezes trabalhando ininterruptamente na evangelização das almas, quando lhe faltava o pão, não apresentava nenhum sinal de abatimento ou desespero, pelo contrário, consolava sua esposa e orava ao Senhor. Não passou fome, nem seus filhos padeceram necessidades, pois o Senhor sempre enviava alguém para ajudá-los nas horas de provas. Ele distinguia a vontade de Deus, sabendo o momento em que deveria esperar por ajuda, ou, quando era necessário trabalhar com suas próprias mãos. O Pastor Bruno Skolimovski foi um excelente profissional de marcenaria. Em muitas oportunidades, trabalhou duramente neste ofício. [...] Para o irmão Airton, ele devia ao Pastor Bruno tudo quanto havia aprendido sobre a Doutrina Pentecostal. O Pastor Bruno era admirável e seu vigor, infatigável. Em sua juventude, o Irmão Airton, passava mais tempo na casa do Pastor Bruno do que em sua própria residência. [...] O Pastor Bruno visitava as pessoas pela direção do Espírito do Senhor. Muitas vezes, durante a meditação da Palavra, o Pastor Bruno dizia: irmão Airton, vamos visitar algumas pessoas, porque o Senhor está me enviando à fazer este trabalho. Aquelas pessoas necessitavam realmente da visita de um homem de Deus. Em momentos de desespero, provação ou tentação, estas pessoas eram confortadas pela palavra do Pastor Bruno. O Senhor Deus lhe mostrava onde devia ir, e, quando ir. Em todas as vezes que o irmão Airton acompanhou o Pastor Bruno, foi testemunha de que Deus o abençoava e os frutos do seu trabalho eram evidentes. Curas, batismos com o Espírito Santo, revelações, maravilhas e muita alegria no espírito, eram verificados em seu ministério. Quando o Pastor Bruno visitava, sua presença não se assemelhava à de uma pessoa comum, era sim, um evento divino. Não gostava de piadas, muita brincadeira ou conversas fúteis. Era o Pastor Bruno guiado pelo Espírito Santo. Sua ocupação era predominantemente espiritual. O irmão Airton destacou que o Pastor Bruno era um homem que não gostava de mandar, ou seja, de impor suas vontades e de ocupar posições. Ele era guiado pelo Espírito do Senhor. Não gostava de envolver-se com assuntos materiais ou administrativos. O seu negócio era exclusivamente espiritual, por isso dedicava-se mais nos trabalhos de natureza transcendente. A sua inteligência era profundamente analítica, intuitiva e de síntese. Ao analisar assuntos teológicos, deixava muita gente admirada pela profundidade de seus conhecimentos. [...] Em visita à congregação de Vila Tingui, o Pastor Bruno Skolimovski, dirigindo seu Ford 42, no intenso tráfego da Avenida Erasto Gaertner, durante uma noite muito escura, conversando com o irmão Airton, disse: Airton, avise-me quando passar um carro. Como não havia entendido, o irmão Airton perguntou-lhe: Por que irmão Bruno? O Pastor Bruno então respondeu: Porque eu não enxergo. Um calafrio desceu da cabeça aos pés do irmão Airton, mas, confiou plenamente que estava com um homem de Deus. Ainda surpreso com aquela situação, o irmão Airton perguntou: Como é que o senhor dirige se não enxerga? O Pastor Bruno disse: irmão, eu dirijo pela fé, e até hoje, nunca sofri um acidente de trânsito. O irmão Airton testemunhava que era uma maravilha acompanhar este homem de fé e humildade. Por diversas ocasiões o Pastor Bruno consultou o irmão Airton, pedindo sugestões, para resolver alguns problemas da igreja. Em uma destas situações, o irmão Airton indagou o Pastor Bruno dizendo: “O irmão é quem manda, quem sou eu, apenas um jovem estudante que ainda não possui este cabedal de experiência para dar sugestões à um homem de Deus”. Como resposta, o Pastor Bruno disse: “Na obra de Deus não existe chefe ou autoridade humana, porque o Espírito Santo não escolhe por meio de quem fala. Deus pode falar comigo ou com qualquer pessoa, até por meio de uma criança, e eu quero ouvir o que Deus tem para eu fazer”. Desta maneira, o irmão

Airton testemunhava que sentia-se honrado e valorizado perto deste homem de Deus. Era notório que o Pastor Bruno vivia no plano espiritual (IEADC, s/d).

A citação acima revela de maneira exemplar as representações em torno dos pastores pentecostais neste pentecostalismo de primeira onda. São muitas as palavras que revelam um verdadeiro “homem de Deus” que vivia no plano espiritual, em contato com Deus, andando e (dirigindo) “pela fé”. Não gostava de piadas, ou mesmo de assuntos administrativos, mas que voltava-se a evangelização e capelania; somente sua presença era tida como um “evento espiritual”. Todos estes detalhes revelam a maneira como uma figura carismática estava formada em torno do líder eclesiástico. O ponto forte de todas estas representações em torno da figura do pastor revela um homem “cheio do Espírito Santo” e, ainda, que distingue-se por sua separação (santidade) de assuntos “carnais”.

Bruno Skolimovski dirigiu a igreja em Curitiba até 1939, quando mudou-se a São Paulo para novo ministério. Sucedeu-o então Clímaco Bueno, por um relativo curto período, até 1942, quando assume a liderança da igreja o missionário sueco Simon Lundgren. De 1942 a 1962 alguns pastores passam a presidir a igreja, inclusive Bruno Skolimovski; mas todos por breve período. Em 6 de março de 1962 chega em Curitiba José Pimentel de Carvalho que permaneceria à frente da denominação no Estado do Paraná até sua morte em 2011.

Em 06 de março de 1962, chegou em nossa Capital, a convite da Igreja de Curitiba, o Pastor José Pimentel de Carvalho. A sua vinda foi precedida de muita oração; veio na direção de Deus. Os frutos do seu ministério comprovam que veio na direção do Senhor. Quando chegou havia 8 congregações, 8 propriedades e aproximadamente [sic] 1800 membros. Atendendo a demanda dos novos congregados que mensalmente descem às águas [ou seja, batizaram-se], na administração do pastor Pimentel mais de 300 novos templos foram construídos com recursos próprios da igreja perfazendo um dos maiores patrimônios de nossa Capital. Nestes 47 anos, Curitiba experimentou um crescimento fantástico, bem como o ministério do pastor Pimentel, que nesses anos foi o presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) por várias gestões, bem como de Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Estado do Paraná (CIEADEP). Participou da CPAD [Casa Publicadora das Assembleias de Deus] em várias diretorias; recebeu títulos honorários de nossa Capital e estado do Paraná, sendo destaque nacional na área eclesiástica. Numa visão expansiva, pastor Pimentel dinamizou o trabalho evangelístico com cultos ao ar livre, campanhas evangelísticas com grandes pregadores, afluindo à Igreja Evangélica Assembleia de Deus milhares de pessoas que aceitaram a mensagem do evangelho tornando-se membros desta igreja<sup>21</sup>.

O texto acima consta de uma solicitação de votos de congratulação e louvor solicitados à Câmara de Curitiba pela vereadora assembleiana Cantora Mara Lima (PSDB)

<sup>21</sup> Texto da solicitação de votos de congratulação e louvor solicitados à CMC em 2009, pela vereadora assembleiana Cantora Mara Lima (PSDB), por ocasião do aniversário de 80 anos da Assembleia de Deus em Curitiba.

em 2009. Nesta fonte disponível no sistema legislativo da CMC muitas informações numéricas do trabalho de José Pimentel de Carvalho estão disponíveis. Há que se destacar que o texto consta de um documento público, produzido por uma vereadora pertencente à IEAD de Curitiba. Assim, duas características devem ser tidas em mente: o âmbito público da produção e da pertença do documento – o que nos leva a creditar relativa veracidade aos dados, uma vez que não é possível comprová-los por outros dados que não os da instituição – por outro lado a filiação religiosa desta vereadora que o produz, o que impõe as impressões subjetivas daquele que escreve e do campo religioso a que se submete – ela não se furta a destacar que o pastor veio a Curitiba “na direção de Deus”. A despeito disso, importante ressaltar que foi neste período de, de fato, a IEAD de Curitiba cresceu vertiginosamente. O nome de José Pimentel de Carvalho tornou-se o mais conhecido, poderoso e influente nome na Assembleia de Deus no Paraná. Esta igreja tornou-se a maior denominação da Cidade, que, conforme dados do IBGE (IBGE, s/d) possui mais de 69.000 membros atualmente em Curitiba.

No campo político a IEAD de Curitiba elegeu vereadores, deputados estaduais e federais. Os nomes políticos serão expostos oportunamente, principalmente os vereadores. Mas um nome da IEAD curitibana chamou atenção no cenário nacional: Matheus Iensen; sua história merece um parêntese neste texto.

Iensen era cantor sacro muito famoso nos meios pentecostais; dono de emissoras de rádio e empresas do ramo de comunicação. Desde 1966, à revelia da igreja, intentava os meios políticos. Foi eleito somente para a Assembleia Constituinte com apoio da IEAD. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) traz um resumo de sua atuação na Constituinte:

Empossado em fevereiro de 1987, foi titular da subcomissão da Família, do Menor e do Idoso; da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes; da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, e suplente da subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais e da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Votou a favor do presidencialismo, da proibição do comércio de sangue, da anistia aos micro e pequenos empresários e da unicidade sindical. E foi contra o rompimento de relações diplomáticas com países que adotavam políticas de discriminação racial, a pena de morte, o aborto, a limitação do direito de propriedade, a nacionalização do subsolo, a estatização do sistema financeiro, a limitação dos encargos da dívida externa, o mandado de segurança coletivo, a soberania popular, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de quarenta horas, o turno ininterrupto de seis horas, a demissão sem justa causa, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária, a desapropriação da propriedade produtiva e a legalização do jogo do bicho (CPDOC, s/d).

Nota-se uma atuação conservadora em quesitos morais e mais à direita no espectro

ideológico – mas isso será melhor detalhado nas últimas páginas deste capítulo. O que mais chamou a atenção nesta atuação, foi sua emenda a um texto de lei que proporcionava ao presidente José Sarney cinco anos de mandato. A moeda de troca? Uma concessão de uma rádio em Curitiba. “Em junho de 1988, uma semana após a votação da emenda, recebeu a concessão da Rádio Novas de Paz, de Curitiba” (CPDOC, s/d). Sobre esta rádio, houve uma celeuma nas fileiras assembleianas do Paraná. Freston (1994, p. 81) revela a reação de um deputado estadual da igreja (José Felinto): “Esta rádio estava prometida para a igreja, mas acabou nas mãos de Matheus”.

#### **1.4.6. Segunda Onda Pentecostal**

Em meados da década de 1950 o pentecostalismo brasileiro começa a experimentar algumas transformações, que por seus importantes caracteres distintivos em relação ao pentecostalismo primevo, viria a ser conhecida como segunda onda. Lembre-se o leitor que neste mesmo período a liderança de igrejas pentecostais até então ligadas a missionários estrangeiros passa a mãos brasileiras; da mesma forma a segunda onda, apesar de ter influências estrangeiras, é eminentemente brasileira. No que diz respeito à primeira onda, pode-se notar algumas continuidades como a questão dos usos e costumes como vestimentas, cabelos, maquiagens e etc. - apesar de alguns relaxamentos em algumas igrejas e o recrudescimento em outras –, e a questão da segunda bênção com o batismo do Espírito Santo e a glossolalia. As rupturas distintivas do fenômeno estão na ênfase da pregação acerca das curas e do exorcismo; e o uso de meios de comunicação de massa para evangelização. As principais igrejas deste período são a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), a Igreja O Brasil para Cristo (IBPC) e a Igreja Pentecostal Deus é Amor (IPDA).

##### **1.4.6.1. Igreja do Evangelho Quadrangular.**

Essa igreja é a pioneira do movimento pentecostal de cura divina no Brasil. Sua fundadora foi a canadense metodista Aymee Semple McPherson, que também teve contato com o pastor pentecostal de Chicago W. H. Durham. Sua fundação se dá em Los Angeles sob o nome de “*Foursquare Gospel Church*”. Apesar disso só chega no Brasil, através de pregadores de lá enviados, em 1951 com a “Cruzada Nacional de Evangelização”, um ambicioso movimento de caráter evangelizador que trazia novas formas de evangelização. Utilizando-se de lonas assemelhadas às de circo, instaladas em terrenos baldios ou sem

ocupação das cidades, esse movimento pregava o evangelho como tendo quatro principais pontos (daí o nome Quadrangular), quais sejam, Jesus Salva; batiza com o Espírito Santo; Jesus cura; e Jesus voltará. Dentro destas lonas aconteciam os cultos de maneira muito menos hermética do que em um templo pentecostal tradicional, e com contornos de espetáculo midiático, como programas de rádio com apresentadores carismáticos, e etc. Os pregadores enfatizavam as curas divinas e estas ocorriam em frente à multidão de expectadores.

[...] a novidade metodológica da IEQ: locais “seculares”, novo estilo de comunicação e maior arrojo no planejamento. A cura divina em si não era novidade, mas a sua massificação e práticas em locais públicos, sim. A apresentação visual dos pregadores era mais moderna e urbana do que a de um pastor da AD. (FREESTON, 1993, p. 84).

Essa estratégia de evangelização através das lonas levou as igrejas mais perto da população, principalmente em bairros periféricos, além de desmistificar o local de culto como templo sagrado levando a religião mais perto do cotidiano das pessoas. A estratégia foi muito bem-sucedida; já em 1964 a igreja contava com mais de 25 mil membros no Brasil (CAMPOS JR., 1995, p. 37). Após o uso das tendas, ocorria a construção de templos específicos, com características diversas.

Houve também maior oportunidade para as mulheres no que diz respeito à pregação [em sendo a fundadora da seita uma mulher]. [...] Isso não acontece nos outros grupos pentecostais. O número de pregadoras ou missionárias que atuam nesse ramo do pentecostalismo é notável, pois em geral a orientação doutrinária ou mesmo a pregação são consideradas tarefas exclusivas dos homens (CAMPOS JR., 1995, p. 37).

A grande novidade trazida pela Igreja do Evangelho Quadrangular foi a dinamicidade de suas estratégias de evangelização. A modernização das estratégias e do estilo de pregação foi a marca premente desta segunda onda e a grande ruptura com o pentecostalismo primevo. Outra questão além desta espetacularização da mensagem, foi o abrandamento de algumas questões relacionadas aos usos e costumes e a indicação incisiva do mundo pecaminoso até então vivido pelo neófito. Não se apontava mais com tanta insistência para as práticas pecaminosas e a iminência do fogo castigador do inferno, mas antes introduzia-se uma mensagem moderna de religião que atenderia as necessidades básicas e urgentes das pessoas, para depois introduzir as diferenciações e os usos e costumes. Não obstante a mensagem ainda mantinha um caráter sectário; o mundo ainda estava perdido em pecado e condenado à destruição, por isso essa igreja não incentivava a entrada para a política

de seus membros; nem o engajamento social, mas sim a separação santificadora.

#### **1.4.6.1.1. Igreja do Evangelho Quadrangular em Curitiba**

Assim como as fontes trazidas pela Assembleia de Deus, no que diz respeito à IEQ a problemática é a mesma: as informações são produzidas pela própria igreja e este lugar de produção deve ser tido em conta na análise. Neste sentido, em 2015 quando completou sessenta anos de presença em Curitiba esta igreja produziu um vídeo em que os membros mais antigos da instituição deram seus testemunhos acerca do início dos trabalhos religiosos da IEQ na Cidade (IEQ, 2015).

Como dito acima, a dinamização dos meios de evangelização foi a marca da igreja também na capital paranaense. Em 1955, em uma movimentada avenida do Bairro Bachaceri armou-se uma tenda assemelhada a um circo. Uma fotografia disponibilizada no vídeo nos mostra uma faixa propagandística em frente a tenda com os dizeres: “Tenda: Conferência sobre cura divina com o missionário Rev. Harold Williams”. Note-se que não há menção a “culto” ou a uma denominação especial; mas sim uma “conferência” sobre cura divina com um conferencista que parece ser estrangeiro (de fato, se tratava de um estadunidense).

Mais uma foto é exposta no vídeo, desta vez em um galpão de madeira. Nesta foto já aparecem os dizeres “Cruzada Nacional de Evangelização” e logo abaixo “Igreja do Evangelho Quadrangular”. Mais abaixo veem-se os dizeres: “Pregação do Evangelho e oração pelos enfermos todos os dias às 20h. Entrada Franca”. Esta parece ser a foto de um templo que já havia ganhado certa estabilidade e ainda assim continuava com práticas de evangelização não comuns a igrejas pentecostais de primeira onda.

Aílton Araújo, pastor desta igreja, vereador e deputado estadual, relata sua primeira visita a esta tenda.

Quando se instalou a tenda na [Avenida] Erasto Gaertner, aquele circo chamou a atenção e nós viemos do bairro para assistir a programação. Viemos porque achávamos que era circo. Ali a gente via coisas extraordinárias, e também pelos cânticos que eram entoados (IEQ, 2015).

A fala do pastor, rememorando a tenda, remete à novidade e mesmo à astúcia da estratégia de evangelização. Se entrar em um templo era algo mais dificultoso do ponto de vista do proselitismo, ir a um “circo” era muito mais tranquilo; e o espetáculo que lá se via era o da cura e o da conversão. As músicas entusiastas concorriam para a novidade alcançar

grandes levadas de pessoas.

Esta dinamização da pregação produziu resultados. A IEQ se tornou a segunda maior denominação evangélica em Curitiba. Atualmente possui mais de 64.000 membros, ou seja, quase o mesmo número da IEAD, apesar de ser uma igreja muito mais jovem. As duas denominações pentecostais trariam grandes mudanças aos quadros políticos da cidade. E por serem as únicas igrejas pentecostais que elegeram vereadores em Curitiba, nos detivemos mais detidamente sobre elas. As demais igrejas de primeira e segunda onda não obtiveram em Curitiba um êxito semelhante a estas duas denominações.

Porém estas estratégias geraram alguma confusão na cidade quando de sua instalação. O depoimento da pastora Orotildes Rosa, no mesmo vídeo institucional é bastante interessante: “Nos jornais, falavam tudo contra. Que estava pedindo dinheiro; perseguição, né? Perseguição” (IEQ, 2015). O relato, se verdadeiro (o que não seria descabido), mostra que até mesmo a imprensa local destinou espaço às tendas; negativo, como visto. Porém as dificuldades não pararam por aí. A sra. Edith Zahorcak, membro da igreja, relatou: “Na época da tenda os pastores até foram presos, foram levados pra delegacia. Foi o pastor Júlio Rosa e o pastor Manoel de Mello” (IEQ, 2015). A pastora Orotildes dá mais detalhes do caso:

Numa tarde da benção ele estava pregando, daí chegou o delegado, sei lá, uma autoridade lá, colocou a mão no ombro dele e disse: “o senhor tá detido. O senhor vai parar com essa reunião agora”. Ele levou um susto né? Então ele disse assim: “então o senhor me dá licença que eu vou fazer uma oração pra terminar a reunião”. Ele fez a oração, e fez o povo se levantar e cantar “Glória, glória, aleluia! Vencendo vem Jesus”. E ele com os obreiros entraram no carro da polícia e ia a sirene tocando e lá levou os pastores pra delegacia [risos]. [...] Até o Manoel de Mello, que era o missionário foi também (IEQ, 2015).

O relato da pastora Orotildes termina com o encerramento do caso em que os pastores prestaram explicações à polícia e foram liberados. De todas esses relatos vê-se que a grande novidade da igreja na cidade foi a tenda e as novas estratégias de evangelização e mesmo de culto. Como dito, tais estratégias surtiram grandes resultados.

#### **1.4.6.2. Igreja O Brasil para Cristo**

Se todas as igrejas anteriormente mencionadas tiveram origens estrangeiras, a Igreja O Brasil para Cristo foi a primeira totalmente nacional. Seu fundador foi o pastor Manoel de Mello (o mesmo, acima citado, levado à delegacia). E esse pode ser considerado o primeiro grande pregador carismático pentecostal do Brasil.

[Manoel de Mello] nasceu em 1929 em Pernambuco, sexto de nove filhos de agricultor arrendatário. O pai era católico e a mãe, da AD. Manoel foi criado na AD, onde se tornou menino-pregador. Vindo a São Paulo nos anos 40, trabalhou em construções, chegando a mestre de obras. Na AD, atuou como diácono, mas sentia-se limitado. Com a chegada das tendas, e impulsionado pela recuperação de uma doença, ligou-se à Cruzada Nacional de Evangelização. (FRESTON, 1993, p. 87)

Na Cruzada Nacional de Evangelização (Igreja do Evangelho Quadrangular), tornou-se pregador itinerante – vindo inclusive a Curitiba, de onde estabeleceu-se a igreja do Evangelho Quadrangular nestas plagas. Essas etapas foram cruciais para sua formação enquanto pastor: primeiro, sua própria trajetória de vida enquanto migrante e trabalhador pobre, afeito às dificuldades enfrentadas por enormes contingentes de brasileiros que fizeram o mesmo itinerário em busca de melhores condições de vida; seu conhecimento e incorporação já quando em criança da doutrina pentecostal e sua tremenda objetivação e incorporação da esfera do Sagrado para o aqui e o agora, para todos; além disso, conheceu novos métodos de pregação que aproximaram as igrejas de mais e mais camadas da população segregada. Não por menos seu pioneirismo foi de um sucesso estrondoso.

Foi também pioneiro em usar o Rádio como meio de pregação, aproximando-o mais ainda de diversas camadas até então não alcançadas. O programa chamava-se “*Hora do Brasil para Cristo*” (PROENÇA, 2011, p. 135).

Não demorou para haver o rompimento com a Cruzada Nacional de Evangelização e para a fundação de sua própria igreja, com o nome inspirado no programa de rádio. Em 1956, organizou-se a Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo.

Manoel de Mello foi um ícone que representa uma guinada no campo pentecostal brasileiro. Os meios de comunicação de massa levaram a imensos contingentes de brasileiros as mensagens pentecostais de aceitação, uma vida melhor, cura dos males físicos, e etc. Não demorou para esta igreja sob a égide deste pregador carismático reunir enormes contingentes de pessoas ao redor de suas promessas.

O intenso emprego das emissoras de rádio como estratégia de apoio às concentrações, para divulgação das curas divinas, possibilitava também o contato com um rebanho dispenso por inúmeras cidades no interior do país. [...] A partir de 1958, passou a realizar grandes concentrações religiosas que lotavam estádios de futebol, em São Paulo. Essas concentrações eram chamadas de “tardes da bênção” e tinham grande ênfase em milagres e curas divinas. (PROENÇA, 2011, p. 135).

O sucesso em torno da figura carismática de seu líder foi estrondoso, decaindo após sua morte. Do ponto de vista de seus caracteres sociais e institucionais a O Brasil para Cristo

é muito semelhante às demais igrejas pentecostais anteriores, maleando porém um pouco os “usos e costumes” sem porém abandoná-los. “É uma igreja popular, com estilo semelhante ao das Assembleias de Deus” (MENDONÇA, 1990, p. 54).

Mas não foi somente este o aspecto inovador de Manoel de Mello. Ele foi o primeiro a envolver-se institucionalmente na política pública. Em 1966 sua igreja elege a deputado federal Levy Tavares, que ao tentar a reeleição sem o apoio da O Brasil para Cristo, fracassa. Esta igreja, pentecostal, foi extremamente inovadora no campo religioso brasileiro. Seu líder desenvolveu-se carismaticamente através do uso de novos meios de evangelização, como o rádio. Aproximando-se do povo com uma linguagem simples; tendo a experiência da migração e do trabalho braçal; todas estas condições formaram em torno da figura de Manoel de Mello, a imagem de um “homem-de-Deus-do-povo”. Talvez por essa liderança carismática centralizadora ser exacerbada em torno de seu líder, a igreja não conseguiu desenvolver-se muito em um território maior, não tendo tanta influência posteriormente, principalmente na política. Apesar disso, sua emergência é emblemática em se falando de campo religioso brasileiro e suas transformações no decorrer do tempo. Em Curitiba, atualmente a igreja conta com pouco mais de 2.000 membros, segundo dados do IBGE acima referenciados.

#### **1.4.6.3. Igreja Pentecostal Deus é Amor**

Outro missionário pentecostal que tornar-se-ia emblemático na segunda onda do pentecostalismo brasileiro foi David Martins Miranda. Migrante do interior do Paraná, converteu-se em São Paulo ao pentecostalismo e, em 1962, fundou sua própria denominação: a Igreja Pentecostal Deus é Amor. Esta igreja apesar de pertencer ao mesmo período modernizador de um deuteropentecostalismo no Brasil, possuiu continuidades e rupturas com o movimento predecessor: continuidades – e recrudescimento – na questão dos usos e costumes outorgados aos fiéis, rupturas nos meios de pregação e espetacularização dos cultos.

Da mesma maneira que Manoel de Mello, David Miranda conseguiu concentrar em torno de si um grande capital simbólico como homem de Deus que opera milagres. Também possuía a experiência e a linguagem simples da população empobrecida vindas do interior que enchia as cidades.

Sua estratégia de evangelização foi a mesma que a de Manoel de Mello: o uso do rádio para pregação e transmissão dos cultos, indo porém, além daquele no que diz respeito a aporte de recursos e esforços. Além da grande ênfase nas curas, David Miranda começa a transmitir no rádio seus cultos e as sessões de exorcismos que ali ocorriam. Miranda

conseguiu montar um considerável empreendimento no ramo das comunicações, comprando grandes massas falidas e revertendo-as em instrumento de pregação de sua igreja (CAMPOS JR. 1995, p. 43). A Deus é Amor também conseguiu crescer mui rapidamente durante seus primeiros anos, tanto que, logo a igreja comprou um antigo barracão de uma fábrica, com mais de oitenta portas para a rua e, em torno de vinte mil lugares.

O bairro deste templo, assim com os templos da Congregação Cristã, O Brasil para Cristo e, posteriormente, da Universal do Reino de Deus, é o Brás em São Paulo. Não por coincidência. Era um local de concentração de trabalhadores pobres, com uma grande estação rodoferroviária por onde circulavam milhares de pessoas todos os dias. Ali a metrópole se fazia sentir na passagem de milhares de estranhos todos os dias por suas ruas, mas também era o local onde se poderia encontrar laços de nomização da cidade grande através do contato religioso.

Do ponto de vista das relações de seus fiéis com o mundo secular, essa igreja converteu-se, através da doutrinação de seu líder, na mais rígida instituição pentecostal em termos de usos e costumes. Além de questões acerca de roupas, prescrições às mulheres, e etc., proibia expressamente o contato com a televisão, sob pena de exclusão, apesar de permitir o rádio; o ascetismo era extremo; os métodos anticoncepcionais eram rechaçados; a participação em festas ou locais em que houvesse qualquer coisa considerada depredativa dos costumes era evitada, tais como bailes e etc.; o mundo secular é considerado como totalmente profano e perdido, portanto esta igreja nunca participou institucionalmente da vida política do país, nem incentivou a participação de seus membros. Freston (1993, p. 92) traz um trecho de um livro de prescrições sociais aos membros da igreja – doutrina acerca de pecados:

É permitido criança brincar de pipa ... Mat. 19:14 e 1 Cor 13:11...Brincar com bola é permitido, desde que seja bola de plástico ou borracha e a idade da criança não ultrapasse 7 anos, 1 Cor 13:11... Assistir programa de TV ou de rádio mundano...: é proibido segundo a Bíblia... Punição: 1ª vez – 3 meses; 2ª vez – 1 ano... As irmãs de 16 até 18 anos poderão de casar com um irmão, até 28 anos, de 18 a 21 anos poderão se casar com um irmão, até 36 anos...Punição 90 dias de prova. (Doutrina Bíblica para os dias de hoje – IPDA).

#### **1.4.6.4. Pentecostalismo de segunda onda e sociedade brasileira**

Existem complexas relações entre a emergência do deuteropentecostalismo e as mudanças da sociedade brasileira. Uma mensagem em transformação encontrou um país em transformação e vice-versa. Tal aspecto – as transformações sociais que o Brasil estava passando em meados do século XX – já é por si só extremamente complexo de ser analisado e

sua explanação em poucas linhas corre o risco de ser generalista demais. Não obstante, algumas palavras podem ilustrar e esclarecer estas transformações; para isto, convém relembrar a situação do nascimento e desenvolvimento de pentecostalismo nos Estados Unidos, principalmente a cidade de Chicago.

Recorde o leitor que é na cidade de Chicago que o pentecostalismo primevo vai encontrar nos enormes contingentes de imigrantes sua adesão. As relações de trabalho nesta metrópole gerariam muitos desempregados e trabalhadores pobres; e é nestes contingentes que a mensagem de um Deus presente na vida e na carne de todos, independente de raça, posição social, ou escolaridade, vai tornar-se importante via de objetivação e legitimação da ordem vigente, além do local de aceitação e incorporação social do e no novo país.

Guardadas as devidas proporções, o que ocorria no Brasil na metade do século XX era uma situação semelhante. Alguma industrialização já se fazia presente desde algumas décadas, principalmente da década de 1930; a população brasileira, até então em sua maioria, vivendo na zona rural, tendo suas condições de vida esgarçadas e ouvindo a esperança na possibilidade de uma vida melhor, vai às cidades em busca de emprego. Se em Chicago os contingentes eram de estrangeiros, no Brasil eram de patrícios. Retirando-se principalmente da região Nordeste e Norte, rumaram ao Sudeste em busca de melhores condições de vida. E a situação que encontraram é mais ou menos a mesma: grandes metrópoles, anômicas para quem chega de uma situação rural; e pior, sem opção de trabalho e de moradia. Os processos de favelização acentuam-se nesse período; uma população sofrida estabelece-se nos entornos dos grandes centros. Some-se a isso, as inovações tecnológicas, principalmente a massificação das ondas do rádio; as transformações sociais do pós-guerra; o incentivo ao consumo; o *americanwayoflife*.

Em linhas gerais, é neste tempo e neste espaço que a segunda onda do pentecostalismo vai encontrar e inserir-se. E, mais uma vez, entre a população empobrecida e carente de nomização social, identitária, e carente de aceitação e incorporação, que o pentecostalismo vai inserir-se. E desta vez, entre o povo brasileiro, com brasileiros e feita por brasileiros. Se o protestantismo de missão aqui chegou negando a cultura e a religião brasileira; se o pentecostalismo primevo negava o mundo e tudo o que nele havia; este deuteropentecostalismo, apesar de manter grande parte da separação com o secular, começa a incorporar as transformações que o mundo estava passando, principalmente as tecnológicas com a dinamização da pregação – A igreja do Evangelho Quadrangular com as tendas; a O Brasil para Cristo e a Deus é Amor com as rádios – mas principalmente a formação de pregadores carismáticos, com características de celebridades.

Manoel de Mello e David Miranda, são os primeiros brasileiros a terem sucesso nas empreitadas religiosas pentecostais autóctones – neste período começam a pipocar inúmeras empreitadas pentecostais nacionais. Criam em torno de seus nomes um verdadeiro capital simbólico de projeção em torno dos termos “homem de Deus” ou “Ungido do Senhor”. Se as Assembleia de Deus possuíam uma oligarquia centralizadora, estes dois homens eram autocratas. Talvez por isso, após suas mortes as denominações enfraqueceram.

Este período de transformações viria a ser primordial, por que dentro dele se inseriram as igrejas da terceira onda pentecostal, e que transformariam a paisagem religiosa brasileira fortemente.

#### 1.4.7. Terceira Onda Pentecostal

A caracterização de cada período do pentecostalismo é uma tarefa complexa. Inúmeras pesquisas e debates tem buscado interpretar o fenômeno de diferentes perspectivas. Nossa opção, até aqui, foi de apresentar numa ordem cronológica a emergência de algumas das principais igrejas evangélicas. Além disso, procuramos esclarecer aspectos básicos de sua visão de mundo secular e estabelecer algumas relações com o campo da política e do regime de representação político. Nosso escopo não foi aprofundar a discussão acerca de como cada uma dessas agremiações se relacionou com o mundo da política, mas apenas traçar um quadro geral sobre essas instituições e suas relações com o contexto político.

Do mesmo modo, a terceira onda do pentecostalismo deve ser entendida com o mesmo cuidado. Trata-se de um movimento assaz complexo.

Se a primeira onda do pentecostalismo, pregava um ascetismo e a separação visível entre crentes e o mundo, não incentivando a participação em negócios mundanos; se a segunda onda manteve muitos destes aspectos apesar de ora relaxá-los – como na Igreja Quadrangular ou na Igreja O Brasil para Cristo – ora recrudesce-los – como na Igreja Deus é Amor – a terceira onda do pentecostalismo rompe com muitos padrões até então desenvolvidos, e por isso também ficou conhecida com *neopentecostalismo*<sup>22</sup>; assumiu novos contornos de ser igreja na sociedade brasileira, inclusive com a inserção no campo político de maneira institucional. A principal igreja que caracteriza este período é a Igreja Universal do

---

<sup>22</sup>A tipologia aqui empregada (como as outras utilizadas quando se fala do protestantismo e pentecostalismo brasileiro) é sempre precária, não fechada em si mesmo, e passível de críticas. Como já dito, a academia ainda discute as melhores formas de categorizações dos movimentos desse campo. Não obstante, o termo aqui empregado, alcançou certa estabilidade, e é aqui usado, pois, de fato, as novas características deste fenômeno religioso parecem ser suficientemente plausíveis para este ser chamado de novo pentecostalismo.

Reino de Deus (Iurd). Seu modelo de ser igreja – suas práticas e representações – foram em grande medida reproduzidos e incorporados por diversas igrejas que surgiram neste período, mas o grande sucesso, sem dúvida alguma pertence à Iurd.

Seu fundador foi Edir Macedo; filho de uma família interiorana do Rio de Janeiro, teve passagens pela Igreja Católica, religiões afro-brasileiras, e em uma missão internacional pentecostal, a Igreja Pentecostal Nova Vida, com características deuteropentecostais – o uso de mídias para pregação, a ênfase em curas, e etc. –, onde se converte e abraça o pentecostalismo brasileiro. Certa feita abandona esta igreja para fundar sua própria denominação em parceria com mais alguns interessados. Consagra-se pastor, mesmo sem atuação ou preparação religiosa anterior. Em 1977 surge a Igreja Universal do Reino de Deus: um fenômeno religioso sem precedentes na História da nação estava a levantar-se.

O crescimento da Igreja Universal se deu de modo sem precedentes no campo religioso brasileiro. Em menos de três décadas transformou-se no mais surpreendente e bem-sucedido fenômeno religioso do país. Nenhuma outra igreja havia crescido tanto em tão pouco tempo. Rapidamente, a IURD rompeu as fronteiras geográficas de seu ambiente de origem, superando as expectativas mais otimistas utilizadas para aferir o crescimento de novas igrejas. (PROENÇA, 2011, pp. 178-179).

Em menos de duas décadas a igreja já estava presente em todos os Estados brasileiros. Possui uma complexa rede de rádios. E até uma emissora de televisão, uma das maiores do Brasil. Seu sucesso tão estrondoso e sem precedentes gerou inúmeras reações, inclusive da academia que começou a voltar-se com mais atenção a este fenômeno.

Sem mais delongas, poder-se-ia perguntar quais os fatores que contribuíram para este crescimento. E mais uma vez a categorização de razões – que se pretenda exaustiva ou não – é problemática dada a complexidade do fenômeno. Ainda assim alguns autores apresentam razões plausíveis para tal explosão.

Para isso pode-se falar nas práticas e representações que esta igreja utilizou e que remetem a sua grande aceitação por enormes contingentes da população brasileira. Estas práticas e representações podem ser concatenadas às duas principais *teologias* praticadas pela Iurd, quais sejam, a *Teologia da Prosperidade* e a *Teologia da Batalha Espiritual*. Tais teologias caminham lado a lado; se mesclam e se confundem por vezes, mas suas características promovem as práticas ritualísticas do universo Iurdiano.

Ademais, há pouco indicou-se o processo de industrialização do Sudeste do Brasil como um dos componentes que concorreram para o desenvolvimento do pentecostalismo de segunda onda. Este processo acentuou-se nas décadas de 1970 e também 1980, contribuindo

para a formação das grandes cidades no Brasil, mas principalmente, tornando o país de um país de população rural para um país de população urbana. Dessa forma, as características sociais que estavam presentes quando da formação do deuteropentecostalismo, recrudescem-se e concorrem também para o neopentecostalismo.

As migrações internas e a urbanização ganharam assim um ritmo acelerado, provocando alterações nos dados estatísticos populacionais: se até 1970, cerca de 70% da população estava concentrada no campo, em 1980, as cidades já abrigavam 61 milhões de pessoas, contra quase 60 milhões que moravam ainda no campo, em vilarejos e cidades pequenas. Uma das razões desse novo quadro tem origem no fato de que, na década de 1980, a esmagadora maioria da população que vivia no campo estivesse mergulhada na pobreza absoluta, forçando, assim, o deslocamento para o contexto urbano. (PROENÇA, 2011, p. 147).

Este quadro de mudanças populacionais e econômicas levou a uma expansão urbana acelerada, com a explosão da pobreza nas periferias dos centros urbanos. Por outro lado, o país assistia ao triunfo dos meios de comunicação de massa, em especial a televisão, como veículo acessível à população. É nesse quadro social e contexto histórico que a Iurd realiza sua expansão como instituição religiosa. Mas, um elemento explicativo importante nesse processo é intrínseco ao universo religioso: a hiperbolização da pregação teológica sobre a possibilidade de prosperidade neste mundo articulada à ideia de possibilidade de absoluta libertação do mal.

#### **1.4.7.1. Neopentecostalismo: Práticas e representações – Teologia da prosperidade**

O neopentecostalismo assumiu em sua pregação diversos fatores que já estavam presentes no campo religioso brasileiro e pentecostal de até então. Sua mensagem para essa cidade urbanizada, favelizada, mas globalizada, é a possibilidade de mudança de vida no aqui e no agora; mas, sendo que de uma forma ou de outra essa mensagem já estava presente no pentecostalismo anterior, o que a Iurd fez foi sua hiperbolização. Edir Macedo inova sobremaneira ao trazer à sua pregação, “a solução para *todos* os problemas”, com promessas de cura, libertação das forças malignas que oprimiam a vida do crente, e por fim, a prosperidade financeira como sinal da bênção de Deus. Assim pode-se dizer que ao ser liberto do mal – através do trabalho da igreja – o fiel da Igreja Universal estava livre para poder crescer financeiramente como sinal da bênção de Deus e do comprometimento deste fiel com a obra daquele Deus, encarnada na Iurd. Em termos mais simplórios, a Iurd prometia a

mudança de vida que milhares de pessoas procuravam: o fim dos problemas familiares e sociais, a cura para as doenças, e a prosperidade financeira, através de um Deus acessível e sensível a essas dificuldades.

Para tanto a Igreja Universal mobilizou instrumentos, práticas e representações que já habitavam o imaginário religioso popular do brasileiro: o catolicismo popular, com seus messianismos, simpatias, rezas, novenas, e etc., mesclados a termos populares das religiões afro-brasileiras, como encosto, descarrego, o uso de materiais específicos para trabalhos religiosos, como rosas, sabonetes, fronhas de travesseiros, peças de roupa, e etc.

Em uma só página da Folha Universal [jornal oficial da Iurd] lemos a respeito dos seguintes símbolos: o Pão da Fartura, a Maçã do Amor, a Rosa Consagrada, o Nardo Ungido, a Sarça dos Milagres, o Sabão em Pó Ungido, e uma mesa de frutas simbolizando a prosperidade. Sem falar na Reunião da Paz (“os participantes comparecerão vestindo uma blusa branca e carregando uma rosa branca”) e na Vigília do clamor Jonas (“os participantes se concentrarão dentro da representação simbólica de uma baleia”). A justificativa para tais recursos é parecida com a da Igreja Católica: segundo um pastor, as pessoas precisam deles como incentivo à fé, mas o que resolve é a fé. (FRESTON, 1993, pp. 99-100).

Esse processo de apropriação de termos e objetos anteriormente utilizados se deu em uma via dupla. Apesar de utilizar certas nomenclaturas de cultos afro-brasileiros, foi a estes cultos que os maiores ataques foram disparados. A Universal redirecionou “a culpa” de todos os males que afligiam a população à atuação de seres demoníacos identificados com os orixás e santos destes cultos. Desta forma a primeira ênfase dada pela igreja quando um novo fiel chegava-se ao grupo era a de identificar e expulsar o mal (leia-se demônio) que estava atormentando a vida do fiel. Assim as sessões de exorcismos eram muitos comuns em quase todos os cultos; uma entrevista com o demônio era realizada a fim de identificar o mal ali presente (um exu, tranca-rua, zépilintra, ou pomba gira, etc.) e ao fim, sua expulsão.

**SESSÃO ESPIRITUAL DO DESCARREGO!** Se você é vítima de um encosto de vícios, doenças, miséria, separação conjugal, **VENHA RECEBER A LIBERTAÇÃO NA PRECE DO DESCARREGO**, aonde DEUS, que é pai das luzes, vai iluminar seus caminhos! Você receberá gratuitamente a Rosa do Descarrego. Coloque-a num ambiente onde existe um encosto para que a maldição seja quebrada. Participe também da campanha da arruda contra os maus espíritos na última sexta-feira do mês. Temos a oração de descarrego com arruda, uma oração forte, muito forte para sua vida. Sexta-feira, às 15:00 e 19:30 horas<sup>23</sup>.

Após essa libertação, o fiel estaria apto a iniciar a melhora de vida que dava-se além da melhora dos problemas apontados, principalmente com a prosperidade material. Por

<sup>23</sup>Folheto publicado pela Iurd *Apud* PROENÇA, 2011, p. 343.

exemplo, as reuniões específicas para empresários, as correntes (como as novenas católicas, eram um período determinado de tempo, por exemplo sete semanas, em que os fiéis se reuniam para pedir a Deus por algo específico) da prosperidade, etc.

A Iurd mobilizou em seu arcabouço de práticas e representações as promessas de vida melhor que o povo brasileiro tanto necessitava; apontando para um culpado específico (o diabo e seus demônios, materializados nos cultos afro-brasileiros), prometeu libertação, cura dos males físicos e emocionais, e ainda, riqueza. A riqueza foi santificada na Igreja Universal. A possibilidade de “sucesso” no aqui e no agora foi materializada na pregação de Edir Macedo e seus pastores. Dessa forma podemos identificar uma mudança no discurso deste grupo em relação aos pentecostais anteriores: o mundo não é de todo mal, mas pode oferecer coisas boas. Em outros termos, o mundo pode ser mau, mas se o é, é devido a atuação do diabo nele; logo, se expulsarmos o diabo, o mundo pode ser bom; inclusive a política.

Esta Igreja é uma instituição bastante hermética acerca de suas informações internas. Uma rígida hierarquia é sentida. As informações não são disponibilizadas ao pesquisador deliberadamente. Em Curitiba os dados do IBGE apontam atualmente para uma membresia de mais de 17.000 membros. Porém há que se ter em conta a volatilidade dos frequentadores, que muitas vezes, não são contabilizados pela própria igreja, mas que com certeza, concorrem para o sucesso dela.

### **1.5. 1980 – A década da mudança**

Todas estas transformações no campo religioso pentecostal brasileiro foram sentidas por todas as igrejas. Cada surgimento de um novo fenômeno no campo provocou reações, tensões, gerou, em alguma medida, a necessidade de formulação de novas representações e novas práticas, ou ao menos discursos dogmáticos por parte dos produtores autorizados de bens religiosos acerca destes fenômenos. Já que os universos simbólicos, discursos e representações são sempre construídos em contextos históricos específicos, a década de 1980 seria importantíssima e decisiva para a entrada dos pentecostais na política pública. Em outros termos, “sendo produtos históricos da atividade humana, todos os universos socialmente construídos modificam-se, e a transformação é realizada pelas ações concretas dos seres humanos” (BERGER & LUCKMANN 2014, p. 151).

Lembre o leitor que havia um certo receio entre os pentecostais chamados clássicos (de primeira onda) e a vida secular; a separação entre crentes e não-crentes, ou justos e injustos, era premente. Não por menos a arena político-partidária era execrada. Some-se a isso

o forte senso de autoridade que girava em torno das figuras dos pastores. Ora recrudescendo ora relaxando tais conceitos, o fato é que o pentecostalismo estabeleceu-se como socialmente conservador e, tendo uma autoimagem, de, junto com outras expressões sociais, guardião da moral e dos bons costumes do povo brasileiro, frente a um mundo secular mau, fadado à destruição.

A expressão recatada frente a sociedade vai estender-se até que esta possa de alguma maneira ameaçar a posição do grupo no campo religioso. Em outras palavras, ameaças externas poderiam mudar radicalmente a visão acerca da arena política que os pentecostais possuíam. Some-se a isso a explosão da Igreja Universal em termos numéricos e seu desejo de crescimento, ou seja, outras concorrentes produtoras de bens religiosos que poderiam tirar fiéis de seu rebanho. Enfim, o desejo de sobrevivência, manutenção, e ainda, o desejo de aumento da produção e oferecimento de bens religiosos, ou seja, o desejo da manutenção e do crescimento das igrejas, aliada a pretensas ameaças sofridas pelas mudanças na sociedade fez com que as igrejas pentecostais considerassem a possibilidade de movimentar seu capital simbólico frente aos fiéis a fim de adentrar o campo político.

Em função de sua posição na estrutura da distribuição do capital de autoridade propriamente religiosa, as diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do capital religioso na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social. (BOURDIEU, 2009, p. 57).

Em suma, as mudanças sociais e as mudanças no próprio campo religioso pentecostal levariam a uma mudança das práticas e das representações acerca da política e da inserção institucional neste novo campo. O jornal da Igreja Assembleia de Deus “*O Mensageiro da Paz*” é um exemplo extremamente emblemático desta transformação. Os editoriais deste periódico distribuído às IEAD de todo o Brasil mostram a mudança de perspectiva adotada pela denominação dentro do campo. O impasse aqui foi muito grande. Foi necessário mudar o discurso: do “*crente não se mete em política*” para “*Irmão vota em Irmão*”. Este movimento discursivo é bastante perceptível nas edições dos anos 1980 deste periódico. Ademais, a opção pelo periódico da IEAD se dá por ser esta a denominação mais emblemática da mudança de discurso neste período e que exemplifica a mudança também da IEQ, respectivamente um pentecostalismo clássico (primeira onda) e um deuteropentecostalismo (segunda onda). A Iurd se insere nesse contexto, mas de maneira distinta uma vez que não houve uma ruptura de

discurso, mas sim uma continuidade nesta igreja, uma vez que o ingresso na política tornou-se parte de seu projeto como entidade que disputa hegemonia no campo religioso.

A década de 1980 apresentou-se como um período de grandes transformações políticas e sociais no Brasil. O fim da ditadura civil-militar e a possibilidade do ressurgimento da democracia mostravam-se e punham a sociedade civil, organizada ou não, em ebulição. De certa forma, vários grupos que até então haviam sido calados pelo governo ditatorial começavam a mostrar-se como dispostos a lutar por seus ideais na “Nova República” que se instalava.

Dentro deste contexto de transformações sociais estavam as igrejas pentecostais brasileiras. As mais modernas (os neopentecostais principalmente) cresciam vertiginosamente e arrebatavam multidões com suas promessas de cura, libertação e riqueza caída do céu ao alcance de todos; a opção pela entrada na política partidária foi questão de tempo. Por outro lado, os pentecostais mais clássicos formaram durante praticamente todo o século XX no Brasil um *ethos* ascético e de negação do mundo secular; sua cidadania era divina e não mundana. A contestação social era execrada como pecado, e mais, não fazia sentido, uma vez que a sociedade perfeita não se daria neste mundo, mas sim no paraíso celestial, a verdadeira “pátria do crente”. O período da ditadura se torna emblemático neste sentido. Os pentecostais valorizavam a autoridade, não incentivavam a participação e contestação política, mas sim a oração pelas autoridades, conforme prescrição bíblica<sup>24</sup>. Em alguns casos o simples fato de se votar na oposição era considerado pecado (CAVALCANTI, 1994, p. 233). Ademais, a liberdade religiosa estava assegurada.

Na década de 1980, as transformações políticas e as dificuldades econômicas do país, fizeram com que cada vez mais as pessoas se interessassem em acompanhar os acontecimentos do mundo da política, em refletir sobre os rumos do país e também em participar de movimentos sociais e partidos políticos. Do mesmo modo, diferentes organizações sociais buscaram demarcar espaço na “Nova República” que se anunciava e definir suas posições a respeito de diferentes questões durante os trabalhos da Assembleia Constituinte. Nesse contexto, a AD teve de administrar uma dupla preocupação: participar dos debates políticos, já que o processo de redemocratização e a agenda de discussões inauguradas com a Nova República deixavam apreensiva a liderança da Igreja, e evitar que os pastores e fiéis se deixassem influenciar pela efervescente atmosfera política do país e “contaminassem” o espaço “sagrado” das igrejas com a política. [...] as estratégias utilizadas pela liderança da AD [voltaram-se] para defender os posicionamentos da Igreja na conturbada década de 1980, sem, com isso, endossar qualquer forma de militância política em movimentos sociais por parte dos pastores e membros e evitar que assuntos relacionados à política ganhassem destaques nos ensinamentos e pregações. (FONSECA, 2011, pp. 36-37).

---

<sup>24</sup>Cf. Carta do Apóstolo Paulo aos Romanos, capítulo 13.

Eis o dilema do período de redemocratização. Fonseca (2011, p. 42) consegue resumir o que ocorreu com as preocupações da Igreja Assembleia de Deus neste momento de ebulição nacional; entre a pátria celestial e mundo terrenal; entre discurso religioso e prática política:

Entretanto, nos anos oitenta, momento em que os debates sobre a redemocratização se acentuaram, a AD quebrou o silêncio que a acompanhou por décadas. Eram muitas as incertezas naquele cenário de forte tensão política e crise econômica. Os rumos que o governo civil, pelo qual uma parcela da Igreja Católica havia lutado, geravam grande preocupação à liderança assembleiana. O governo militar, “ordeiro”, que reprimia os levantes comunistas, que mantinha relação amistosa com os pentecostais, estava em declínio e a AD temia que a chegada de civis no comando da nação fortalecesse os partidos radicais, a Igreja Católica e que fossem facilitadas a aprovação de leis que contrariavam os princípios pentecostais. Importa ressaltar que, ao agir dessa maneira, a AD nada mais fazia do que seguir uma forte tendência desse período histórico em que as igrejas evangélicas em sua maioria buscavam aumentar a participação na esfera política do país.

Neste sentido algumas matérias publicadas no periódico *O mensageiro da Paz* são ilustrativas. É neste jornal institucional que as opiniões acerca do mundo secular seriam inseridas. Em julho de 1980 a matéria de capa trazia em letras garrafais: “A igreja e a política: É lícito as lideranças religiosas envolverem-se na luta de classes?”; o editorial argumentava acerca do grande problema de a mensagem religiosa envolver-se em discursos políticos, ou melhor, em militância no mundo temporal, portanto eminentemente precário, desigual e fadado ao fracasso uma vez que feito por homens imperfeitos ou pecadores.

[...] por ocasião da greve dos metalúrgicos do ABC, em São Paulo, a atuação política de alguns clérigos chegou mesmo a pregar às massas a mudança do regime vigente em nosso país. Saliente-se que esse tipo insidioso de pregação vem ocupando também alguns púlpitos protestantes em detrimento da sã doutrina da palavra de Deus. A história, todavia, tem muitas e sábias lições a dar aos teólogos contemporâneos, engajados em movimentos revolucionários. É impossível furtar-se às funestas conseqüências de uma transformação social que não seja a operada pelo genuíno Evangelho de Cristo, poder de Deus e sabedoria de Deus. Fora desta sólida e infalível base, as revoluções fracassam, porque os homens que as fazem não são regenerados, não são novas criaturas [...] É fácil consertar o mundo quando primeiramente endireitamos o homem. A missão da Igreja é pregar a Cristo a toda criatura, a tempo e fora de tempo; é colocar as mãos no arado e não olhar para trás [...] em uma palavra, transformar púlpitos em palanques políticos, ou substituir as Boas Novas de salvação por “slogans” revolucionários, é o mesmo que transformar bombeiros em incendiários. (Igreja e política (Editorial). Mensageiro da Paz. Rio de Janeiro, julho de 1980, p. 02).

Neste mesmo período um outro editorial ilustra de maneira emblemática a representação acerca das injustiças sociais presentes no mundo e a maneira de enfrentá-las.

Em referência aos pobres e injustiçados socialmente, nós lhes pregamos a salvação, e os ensinamos a terem confiança em Deus. Depois da pessoa ser salva a própria situação financeira melhora, porque Deus cuida dos seus. Mas lembramo-nos que o próprio Jesus foi pobre e injustiçado e no entanto perdoou aos seus algozes e afirmou, na hora pronúnciação de sua sentença, que seu reino não era deste mundo (...) nossa luta não é contra a carne, nem contra as injustiças sociais, mas contra as potestades, contra o príncipe das trevas e contra as hostes espirituais (...) o cristão que tem sabedoria não se deixa enredar nas teias romanas nem toma partido por ninguém a não ser por Jesus Cristo. (Teologia da Libertação: a ponta-de-lança do Anticristo. Mensageiro da Paz. Rio de Janeiro, setembro de 1980, p. 06 *Apud* FONSECA, 2011, p. 53).

A teologia conversionista mostrou-se aqui de maneira premente. A sociedade, por ser precária, temporal e passageira não era alvo da atuação da igreja. Por outro lado *indivíduos* tinham a possibilidade de ser salvos, obtendo a promessa do paraíso celestial. A mensageira desta pregação – a igreja – não possuía autorização para atuação temporal, mas somente para sua mensagem pura, a saber, a espiritual que apontava para o além.

Quando passou-se a sentir a atuação política de alguns membros da igreja como cabos eleitorais, principalmente a partir de 1982 com a pluralização partidária (FREESTON, 1994, p. 40), o Mensageiro da Paz passou a coibir tal prática. Vê-se em junho de 1982, em um artigo intitulado “A igreja, a política e a Teologia”, uma forte argumentação contra essas práticas politizantes que estavam surgindo. Atacou-se o argumento de que muitos judeus haviam sido políticos no decorrer da narrativa bíblica, como o patriarca José do Egito ou o profeta Daniel na Babilônia e na Pérsia, como justificante da atuação política pentecostal. Segundo o artigo a atuação política desses judeus era justificada por que Israel possuía uma missão terrena ao passo que a Igreja possuía uma missão espiritual (A Igreja, a política e a teologia. Mensageiro da Paz. Rio de Janeiro, junho de 1982, p. 18).

Porém algo de grandioso ocorreu: em 1985 as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte foram convocadas. A Constituição da “Nova República” seria elaborada e uma nova ordem social estabelecer-se-ia. Diversos setores da sociedade organizaram-se para reivindicar seus espaços na arena de discussões que estava a formar-se. Não foi diferente nas instituições pentecostais.

Se em junho de 1982 atacava-se o argumento de que os judeus envolveram-se na política e portanto cristãos também poderiam, em 1985 viu-se:

A Igreja de Cristo não foi colocada como cauda, e sim por cabeça. A Bíblia deixa subentendido que o cristão não pode eximir-se de suas responsabilidades com o mundo escondendo sua lâmpada debaixo do alqueire. Ora, isto significa dizer que precisamos do posicionamento de crentes fiéis em todos os setores da vida secular, incluindo-se aí o segmento político (...) ou será que os descrentes são melhores do que os salvos para administrar a coisa pública? Pelo menos não é isso que a Bíblia

deixa entender quando menciona o exemplo clássico de Daniel como governador da Babilônia, assessorado por Hananias, Mizael e Azarias (...) podemos, também, mencionar José no Egito que soube administrar com austeridade aquela nação. (Pode o crente ser político. Mensageiro da Paz. Rio de Janeiro, setembro de 1985, p. 06 *Apud* FONSECA, 2011, pp. 56-57).

Neste momento se deu o salto epistemológico, teológico e até escatológico da representação da política. O mesmíssimo argumento – que antes foi atacado – agora é usado como justificação teológica. Tal mudança se deu na esteira das transformações sociais da história da nação; a igreja pentecostal de então, enquanto instituição, tinha interesse na política, uma vez que possíveis adversários poderiam levantar-se. Houve uma mudança na representação, tanto da política quanto do crente na política; antes era um campo sujo e o “reino do cristão não é deste mundo”; agora “nós somos cabeça e não cauda e devemos nos envolver; somos bons cidadãos com boas influências e serviços a prestar à pátria”.

Alguns discursos de então podem revelar algumas características das novas práticas e representações acerca da política. O principal deles é a de “defender os interesses das igrejas evangélicas”, dentre eles a liberdade de culto, a separação entre Estado e Igreja (Católica), e questões voltadas à moral, como legalização do aborto e drogas. A mobilização católica foi apontada como razão também para a necessidade de atuação política.

“Tínhamos informações de que a CNBB estava com um esquema armado para estabelecer a religião católica como a única religião oficial” afirmou o pastor José Wellington Bezerra da Costa, líder máximo da IEAD de então (FRESTON, 1994, p. 65); um panfleto eleitoral da Igreja Assembleia de Deus à época afirmou: “[A Igreja Católica dará apoio] a deputados católicos, ateus, comunistas e até satanistas, desde que sejam contra os pentecostais”; e ainda:

“recentemente, em uma cidade do Nordeste, determinado sacerdote católico disse a um pastor que os evangélicos, dentro em breve, não poderão mais pregar ao ar livre, porque a futura Constituição proibirá reuniões de caráter religioso em [...] logradouros públicos” (FRESTON, 1994, p. 65).

Nota-se que há dois movimentos nestes discursos: o primeiro de estabelecer os crentes como influências benéficas na sociedade, principalmente por questões de ordem moral e o segundo o de colocar o Igreja Católica e outras vertentes políticas, como inimigas e portanto “pertencentes ao Diabo”.

Ainda sobre o discurso da igreja, o apelo ao emocional com argumentos escatológicos também foi usado por esses líderes:

“O Fundo Monetário caiu sobre nós, a inflação galopou e no alto escalão do governo enfermidades e enfartes atingiram vários ministros [...]. No Ceará a terra tremeu, no Amazonas naufrágios com quase mil mortos, no Nordeste secas prolongadas, no Sul enchentes [...]. Estas são razões de sobra para que haja uma mobilização consciente de nossa parte”. (Mensageiro da Paz, março de 1985, p. 2 *apud* FRESTON, 1994, p. 66).

E ainda as palavras de um candidato: “É tempo de agir, pois esta pode ser a última Constituição antes da volta de Cristo” (FRESTON, 1994, p. 39).

O compromisso da igreja, nesse caso, não pressupõe um envolvimento político-partidário nem admite uma outra hipótese de segurança além daquela que nos é garantida por Deus. Representa, todavia, um esforço de manifestar sua benéfica influência nas mais altas esferas da vida pública. (Os nossos representantes na constituinte (editorial). O mensageiro da Paz. Rio de Janeiro, maio de 1985).

A mudança de discurso surtiu efeito e, abertas a urnas, a Igreja Assembleia de Deus elegeu treze deputados federais constituintes. A bancada evangélica se formou também congregando parlamentares de outras denominações.

Isto significa dizer que os pouco mais de trinta votos de nosso irmãos [constituintes] terão fundamental importância no momento de negociar questões constitucionais que interessam à nossa comunidade, como a liberdade religiosa, o aborto, a não liberação do homossexualismo, etc. (Constituição nasce sob a proteção de Deus. Editorial. Mensageiro da Paz. Rio de Janeiro, Novembro de 1987).

Fonseca (2011, pp. 62-63) mostra as instruções do periódico aos novos eleitos:

O texto [Assembléia de Deus elege 13 deputados federais. Mensageiro da Paz. Rio de Janeiro. Janeiro de 1987], antecipadamente, lembrava a importância do jornal MP para o sucesso alcançado nas urnas pelos candidatos: “A eleição desses evangélicos foi o resultado de um trabalho permanente de conscientização realizado por alguns órgãos da imprensa evangélica, entre eles o Mensageiro da Paz, que foi o primeiro a tratar do assunto”. Além de saudar os irmãos recém-eleitos, a matéria também os advertia sobre seus deveres de parlamentares que representavam a Igreja. Foram listadas seis grandes diretrizes que deveriam nortear as atividades dos novos legisladores: “1. Uniformidade de ação, quando tratar-se de assuntos que interessem a comunidade evangélica, com destaque para a ética comportamental; 2. Identificação aberta com o Evangelho, sem subterfúgios, especialmente no relacionamento com a imprensa secular; 3. Sem cair nos extremismos, orientar-se pela Bíblia para encontrar respostas que solucionem as desigualdades sociais existentes no Brasil; 4. Testemunho condizente com a vida cristã, pois todos estarão voltados para a ação dos evangélicos eleitos. Qualquer deslize será prejudicial ao nome da Igreja; 5. Não abandonar as bases, como fazem os políticos profissionais, mas prestar relatórios permanentes das atividades no Congresso Nacional; 6. Lembrar-se ainda de que acima das obrigações partidárias encontram-se os imutáveis e eternos princípios bíblicos, os quais devem nortear as atividades dos parlamentares cristãos.

De todos os 6 pontos, 5 são relacionados à ética conservadora; somente um diz respeito (o segundo) a atuação política, mas “sem cair em extremismos”.

Não obstante, mesmo após iniciar sua atuação diretamente na política pública, na Assembleia de Deus as desconfianças com o mundo secular se faziam sentir. Fonseca (2011) dedica um capítulo de sua dissertação à análise do discurso político da IEAD na década de 1980 – texto, como visto, fartamente aqui usado, dada sua amplitude e detida análise – e conclui suas considerações:

Pode-se afirmar, a partir do exposto até aqui, que a AD aproximou-se do campo político porque queria assegurar seu lugar na nova conjuntura social que se anunciava na década de 1980. Para isso, esforçou-se para eleger seus candidatos com o intuito de aumentar sua representatividade na Constituinte, fórum central de definição dos rumos do país naquele momento. [...] passado, todavia, o perigo da homogeneização dos debates pelos blocos esquerdistas e católicos na Constituinte e com o expressivo resultado alcançado nas urnas, a AD buscou encontrar uma posição política estratégica na nova ordem social. Qual seja, utilizar sua força política em defesa dos interesses específicos da Igreja, evitando embates com o Governo e a entrada da política nos templos. Ou, em outras palavras, prevaleceu o antigo medo que sempre causou à AD a relação demasiada estreita entre fé e política. (FONSECA, 2011, p. 66).

Dessa maneira a trajetória da Igreja Assembleia de Deus retrata em maior ou menor grau a entrada definitiva dos pentecostais brasileiros na política pública. Sua movimentação política marcou o aparecimento definitivo de religiosos representando suas igrejas e ideias acerca da vida em sociedade. A partir de então, a discussão no Brasil estaria aberta em torno de questões como política e religião, Estado laico, legitimidade de argumentos religiosos em esferas públicas, e etc.

Um caso emblemático deu-se nas eleições presidenciais de 1989 quando, em segundo turno o candidato Fernando Collor foi apoiado majoritariamente pelos principais líderes pentecostais e neopentecostais. Usando principalmente argumentos desfavoráveis ao seu adversário, Lula (PT), no que diz respeito à perseguição a igrejas evangélicas dada sua ideologia de esquerda, o que viu-se foi sua demonização.

Por outro lado, o período viu surgir também, nos meios evangélicos posturas divergentes desse conservadorismo majoritário. Este é o caso do Movimento Evangélico Progressista (MEP). Congregando pastores, bispos, diáconos e membros de igrejas evangélicas – pentecostais ou não – este movimento buscou fazer um contraponto aos líderes conservadores e, principalmente, indicando que um discurso dissidente – progressista – era possível. Como exemplo teve-se o bispo anglicano Robinson Cavalcanti que militou ativa e fortemente por Lula em suas eleições presidenciais. Também Benedita da Silva; deputada

federal pelo PT, negra, ex-empregada doméstica e camelô; crente pentecostal da IEAD sempre militou politicamente à revelia da igreja (FREESTON, 1994, p. 107ss).

O fato é que o campo religioso pentecostal brasileiro muito mudou após a década de 1980. As transformações sociais atingiram o seio das igrejas e estas não mais puderam imiscuir-se acerca do campo político, afinal a disputa por crescimento e hegemonia no campo religioso as impeliram.

A religião perpassa por dois itinerários, que se imbricam, se mesclam, se influenciam: o sagrado e o profano. O intuito aqui não é estabelecer juízos de valores sobre estas esferas – afinal, “Deus não está em questão”; tampouco a natureza do mundo social e natural – mas sim verificar como as representações e práticas em torno de ambas as esferas deslocaram e alocaram significações ao mundo secular e à sociedade profana que habitou. O protestantismo e, mais especificamente, o pentecostalismo que se inseriram no Brasil relacionaram-se profundamente com a sociedade brasileira que aqui havia, incorporando, interagindo, e modificando aspectos da vida social e religiosa. Dela receberam impressões, ou formaram representações, boas ou más, e nela estabeleceram práticas, inclusive práticas políticas, saliente-se, afinal, mesmo a abstenção é uma prática política. É neste sentido que verificar tais práticas é uma tarefa premente, afinal tais entidades já incorporam importante parcela da população brasileira, e na arena política já deixaram suas marcas plenamente visíveis. Se isso é assim, é muito importante que se veja quais práticas os evangélicos brasileiros deixaram na política.

## Capítulo 2

### 2.1. Prólogo

No dia 14 de maio de 2014, uma quarta-feira à noite, os vereadores da Câmara Municipal de Curitiba reuniram-se para uma sessão solene; era a entrega da distinção honorífica “Prêmio Papa João Paulo II”. Diversas pessoas foram agraciadas com esta honraria outorgada pelo poder público municipal, através da Câmara de Vereadores. Neste ano de 2014 “a Câmara de Curitiba entregou o Prêmio ‘Papa João Paulo II’ a sete personalidades e entidades que dão apoio a causas defendidas pela Igreja Católica. A sessão solene foi conduzida por Paulo Salamuni (PV), presidente do Legislativo” (CURITIBA, 2014).

Dentre os agraciados, alguns padres, entidades católicas, e uma catequista, auxiliar na Paróquia Nossa Senhora das Dores – Igreja dos Passarinhos. Esta senhora e um dos padres homenageados suscitam atenção, concentremo-nos sobre eles. A primeira, recebeu a distinção honorífica por indicação da vereadora Julieta Reis (DEM); a justificativa apresentada pela Vereadora explanava:

[...] é curitibana, nascida em 01 de janeiro de 1948. Trabalha há muitos anos como auxiliar na Paróquia Nossa Senhora das Dores – Igreja dos Passarinhos, onde exerce com muito zelo e dedicação suas obrigações que fazem parte das atividades eclesiais. Sempre muito cuidadosa com os paroquianos, está sempre atenta as suas necessidades, ajudando a todos dentro de suas possibilidades. Por estas razões é que indicamos [...] para receber tão digna homenagem oferecida por esta Casa de Leis (CURITIBA, 2014).

Outro agraciado que merece atenção foi um padre que atuou em Curitiba nas funções de secretário e conselheiro provincial e professor da escola de diáconos. Por muitos anos exerceu a atividade sacerdotal.

Os agraciados acima mencionados receberam, nesta sessão solene, um diploma com a menção honrosa. Primeiro, uma senhora que a muitos anos têm trabalhado em sua paróquia, contribuindo voluntariamente para os trabalhos ali prestados; segundo, um padre, há muitos anos na profissão. Ambos receberam do Estado uma distinção por seus trabalhos religiosos. Ainda que estes trabalhos tenham sido muito relevantes para suas comunidades, a pergunta inevitável seria: deve o Estado congratular um religioso por ser um bom religioso? Por certo que não se pode olvidar dos grandes benefícios sociais dos trabalhos de instituições religiosas, mas, ainda assim, parece haver, nesta cerimônia da CMC, um tensionar dos limites do Estado

Laico brasileiro.

Na direção deste questionamento, importante deter-se sobre o “Prêmio Papa João Paulo II”. Lei Ordinária nº 11.765 de 23 de maio de 2006, foi proposta pelo vereador Ney Leprevost (PP) e seu breve texto – quatro artigos – traz:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Curitiba, a distinção honorífica denominada “Prêmio Papa João Paulo II”, outorgada anualmente pela Câmara Municipal de Curitiba, às pessoas ou entidades não governamentais curitibanas que tenham se destacado em atividades de apoio às causas defendidas pela Igreja Católica Apostólica Romana.

Art. 2º. O Prêmio Papa João Paulo II, outorgado em forma de diploma, nos termos do disposto no art. 183 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Curitiba, é entregue em solenidade realizada, preferencialmente, no dia 18 de maio, data de nascimento do Pontífice João Paulo II.

Art. 3º. Cada Vereador pode apresentar, até o dia 15 de setembro do ano que antecede a premiação, uma indicação, contemplando apenas um homenageado.

Art. 4º. A indicação deve estar acompanhada de justificativa escrita que evidencie suficientemente o mérito do homenageado e deve ser submetida à apreciação da Comissão de Educação e Cultura, a qual, se considerar a proposta apta, apresentará projeto de Decreto Legislativo (CURITIBA, 2006).

A justificativa para tal prêmio explanou:

A Igreja Católica desenvolve inúmeros trabalhos e atividades de cunho social e espiritual relevantes, contando com a ação voluntária de cidadãos e entidades. Neste momento de comoção mundial pelo falecimento de João Paulo II e de reconhecimento de seu trabalho pela humanidade, entendemos como oportuno instituir esta distinção honorífica, que, ao mesmo tempo, será uma homenagem ao Papa João Paulo II e um destaque ao trabalho social desenvolvido pelos Católicos em nossa cidade (CURITIBA, 2006).

Assim, aproveitando-se de um momento de “comoção mundial” o vereador propôs uma distinção honorífica aos trabalhos sociais e *espirituais* desenvolvidos pela Igreja Católica. Aprovado em todas as comissões temáticas pelas quais passou<sup>25</sup>, o projeto de lei foi aprovado em dois turnos (em 03/05/2006 e 08/05/2006) pelo plenário em votação simbólica simples (aquela em que o presidente apresenta o projeto de lei e explana ao “douto plenário”: “favoráveis permaneçam como estão...aprovado”).

Antes de tratar mais um pouco da temática religião, convém algumas considerações acerca deste projeto no que diz respeito ao trabalho de um vereador. As palavras de Antônio Torrens (2015, p. VI) condensam e capturam o âmago da atuação parlamentar municipal.

<sup>25</sup>A Comissão de Redação, Legislação e Justiça exarou em seu parecer: “No que compete a esta comissão analisar, [...], opinamos pelo encaminhamento regular da matéria, de forma que o Douto Plenário desta Casa de Leis venha a discutir o mérito da Iniciativa”. Já a comissão de Educação e Cultura explanou: “Trata-se de matéria oportuna e de méritos sobejos, e uma justa homenagem ao saudoso Papa João Paulo II” (CURITIBA, 2006).

Os vereadores desenvolvem laços mais duradouros [...] em sua prática corriqueira, estabelecendo o que se denomina conexão político-representativa, mas não desenvolvem participação efetiva nas grandes questões que realmente conduzem e definem a feição da administração pública municipal.

Estas palavras acompanharão as reflexões de todo este capítulo – aplicadas às práticas parlamentares dos evangélicos – mas já aqui são oportunas. Em termos mais simplórios, o que Torrens chama a atenção é que os vereadores sempre estiveram muito interessados nos laços políticos, sociais, midiáticos que suas atividades podiam trazer. Dessa maneira, práticas que fortalecessem laços afetivos, políticos, sociais, e etc., sempre foram muito valorizadas pelos parlamentares; muito mais, diga-se de passagem, do que seus afazeres enquanto legisladores e fiscalizadores da atuação governamental do município ou do planejamento da cidade. No caso acima, Ney Leprevost usou com muita habilidade política suas funções: homenageou o papa falecido; e buscava, com isso, homenagear permanentemente e periodicamente a atuação religiosa dos católicos presentes no município; ou seja, buscou fortalecer laços políticos com essa parcela significativa da população. Independentemente se essa prática estava, de alguma forma, ferindo o princípio constitucional da laicidade. Ao final de tudo, o fato é que religiosos também votavam.

Alguns anos depois, o vereador de Curitiba Pierpaolo Petruziello (PTB) simplificou estes termos tuitando “Acreditem, o que vejo na Câmara de Curitiba todos os dias é um bando de louco jogando para torcida. Já vi até católico virar evangélico!” (CAMPANA, 2015). Como se verá, os evangélicos aprenderam muito bem estas táticas de “jogar para a torcida” praticadas por muitos vereadores. Estas táticas serão oportunamente explanadas, mas por agora, analisemos as reações dos evangélicos por ocasião deste prêmio Para João Paulo II, que foram duas.

Em 2007 o vereador Pastor Gilso de Freitas (PSDB) protocolou um projeto de Lei para a criação do “prêmio Martinho Lutero” e em 2014 a vereadora Carla Pimentel (PSC) protocolou um projeto de lei para a criação do “prêmio Pastor José Pimentel de Carvalho”. As duas proposições são idênticas à lei do prêmio Papa João Paulo II, mudando-se somente a indicação *Papa João Paulo II* para *Martinho Lutero* e *Pastor José Pimentel de Carvalho*, respectivamente. Outra mudança é onde se lia “causas defendidas pela Igreja Católica”, agora se impunha “causas defendidas pelas igrejas evangélicas”; as datas das entregas seriam também nas respectivas datas de aniversário de Martinho Lutero e José Pimentel de Carvalho. Ambas as iniciativas não prosperaram, mas são dignas de nota.

Ao notar que a Câmara Municipal estava a homenagear cidadãos e entidades católicas, os evangélicos viram aí uma oportunidade de também fortalecerem seus laços políticos, afetivos, sociais, com suas bases ao propor que bons evangélicos fossem também homenageados pelo poder público municipal. O ponto alto de toda esta questão está em volta daquilo que foi considerado importante na atuação parlamentar: não os princípios da laicidade e imparcialidade, mas sim a possibilidade de fortalecimento político. Em vez de questionar a legitimidade de tal premiação em um estado que deveria ser imparcial, os parlamentares evangélicos buscaram o mesmo tratamento a si e aos seus. Neste sentido é de se pensar, se houvesse uma bancada budista haveria o “prêmio Buda”? Ou uma bancada hindu, o “prêmio Ghandi”?

Desde já, estes prêmios merecem análises se comparados ao conceito de laicidade. Conceito este, primordial e fundante das democracias modernas. Roberto Blancarte sintetiza esta relação e define a laicidade nos seguintes termos:

Comencemos por una definición y una explicación de la misma. En otro texto definí la laicidad como “un régimen social de convivencia, cuyas instituciones políticas están legitimadas principalmente por la soberanía popular y (ya) no por elementos religiosos”. Es decir, hay un momento en la historia de Occidente que el poder político deja de ser legitimado por lo sagrado y la soberanía ya no reside en una persona (el monarca). En ese proceso, las monarquías dejan de ser absolutas y pasan a ser constitucionales. En otros casos se establecen las repúblicas, como en Estados Unidos, en Francia o en México. De cualquier manera, los reyes pasan a ser figuras prácticamente decorativas o desaparecen y en su lugar la soberanía pasa al pueblo. Esa es la razón por la cual la democracia representativa y la laicidad están intrínsecamente ligadas. (BLANCARTE, 2008, p. 13).

Esta relação entre religião e espaço público voltará à baila ao longo deste capítulo. As práticas parlamentares evangélicas sempre caminharam entre estes dois polos de representação de uma parcela religiosa da população, dentro da vida pública, laica por excelência. Não obstante, as tensões levantadas por estas práticas – até hoje presentes na política brasileira – suscitam questões que ainda estão por ser exauridas ou minimamente discutidas.

## **2.2. Objetivos e recortes teóricos**

Neste sentido o presente capítulo se ocupa de verificar e analisar as práticas que os vereadores oriundos de comunidades religiosas pentecostais e neopentecostais estabeleceram durante seus mandatos parlamentares na Câmara Municipal de Curitiba. Em outros termos, a

questão que se coloca é “de que maneira as práticas parlamentares de vereadores evangélicos – mais especificamente os candidatos oficiais de igrejas pentecostais e neopentecostais –, no período de 1989 a 2016 (11º a 16º Legislaturas), suscitaram tensões em torno da representação política e do estado laico?”

Para responder a esta questão alguns conceitos presentes em seu entorno precisam ser esclarecidos. Primeiramente o que era e qual a função de um vereador durante o dito período? Ademais, a vinculação entre o conceito de *representação política* – suas características básicas concernentes às democracias modernas e, claro, as hodiernas – e a atuação de um vereador – o que este é o que faz, no contexto da representação política no Brasil após a redemocratização e a Constituição Federal de 1988. Por certo que ao tocar em tais assuntos, há que se mencionar o funcionamento de uma Câmara Municipal dentro do contexto da Administração de uma cidade e toda a problemática envolvida neste funcionamento – suas atribuições: aquilo que foi (o chão da realidade) e aquilo que deveria ter sido (a letra da lei e a atuação ideal), sua relação com a sociedade civil organizada ou não, e também, sua relação com o Executivo.

Cremos que estas questões apresentam-se como primordiais e basilares – longe porém de serem exaustivas – para a compreensão da atuação de um político religioso. Para isso as principais fontes são os documentos parlamentares disponíveis nos acervos da Câmara Municipal de Curitiba (físicos e/ou digitais), tais como projetos de lei, requerimentos, atas de sessões, discursos em plenário, e etc. Atente-se que a análise de tais documentos dá-se sempre pelo viés da busca por aquelas práticas que evidenciam relações entre a representação política de uma parcela religiosa da população e a atuação política em um Estado Laico, ou seja, um lugar de produção de tais fontes eminentemente laico e um político eminentemente religioso. Perceber-se-á que a atuação religiosa foi somente *mais uma área de atuação* de determinados vereadores; não se constituiu quantitativamente como superior a outras áreas de atuação. O problema é que, esta atuação, mesmo sendo uma entre outras tantas, causou um grande rebuliço não só dentro dos domínios da CMC, mas na cidade como um todo, sendo por isso, de grande importância a avaliação dos efeitos desta atuação dentro do espaço público de discussão da cidade.

Nunca é demais salientar que o presente texto acerca-se da atuação dos *candidatos oficiais* das igrejas pentecostais e neopentecostais, ou seja, aqueles lançados e eleitos e que respondiam diretamente às suas igrejas. Sempre existiram parlamentares protestantes na política no Brasil, desde que se permitiu que não católicos dela participassem. Mas a religião destes, era um caso fortuito; não era por essa via – a religiosa – que embasavam suas

campanhas. Neste momento, durante, e de maneira sistemática, após a Constituinte de 1988, o caráter institucional da atuação das igrejas evangélicas se deu no âmbito pentecostal e neopentecostal; as igrejas protestantes chamadas históricas não se envolveram institucionalmente, ainda que alguns parlamentares delas fizessem parte.

### 2.3. As Câmaras Municipais brasileiras e a de Curitiba.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 consagrou as Câmaras Municipais como as principais casas de fiscalização dos Municípios (art. 31, título I – Dos princípios fundamentais). Delimitando este recorte a Curitiba, o regimento interno da CMC regrou, em seu artigo 4º, as funções do Legislativo Municipal:

Art. 4º O Poder Legislativo tem as seguintes funções:

I – legislativa, que consiste na elaboração de leis e de outras normas referentes a matérias de competência do Município, respeitadas as reservas constitucionais da União e do Estado;

II – de fiscalização, que será realizada mediante controle sobre atos da Administração Pública Municipal, especialmente quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito e pela Câmara de Vereadores, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;

III – de controle externo, que implica na vigilância dos negócios do Poder Executivo em geral, sob os aspectos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas saneadoras que se fizerem necessárias;

IV – de assessoramento, que consiste em sugerir medidas de interesse público ao Poder Executivo;

V – julgadora, que será exercida na apreciação de infrações político-administrativas ou ético-parlamentares cometidas pelo Prefeito, Vice-prefeito ou por Vereadores, documentadas em procedimentos ou processos instaurados e elaborados, na forma da lei;

VI – a gestão dos assuntos relativos à administração interna da Câmara será realizada em observância aos princípios e normas legais e regimentais que disciplinam a estruturação administrativa de suas atividades e serviços auxiliares. (CURITIBA, 2012).

O inciso I diz respeito à legislação; o II, III e V dizem respeito à fiscalização; e o IV de assessoramento, “que consiste em sugerir medidas de interesse público ao Poder Executivo”. Aqui, primeiramente, encontra-se uma questão importante: estas *medidas de interesse público*, se tornariam na principal prática dos vereadores, religiosos ou não. É com base neste tópico, que poder-se-ia requerer à prefeitura, a instalação de lombadas, a manutenção de praças, o asfaltamento de ruas, e etc., que posteriormente, tais obras, poderiam ser atribuídas ao vereador, mas que, de fato eram realizadas pelo executivo. Os evangélicos, neste ponto, distinguir-se-iam por seus requerimentos em favor de suas agremiações

religiosas, além daqueles partilhados por seus pares, mas isso será detalhado oportunamente.

Desta maneira as funções mais prementes e nobres do parlamentar em Curitiba estavam ligadas à legislação e ao controle (fiscalização) da Administração Municipal além da sugestão de medidas de melhoramento público. Destarte a representação política neste contexto local assumiu, basicamente, o ideal de a população, através de seus representantes, regulando e fiscalizando a administração municipal, legislando e contribuindo para o bem-estar de todos. Porém, não é pouca a distância entre o ideal e o real, como se viu e se verá.

É nesta convergência de interesses que um Vereador estava imbricado. Tinha a função de legislar e fiscalizar, mas sua base eleitoral, ou seja, aqueles aos quais se representava, tinham solicitações a fazer ao Poder Público, que na maioria das vezes eram atribuições do Executivo e não do Legislativo. Tal vereador – diriam os laços políticos, sociais e afetivos - “é um dos nossos e precisa mostrar serviço, olhando por nossas necessidades”. E aí está o grande problema: se muito se fiscaliza, é bem provável que a Prefeitura não atenda aos requerimentos; surgia o impasse na mente do parlamentar: “fiscalizo e cumpro meu dever constitucional, porém crio inimizades; ou não fiscalizo e fico de bem com o Executivo – que atende minhas solicitações – e minha base eleitoral?”. Por certo que a questão é muito mais delicada e possui inúmeras problematizações, mas basicamente, se coloca desta forma. Esta questão é extremamente delicada; algumas vezes os parlamentares chegam a absurdos somente para ficarem “de bem com o Executivo”. Um exemplo disso – apesar de não ser em nível municipal, mas estadual – foi o episódio conhecido no Paraná como o “Massacre do 29 de abril de 2015”, quando a polícia militar reprimiu violentamente uma manifestação de professores estaduais enquanto a bancada da situação governamental – após ter entrado na Assembleia Legislativa em ônibus da polícia militar, assemelhado a um “camburão”, diga-se de passagem, por um buraco feito no muro – aprovou um projeto de lei de interesse do executivo. Foram esses os deputados – que ficaram conhecidos nos meios políticos como a “bancada do camburão” - que posteriormente estavam em inaugurações de obras, entrega de ambulâncias e etc., por parte do Executivo. Ou seja, o ponto é: são muitos os benefícios de ser legislador e estar ao lado do governo; a situação é tão confortável, que o parlamentar estaria disposto a muitos sacrifícios para manter esta situação. Pergunta-se, neste caso, e sua função de fiscalizador como ficou?

Prosseguindo, faz-se oportuno elencar as principais atividades práticas de um vereador, ou seja, de que maneira no dia a dia, ele deveria exercer as funções que lhes foram outorgadas pela legislação e de que maneira ocuparia seu espaço na Administração Municipal. Nesse sentido as principais funções de um vereador eram:

i) fiscalizar os atos do Executivo; o fazia individualmente, de maneira oficial, através de pedidos de informações, principalmente; ou conjuntamente, quando julgava as contas do prefeito e de sua gestão.

ii) legislação; o fazia através de propostas de Leis.

iii) *sugestão de melhorias* (solicitação de lombadas; asfalto, limpeza, e etc., nos bairros): o fazia através de requerimentos ao Executivo.

É neste campo específico de atuação e disputas que os vereadores evangélicos adentrariam. A novidade imposta por eles à representação política estava por serem oriundos de comunidades religiosas. A laicidade do Estado começaria a ser tensionada neste momento, como visto. Eram igrejas que elegiam seus representantes; a este extrato social que os vereadores teriam de responder. Pois pode-se perguntar: quais as contribuições da religião à *polis*, ao debate da administração pública?

### **2.3.1. O problema dos Vereadores no Brasil**

Quando se trata de vereadores no Brasil, pelo menos desde a redemocratização após a ditadura militar em meados da década de 1980 e da Constituição Federal de 1988, está-se diante de um fenômeno de grandes dificuldades no que diz respeito à questão da democracia representativa. Este cargo é visto como o menor na escala “ascendente” da carreira política. Foi neste cargo que muitos políticos de profissão iniciaram sua carreira e não poucas vezes, tal cargo serviu somente como trampolim político para cargos “mais elevados” (TORRENS, 2015, p. 114). Talvez por conta disso – a pequenez –, a academia pouco tem se voltado para debater este cargo e este espaço.

Não são poucas as controvérsias em que este cargo eletivo esteve envolvido neste período. Tornaram-se comuns comitês de vereadores nos bairros a fim de atender de maneira mais direta a população a fim de levar seus requerimentos às prefeituras; da mesma forma, não foram poucas as expressões – através de faixas ou cartazes em locais públicos – que agradeciam a este ou aquele vereador pelas “obras” realizadas no bairro: “agradecemos ao vereador fulano de tal pela lombada em nossa rua” ou “pela nova praça”, e etc. Também não eram incomuns os relatos de pessoas que ao irem para o local de votação, pegarem no chão, em frente ao colégio eleitoral, o primeiro santinho de algum candidato a vereador que aparecesse para nele “pôr sua confiança”. E as dificuldades concretas em que este cargo esteve envolto não pararam por aí, muitas outras poderiam ser elencadas; mas todas estão envoltas na questão: afinal, o que fazia e pra que servia um vereador?

Tendo em vista que a vereança está envolta no Estado Democrático de Direito, num contexto de *Representação Política*, e num complexo emaranhado de disputas políticas convêm perscrutar, neste caso, as nuances desse fenômeno, ainda que de maneira singela. Afinal, pode-se perguntar: sendo o vereador um representante político de parte de uma população – neste caso a população religiosa – não poderia esta população querer eleger seus próprios representantes? Ou ainda a população religiosa teria algo a acrescentar à *polis* ou seu discurso religioso não mereceria – justamente por ser religioso – ser ouvido nos debates públicos? Em suma, a representação política religiosa em um Estado Laico tem caráter democrático ou é uma afronta à laicidade? Talvez a experiência histórica dos vereadores evangélicos em Curitiba pode aclarar esta questão. Vejamos.

### 2.3.2. Representação Política

A democracia moderna emergiu de um contexto de enormes transformações sociais, e está intimamente ligada ao surgimento da burguesia que pressionaria o poder público a fim de requerer aquilo que consideravam seus direitos ou necessidades prementes; em outras palavras, aqueles que começaram a ter mais poder representativo perante a sociedade, maior capital físico, simbólico e cultural – mais riqueza –, puderam pressionar os governantes a olharem por suas necessidades políticas, econômicas, culturais, sociais, etc. As concepções de Estado e Sociedade Civil que regeriam a formação dos sistemas democráticos de administração pública estão ligadas às maneiras com que via-se a sociedade como um todo. Bobbio (1997, p. 22) revela um importante aspecto do que posteriormente caracterizaria os regimes democráticos ao afirmar que:

A democracia nasceu de uma concepção individualista da sociedade, isto é, da concepção para a qual — contrariamente à concepção orgânica, dominante na idade antiga e na idade média, segundo a qual o todo precede as partes — a sociedade, qualquer forma de sociedade, e especialmente a sociedade política, é um produto artificial da vontade dos indivíduos.

Ou seja, um Estado que trabalha para manter interesses daqueles que possuem mais força política, ou as partes e não *o todo*. Os ideais democráticos da modernidade vão surgindo à medida que novas forças sociais (mais individualistas e privatistas, portanto liberais) vão surgindo, agremiando força política e requerendo suas demandas, minando as antigas formas e concepções de regimes governamentais. Neste sentido, com a crescente complexidade das sociedades modernas, haja vista que diversos grupos que começaram a crescer, demonstraram

alguma agremiação e representatividade, e também, começaram a requerer a influência do Estado em suas demandas.

Quando os proprietários eram os únicos que tinham direito de voto, era natural que pedissem ao poder público o exercício de apenas uma função primária: a proteção da propriedade. Daqui nasceu a doutrina do Estado limitado, do Estado *carabinieri* ou, como se diz hoje, do Estado mínimo, e configurou-se o Estado como associação dos proprietários para a defesa daquele direito natural supremo que era exatamente, para Locke, o direito de propriedade. A partir do momento em que o voto foi estendido aos analfabetos tornou-se inevitável que estes pedissem ao Estado a instituição de escolas gratuitas; com isto, o Estado teve que arcar com um ônus desconhecido pelo Estado das oligarquias tradicionais e da primeira oligarquia burguesa. Quando o direito de voto foi estendido também aos não-proprietários, aos que nada tinham, aos que tinham como propriedade tão-somente a força de trabalho, a consequência foi que se começou a exigir do Estado a proteção contra o desemprego e, pouco a pouco, seguros sociais contra as doenças e a velhice, providências em favor da maternidade, casas a preços populares, etc. Assim aconteceu que o Estado de serviços, o estado social, foi, agrade ou não, a resposta a uma demanda vinda de baixo, a uma demanda democrática no sentido pleno da palavra (BOBBIO, 1997, p. 35).

Dessa maneira, apesar de ser um processo lento, a necessidade de *representantes* junto ao poder público tornar-se-ia em imperativo aos grupos sociais necessitados de qualquer demanda junto ao governo, seja de proteção ou de assegurar de direitos. Por certo, que o processo foi demasiadamente longo e complexo, cheio de indas e vindas, mas basicamente a representação estabeleceu-se como uma busca por requisições e controle das ações governamentais junto ao poder público. Schiera (2008, p. 430) discute esses avanços de requisições sociais como o passo definitivo e marco premente da instituição do Estado nos moldes como o conhecemos hoje ao afirmar:

Assim, se sobre o plano teórico como no plano da atuação prática, a elaboração de modelos de representação e de associação mais adequados à expansão da sociedade (por causa da entrada nela de novos titulares de novos direitos) e relacionados com o papel qualitativamente diverso que nela desenvolveu a burguesia como força hegemônica levou à recepção dos temas de fundo da doutrina democrática, formalizados no fenômeno do parlamentarismo e do partido de massa, o verdadeiro passo em frente foi porém representado pela constituição do Estado como Estado social, em resposta direta às necessidades substanciais das classes subalternas emergentes (SCHIERA, 2008, p. 430).

Por outro lado, e não menos importante – pelo contrário, talvez a mais nobre de suas funções –, outro quesito constituidor dos regimes de representação política dentro das democracias, é simplesmente a função da *soberania*. A demanda a ser alcançada, não pode ser mais uma questão de um favor, mas um direito da população; o Estado teria o dever de atender estas necessidades, e caso não o fizesse estaria sujeito a problemas – políticos, sociais

ou legais. Assim, a eleição de representantes focar-se-ia no exercício de poder por parte do soberano, a saber, o povo – a soma de todos os cidadãos com direitos políticos assegurados – ou o controle por parte da população às ações dos governos. Maurizio Cotta consegue resumir de maneira apurada esta questão do exercício da soberania popular e que, aplicada ao caso das atribuições das Câmaras Municipais, é exemplar:

O sentido da Representação política está, portanto, na possibilidade de controlar o poder político, atribuída a quem não pode exercer pessoalmente o poder. [...] Com base em suas finalidades, poderíamos portanto definir a representação com um “mecanismo político particular para a realização de uma relação de controle (regular) entre governados e governantes”. Devemos partir deste núcleo para esclarecer os vários aspectos do fenômeno (COTTA, 2008, p. 1102).

Assim, a representação estabeleceu-se basicamente em dois sentidos: a de busca por demandas a serem atendidas por parte dos grupos sociais; e a necessidade de controle da Administração Pública por parte dos cidadãos.

Portanto “o conceito de Representação política, tanto em suas implicações teóricas como em suas traduções práticas, é sem dúvida um dos elementos-chaves da história política moderna” (COTTA, 2008, p. 1101); e não obstante as diversas manifestações deste conceito nestas democracias modernas, alguns elementos chave podem fazer com que a compreensão dessa representação esclareça-se e, posteriormente, possa ser aplicada ao caso de vereadores religiosos dentro de um Estado Laico como o brasileiro.

Efetivamente, a representação [...] parece responder às exigências de ordem simbólica e psicológica, que, em certos níveis e em certas situações, podem assumir notável importância. Por exemplo, os grupos pouco integrados, marginais de um sistema político terão necessidade não só de representantes que “zelem por seus interesses” mas ainda de representantes que, pelas suas características pessoais, neles se possam identificar e sentir-se “presentes” na organização política.(COTTA, 2008, p. 1104).

Assim, como dito, mais um aspecto do fenômeno vem à tona: a representação não somente como campo de solicitação e requerimentos ao poder público, mas também, e principalmente, como âmbito do *controle* por aqueles que não podem exercer diretamente o poder. Possuir um representante junto ao Estado não é somente ter um alguém com quem contar quando se tem uma demanda – ainda que ter alguém com quem contar sempre foi a grande questão da representação política; “ter um dos nossos lá” é algo muito importante quando se tem alguma necessidade, mas sim ter o *poder* de fiscalizar os atos da Administração Pública. Aqui está-se diante do cerne da questão da representação: o poder. A

democracia estabelece-se, em contraponto às autocracias, justamente no sentido do povo ser o *soberano*. O poder pertence ao povo e é a ele que a Administração Pública presta conta.

Portanto duas áreas básicas podem ser identificadas quando se fala de representação política, a ideal e a real. Idealmente o conceito concentra-se no *poder* exercido por aqueles que não podem envolver-se diretamente – instituição de representantes e controle; por outro lado está o chão da realidade – a necessidade de demandas específicas a serem atendidas. O povo – a sociedade civil – forma e estabelece o Estado; este por sua vez deve voltar-se para atender os interesses de seu povo, que está sob sua tutela; que, por fim, estabelece controle e legislação por meio de *representantes*, uma vez que as dimensões do Estado e, principalmente, a divisão do trabalho, impossibilitam sua participação direta.

Desta maneira,

A expressão “democracia representativa” significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta finalidade. Ponto e basta.” (BOBBIO, 1997, p. 44).

A definição dada por Norberto Bobbio é fundamentalmente procedimental, e parece, no que tange ao caso das administrações municipais e suas câmaras legislativas, ser suficiente uma vez que esta função – a de *deliberar* tanto no que diz respeito à legislação quanto no que diz respeito ao controle – é uma das funções primordiais das Câmaras Municipais.

Diante disso poder-se-ia perguntar: afinal, tais configurações políticas são democráticas? Este tipo de representação não diminui a capacidade do cidadão de envolver-se nas questões políticas quotidianas? Aqui um tensionamento se faz notar. Pierre Bourdieu (1988, p.164ss.) aponta um problema do campo político, mais especificamente na representação política, por este funcionar como um *monopólio dos profissionais*. Para este autor, os assuntos discutidos, as formas e os discursos autorizados, as decisões tomadas restringem-se aos participantes autorizados do campo, neste caso os políticos. Seriam eles a estabelecer o que, como, e qual decisões seriam tomadas nos espaços políticos de deliberação. A divisão do trabalho e, em decorrência disso, a falta de tempo para inteirar-se das discussões e deliberações políticas, se tornariam num grande problema a ser enfrentado: em que medida, de fato, os representantes representam? Ou, representam a que interesses, do todo ou seus particulares?

Por outro lado e de encontro a estas questões está a afirmativa de Nádia Urbinati no que diz respeito à questão da representação política.

Como tal, a democracia representativa não é nem aristocrática nem um substituto imperfeito para a democracia direta, mas um modo de a democracia recriar constantemente a si mesma e se aprimorar. A soberania popular, entendida como um princípio regulador “como se” guiando a ação e o juízo políticos dos cidadãos, é um motor central para a democratização da representação (URBINATI, 2006, p. 192).

Nesto ponto, Urbinati toca num quesito essencial: o fato de a democracia representativa não ser, *a priori*, um substituto imperfeito para a democracia direta, mas um modelo viável de participação e controle do Estado, em outras palavras de exercício por parte do cidadão de seu poder soberano. A teoria da democracia leva ao exercício do poder por parte do todo político.

A democratic theory of representative democracy entails a revision of the modern conception of popular sovereignty that challenges the monopoly of the will and physical presence in the definition and practice of political liberty. It marks the end of a yes/no politics and the beginning of politics as an open arena of contestable opinions and ever-revisable decisions. This amplifies the meaning of political presence itself because it makes *voice* its most active and consonant manifestation and *judgment* about just and unjust laws and policies its content. One might say that political representation encourages the dissemination of the sovereign's presence and its transformation in an ongoing and regulated job of contesting existing policies and reconstructing legitimacy<sup>26</sup>. (URBINATI, s/d., p. 19).

E ainda,

Representation does not just pertain to government agents or institutions, but designates a form of political process that is structured in terms of the circularity between state institutions and civil society, and is not confined to deliberation and decision in the legislative setting. “It is the task of the popular representatives thus to coordinate and criticize. The necessary unity does not logically follow from the unity of the representer, as Hobbes would have it, but must be created and constantly re-created through a political process of dynamic activity.”<sup>27</sup>(URBINATI, s/d, p. 24).

<sup>26</sup>Uma teoria democrática da democracia representativa implica uma revisão da concepção moderna da soberania popular que desafia o monopólio da vontade e presença física na definição e prática da liberdade política. Isso marca o fim de uma política de sim/não e o começo da política como uma arena aberta de opiniões contestáveis e decisões sempre revisáveis. Isto amplia o significado da presença política em si porque faz da voz a mais ativa e consoante manifestação e o *juízo* sobre leis justas e injustas e sobre as políticas e seus conteúdos. Poder-se-ia dizer que a representação política encoraja disseminação da presença soberana e sua transformação em um perene e regulado trabalho de contestação das políticas existentes e reconstrução de sua legitimidade [tradução nossa].

<sup>27</sup>A representação não somente pertence aos agentes do governo ou instituições, mas designa uma forma do processo político que é estruturado em termos de circularidade entre as instituições do Estado e a sociedade civil, e não está confinado à deliberação e decisão na esfera legislativa. “Esta é a tarefa dos representantes populares: coordenar e criticar. A unidade necessária não se segue logicamente da unidade de representantes, conforme a concepção de Hobbes, mas deve ser criada e constantemente recriada através de um processo político de dinâmica atividade [tradução nossa].

O que parece ser aplicável é o desenvolvimento democrático proposto por Bobbio no sentido de não mais o sufrágio universal como exercício de poder – a democracia como sendo mais perfeita quanto mais eleitores existirem e portanto mais representantes e portanto mais políticos profissionais – mas sim, os locais em que se pode exercer o poder popular – a capacidade de o cidadão comum ter voz nos espaços de discussão pública, ainda que não seja um representante político de alguém.

Após a conquista do sufrágio universal, se ainda é possível falar de uma extensão do processo de democratização, esta deveria revelar-se não tanto na passagem da democracia representativa para a democracia direta, como habitualmente se afirma, quanto na passagem da democracia política para a democracia social — não tanto na resposta à pergunta “Quem vota?”, mas na resposta a esta outra pergunta: “Onde se vota?” Em outros termos, quando se quer saber se houve um desenvolvimento da democracia num dado país o certo é procurar perceber se aumentou não o número dos que têm o direito de participar nas decisões que lhes dizem respeito, mas os espaços nos quais podem exercer este direito (BOBBIO, 1997, p. 27-28).

Não obstante, o desenvolvimento da democracia é um caminho a ser trilhado. O fato é que, ainda que os mecanismos de participação popular tenham aumentado sobremaneira, principalmente com as tecnologias de informação<sup>28</sup>, ainda existe um longo caminho de educação política a se construir, principalmente em se falando de participação popular nas discussões e decisões, além do controle popular e o exercício de sua soberania. Também há que se ter em conta a viabilidade de um sistema de controle e exercício do poder.

Por certo que este assunto é extenso e complexo, mas as bases para o início da discussão acima explanadas, parecem ser suficientes para a análise aqui empreendida. Não obstante, esse assunto será retomado à medida que se fizer necessário ao longo do texto.

## **2.4. A movimentação pentecostal em torno da política em Curitiba**

A movimentação política de igrejas evangélicas em Curitiba iniciou-se como um desenrolar da movimentação nacional. Aquilo que houve na Constituinte – a percepção quanto a uma necessidade de alocar indivíduos que representassem as igrejas junto ao “novo Estado brasileiro” que estava a forjar-se – aconteceu também em níveis estaduais e

---

<sup>28</sup>Cite-se como exemplo o caso da Câmara de Curitiba. Se anteriormente à 1999 todos os arquivos e requisições eram físico-documentais, a partir de então o processo tornou-se digital. Tudo o que ocorreu na CMC em termos formais ficou registrado ali para consulta de qualquer cidadão (inclusive o historiador) aumentando em muito a qualidade do acesso à informação. Some-se a isso o grande uso de e-mails para requerer, cobrar, fiscalizar, solicitar informações de seus representantes. Por fim, as redes sociais tornando a proliferação de informações em tempo recorde algo corriqueiro, estando disponível à mão da maioria da população, a um toque em um smartphone.

municipais.

Isso ocorre [o lançamento de candidatos por igrejas] pelo menos desde a eleição de 1986 para o Congresso Constituinte. Desde então ficara combinado que a investida religiosa em processos eleitorais para produzir votos é efetiva e eficaz. Sobretudo quando se contenta em carrear para candidatos que são eclesiásticos de profissão o voto do eleitor religioso socialmente conservador (PIERUCCI, 2011, p. 06).

A Constituinte mostrou como a investida eclesiástica na política nacional era um campo promissor, não somente de projeção e afirmação social por parte da então minoria evangélica, mas também que traria a possibilidade intrínseca de lutas por suas bandeiras políticas e sociais, além da possibilidade de arregimentação de força e de verbas para as instituições eclesiásticas e entidades a elas ligadas.

Uma importante fonte dos meios pentecostais deste período relacionada à política é o livro de Josué Sylvestre *“Irmão vota em irmão”*. O autor, crente pentecostal da igreja Assembleia de Deus e funcionário de carreira do Senado Federal produziu este livro em plena campanha à Constituinte; os esforços voltaram-se nitidamente para convencimento eleitoral. Destinado aos membros das igrejas, usou a linguagem e justificativas religiosas para convencimento: “Se elegermos evangélicos sem dúvida que nos dedicaremos melhor ao nosso trabalho de evangelizar o povo. (SYLVESTRE, 1986, p. 24); e ainda:

O imposto que o crente paga [ao ser usado por parlamentares ligados a estes segmentos nas emendas orçamentárias] vai financiar a idolatria [o catolicismo] e a feitiçaria [os cultos afro-brasileiros]. Cada parlamentar recebe anualmente, no Orçamento da União, uma parcela de recursos. [...] Vejam que volume fabuloso de recursos poderiam estar ajudando nossas organizações no setor social e educacional. (SYLVESTRE, 1986, pp. 62-64).

Dessa forma – como visto no capítulo anterior e também nestes textos acima – a política pública mostrou-se, no discurso pentecostal de então, como uma necessidade e como fonte de “benção”: necessidade pela “missão” que o evangélico teria ao lutar pela “evangelização do povo”, também pelos interesses da família e da liberdade religiosa, contra o avanço das “forças malignas” na sociedade nacional, representadas principalmente por minorias (como os homossexuais ou os movimentos feministas de emancipação e de defesa do aborto, p. ex.), as esquerdas (principalmente os comunistas agentes do “Anticristo” e do ateísmo), e outros movimentos sociais que minassem a chamada “família tradicional”, enfim, a missão política evangélica, no discurso de então, era a de bem representar aqueles valores tidos como os valores de Deus e da família no cenário político. Por outro lado havia a

possibilidade, diante da atuação política forte e intransigente, de se afirmar como presença marcante no espaço público e desfrutar das benesses dessa presença no jogo político. A partir deste momento começaram a pipocar Brasil afora cidadanias honorárias aos pastores, ou seja, “a sociedade” reconhecendo os grandes trabalhos em prol da pátria por parte destes “homens de Deus”; ruas foram nominadas; surgiram as praças da Bíblia; concessões de rádio e de televisão foram dadas a igrejas e a indivíduos; e as emendas parlamentares foram desfrutadas.

Em Curitiba o processo foi basicamente o mesmo: na esteira da movimentação político-eclesiástica em nível federal foi que o movimento municipal aconteceu. As igrejas se organizaram e lançaram candidatos. Em Curitiba, já nas eleições de 1988, dois candidatos foram lançados.

Estes dois primeiros candidatos oficiais no Legislativo Municipal da capital paranaense surgem na primeira legislatura após a promulgação da Constituição. Em todas as outras a partir dessa, a presença evangélica é ininterrupta. Até a 14ª Legislatura (2005 a 2008) a presença Evangélica é constante porém discreta, salvo um ou outro vereador mais destacado – o que será exposto em detalhes oportunamente –; foi somente na 15ª Legislatura que constituiu-se a bancada evangélica formalmente, contando com quatro vereadores de um total de trinta e oito. E na 16ª Legislatura (2012 a 2016) houve a bancada evangélica contando com onze de trinta e oito vereadores, presente em todas as comissões da Casa, com grande poder de discussão e persuasão, sendo o presidente da CMC, um pastor.

Ditas estas palavras preliminares, passemos a análise das atuações, práticas parlamentares destes políticos em Curitiba. Todas as fontes aqui explanadas são frutos dos trabalhos destes senhores, disponíveis nos arquivos da CMC, físicos ou digitais. Ademais convém lembrar que a análise aqui empreendida estará mais interessada nestas práticas enquanto relacionadas à atuação parlamentar religiosa em um Estado Laico. Surge então a pergunta: e aquelas práticas que não ofenderam ou não estavam relacionadas, *a priori*, à laicidade? Pois bem, estas serão também explanadas e servirão principalmente para uma quantificação da atuação parlamentar, ou seja, atuação religiosa e a não religiosa.

A análise se dará individualmente e em ordem cronológica, ou seja, os parlamentares que elegeram-se em pleitos mais antigos serão explanados primeiro, até o final de suas atuações, mesmo se estas se estenderam por legislaturas posteriores. Sem mais delongas, vamos a eles.

#### **2.4.1. Hidekazu Takayama**

Como visto, foi a partir da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) que houve um

rompimento do discurso pentecostal anterior a respeito da participação política e uma nova linguagem militante elaborada. Os “homens de Deus” atuantes anteriormente somente na área religiosa foram lançados à missão de ser “*sal e luz*”<sup>29</sup> entre os políticos e começaram a galgar espaços públicos na arena legislativa. Em Curitiba esse movimento se deu já na primeira legislatura após a Assembleia Nacional Constituinte. Nas eleições de 1988 foram eleitos os dois primeiros candidatos oficiais: HidekazuTakayama e Ailton Cardozo de Araújo, ambos pastores e ambos pelo PMDB, o primeiro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (IEAD) e o segundo da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ).

O PMDB nestas eleições contava com o Prefeito de Curitiba, Roberto Requião e com o Governador do Estado, Álvaro Dias, sendo um partido que saiu do período ditatorial com considerável estima por parte da população, uma vez que, em tese, representava o ideal democrático ansiado após o longo período autocrático militar. Este partido ficou com 32,10% dos votos válidos à vereança e 12 cadeiras na Câmara, ou seja, a maior bancada da casa (REHBEIN, 2008, p. 249). Esse fato já nos mostra uma faceta interessante dos candidatos evangélicos eleitos em Curitiba à época: embora sendo de igrejas diferentes – e portanto tendo comitês de campanha, estrutura eclesiástica, e possível coeficiente eleitoral diferentes –, ambos procuraram o partido com maior possibilidade de votos e portanto maior coeficiente eleitoral, fato que, em tese, facilitaria a eleição. De fato neste ano o PMDB, como visto, conseguiu eleger a maior bancada da Câmara com doze cadeiras de um total de trinta e três, e desta forma, o coeficiente eleitoral foi de valia para ambos os lados, ou seja, da igreja que mira um (quantitativamente) “bom” partido, e do partido, que mira em possíveis votos das comunidades eclesiásticas. Ailton Araújo, quando entrevistado pelo autor deste texto e inquirido acerca desta opção partidária à época, afirmou: “Foi não só ideológica, mas onde tivéssemos possibilidade – foi o PMDB” (ARAÚJO, 2016).

HidekazuTakayama, pastor e evangelista itinerante da IEAD, foi eleito ao seu primeiro cargo público neste pleito. Sem experiências público-estatais anteriores a esta eleição, seus votos foram inteiramente da comunidade religiosa, sendo o terceiro vereador mais votado de Curitiba com 4.669 votos (REHBEIN, 2008, p. 246). Atuou como vereador apenas neste mandato, sendo posteriormente eleito para Deputado Estadual e Deputado Federal, ou seja, como em muitos casos, a vereança foi o primeiro passo na carreira política e esta característica ilustra uma das funções do vereador: ganhar certa notoriedade e ter certa publicidade para alçar-se a cargos mais representativos e prestigiosos.

---

<sup>29</sup>Discurso de Jesus a seus discípulos; Cf. Evangelho de Mateus cap. 5-7.

Do ponto de vista de sua prática parlamentar, o pastor assembleiano emplacou poucas leis em quatro anos, não mais que seis normas. Essas leis de sua iniciativa restringiram-se a homenagens a cidadãos e a declarações de utilidade pública. Quanto aos cidadãos: alguns, não todos, ligados a igrejas, como, por exemplo, missionários e pastores; quanto às entidades sociais, a mesma situação, algumas relacionadas à denominação outras não. Ou seja, do ponto de vista da administração da cidade como um todo, o trabalho de legislador deste pastor foi parco. Assim pode-se ver que a prática parlamentar do pastor Takayama voltou-se para fortalecimento e privilegiamento de seus laços políticos e sociais.

Do ponto de vista da declaração de utilidade pública a entidades ligadas a igrejas, o grande benefício – além do reconhecimento social do trabalho destas entidades, que por certo foram relevantes – era o de que futuras emendas parlamentares poderiam – e foram – ser direcionadas a estas entidades. Mais uma vez vale a citação ao livro *“Irmão vota em irmão”*: “Vejam que volume fabuloso de recursos poderiam estar ajudando nossas organizações no setor social e educacional. Se elegermos evangélicos sem dúvida que nos dedicaremos melhor ao nosso trabalho de evangelizar o povo” (SYLVESTRE, 1986, p. 24).

De todas as normas, uma chama a atenção, por ilustrar a constatação acima com mais clareza. Takayama conseguiu a aprovação da lei 7.464/1990. Essa lei alterou outra norma da Casa (Lei 5.423/1976) que dizia respeito a uma doação de um terreno, por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) à Confederação Evangélica de Assistência Social do Paraná; sendo que esta entidade deveria usar o terreno para construção de prédio destinado à assistência social, caso que, em não havendo a construção de tal prédio, o terreno seria devolvido à Prefeitura. Ocorre que decorrido o prazo previamente estipulado – dois anos após a assinatura da escritura para início da construção e mais seis anos para a conclusão – a referida entidade não terminou a construção. Essa nova lei de Takayama, dilata o prazo original para construção do prédio, protegendo o interesse da instituição evangélica e fazendo com que o terreno não fosse devolvido à PMC.

O pastor Hidekazu Takayama não tenta a reeleição. Parte para o legislativo estadual e depois o Federal, onde permanece até os dias presentes. Sempre elegendo-se com votações expressivas, tendo o mesmo eleitorado religioso e mantendo suas atividades de missionário itinerante. Destacou-se na Câmara Federal quando da discussão do acordo entre Brasil e Vaticano em 2009, apontando e atacando possíveis favorecimentos ao catolicismo no Brasil através desse acordo, inclusive quanto a laicidade do Estado e seu (pretenso) não envolvimento institucional com qualquer igreja, no caso em questão a igreja católica (MAIA, 2012, pp. 330ss). Outro evento digno de nota foi quando envolveu-se em uma briga física

(vias de fato) com um motorista de outro parlamentar por uma discussão de trânsito (MARÉS, 2015) dentro do Congresso Nacional. Takayamatornou-se em um dos nomes mais fortes e mais influentes da política da Assembleia de Deus. Suas duas atuações – política enquanto deputado e religiosa enquanto missionário itinerante da igreja – lhe renderam muito reconhecimento e capital simbólico institucional. Não perdeu um pleito sequer desde então.

#### **2.4.2. Aílton Araújo**

Aílton Cardozo de Araújo é pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ). Converteu-se ao evangelicalismo em Curitiba quando em criança, na “tenda dos milagres”, quando esta veio a Curitiba em 1955, como visto anteriormente. A partir deste ponto de pregação da “tenda dos milagres” surgiu a IEQ curitibana, da qual Araújo seria um dos pastores. Esta denominação espalhar-se-ia por toda a cidade tornando-se a segunda maior em número de membros, conforme dados do IBGE anteriormente explanados.

Araújo exerceu seu primeiro mandato na CMC a partir de 1989; foi vereador por Curitiba por mais dois mandatos subsequentes (1993-1996 e 1997-2000); no ano de 2000 foi eleito novamente vereador. Porém exerceu seu mandato somente por pouco mais de um ano. Em 03/02/2002 renunciou à vereança por ter sido eleito deputado estadual. Em 2013 novamente volta ao cargo vereador. Quando inquirido pelo autor deste trabalho sobre a razão de sua volta ao legislativo municipal, afirmou:

Para resolver problemas como a liberação da construção de igrejas numa faixa de 2 a 3 km ao longo da BR 116 – Linha Verde; transformar a “marcha para Jesus” em evento também turístico para que a prefeitura pudesse dar apoio; Plano Municipal da Educação; e a igreja ter ficado sem vereador de 2009-2012 (ARAÚJO, 2016).

Assim, em seu discurso em que rememora suas motivações da volta à CMC, explana que as razões continuaram sendo os interesses da igreja. Nesta última legislatura foi eleito presidente da CMC para o biênio de 2015-2016, onde permaneceu até o fim do mandato, quando não tentou a reeleição. Já de idade avançada, informou que a presidência da Casa fora muito desgastante (ARAÚJO, 2016).

Formado em Ciências Físicas e Biológicas e em Matemática pela Universidade Federal do Paraná, foi professor e diretor de escola pública. Reunia certo capital político entre os professores da cidade (certa feita foi eleito por unanimidade entre os diretores da Capital paranaense para assumir cargo no conselho fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores

de Curitiba). Esse relativo conhecimento e atuação pública anterior, por certo ajudou em sua escolha pela igreja para o lançamento de sua candidatura. Seu caso representa, por parte da igreja, a união do útil ao agradável: um pastor – homem de Deus, portanto conhecido do público fiel da IEQ, portanto dono de inegável e, ainda, considerável capital simbólico perante a comunidade religiosa – e com certa publicidade e experiência na área pública. Tanto é que as estratégias de campanha nesta primeira investida política concentraram-se, basicamente, entre os fiéis da igreja e os estudantes das escolas anteriormente por ele dirigidas, conforme rememorado (ARAÚJO, 2016).

Antes de tratarmos das demais ações deste vereador, convém algumas considerações sobre esses dois primeiros eleitos. Esta primeira investida por parte dos evangélicos à Câmara de Curitiba revela alguns pontos importantes de suas primeiras atuações, tanto na campanha eleitoral, quanto nas estratégias. Primeiro, dois pastores são eleitos com votações expressivas (Hidekazu Takayama foi o terceiro vereador mais votado da cidade e Aílton Araújo o sétimo melhor posicionado, de um total de 33 eleitos (REHBEIN, 2008, p. 246)). Esse fato revela como o discurso de lançamento das candidaturas – aquele segundo o qual estes eram “homens de Deus”, verdadeiros missionários na política, que vão lutar pelos valores cristãos – foi aceito por boa parte dos fiéis eleitores, ou seja, a ideia de que pastores seriam os melhores representantes possíveis dos evangélicos. O apelo à fé e ao capital (verdadeiramente) político que os pastores possuíam frente a suas congregações é inegável. Recordemos um pouco acerca das condições de funcionamento do campo religioso pentecostal brasileiro, detalhadas no primeiro capítulo deste texto. Lembremo-nos das contribuições de Pierre Bourdieu acerca das condições de funcionamento do campo religioso e da posição privilegiada daqueles produtores de bens simbólicos de salvação. Produzir é deter propriedade e autoridade: de discurso, fala autorizada; de ação. Em torno destes agentes do campo automaticamente forma-se uma áurea mística. É neste quesito que o poder simbólico dos pastores pentecostais pode ser entendido: de “homens de Deus”, e neste momento, aptos também (o melhor possível) para serem agentes políticos da instituição religiosa. É este capital e poder simbólico em torno destes agentes que foi evocado quando lançaram-se à política pública.

Por outro lado, a estratégia de filiação partidária é também importante. Apesar de serem de duas igrejas diferentes – a IEAD e a IEQ – os dois pastores filiaram-se e foram eleitos no PMDB, como dito acima, dono de considerável apreço à época por parte da população, e que ainda, possuía o prefeito e o governador do Estado e, mais, conseguiu eleger a maior bancada da Câmara. Ou seja, o provável coeficiente eleitoral foi fator determinante para a escolha do partido.

Dito isto, convém analisar algumas práticas parlamentares deste pastor quadrangular. Pode-se dividir o período ocupado por ele na CMC em duas partes: a primeira passagem de 1989 a fevereiro de 2002; e o último mandato de 2013-2016, totalizando-se mais de treze anos ocupados no cargo de vereador. Da primeira passagem, a documentação é majoritariamente física, sendo que, aquilo que está arquivado no legislativo são as propostas de lei *aprovadas*; as propostas rejeitadas, por exemplo, não foram encontradas. Isto posto, vamos a elas.

Em sua primeira passagem pela CMC, Aílton Araújo conseguiu a aprovação de 18 normas de sua autoria, tendo uma média de pouco mais de uma lei por ano. Destas, dez normas tem relação direta com a religião evangélica e suas igrejas ou membros e pastores; as outras oito não estão relacionadas a esta temática. Desta forma, a tabela 1 revela os dados:

Tabela 1: Prática legislativa – Aílton Araújo

| Utilidade Pública entidades religiosas | Utilidade Pública entidades não religiosas | Homenagens a cidadãos religiosos | Homenagens a cidadãos não religiosos | Legislação geral religiosa | Legislação geral não religiosa |
|----------------------------------------|--------------------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| 3                                      | 1                                          | 5                                | 4                                    | 2                          | 3                              |

De todas as legislações não religiosas podemos citar dois exemplos. Primeiro houve a regulamentação do Hino de Curitiba e, posteriormente, a periodicidade de sua entoação nas escolas do Município. Cidadãos não religiosos também foram homenageados.

Quando se tratou de religião as questões ficaram mais específicas. Ao ser perguntado sobre aquilo que recordava como seus trabalhos marcantes na CMC, Aílton Araújo (ARAÚJO, 2016) mencionou, entre outras, uma legislação de 1990. Esta lei foi responsável por permitir a construção de alguns templos evangélicos, donde antes não seriam permitidos, por questões relacionadas à ocupação do solo. Neste sentido, algo importante a ser notado, é a maneira como o homem religioso vê o seu trabalho, ou a sua representação entorno da atividade laboral. Lembre-se o leitor do primeiro capítulo deste texto, quando falou-se que a sacralização de todas as áreas da vida era uma das consequências da pregação reformada avivalista, entre elas a pentecostal; ou a não mais separação entre sagrado e profano na vida do crente. O que aqui se mostra é mais ou menos isto. O trabalho de vereador foi bem feito, pois o foi em benefício do trabalho de Deus. O “Reino de Deus” foi beneficiado com a

atuação parlamentar, quando novas igrejas puderam ser construídas na cidade. Assim, sua colaboração enquanto legislador foi, com intencionalidade e orgulho, voltada aos interesses do “Reino de Deus”, ou seja, a atividade parlamentar foi sacralizada pela bem feitoria à igreja. Essa é uma nota primordial e deve sempre estar na mente do leitor enquanto aqui se falar em prática parlamentar; todos os parlamentares não somente atuaram em favor de suas igrejas porque estavam atuando para suas bases eleitorais, mas sim, e talvez primordialmente, porque estavam atuando em favor de sua crença e de sua missão enquanto crente. Vê-se aqui que a representação pentecostal em torno do trabalho, mostra uma atividade não apenas econômico-produtiva, mas ética e religiosa. Trabalhar não era apenas produzir, mas antes, agradar a Deus.

O relato de um deputado federal evangélico, Salatiel Carvalho, ilustra sobremaneira esta constatação. Ao ser inquirido por haver trocado seu voto por uma concessão de rádio, quando José Sarney pediu cinco anos de mandato presidencial ao Congresso, respondeu: “Se o presidente quisesse cem anos para trocar cem rádios, eu trocava mesmo. Se fosse para divulgar o evangelho, eu trocava” (FREESTON, 1993, p. 201).

E é neste sentido que a atuação religiosa, por mais bem-intencionada que fosse, se deparava com um desconforto, o Estado Laico. A título de ilustração, veja-se a lei de iniciativa de Ailton Araújo que outorgou o título de utilidade pública municipal a entidade evangélica “Jocum – Jovens Com Uma Missão”. Essa, Lei 8.134/1993, em seu artigo 1º assim explana:

Fica declarada de Utilidade Pública a entidade ‘Jovens com uma Missão – Jocum’, com sede e foro nesta Capital, *que tem como finalidade básica e primordial a pregação do Evangelho*, além de amparar pessoas carentes, desenvolvendo trabalhos de assistência social nas favelas (grifo nosso).

Interessante notar que a atividade básica e primordial da entidade era a “pregação do Evangelho”, mas a fim de manter a laicidade do Estado, que não poderia reconhecer uma instituição somente por isso, foi mencionado o amparo a pessoas carentes e os trabalhos realizados nas “favelas”. O estatuto social da Jocum está apensado ao projeto de Lei; seu artigo 3º assim explana:

Art. 3º: A Missão tem como finalidade básica e primordial a pregação do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo no Brasil e no Exterior. As atividades auxiliares da Missão são:

- a) Seminário Teológico com a finalidade de formar pastores e missionários [...].
- b) A formação e o encaminhamento de pastores e missionários [...]
- c) Dar assistência e servir as Igrejas evangélicas.
- d) Manter cursos de treinamento e evangelismo [...].
- e) A organização e manutenção de clínicas, maternidades, creches, lares para

crianças.

f) Criação e manutenção de escolas em todos os níveis.

g) Manutenção de programas e cursos de treinamento e preparação de mão de obra especializada, inclusive para atividades agrícolas.

h) Manutenção de cursos de puericultura, primeiros socorros, economia doméstica, arte culinária, artesanato e preparo pessoal para atividades domésticas (CURITIBA, 1992).

Ou seja, esta lei se deparou, neste momento, com o limiar do Estado Democrático de Direito, Laico por excelência, e os limites deste Estado foram tensionados. Afinal, o Estado não poderia simplesmente reconhecer uma instituição religiosa somente por realizar seu trabalho religioso, mas poderia reconhecer seu corolário, a atividade social, ainda que eminentemente secundária. Por certo, que essa atividade social secundária, não perde seu valor social simplesmente por ser realizado por uma instituição religiosa; e essa é uma questão ainda em aberto, afinal, está-se diante de um impasse. A entidade tem como finalidade primordial a religião, e para isso, atua na assistência social; a pergunta que se põe é: deve o Estado incentivá-la? Se sim, não estaria o Estado ajudando-a em sua tarefa religiosa? Se não, não impediria a sociedade civil organizada de atuar em áreas aonde o poder público é deficitário? Por certo que a questão é delicada, mas merece a reflexão.

O parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação (nº 333/1992, ratificado na legislatura posterior, sob o nº 55/1993), é vago, solicitando apenas que estejam no processo certidões acerca da sede da Jocum, que deveria ser em Curitiba, e que tal entidade existisse há mais de um ano. Não há nenhuma consideração acerca da natureza dos serviços prestados pela entidade, quer sejam religiosos ou não.

Está-se diante de um tensionamento que se tornou habitual nas atuações de parlamentares ligados a igrejas. O reconhecimento do Estado do trabalho realizado por parte dos evangélicos passa a ser frequente, mas em um Estado Laico, a simples atuação religiosa em si mesma, não deveria ser reconhecida, afinal, como já dito, não se poderia reconhecer um bom religioso por ser um bom religioso. Surge então a necessidade de justificar e exaltar o serviço social realizado por estes religiosos, ainda que seja eminentemente secundário. Desta forma, a atuação e o resultado social benéfico da atuação religiosa foi sobremaneira exaltado e teve nestes parlamentares seus verdadeiros representantes.

Em sua segunda passagem na CMC (2013-2016) a documentação já estava digitalizada e disponível à consulta pela Internet, tornando assim, a pesquisa histórica muito mais detalhada. Apesar disso a atividade de legislador foi escassa nestes anos. O que se pode a partir de então, é ver as outras atividades do vereador, como emendas ao orçamento municipal; solicitações ao Poder Executivo e etc.

Começamos pelas emendas parlamentares ao orçamento da cidade. Este mecanismo é um importante agente de dinamização do planejamento anual. Através dele, os vereadores podem aportar recursos nas áreas em que se via alguma necessidade. É a partir do planejamento do ano 2000 que se tem as fontes disponíveis. Portanto, Aílton Araújo participou do planejamento orçamentário do ano 2000, 2001 e 2002. Em sua segunda passagem, incluiu emendas aos anos 2014 a 2017 (lembrando que as discussões se dão sempre um ano antes de o orçamento entrar em vigor).

Seria redundante analisar individualmente todos os anos em que o vereador participou do planejamento orçamentário, uma vez que constatou-se as mesmas atividades todos os anos, dessa forma analisaremos, um ano de sua primeira passagem e um ano de sua segunda. Pois bem, em 1999 Aílton Araújo participou do planejamento do orçamento municipal para o ano 2000. Nesta oportunidade apresentou quatro emendas. Solicitou i) reforma do cemitério do bairro Santa Cândida; ii) reforma de calçada em uma rua no bairro Bacacheri; iii) reforma dos terminais de ônibus Santa Cândida e Vila Oficinas (a emenda foi rejeitada); e iv) pavimento definitivo na rua onde pediu a calçada acima.

Em seu último ano como vereador, 2016, ao planejar o orçamento do ano seguinte, Aílton Araújo requereu 16 emendas:

Tabela 2: Emendas ao orçamento em 2016 – Aílton Araújo

| Recuperação asfáltica | Entidades sociais           |                              | Eventos culturais |                   |
|-----------------------|-----------------------------|------------------------------|-------------------|-------------------|
| 1 (R\$ 350.000,00)    | Evangélicas                 | Não evangélicas              | Evangélicos       | Não Evangélicos   |
|                       | 2 (total de R\$ 100.000,00) | 10 (total de R\$ 140.000,00) | 1 (R\$ 50.000,00) | 1 (R\$ 50.000,00) |

Estas emendas neste último ano do mandato nos mostram um vereador clássico. A maioria delas foram direcionadas para a região norte da cidade: asfaltamento de ruas, unidades básicas de saúde, hospitais e asilos. O que se destaca, acima de tudo, foi o direcionamento das emendas à questões relacionadas à Saúde da população. Ademais, cinquenta mil reais foram destinados à semana cultural da cidade, e o mesmo valor para a Marcha para Jesus.

Durante os quatro últimos anos de mandato o vereador fez 583 requerimentos à PMC. Detenhamo-nos sobre seu último ano. Somente em 2016 foram 142 ocorrências. Todas elas dizem respeito a solicitações de moradores acerca de asfaltamento de ruas, operações tapa-buraco, retirada de lixo, sinalização de trânsito, e etc. Enfim, o gabinete do vereador sempre

esteve aberto e recebeu muitas solicitações de moradores de diversas partes da cidade, em especial, da zona norte.

Outra questão que merece destaque na prática parlamentar deste vereador é o fato de ele nunca ter feito sequer um pedido de informações oficiais ao município – conforme o sítio eletrônico de informações legislativas da CMC. Ou seja, ao menos neste aspecto – o da fiscalização – Aílton Araújo não se esforçou muito.

Por fim, merece destaque a atuação deste vereador quando propôs que a “Marcha para Jesus” em Curitiba se tornasse evento turístico cultural sendo, por essa transformação, possível à PMC investir recursos diretamente na Marcha.

### **2.4.3. José Roberto Sandoval**

Em 1992 um novo candidato oficial da Igreja Evangélica Assembleia de Deus foi eleito. Se primeiramente a igreja investiu em um pastor, agora outro modelo de candidato geralmente escolhido surgiu: o empresário. Neste sentido José Roberto Sandoval encarna uma trajetória preta de significados quando se fala em políticos evangélicos no Brasil. Sua vida, conversão ao pentecostalismo, carreira profissional, e atuação política, revelam importantes aspectos, comuns aos inúmeros evangélicos que representam politicamente essa considerável população. O principal motivo disso – a grande fonte de informações – foi a produção de um livro onde este empresário e político conta suas memórias. Este livro, chamado *“Sandoval...um homem na direção de Deus”* é um achado historiográfico. Sem editora, ou local, ou data de publicação, é um pequeno volume que traz a autobiografia de um exemplo de homem pentecostal “abençoado” e “que venceu na vida”. Por ser muito simples, contém alguns erros gramaticais e deve ter tido uma tiragem modesta (tal informação não aparece no encarte); muito provavelmente tenha sido distribuído aos membros de sua igreja. Em todo caso, este relato é profundo em significados, e algumas de suas páginas trazem importantes informações acerca da vida, representações, práticas de um crente pentecostal brasileiro. Sua leitura é estimulante, portanto é imprescindível que se dê voz ao que fala.

E assim inicia-se o relato:

Nasci numa humilde família do interior do Brasil, mais precisamente, na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, no ano de 1948. A pobreza e a miséria eram marcas que teimavam em permanecer no meio de nós. [...]. Minha mãe, sempre humilde e piedosa de coração, lutava para manter vivas as chamas de um lar. Já meu pai, era muito diferente. Ele não tinha como objetivo de vida se transformar num referencial de valor aos filhos. Era uma pessoa difícil de lidar, mas amável em determinadas horas. Certamente, o grande problema de sua vida foi o alcoolismo, luta que jamais conseguiu vencer. [...] Comecei muito cedo a

trabalhar e, aos sete anos de idade, lá estava eu, pegando na enxada para poder receber alguns trocados.[...] Vim morar no Paraná, mais precisamente na Fazenda do Remomasso, em Paranavaí, no norte do estado. Cresci trabalhando nos cafezais e vendo a miséria que insistia em permanecer conosco. Não tive a oportunidade de frequentar a escola por dois motivos: Um deles, era a distância entre a minha casa e a escola e o outro, era um pouco mais sério! Eu tinha que trabalhar porque, certamente, minha mãe e meus irmãos precisavam dos poucos trocados que eu ganhava como boia-fria mirim. [...] Na infância, tive a oportunidade de frequentar a escola apenas por três meses e, infelizmente, fui obrigado a abandoná-la. (SANDOVAL, s/d, pp. 5-9).

E ainda:

aos quatorze anos, comprei a minha primeira arma de fogo: um revólver calibre 38. Andei armado até os meus dezessete anos, quando fui convidado a ir até uma Igreja Assembleia de Deus que ficava próxima a Fazenda onde minha família estava morando. Lá, eu me converti, aceitando a Cristo em minha vida como o meu Salvador. No mesmo dia em que me converti, tomei a decisão de destruir a arma. Logo a seguir, comecei a ter uma vida nova, já não tinha mais os sonhos de ser como o meu pai, mas queria apenas adorar a Deus e seguir os seus caminhos (SANDOVAL, s/d, pp. 10).

Frente a este discurso, as palavras de Souza (2014) são oportunas:

Rememorar é muito mais do que trazer o passado para o presente, trata-se de um instrumento para reavaliações, revisões, autoanálise, autoconhecimento e é por este caminho que a memória alcança a identidade, sendo fator chave em sua (re)construção. Memória e identidade se juntam no discurso na medida em que ambas são construções discursivas. Ao narrar-se, o sujeito mobiliza seu arsenal de experiências; põe em ação tudo o que o constitui para construir uma narrativa de si e consolidar um novo Eu. Essa narração reorganiza as experiências e os significados, fazendo surgir um Eu ancorado nessa nova ordem (SOUZA, 2014, p. 91).

Nestas primeiras páginas, estabeleceu as bases de sua trajetória pessoal: a dificuldade, o trabalho incansável, a importância de sua família e seu apoio incondicional e, entre outros, a fé. Sua rememoração é também um testemunho de fé: Deus o alcançou mesmo em meio a pobreza, simplicidade, distância geográfica, e sua pouca instrução. Neste sentido, um aspecto do pentecostalismo brasileiro aqui presente de maneira emblemática, é o alcance que essas igrejas tiveram na sociedade brasileira. O pentecostalismo conseguiu chegar aos mais afastados rincões do Brasil, abraçando uma população quase que por completo abandonada à própria sorte pelo Estado. Perto da fazenda aonde Sandoval trabalhava enquanto criança, não havia uma escola nas cercanias, mas havia uma igreja Assembleia de Deus, que acolheu um adolescente boia-fria, semianalfabeto, e ainda, armado. Acolheu, nos mais profundos aspectos da palavra, antes “do mundo”, agora um “irmão”; antes “perdido” agora “salvo”. Neste momento, Sandoval, mudou de direção e queria somente “adorar a Deus e seguir seus caminhos”.

Sandoval, então, casou-se com uma moça da igreja e continuou trabalhando como boia-fria. Sua trajetória assemelha-se à de muitas outras famílias pobres paranaenses; eles iniciaram uma peregrinação pelo estado: “tornei-me, praticamente, um nômade” (SANDOVAL, s/d, p. 15), até estabelecer-se na cidade de Cascavel, aonde conseguiu uma ocupação como trabalhador braçal.

Era um serviço pesado, onde descarregávamos [de caminhões], em média, três cargas de cimento quente, vindo da fábrica. Pensei comigo: Agora eu acertei! Vou poder dar um pouco de dignidade a minha família. Eu tinha por costume chegar sempre meia hora antes de começarmos a trabalhar e isso impressionava o meu gerente. Outro fator que o deixava satisfeito comigo era a agilidade que eu tinha para trabalhar, sempre buscando dar o melhor de mim. (SANDOVAL, s/d, p. 16).

Neste momento, as duas principais tônicas e representações presentes no discurso memorial começam a estabelecer-se: i) o esforço individual do sujeito como um dos grandes responsáveis pela mudança de vida – por mudança de vida entenda-se “ascensão social” – aliado à fé; e ii) o imperativo ético da cidadania pentecostal – a prática cidadã: o dever inalienável de ser “um bom empregado”, “um bom crente”, “um bom pai”, etc. Neste momento o que toca é o “bom empregado”, a saber, aquele que se empenha, que é probo, que não reclama, que não se subleva, que trabalha incansavelmente pelo bem de seu serviço, e etc. Tais princípios são elevados ao máximo possível, e mais, aqui são tidos também como causa do sucesso da vida do Sandoval: aquele que passou por inúmeras dificuldades sem reclamar, sendo exemplo, e ao final, foi recompensado por Deus. Ademais essa era uma das marcas da identidade pentecostal de então. Fazer estas coisas não eram um fim em si mesmo – ser bom empregado, ser probo, e etc. – mas sim, eram sinais que apontavam o fim de tais atitudes: “*sou crente pentecostal*”, ou seja, todas estas coisas apontavam em uma direção, identificavam uma determinada conduta pertencente ao grupo de que se faz parte; eram marcas identitárias da população pentecostal, práticas e representações.

A ética individualista é parte de uma ideologia que leva o crente a nunca entender a natureza da sociedade em que vive, geradora de contradições, onde quem produz não tem acesso aos bens que produziu. Onde a propriedade privada dos meios de produção e essa apropriação dos resultados do trabalho pela classe capitalista, cinde a sociedade em ricos e pobres. Onde a divisão do trabalho nega o saber, o lazer, o prazer, enfim, o bem-estar, ou melhor, o bem-ser, o ser, simplesmente, à grande maioria. [...] O assembleiano padrão deve ser, também, o operário padrão, o cidadão zeloso da ordem, obediente às autoridades políticas e aos patrões. Crente não faz greve...(BAPTISTA, 2002, p. 115-116).

Em 1975 surgiu a oportunidade de trabalhar em Curitiba e Sandoval mudou-se com

toda a sua família. Depois de algumas dificuldades, conseguiu emprego como motorista de caminhão basculante. E mais uma vez suas práticas cidadãos pentecostais são dignas de nota: “Eu gostava do trabalho e como sempre chegava cedo e procurava fazer o melhor de mim, sempre cuidando do veículo que eu trabalhava” (SANDOVAL, s/d, p. 20). Porém, ele não ficou muito tempo neste emprego, pois a empresa fechou as portas, e logo partiu na busca de outro de mesma ocupação. Achou-o e o que ocorreu neste novo emprego é significativo, e vai gerar a oportunidade de crescimento profissional.

O serviço era tranquilo, mas tínhamos uma quantidade grande de terra para tirar de um aterro [...]. Meu chefe sempre estava animado comigo. Isso porque eu cuidava do caminhão que dirigia como se fosse meu. Tinha muito zelo com aquele veículo, pois sabia que ele era o ganha-pão da minha família. E isso me diferenciava dos outros motoristas. Eu tinha por costume lavar o caminhão diariamente. Todas as vezes que terminava o expediente, lá estava eu, ora limpando, ora fazendo uma vistoria preventiva. [...]. Certo dia, um homem me parou no meio da rua e me perguntou se eu podia vender a ele algumas cargas de terra e eu, prontamente, disse que sim. O seu lote era próximo de onde nós extraíamos a terra. Então, comecei a encurtar a viagem, pois passei a descarregar antes dos outros motoristas. Com isso, eu consegui gerar uma boa economia de combustível e diminuir o desgaste do caminhão, além de cobrar pela terra que antes era apenas basculada no aterro da Caximba. Ao final do dia, eu tinha ganho uma quantia três vezes maior que o meu salário. Como um verdadeiro servo de Deus, fiz o que era justo. Cheguei até a mesa do Jope, que era o dono da empresa, e entreguei-lhe todo o dinheiro ganho com as vendas de terra. Foi aí que o meu patrão falou: “Não acredito! Não acredito!”. Naquela hora, eu pensei: “Pronto, ganhei a conta!” E ele continuava a exclamar as mesmas palavras: “Não acredito! Não acredito!” Isso me deixava cada vez mais nervoso, já que eu tinha a impressão que seria demitido e sabia que precisava muito daquele emprego. [...] “Eu não acreditava que ainda existia gente honesta neste mundo [disse o patrão], mas agora eu acredito!” Naquele momento, eu pude respirar aliviado! Meu coração já estava gelado e passei a sentir uma sensação de alívio. Meu chefe foi muito generoso comigo e me devolveu todo o dinheiro que eu tinha entregue a ele e me disse que era para continuar a vender a terra para quem quisesse comprar também afirmou que o importante era que eu retirasse toda a terra daquele local. (SANDOVAL, s/d, pp. 31-33).

É a partir do dinheiro ganho nesta ocasião que José Roberto Sandoval começou a empreender. Primeiro como sócio de uma empresa de material de construção. Após isso, prossegue o relato, conseguiu comprar seu próprio caminhão basculante e por fim, sua primeira loja de materiais de construção, onde empregou para o trabalho sua mulher e filhos; logo a loja expandiu-se e mais duas foram adquiridas. Todo o relato é marcado pelas dificuldades e etc., mas a tônica é sempre a mesma: “me esforcei muito e fui recompensado por Deus”.

Além disso, acerca de toda a sua jornada pessoal e profissional, o relato é sempre marcado pelas dificuldades e como estas foram enfrentadas *em família*. O sofrimento na pobreza, e – o muito importante – auxílios dos filhos mais velhos no trabalho na loja, e etc.

Suas batalhas foram travadas em família.

O mais importante em toda a história da minha vida é que nasci num lar humilde! Não tive infância, passei fome em muitas ocasiões [...]. Deixei minha casa e me casei com a Niva, formando uma família muito humilde, mas feliz. Meus filhos passaram inúmeras necessidades junto a mim. [...] mas mantive minha fé em Jesus Cristo, que fez toda a diferença em minha vida! Nas horas de alegria, eu agradecia a Deus! O que faço até os dias de hoje! Nas horas de tristeza, de dificuldades, também agradecia e entregava as minhas súplicas ao Senhor e sempre tive a certeza que o resto ele faria por mim. [...] Para finalizar, quero deixar bem claro que do que conseguimos veio, exclusivamente, pelas bênçãos e pela misericórdia de Deus. Tudo que tenho foi Ele quem me deu. Portanto, toda a glória e honra pertencem ao Senhor Deus! A família é a base para a construção de uma sociedade melhor e foi instituída por Deus. Portanto, quero agradecer a minha esposa Niva, fiel companheira de todas as horas, e aos nossos filhos (SANDOVAL, s/d, p. 59-60).

Este discurso memorial, apesar de um pouco longo, é de extrema importância por esclarecer sobremaneira algumas facetas das práticas e representações do pentecostalismo na sociedade brasileira. Estas bases sobre as quais o discurso memorial foi feito indicam alguns ideais e concepções de mundo envoltos no universo simbólico pentecostal brasileiro, suas práticas e representações. Não obstante inúmeras outras importantes informações pudessem ser tiradas destes relatos, o individualismo e a ascensão social como fruto do esforço individual são a tônica premente em todo o discurso. A meritocracia é algo que foi apropriado, neste sentido, pelo pentecostalismo brasileiro com contornos de senso comum entre essa população. Como visto, a luta social ou a imagem da sociedade como formada por grupos antagônicos, não fazia parte de sua visão de mundo.

A persistência, a dedicação, o respeito ao próximo, a vontade de vencer, a unidade familiar e, principalmente, a confiança em Deus, fizeram com que eu mudasse o rumo da minha vida. [...] Minha vida sempre foi marcada por lutas, mas também por grandes vitórias, pois meu general é Cristo e ele não perde batalhas (SANDOVAL, s/d, p. 61).

Após consolidar a rede de lojas, José Roberto Sandoval entrou para a política pública.

Em 1992, já bem estabelecido no comércio e após a desistência de um pré-candidato a vereador de Curitiba, [...] fui convidado para assumir a sua vaga na disputa das eleições daquele ano. Convidei alguns irmãos e fizemos uma campanha de oração de sessenta dias para que Deus estivesse nesse negócio. Após orar e pensar muito, decidi colocar meu nome a disposição dos eleitores. Era uma experiência nova, pois eu nunca pensei em ser candidato. Sempre gostei de política, mas eu gostava de ajudar. Eu não conseguia me ver como um candidato [...]. Lancei-me candidato sem estratégia alguma para ganhar a eleição (SANDOVAL, s/d, p. 57-58).

Mas elegeu-se. Durante sua primeira legislatura (1993-1996) Sandoval conseguiu a

aprovação de três leis de sua autoria. Uma em 1993, homenageou um cidadão; uma em 1994, declarou Utilidade Pública a uma entidade; e uma em 1996 homenageou um pastor.

Para sua segunda legislatura (1997-2000) esse número aumenta para 16 normas. E ao menos duas explicações são plausíveis. A primeira é de que sendo um novato, não havia experiência legislativa nem muitos contatos e apoio político, o que foi sendo adquirido e reflete o aumento da participação na legislação neste segundo mandato. A segunda, diz respeito a uma mudança no regimento interno da Casa quanto à nomeação de logradouros públicos, que a partir desta legislatura, passam a ser de indicação direta dos vereadores, e não mais de prerrogativa exclusiva da Comissão de Educação e Cultura; ou seja, a partir de então, a indicação era direta, por meio de proposta de Lei. Essa mudança implicou em duas alterações na atuação parlamentar evangélica (e não evangélica): i) de que a maioria das leis aprovadas diz respeito a nomeação de logradouros públicos; e ii) por parte dos evangélicos, foi muito mais fácil apresentar indicados para nomes de ruas ligados às igrejas: evangélicos de destaque na vida pública ou religiosa, aumentando assim a afirmação de presença pública por parte destes atores, além de inestimáveis lugares de memória espalhados pela cidade. Diante disso, a maioria das leis aprovadas eram dessa natureza, não somente por parte dos evangélicos, mas também, por parte de todos os outros vereadores.

Nesse sentido, Sandoval ampliou em muito sua atuação legislativa. Das 16 normas, três são homenagens a cidadãos; duas são declarações de utilidade pública (ambas a instituições evangélicas); e dez são denominações a logradouros públicos (pelo menos quatro delas são pessoas evangélicas, as outras não há uma indicação direta). Por fim a única lei aprovada de caráter diverso é a que “Institui o 2º domingo do mês de setembro como a data comemorativa do DIA DA JUVENTUDE”.

Na próxima legislatura, de 2001 a 2004, José Roberto Sandoval não elegeu-se, mas ficou como suplente. Assumiu uma cadeira somente em 03 de fevereiro de 2003 (CURITIBA, 2013b, p. 36). Neste período de aproximadamente dois anos de mandato (2003 e 2004), apresentou 22 projetos de lei; destes, nove foram sancionados e promulgados. Destes nove aprovados, dois são de declarações de utilidade pública (uma a uma igreja pentecostal e outra a uma associação filantrópica de uma igreja pentecostal); uma denominação de logradouro; quatro homenagens a cidadãos, sendo três pastores e um oficial da polícia militar; uma data comemorativa, criando o “dia do Guarda Municipal”; e por fim, uma norma acerca de condições higiênicas de bares e restaurantes.

Dentre todos os 22 projetos apresentados, nove tem relação direta à religião. Além daqueles acima apresentados alguns merecem atenção; apesar de terem sido arquivados em

algum momento de sua tramitação, mostram aspectos importantes da atuação parlamentar evangélica. Primeiramente, o projeto de Lei 005.00194.2004, que “Obriga bares, boates, casas de shows e similares, a respeitar o recuo de 600 metros em relação aos templos religiosos, [...]”. A justificativa de tal projeto explanou:

Em diversos lugares da cidade encontramos fiéis transtornados com a grande quantidade de bares e casas de diversão, que geralmente vendem bebidas de teor alcoólico a poucos metros de templos e igrejas e em alguns casos chegam a ser vizinhos destes, [...]. Toda lei tem uma finalidade, e essa é para que não ocorram transtornos aos freqüentadores das igrejas em relação à pessoas embriagadas. No ano de 2004, alguns freqüentadores de uma igreja protestaram junto às autoridades competentes para que viessem a fechar um bar que funcionava em frente a um templo evangélico, infelizmente as providências não foram tomadas. Pois se houvesse uma lei que atendesse as necessidades daqueles fiéis, a vida de um jovem que freqüentava a mesma igreja seria poupada, pois ao sair do templo ele foi baleado por um indivíduo embriagado que se desentendeu com outros companheiros que estavam no mesmo bar [...].

Este projeto foi arquivado por já haver norma que regulamentava o uso e ocupação do solo em Curitiba, mas revela a preocupação do parlamentar acerca de questões em torno não somente da segurança dos templos, mas de sua moralidade. A regra pretendia disciplinar os estabelecimentos que poderiam estar próximos às igrejas; intentava regular sua segurança, mas também acabava por regular sua moralidade, afinal “transtornos aos frequentadores das igrejas por pessoas embriagadas” deveriam ser evitados e comportamentos indesejáveis deveriam ser afastados.

Por outro lado, houve projetos não aprovados que não estavam relacionadas diretamente à religião. Por exemplo, o projeto de lei 005.00206.2003 que “Dispõe sobre a remoção e recolocação das placas de propagandas fixadas em pontos de ônibus quando obstruírem a passagem de pessoas portadoras de deficiência física como usuários de cadeira de rodas”; entre outros.

Nos anos de 2005 a 2008, Sandoval exerceu seu último mandato eletivo. Neste período apresentou na Câmara Municipal 44 propostas de Lei. Das 44 propostas apresentadas, somente 5 foram aprovadas e posteriormente sancionadas; são elas: duas homenagens a pastores; uma denominação de logradouro público; e duas declarações de utilidade pública a entidades sociais: uma evangélica e outra de proteção animal.

Passemos a seus requerimentos à PMC. Sandoval sempre fez muitos requerimentos ao executivo, sendo esta sua principal função como vereador: passar à PMC as demandas da população (o que também ocorreu com muitos os outros vereadores, evangélicos ou não). Todos estes requerimentos, porém, foram ligados a demandas pontuais da população e às

demandas das IEAD de diversos bairros de Curitiba. Em todos os seus mandatos tais requerimentos se repetem: são relacionados a limpeza de terrenos, manilhamentos, instalação de lombadas, operação tapa buracos, instalação de anti-pó (uma espécie de asfalto mais fino) em diversas ruas dos mais variados bairros da cidade. Duas características marcam esses requerimentos: i) a abertura do gabinete deste parlamentar à população (entre eles, a evangélica com certeza, mas não somente); nestes requerimentos é comum em suas justificativas: “procurados pelos moradores, solicitamos...”, o que parece estar de acordo com o relato memorial presente em seu livro: “[...] gabinete que é o mais visitado da Câmara Municipal desta capital” (SANDOVAL, s/d, p. 61) E, está-se aqui diante de um diferencial dos vereadores evangélicos: diferente de muitos parlamentares que são eleitos por bairros ou regiões, os evangélicos possuíam área de ação em toda a cidade, uma vez que existiam igrejas e, portanto, eleitores, nas diversas regiões do município. E ii) diversas solicitações serem relacionadas às Igrejas Assembleias de Deus. São inúmeras as benfeitorias solicitadas nas redondezas das IEAD; muitas delas relacionadas ao trânsito e etc., mas também solicitação de anti-pó em ruas onde havia uma Igreja Assembleia de Deus; placas de trânsito indicando onde ficava uma IEAD no bairro; pedido de alteração em rotas do transporte coletivo para que passasse próximo a igrejas; e etc. Por exemplo o requerimento 044.00222.1999: “Implantação de redutor de velocidade ou colocação de cones na Rua Estados Unidos, em frente a Igreja Evangélica Assembléia de Deus [...]”; e justifica: “Procurado pelos moradores da região e freqüentadores da referida igreja solicitamos urgentemente a implantação do mesmo...”. Outro exemplo característico são os que solicitam a instalação de placas indicando onde ficavam igrejas Assembleias de Deus em determinados bairros. Em suas justificativas, tais requerimentos trazem:

Este pedido faz-se necessário para facilitar a orientação, bem como a localização das pessoas que se dirigem a esta rua com a finalidade de frequentar o templo da igreja evangélica Assembléia de Deus nesta localidade, a falta desta placa tem causado grandes transtornos aos fiéis visitantes desta igreja.

Não se pode olvidar que muitos destes requerimentos dizem respeito à segurança do trânsito e, por conseguinte, dos frequentadores destes templos e etc., mas é certo que ter um vereador atuando diretamente nestas situações facilitou sobremaneira o atendimento das solicitações das igrejas frente a Prefeitura de Curitiba; a igreja contou basicamente com um assessor dentro do poder público.

Por outro lado, tenha-se em mente que o vereador era um crente. Trabalhar em prol

do reino de Deus encarnado nas demandas das igrejas não era somente algo relacionado a agradar a base eleitoral, mas sim sua consciência como cristão. De alguma maneira, usar seu gabinete a favor das igrejas era santificá-lo e torná-lo útil ao reino de Deus e a sua missão aqui na Terra.

No que diz respeito ao planejamento orçamentário da cidade, as suas emendas foram sempre poucas e basicamente relacionadas a pequenas questões, como destinação de recursos a implantação de anti-pó, semáforos, sinalização do trânsito, etc.

Quanto à fiscalização do executivo foi somente em seu último mandato, após mais de 12 anos na Câmara de Curitiba, que José Roberto Sandoval, fez seus primeiros pedidos de informações ao Município, ou seja, de maneira oficial exerceu sua função fiscalizatória pela primeira vez. São 5 solicitações de informações, entre elas, o número de crianças sem vagas nas creches municipais; as empresas que participaram das licitações do Município em determinado ano; etc. Importante destacar a justificativa comum para tais pedidos: “A presente solicitação justifica-se, pois é parte do dever de fiscalização inerente a atividade parlamentar”. Sem receio, poder-se-ia dizer: antes tarde do que nunca.

Por fim, há que se destacar, que em meados do mês junho de 2004, um café da manhã foi organizado na CMC por iniciativa de José Roberto Sandoval, comemorando duas datas: o “dia do pastor” e os 93 anos de fundação da IEAD. A assessoria de imprensa da Câmara publicou em seu sítio na internet, além de diversas fotos do evento, o seguinte texto (CURITIBA, 2004):

O Dia do Pastor e os 93 anos de fundação da Igreja Assembléia de Deus no Brasil foram comemorados nesta sexta-feira, na Câmara Municipal, em café da manhã [...]. A iniciativa, do vereador José Roberto Sandoval (PTB), contou com a participação de pastores de diversas denominações religiosas. [...] Segundo o vereador Sandoval, o Dia do Pastor é comemorado sempre no segundo domingo do mês de junho e a igreja completa neste dia 18 seus quase 100 anos de vida no Brasil, com bons serviços prestados à sociedade e ao País. “Este encontro com os pastores é um bem ecumênico”, salientou o parlamentar. [...] No evento, que teve também hinos de louvores à Deus, o vereador Sandoval aproveitou para fazer a prestação de contas de seu gabinete aos pastores presentes.

Seu último mandato se deu de 2005 a 2008. Desde então priorizou os trabalhos internos da área política da IEAD não elegendo-se a cargos públicos. Mas um fato digno de nota neste último mandato ocorreu. Em 16 de junho de 2006, da tribuna da CMC, José Roberto Sandoval anunciou sua candidatura ao Senado Federal, para o pleito daquele ano. Conseguiu o apoio da IEAD-PR, que possuía em torno de 300 mil membros à época, com a estratégia de “cada um dos membros conseguiria mais dez votos para o candidato”. A

assessoria de imprensa da CMC publicou no site da Casa uma matéria com a notícia dessa empreitada do vereador. Naquele momento Sandoval afirmou: “Sei que o caminho é difícil, mas espero alcançar mais esta etapa em benefício do povo paranaense, dos evangélicos e dos municípios em geral” (CURITIBA, 2006b). Não obstante tal estratégia, consegue neste pleito somente 74.307 votos, não alcançando a eleição (TSE, s/d).

#### **2.4.4. Pastor Oliveira**

Em 1997 a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) elegeu seu primeiro vereador em Curitiba. Pastor Oliveira (Bernardino Barreto de Oliveira) foi eleito pelo Partido da Frente Liberal (PFL) com 4.967 votos e iniciou a forte movimentação da Iurd no campo político em Curitiba. Esta igreja terá uma importante atuação na política municipal a partir de então – não somente com o Pr. Oliveira, que renunciou em 1999 seu mandato de vereador para assumir o cargo de deputado federal, mas também com seu “sucessor”, o Pr. Valdemir Soares, eleito a partir da próxima legislatura. Já nesta legislatura o Pr. Oliveira assume a 2º vice-presidência da Casa.

A prática parlamentar deste pastor da Iurd e de seu “sucessor” mostram as características distintivas desta igreja frente as demais igrejas evangélicas que se envolveram institucionalmente. Veja-se. Nos três anos de seu mandato – antes da renúncia –, este pastor emplacou cinco leis. Uma (9.075/1997) declarou utilidade pública a uma instituição de caridade evangélica; duas (9.301/1998 e 9.296/1998) concederam títulos a cidadãos, respectivamente um magistrado e um pastor; uma (9.295/98) denominou um logradouro público homenageando um pastor; e por fim, a lei 9.280/1998 que “Inclui no calendário do Município de Curitiba o Dia do Evangélico”.

Não houve a proposição de emendas aos orçamentos anuais da cidade, ou seja, este vereador não preocupou-se muito com a destinação das verbas aos problemas da cidade que se achasse conveniente. Do ponto de vista dos requerimentos, não houve nenhum à PMC, nem a outros órgãos, ou seja, Pr. Oliveira não teve seu gabinete muito visitado por setores da população exigindo demandas, e se teve, não passou tais demandas à Prefeitura. Apesar destes fatos – sem demandas da população à PMC e sem emendas ao orçamento –, o vereador conseguiu eleger-se Deputado Federal com 48.488 votos (TSE, s/d) nas eleições de 1998. Tal fato mostra, agora também no Estado do Paraná, que a força da arregimentação eleitoral da Iurd era inegável, a ponto de, por meios próprios, eleger parlamentares, ou seja, o político da Iurd era um político que não fiava sua atuação frente a população como um todo, mas

voltava-se com todas as forças ao eleitorado interno da igreja, mais especificamente durante as campanhas eleitorais e não tanto durante o mandato. Se esse eleitorado estivesse satisfeito, ou ao menos fosse bem convencido da importância da atuação parlamentar de seus pastores, seus votos seriam certos, ou ao menos, suficientemente certos. Dessa forma é possível entender porque a atuação parlamentar para fortalecer a instituição religiosa era tão importante; com mais vigor ainda na Iurd; afinal, se a igreja estivesse crescendo, a possibilidade de votos crescia também e mais cargos políticos podiam ser almejados; desta forma, o contrário também é verdadeiro: se a igreja ia mal – ou não tinha o crescimento esperado – os cargos políticos também diminuía.

A análise dos políticos da Iurd encontra um excelente representante em Curitiba. Após a eleição de Pr. Oliveira à Câmara Federal e sua renúncia à vereança em 1999, o novo pleito municipal traria a necessidade de um novo candidato, seria ele Valdemir Soares.

#### **2.4.5. Pastor Valdemir Soares.**

Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, Valdemir Manoel Soares nasceu na cidade do Rio de Janeiro; mudou-se para Curitiba em 1993, onde atuou como pastor e radialista por muitos anos. Nos programas da emissora da igreja pôde estabelecer maior conhecimento de seu nome por parte da população ouvinte da igreja. Sua trajetória encarna mais uma opção das igrejas quando da escolha de candidatos: o radialista.

Em 2000 encarou seu primeiro pleito eleitoral. Já neste certame foi eleito pelo PPB com 10.691 votos, a nona melhor votação da cidade (REIHBEIN, p. 312); Pr Oliveira havia sido eleito quatro anos antes com 4.967 votos, ou seja, a Iurd conseguiu mais que dobrar o número de votos de seu candidato em apenas uma legislatura e dessa forma foi consolidando sua forte presença na Câmara de Curitiba.

A partir de então Pr. Valdemir Soares inicia sua importante atuação no parlamento municipal, onde conseguiu sucessivas reeleições – sempre entre as melhores votações da cidade – até sua renúncia em 2016, quando foi flagrado por câmeras votando por outra vereadora em uma sessão da Câmara, ou seja, fraudando a votação em plenário. Antes que seu processo de cassação fosse aberto, apresentou sua renúncia. Pouco depois a igreja o transferiu para Manaus para ali continuar seu pastorado.

Antes de tratar das práticas parlamentares de Valdemir Soares e em se falando de número de votos, se faz importante o registro acerca das estratégias de campanha que Igreja Universal do Reino de Deus empregou; sendo elas basicamente em dois níveis: a escolha dos

candidatos e a estratégia de campanha em si mesma. A Iurd possuía uma estrutura hierarquizada extremamente forte. Toda a tomada de decisões teológicas, estratégicas, religiosas, empresariais e ainda, as políticas e eleitorais partiam de núcleos específicos de poder. A partir das informações enviadas pelas igrejas locais dos estados, o núcleo político traçava suas estratégias, sejam em eleições em âmbito nacional, estadual ou municipal.

[...] na IURD a escolha dos candidatos é prerrogativa única e exclusiva dos dirigentes regionais e nacionais da Igreja, segundo seus próprios cálculos e interesses. Não há nenhuma consulta democrática aos membros das igrejas locais. Estes recebem, no momento oportuno, o(s) nome(s) que devem apoiar (ORO, 2003, p. 56).

Como dito acima, além de ser pastores, o conhecimento do nome a ser indicado por parte do maior número de pessoas possíveis ajudava em muito na escolha, daí a oportunidade do radialista. Por outro lado estava a estratégia de campanha. Por ser igreja, sua estratégia eleitoral sempre esteve relacionada à religião. Como visto anteriormente, se o motivo para se entrar na política é religioso as estratégias de campanha também o são. Oro (2003, p. 59) explicita: “a Universal mobiliza na esfera política crenças, valores, símbolos e cosmovisões do seu universo simbólico, e a partir deles produz uma ressemantização do voto, inscrevendo-o “numa lógica cosmológica, na perspectiva da guerra santa””. Mas, de que maneira isto foi feito? Principalmente através da pregação do púlpito. A Universal inseriu a política pública e as relações cidadãos dentro de suas representações de mundo, a saber, do universo de constante luta do bem contra o mal, de um puro maniqueísmo. As palavras de Bispo Carlos Rodrigues, líder supremo da alçada política da Universal de então, revelam um pequeno prisma de como essas representações da sociedade e da política ocorriam: “O diabo está alojado dentro do Congresso Nacional, criando lei injustas e erradas” (Folha Universal, 302, 18/1/1998, *apud* ORO, 2003, p. 58). Dessa forma, como toda a teologia da Iurd estava envolta na perspectiva da *Guerra Espiritual*, sua estratégia de campanha eleitoral, também. A título de ilustração cabe ressaltar a experiência que Ari Pedro Oro, quando das eleições de 2002, presenciou em uma campanha político-religiosa promovida pela Iurd em Porto Alegre:

Esse significado simbólico do voto para os fiéis da IURD ficou bem caracterizado nas eleições de 6 de outubro de 2002. Com efeito, a partir do domingo dia 22 de setembro todos quantos compareceram aos templos da Universal receberam um pequeno envelope que continha um cajado de treze centímetros de comprimento, feito de papelão resistente, portando os dizeres “os 10 dias da libertação”. Em verdade, tratava-se de uma “campanha” que iniciou no dia 27 de setembro e que (não por coincidência) terminou no dia 6 de outubro. Como todas as campanhas promovidas pela Igreja, esta também se baseava na Bíblia, mais precisamente em

João 8:36, que dizia “Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres”, e em Êxodo 14, que narra a passagem de Moisés pelo Mar Vermelho. Ao explicar essa campanha na “Catedral da Fé”, em Porto Alegre, no dia 22 de setembro, o bispo Alfredo Paulo acrescentou: “no dia 6 de outubro nós vamos votar com o cajado”. E explicou: “Assim como o Senhor disse a Moisés: levanta a tua vara, estende a mão sobre o mar, e o Mar Vermelho se abriu, assim também nós vamos apertar os números na urna eletrônica com o nosso cajado e vamos abrir o mar do Evangelho, elegendo os homens de Deus. Vamos eleger os homens de Deus que vão trabalhar para a obra de Deus”. (ORO, 2003, pp. 59-60).

Dessa forma, demonizar a política sugeria a necessidade de santificá-la, exorcizá-la e para isso ninguém melhor que os pastores lançados pela Igreja. Tendo em vista o âmbito nacional das estratégias de campanha da Iurd, por certo que em Curitiba as campanhas eleitorais deram-se neste mesmo sentido e estilo. Neste contexto deu-se a campanha do vereador Pr. Valdemir Soares: exclusivamente na igreja; e, dado seu alto número de votos, é de se considerar a aceitação do discurso eleitoral por boa parte dos fiéis.

Não obstante, existe aqui a tentação de impor aos fiéis da Iurd a pecha de massa de manobra e curral eleitoral. Ou de uma população cega quanto a seus líderes. Tal afirmação corre o risco de relativizar a complexa relação entre pastor e fiel, além de simplificar o problema da recepção desta mensagem por parte do fiel. Convém lembrar as representações que a Iurd mobilizou em torno do mundo: principalmente tomado pelo diabo e carente da salvação divina. A política representou, neste caso, uma esfera emblemática de corrupção carnal e espiritual. Os pastores da Iurd, como enviados de Deus, encarnavam a libertação provinda dos céus; eram verdadeiros representantes políticos de uma população em busca de soluções para suas mazelas, mas esperançosa com o porvir espiritual. Mais uma vez, se o representante político conseguisse, com seu trabalho, concorrer para o avanço da obra da igreja, muito já teria sido feito. Acrescente-se a isso a constante diminuição dos partidos frente a população enquanto representantes políticos, conforme argumentação de Maia (2012, p. 79ss) e o espaço ocupado, neste sentido, por igrejas, por exemplo.

Pressupondo esta baixa institucionalização partidária no Brasil (tal noção será relacionada com a própria ideia de um declínio da importância dos partidos políticos de um modo geral nas democracias ocidentais), serão discutidas as formas alternativas de mediação da relação entre sociedade civil e Estado. Tal mediação, idealmente atribuída aos partidos políticos, não é exercida de modo satisfatório pelos partidos, levando a sociedade a procurar novas formas de organização e reivindicação das suas demandas. Uma das instituições que surgem, então, como pretensas, ou incidentais mediadoras desta relação entre sociedade e Estado é a Igreja. Atuando junto a diversas comunidades e organizando-se enquanto instituição social as Igrejas mobilizam os grupos e, centralizando suas demandas, encontram um contexto favorável para uma atuação como mediadoras da relação sociedade/Estado. Porém, a existência de um contexto favorável à inserção na esfera política, através da mobilização de demandas de diversos grupos sociais, não é

suficiente para que determinada instituição (ou segmento) social torne-se, de fato, um ator político considerável. É necessário que, juntamente com uma estrutura social e um contexto favorável, a instituição possua características que viabilizem esta inserção (MAIA, 2012, pp. 79-80).

E no caso presente, diversas igrejas decidiram, enquanto instituições, adentrar o campo político buscando ser esta via de representação entre Estado e Sociedade.

Passemos pois a atuação e prática política deste pastor. Em seu primeiro mandato, Pr. Valdemir Soares apresentou 19 projetos de lei. Dos 19, oito foram aprovados e sancionados; 10 foram arquivados no trâmite processual; e um foi vetado pelo prefeito. Destes 19, 8 tem relação direta com a religião. Alguns que chamam a atenção são: projeto de Lei 002.00003.2002 que “Dispõe sobre a isenção de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana – IPTU, às entidades que menciona [templos religiosos] e dá outras providências”, que em sua justificativa explana:

Ao Município é vedado instituir impostos sobre os templos religiosos, estando incluído nesta proibição o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, sobre as referidas entidades. Entretanto, muitos dos templos religiosos existentes em nossa Capital utilizam-se de imóveis locados por terceiros, o que faz com que a municipalidade venha a lançar o referido imposto sobre ditos bens, uma vez que os imóveis não são de propriedade das referidas entidades religiosas. Para que se possa corrigir esta distorção, é que se apresenta o presente projeto de lei complementar.

Tal proposição tramitou até 2009 quando foi arquivada por final de legislatura.

Outro projeto de lei emblemático foi o 005.00015.2002 que “Dispensa a exigência de Alvará de Funcionamento para Templos Religiosos”, porém, após anos de tramitação, foi arquivado em 2009 pela comissão de Legislação – que o analisou uma segunda vez – principalmente pela ocorrência de acidentes envolvendo templos religiosos, o que levantou a preocupação dos vereadores. Vale a leitura do parecer nº 541/2009 da referida comissão:

Com certeza o parecer anterior desta Comissão, foi muito superficial e deixou de analisar o aspecto constitucional da norma que se pretende aprovar, ao ser favorável a tramitação do projeto. Da mesma forma, também a instrução do Projuris [setor jurídico permanente da CMC] preocupou-se apenas com a existência de Projeto semelhante. Contudo, acontecimentos envolvendo desabamento e incêndios de templos religiosos, no Brasil e no mundo, são um alerta para a necessidade de fiscalização sobre estes locais que reúnem, centenas ou milhares de pessoas. Importante ressaltar, que conforme informação da Vereadora Professora Josete [PT], contida no parecer da Comissão de Serviço Público, Lei semelhante no Distrito Federal foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade, já que impedia o exercício do poder (dever) de polícia da administração pública.

Outro projeto importante foi o 005.00183.2002 que “Dispõe sobre a instituição da Marcha para Jesus” transformado em Lei posteriormente (Lei ordinária 11.361/2005). Sobre esse tema um fato curioso ocorreu, vejamos. Quando justificou seu projeto, Pr. Valdemir Soares, explanou:

A Marcha para Jesus realiza-se em diversas Capitais do Brasil, sempre com o objetivo de louvar ao nome de nosso Deus, **atingindo a todas as igrejas, sejam evangélicas ou não**. Para que Curitiba também integre esse rol de Capitais brasileiras que louvam a Deus com uma marcha em um determinado dia por ano, é que apresentamos o presente projeto para que seja discutido e aprovado pelos nobres pares desta Casa de Leis (grifo nosso).

Ocorre que uma emenda foi apensada a esse projeto por um vereador católico, solicitando a seguinte imposição à letra do texto legal:

O evento será ecumênico e, obrigatoriamente, contará na sua organização com a participação efetiva da Igreja Católica, através da Arquidiocese de Curitiba; [...] Fará parte da Marcha para Jesus, em toda sua trajetória, a imagem de sua mãe Nossa Senhora da Luz, padroeira de Curitiba.” [e justifica]: “[...] haja vista que a grande maioria de nossos munícipes são católicos, nada mais justo prestarmos esta homenagem, concomitantemente a Padroeira de Curitiba: Nossa Senhora da Luz, Mãe de Jesus, transportando sua santa imagem nesta bonita Marcha pelas ruas de Curitiba, que com certeza causará uma corrente muito de forte de devoção e oração num dia singular, para todos os religiosos de nossa Capital Social.

Quando Pr. Valdemir Soares colocou na justificativa de seu projeto que a Marcha para Jesus seria de alguma maneira ecumênica, afinal atingiria “todas as igrejas, evangélicas ou não”, sua intenção parece ser a de querer convencer seus pares da necessidade e da importância de tal Marcha, que ocorria no mundo todo. Mas tal afirmativa não foi verdadeira. A Marcha para Jesus que se instalou no Brasil não foi um movimento ecumênico; a marcha era total e eminentemente *evangélica*. E como vimos anteriormente, uma das características do protestantismo brasileiro era a distinção e a *diferença identitária* de sua religiosidade com o catolicismo. Para o evangélico brasileiro pentecostal e neopentecostal um dos maiores pecados de um católico era a idolatria, representada pelas imagens e esculturas presentes na religiosidade católica. Fato marcante ocorrido e que ilustra cabalmente este repúdio foi o episódio do “chute na santa”, quando em programa de televisão no ano de 1995, o então Bispo da Iurd Sérgio Von Helde, proferiu insultos e chutou uma imagem de Nossa Senhora Aparecida. Apesar de este evento ter sido isolado não representando o todo evangélico, é uma mostra da grande dificuldade entre evangélicos e as imagens católicas. Dessa forma, seria inadmissível que uma imagem fosse conduzida em um evento evangélico desse porte.

Por certo que tal emenda à lei não prosperaria por desvirtuar toda a sistemática e essência da Marcha para Jesus, e não prosperou. Quando o projeto foi aprovado, em 2005, em dois turnos pelo plenário da CMC, a assessoria de imprensa da casa publicou em seu sítio eletrônico uma matéria acerca do projeto.

O movimento evangélico “Marcha para Jesus”, simultaneamente realizado em mais de cem países e, nacionalmente, nas principais cidades do Brasil, fará parte do calendário de eventos de Curitiba. Projeto de lei de iniciativa do vereador licenciado Pastor Valdemir Soares (PL) foi aprovado durante sessão plenária da Câmara Municipal, na tarde desta terça-feira (15), em segundo turno. Debatido e votado em primeiro turno na tarde de segunda-feira (14), o projeto gerou polêmica pela inclusão de uma emenda do vereador Reinhold Stephanes Júnior (PMDB), que acabou sendo retirada pelo autor, após extensa discussão, entre correntes de vereadores evangélicos e católicos. O bom senso democrático prevaleceu na liberação da matéria de cunho essencialmente evangélico, e não ecumênico, como pretendido na emenda de Stephanes Júnior. (CURITIBA, 2005).

Apesar desta atuação eminentemente religiosa, outra área de atuação deste parlamentar que caracterizou fortemente seu trabalho foi a relacionada ao combate irrestrito às drogas ilícitas ou lícitas. Através deste campo de atuação Pr. Valdemir Soares realizou inúmeros e grandiosos eventos na cidade. Concatenando a estrutura e apoio do Município com a grande estrutura da Iurd, seus eventos congregaram milhares de pessoas em Curitiba.

Ocorre que o pastor, mesmo enquanto vereador, esteve trabalhando na igreja em programações para os jovens e adolescentes. A grande estratégia de Valdemir Soares neste campo foi o de conseguir congregar em um único evento a atuação religiosa e sua atuação social como vereador. Sua igreja realizou inúmeros eventos religiosos – com cantores gospel nacionais e internacionais; celebridades evangélicas; e etc. – com cunho antidrogas. Assim Valdemir Soares conseguiu trazer o apoio do município a estes eventos. Frise-se: a igreja realizava os eventos e era apoiada pela prefeitura. Nestes eventos gigantescos – em casas de shows, parques, praças, ruas da cidade, etc. – a Iurd apresentava seus pastores, realizava cultos, fazia apelos de conversão, pedia contribuições financeiras, etc. Enfim, a Iurd conseguiu grandes contribuições públicas através do trabalho deste vereador. E o prefeito? De 2001 a 2012 Valdemir Soares foi da base aliada, sendo inclusive Secretário Municipal de Habitação em 2008.

O grande esforço deste vereador em prol dessas bandeiras se deu também em nível de legislador. Neste sentido, já em 2001, houve o projeto de Lei 005.00103.2001 – posteriormente lei ordinária 11.325/2004 – que “Estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino localizados no Município, afixarem em local visível, com

destaque, os malefícios do fumo, bebidas alcoólicas e drogas”; em seu artigo 1º a lei explana: “Todos os estabelecimentos de ensino localizados no Município ficam obrigados a afixar [...] a seguinte expressão: O FUMO, A BEBIDA ALCOÓLICA SÃO TERRIVELMENTE PREJUDICIAIS À SAÚDE; A DROGA MATA” [grifo original].

Em seu último mandato (2013-2016) criou a “Frente Parlamentar contra o crack e outras drogas”. Lembre-se o leitor do início deste texto, acerca da “audiência pública contra a legalização da maconha”, de iniciativa também deste vereador, quando diversas autoridades públicas, da sociedade civil, e jovens (da igreja) posicionaram-se contra a legalização da maconha.

Projetos sociais antidrogas reuniram-se, no último sábado [21/04/2012], para promover um evento contra o crack. A atividade “Cortando o Crack”, organizada pela Força Jovem Paraná, da Igreja Universal do Reino de Deus, mobilizou cinco mil jovens neste final de semana, [...] O parlamentar [Pr. Valdemir] tem sistematicamente trazido este debate para a Câmara de Curitiba, relatando em plenário os sucessos obtidos pelo movimento social e realizando seminários que debatem os malefícios do uso de substâncias ilícitas pela juventude. Em 2011, por exemplo, o vereador realizou uma audiência pública em que jovens [todos da Iurd] manifestaram-se contra a legalização da maconha. Durante o evento, Valdemir Soares destacou o pioneirismo da prefeitura nas políticas públicas do setor, por ter criado a primeira Secretaria Municipal Antidrogas do Brasil. “Nós estamos juntos nessa luta e temos muito a fazer pela juventude curitibana. As ações do município tornam esse trabalho mais eficaz”, destacou o vereador. [O prefeito] Luciano Ducci explicou aos jovens como funcionam os programas de combate às drogas em Curitiba, desenvolvidos em parceria com a sociedade civil e elogiou a participação dos jovens na atividade. “Tenho muito carinho e admiração pelo trabalho da Força Jovem na luta contra as drogas”, disse o prefeito. O evento desse final de semana foi o terceiro encontro esportivo realizado pela Força Jovem. As edições anteriores prestigiaram as artes marciais (Nocaute no Crack) e o jogo de basquete (Enterrando o Crack). Os organizadores integram o movimento “Curitiba, te quero sem drogas”, criado em 1992 para promover atividades de sensibilização da população para o problema dos entorpecentes. (CURITIBA, 2012b).

Do ponto de vista dos requerimentos a órgãos públicos ou não, Pr. Valdemir Soares usou seu primeiro ano de mandato quase que exclusivamente em prol da Iurd. Foram três requerimentos à PMC, dois deles relacionados ao templo central da Iurd em Curitiba e seus entornos. O primeiro (044.00374.2001) pedia alteração do nome da estação tubo (local de parada de ônibus expresso em Curitiba) Alferes Poli para “Catedral da fé”, ou seja, em frente a Iurd existia uma parada de ônibus com o nome de Alferes Poli, a solicitação é para que tal parada tenha seu nome relacionado ao templo religioso, facilitando a identificação aos passageiros que para lá se dirigiam; tal requerimento foi atendido e desde então a estação tubo em frente ao grandioso templo chama-se “Catedral da Fé”. O segundo requerimento (044.08118.2001) “Requer a construção de “trincheiras” nas Ruas Desembargador

Westphalen e Alferes Poli, ambas esquinas com Av. Sete de Setembro, bem como a implantação de asfalto definitivo na Rua Alferes Poli”. A justificativa para tal requerimento:

Por si o fluxo do trânsito no local é intenso, principalmente nos horários de “pico”, existindo no local um grande templo religioso [templo central da Iurd] que recebe fiéis todos os dias em diversos horários, aumentando ainda mais a quantidade de veículos que transitam pelas referidas ruas. A implantação das “trincheiras” virá desafogar o trânsito, evitando diversos transtornos que existem atualmente.

Porém esta requisição não foi atendida por não ser viável no que diz respeito à engenharia do trânsito.

Em 2002, Valdemir Soares alargou um pouco mais seus requerimentos à PMC e se tornou mais um Vereador clássico – mas não deixou de lado suas solicitações “iurdianas”: das quatro solicitações à PMC, uma é para limpeza de terreno, duas para instalação de sinaleiros, e uma solicitação (44.02846.2002) para alteração em um ponto de ônibus que estava muito perto da entrada do estacionamento do templo central da Iurd e oferecia “risco aos veículos”, conforme justificativa da demanda. A outros órgãos foram dois requerimentos neste ano: um ao Diretran (043.01420.2002) que solicitava substituição de todos os radares de Curitiba para Lombadas eletrônicas; e um (043.00737.2002) à Telepar (Companhia Paranaense de Telecomunicações) solicitando a instalação de um telefone público em frente a Rádio Record.

Em 2003 e 2004 foram dois requerimentos à PMC: (044.09033.2003) “Requer parada de ônibus bi-articulado” na Catedral da Fé”; e (044.01835.2003) “Requer informações sobre o ‘show’ de Roberto Carlos, no Município de Curitiba”. Tais requerimentos não foram atendidos.

No que diz respeito às emendas ao orçamento municipal Pr. Valdemir Soares ficou os dois primeiros anos silente, ou seja, não requereu acréscimos ou supressões ao orçamento municipal. Em 2003 foram duas emendas aprovadas ao orçamento do ano posterior, ambas relacionadas a instalação de anti pó. Em 2004 Pr. Valdemir Soares tem cinco emendas aprovadas ao orçamento municipal do ano posterior, todas elas relacionadas ao trânsito da cidade, como instalação de anti pó ou de semáforos.

Neste primeiro mandato do Pr. Valdemir Soares, é possível notar algumas características da atuação parlamentar de um vereador da Iurd; tais características permaneceram presentes em todos ou outros mandatos do vereador, sendo qualitativamente redundante tratar de todos individualmente; o que mais mudaria seria o número de solicitações à PMC, mas sempre relacionadas à Iurd.

O fato é que em todos os seus mandatos o vereador esteve na Câmara Municipal a

serviço de sua igreja. O trabalho destacou-se no âmbito religioso e no combate às drogas, ou seja, questões morais. Não obstante, houve solicitações mais clássicas, como relacionadas a trânsito, limpeza, e etc. Vale a lembrança de Leonildo Campos:

En ese contexto, adquirió cuerpo la idea de que hay un nuevo político evangélico, que está enraizado en los objetivos de su propia denominación religiosa o secta, lo cual nunca esconde que su función en las casas legislativas o en los aparatos de Estado, es la de defender los intereses corporativos e institucionales (CAMPOS, 2005, p. 161).

Ao menos duas conclusões podem ser tiradas desta atuação parlamentar: a primeira é a de que os vereadores evangélicos são muito parecidos como seus pares, por atuarem em campos específicos, sendo a área religiosa mais um campo a se explorar em trabalho; a segunda é a de que apesar de não ser a maioria quantitativa da atuação parlamentar, a atuação relacionada à religião, foi motivo de grande preocupação, inclusive quanto a qualidade da luta e esforços empenhados. Era nesse campo que as opiniões eram mais extremadas e intransigíveis. Em outros campos se atuava como parlamentar, neste campo se atuava como missionário. Esse aspecto ficará mais claro quando tratarmos da atuação da bancada evangélica em torno do Plano Municipal de Educação (capítulo 3 deste trabalho).

Outro quesito importante foi a atuação relacionada às questões da Igreja Universal de Curitiba, especificamente, e suas demandas; ou seja, houve o trabalho em prol, não necessariamente de eleitores, mas sim de sua *igreja*. Essa distinção é muito importante, principalmente pela volatilidade dos frequentadores da Iurd. Por exemplo essa igreja não possuía um rol de membros inscritos ou de frequentadores, mas somente um registro daqueles batizados. E essa atuação institucional nos leva a um problema, a questão da missão e do *patrimonialismo*. De uma maneira simples, este conceito pode ser traduzido na “utilização da coisa pública, como se privada fosse” ou ainda, a utilização de meios públicos para fins privados. Mas esse quesito seria atenuado com a representação de que se é para “pregar o Evangelho”, vale a pena.

A marcante atuação deste vereador na CMC acabou de maneira trágica. Na sessão plenária de 31 de março de 2016, durante uma votação no plenário, Valdemir Soares foi flagrado por câmeras supostamente votando em lugar de outra vereadora, ou seja, fraudando a votação. As imagens e a grande evidência dada ao fato pela mídia local geraram um enorme mal estar na CMC, até que veio a carta de renúncia. A assessoria de imprensa da CMC assim relatou o ocorrido.

Acusado de ter fraudado uma votação na Câmara Municipal de Curitiba, e após ter sido denunciado à Mesa Diretora pela vereadora Julieta Reis (DEM), o vereador Valdemir Soares (PRB) renunciou ao mandato durante a sessão desta quarta-feira (6/04/2016). Em um discurso de 30 minutos, Soares, que estava no 4º mandato, voltou a negar que tivesse votado no lugar da colega, disse ter a consciência limpa e que a ação contra ele foi fabricada. Ele também pôs em dúvida o sistema de votações da Casa e falou sobre suas ações em benefício da população no período em que foi vereador. Após sua fala, não houve contestação por parte da Mesa Diretora ou outros parlamentares porque encerrou o tempo regimental da sessão. “Saio pela porta da frente e vou continuar a fazer o trabalho social que sempre fiz. Sei que se eu me defendesse dessa acusação eu seria inocentado, mas por respeito a Curitiba decidi renunciar. Tenho a consciência limpa de que não votei pela vereadora e nunca tive nenhuma conduta que ferisse a ética e o decoro parlamentar. Mas, da forma como os fatos foram noticiados, não pareceu honesto da minha parte permanecer. E tão importante quanto ser honesto é parecer ser honesto”, disse. (CURITIBA, 2016).

#### **2.4.6. Pastor Gilso de Freitas**

Após a eleição de Aílton Araújo ao parlamento Estadual em 2002, a Igreja do Evangelho Quadrangular ficou sem vereador até a próxima legislatura (2005-2008), quando lançou ao pleito outro pastor, Gilso de Freitas. Eleito para seu primeiro cargo público, foi parlamentar somente nesta legislatura não concorrendo à reeleição em 2008. Foi 4º secretário da mesa diretora para o biênio 2007-2008.

Seu trabalho foi muito semelhante aos demais vereadores vistos até agora. Dividiu sua atenção entre a igreja e assuntos religiosos e outras demandas mais específicas e pontuais da população; em suma, foi um vereador clássico. Vejamos seu trabalho enquanto legislador.

Propôs nos quatro anos de mandato, 33 projetos de lei. Destes, somente oito foram aprovados. São eles: 4 homenagens a cidadãos (três pastores e um militar do exército); 2 nomeações de ruas (homenageando um pastor e uma pastora). Os 2 restantes foram relacionados a outras áreas (12.569/07 – Cria o Programa Especial de Diagnóstico da Dislexia na Rede Municipal de Ensino, para crianças na pré-escola) e (12.490/07 – Dispõe sobre o Dia Municipal do Líder Comunitário).

Dos 25 projetos que não passaram alguns chamam a atenção, principalmente por estarem relacionados a questões morais e religiosas. Dentre os que se destacam:

- 005.00012.2005 - “Proíbe a venda de bebida alcoólicas em bares, restaurantes e lanchonetes no Município de Curitiba [após as 23:00h]”.
- 005.00069.2007 – “protege os cultos religiosos de serem acusados de perturbar a ordem pública por seus ruídos”. A justificativa deste projeto merece sua leitura:

A reivindicação parte de Líderes religiosos de diversas denominações, que tem sido alvo de denúncias [sic] maldosas junto a prefeitura, alegando que as igrejas estão

perturbando [sic] a ordem pública, com badernas e algazarras, no entanto as reuniões em que se utilizam equipamentos sonoros, não passa [sic] de 30 minutos, embora as reuniões durem em média 1:30 minutos [uma hora e trinta minutos], no período da noite não ultrapassa das [sic] 22:00 horas. Os dias de reuniões são alternados, não é todo o dia, as igrejas que tem reuniões diárias são quase insignificante [sic] em um universo de centenas. Outro fato que acredito ser relevante, é que essas comunidades fazem um trabalho excepcional, não fazem baderna, não depredam patrimônio público, não fazem arruaças, nem algazarras como alguns alegam, “perturbar a ordem pública” nada mais é do que homens, mulheres, jovens e até crianças, que um dia viviam em um lado escuro e sombrio da vida, entoando cânticos de louvores a Deus, por Ele ter dado novo sentidos [sic] a sua vida ao entrar em uma igreja, além de ser parceiros na luta pela ressocialização do indivíduo em que muitas da vezes [sic], é discriminado pela sociedade. No tocante a Lei, entende-se que para algumas Zonas de uso, há uma tolerância de até 70 dB(A). Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres colegas. Entendo que, resolvendo esta situação, estaremos atendendo uma parte significativa da população.

- 005.00147.2007 – “Institui no Município de Curitiba, o Prêmio Martinho Lutero”; conforme exposto no início deste capítulo.
- 005.00251.2005 – “Dispõe sobre a regulamentação dos serviços de utilidade pública de cunho social e religioso, com o uso de equipamentos sonoros em espaços abertos, não caracterizando culto religioso e dá outras providências”.
- 005.00300.2005 - “Cria o programa ‘Curitiba Fraterna’ que tem por objetivo atender, com doações de fraldas, aos idosos e portadores de necessidades especiais, na Cidade de Curitiba, e dá outras providências”.
- 005.00146.2005 - “Autoriza o Executivo Municipal a instalar bicicletários nos terminais de ônibus, praças e Parques e outras mais...”

No que diz respeito aos requerimentos, o vereador também foi bastante parecido aos demais colegas, evangélicos ou não. Durante os quatro anos de mandato, Pr. Gilso de Freitas fez 109 solicitações à PMC. Todas estas tiveram as mesmas características: limpeza de terrenos, poda de árvores, troca de lâmpadas de iluminação pública, desentupimento de valetas, etc. Nas justificativas, é comum a justificativa “*os moradores solicitaram*”, o que também denota a abertura do gabinete do parlamentar à população. Estas questões pontuais foram grande parte dos esforços do vereador – um intermediário entre a população e o poder público executivo. Um exemplo clássico disso foi a solicitação que o vereador fez acerca de uma denúncia de um bar que possuía karaokê e que estava perturbando o sossego de determinado bairro pela música alta até tarde da noite. Esta informação pode revelar ao menos duas informações acerca das relações entre poder público e população na Curitiba do início do século XXI: i) a população tinha, neste sentido, o vereador – uma autoridade – que “intercedia” junto à PMC, sendo, talvez não o caminho mais fácil, mas sim o mais eficaz para

a realização de demandas. E ii) talvez a população já houvesse se dirigido à polícia ou mesmo à PMC para corrigir o transtorno. E isso revela a ineficiência dos meios de acesso da população ao poder público. Ou ainda, só se conseguiria a realização de alguma demanda se houvesse um bom “padrinho” encampando a solicitação.

No que se refere à fiscalização do município, não há nenhum pedido oficial, a não ser acerca de um terreno em determinado bairro que era usado como travessia por moradores, como um caminho mais curto de uma rua a outra. Ademais tal solicitação era um requerimento dos moradores, talvez para regularização de uma passarela ou calçada sobre o local.

Suas emendas aos orçamentos totalizaram 37 solicitações, porém somente 18 foram aprovadas durante o mandato. Destas 18, todas estavam relacionadas a questões pontuais – problemas apontados por moradores em suas vivências diárias e que necessitavam de resposta por parte do poder público, neste caso sob a interferência de um vereador: asfaltamentos; operações tapa buraco; etc. Algumas se distinguem como a canalização de rios e/ou valas a céu aberto, o que é um grande serviço a ser prestado pela PMC.

#### **2.4.7. Cantora Mara Lima**

A Igreja Evangélica Assembleia de Deus lançou uma nova candidata às eleições para a Câmara Municipal de Curitiba no ano de 2008: Marilei de Souza Lima, cantora gospel muito conhecida em todo o Brasil. Sob o nome artístico de Cantora Mara Lima, elegeu-se com 12.728 votos pelo PSDB, sendo a maior votação para uma mulher na história dos pleitos eleitorais de Curitiba, em se falando de Câmara Municipal. Seu sucesso e aceitação eleitoral foram tão bem recebidos pelos eleitores, que já em 2010, a Igreja a escolheu para concorrer à Assembleia Legislativa Estadual; nesta ocasião elegeu-se com 56.516 votos. Portanto, ficou na Câmara por pouco mais de dois anos. A partir de então, a cantora passou a acumular a profissão de política. Dois sítios na internet foram criados, diferenciando e especificando os trabalhos; no sítio da cantora lemos:

Mara Lima é paranaense, nascida em Francisco Beltrão, no dia 07 de janeiro de 1961. Filha do militar Constantino Lima dos Santos e da professora Tereza Nonato dos Santos. Sua família sempre foi muito humilde e com muita dificuldade mantinham ela e seus três irmãos, Ariel, Hamilton e Sirlei. Mas nem mesmo as dificuldades enfrentadas por ela conseguiam tirar sua alegria. Ainda pequena já mostrava talento para o canto e música. Cantava com o pai em festinhas da família e de amigos. Já adolescente e tendo muitos problemas familiares, ela ouviu falar de Jesus pela primeira vez. Mara aceitou o convite de uma pessoa muito especial (hoje

seu esposo, Gessé Lima) para ir à igreja. Lá ela foi tocada pelo Espírito Santo. Nesse dia Mara teve um encontro real com Deus. O tempo foi passando e Deus começou falar profundamente em seu coração, para que louvasse o seu nome. Mara resistiu muito, pois não se achava em condições para tal responsabilidade. Mas a chamada de Deus foi mais forte. Então ela começou a louvar ao Senhor nas igrejas onde passava. Deus começou a agir grandemente através do seu louvor, e por todos os lugares que passava era usada por Deus. Inicialmente ela louvava com hinos de outros cantores, porém começaram a surgir pedidos para que ela gravasse seu primeiro disco. Mas Mara só aceitou após a confirmação de Deus. Foram muitas as provocações até gravar seu primeiro disco, mas Deus estava com Mara, foi lançado então o LP “Além da Morte”. Para honra e glória do nome do Senhor seu disco foi muitíssimo aceito e ela começou a ser conhecida em todo o País. Mas Deus tinha mais para ela. Em alguns anos ela já não era conhecida apenas no Brasil, mas em diversos outros países, levando a palavra de Deus a todos os necessitados. Hoje Mara tem mais de 30 anos de ministério e é dona da sua própria Gravadora, a Louvor Eterno, que possui em diversos outros nomes da música Gospel. Hoje o Grupo Louvor Eterno, na diretoria de Mara Lima e Gessé Lima, possui uma Rádio FM no Paraná, um estúdio de Gravação em Curitiba, uma grande loja de produtos evangélicos também em Curitiba, além da Gravadora Louvor Eterno, considerada a melhor do Sul do País. Deus é fiel. Em 2014 a Louvor Eterno fechou uma parceria com a Sony Music para distribuição de todo seu catálogo e o NOVO CD da Mara Lima “Eu Creio em Milagres” já está à venda sendo o primeiro produto dessa parceria. (LIMA, S/d.).

Este pequeno trecho do site apontado na seção “biografia” nos mostra como a cantora revela a si mesmo, ou ao menos, sua assessoria de imprensa a revela (por certo com sua aprovação). O breve relato nos traz o momento primordial em sua vida cristã, a conversão; sua aptidão para cantar percebida já em criança por si e por outrem; e, entre outros, sua chamada ao ministério de louvor missionário. Importantes informações também revelam sua exposição a todo o Brasil e outros países. Além, é claro, de seus empreendimentos comerciais, que nos mostram, além de uma cantora de sucesso – abençoada por Deus – uma empresária bem-sucedida. Atente-se para as representações em torno da benção de Deus que se revelam em seu ministério e em seus empreendimentos. Não por acaso sua escolha por parte da IEAD para a política.

Já no sítio eletrônico da política lemos:

Ao longo dos anos como cantora, tenho servido ao povo cristão no Paraná, no Brasil e até mesmo em outros países. Nos últimos dois anos trabalhei incansavelmente como Vereadora na cidade de Curitiba, onde fui eleita como a mulher mais votada em toda a história. Neste tempo de mandato, tenho a certeza de ter dado o meu melhor para cumprir todos os compromissos que assumi com a população. Como Deputada Estadual, estou empregando todos os meus esforços para defender a população e o povo de Deus. Tenho projetos audaciosos que vão ao encontro das necessidades das famílias. Na Assembleia Legislativa, estamos trabalhando incansavelmente pelos direitos das mulheres, das crianças, da melhor idade e, principalmente, pelo interesse da população paranaense. Junto com Beto Richa, vamos ampliar as conquistas e avançar nas mudanças de nosso Estado. Com certeza, sou uma voz em defesa do povo! (LIMA, s/d.).

Assim, ao promover-se politicamente – escrevendo em primeira pessoa, diferente do site religioso –, essa cantora, entre outras coisas, revela suas áreas de atuação primordiais: “empregando todos os esforços para defender a população e o povo de Deus”; mais especificamente, “projetos audaciosos que vão ao encontro das necessidades das famílias”; “direitos das mulheres, crianças, melhor idade”. Vemos a distinção entre a população e o povo de Deus, ou seja, a prática discursiva aqui empregada revela a importância que a parlamentar dava na distinção, afinidade, e direcionamento do discurso aos seus eleitores, os evangélicos, principalmente da IEAD, sem desconsiderar possíveis simpatizantes não evangélicos. Não somente isso, mas também sua atuação aos interesses de parcelas minoritárias da população (ao menos, simbolicamente marginalizadas), quais sejam segundo a deputada, “mulheres, crianças, melhor idade” (idosos).

A Cantora Mara Lima representou uma guinada da IEAD para a escolha de mulheres para cargos políticos em Curitiba. Ela foi a pioneira e abriu caminho para demais carreiras de sucesso na política paranaense por parte de mulheres evangélicas. Após ela, em Curitiba vieram a radialista Noemia Rocha (PMDB), a missionária Carla Pimentel (PSC). No Paraná outras mulheres também ganharam espaço público por meio de igrejas em níveis municipais e Estadual.

Dentro do pentecostalismo brasileiro as mulheres sempre ocuparam um espaço simbólico muito grande – apesar de administrativamente falando, sempre quedarem-se em segundo plano (MACHADO, 1999 e 2005). Símbolos de sobriedade através de suas roupas, maquiagens (quando se passou a usá-las em meados da virada do milênio) e principalmente: a oração e o canto religioso.

Todas as igrejas IEAD possuíam um “círculo de oração”; ministério composto majoritariamente por mulheres que dedicavam grandes períodos à oração, demonstrando possuírem uma grande posição de detentoras de fé e serviço. Tal ministério de oração detinha tamanha importância que, posteriormente, a vereadora Carla Pimentel proporia um projeto de lei para a criação em Curitiba do “dia do círculo de oração”. Tal projeto encontra-se em tramitação pela CMC. Some-se a isso o canto religioso. Basta adentrar em qualquer livreria evangélica para se ter uma ideia do grande número de mulheres pentecostais com ministério de louvor. Nomes como Cassiane, Soraya Moraes, LudimilaFerber, Bruna Carla, Aline Barros, são conhecidíssimos e – somente para ficar nos mais famosos – revelam a grande exposição das figuras femininas dentro de representações simbólicas de uma imagem de fé, oração e

“muito louvor”<sup>30</sup>.

Assim em Curitiba a Cantora Mara Lima representou uma abertura de portas ao “ministério feminino da política” dentro das igrejas pentecostais. A luta destas mulheres por maiores espaços dentro das igrejas ainda é constante e vai desde a luta pela modernização das vestimentas com a flexibilização dos costumes até a ampliação dos espaços de decisão dentro das estruturas eclesiais. Ainda assim, os maiores postos de comando são sempre pertencentes aos homens.

Passemos às práticas parlamentares da Cantora Mara Lima enquanto vereadora. Lembremo-nos que ela ocupou o cargo de vereadora pelo período de aproximadamente dois anos, quando retirou-se para a Assembleia Legislativa Estadual. Ao todo a vereadora apresentou 19 projetos de leis; vejamos aqueles que não estavam ligados à religião.

- 005.00026.2010 – “Dispõe sobre a inserção de textos referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos municipais, e dá outras providências”. - Retirada pelo autor.
- 005.00047.2009 – “Institui, no Município de Curitiba, o CETCI – Cartão Eletrônico de Transporte das Crianças Isentas, e dá outras providências”. - Arquivada pelas comissões.
- 005.00084.2010 – “Dispõe sobre o transporte de crianças menores de dez anos de idade em veículos automotores e dá outras providências”. - Anexada por semelhança.
- 005.00099.2009 – “veda qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos, particulares, comerciais, industriais e residenciais existentes no município de Curitiba”. - Arquivada pelas comissões.
- 005.00124.2009 – “dispõe sobre a obrigatoriedade dos supermercados e estabelecimentos comerciais que vendam produtos alimentícios, em afixarem cartazes informativos sobre os produtos com data próxima de vencimento, e dá outras providências”. - Aprovada/sancionada.
- 005.00241.2009 – “Dispõe sobre o plantio e cultivo de vegetação tóxica no

---

<sup>30</sup>Este é o título de uma música extremamente famosa da Cantora Cassiane. Veja-se um trecho da canção: “Deus não rejeita oração, oração é alimento/ Nunca vi um justo sem resposta ou ficar no sofrimento/ Basta somente esperar o que Deus irá fazer/ Quando Ele estende suas mãos é a hora de vencer/ Então louve, simplesmente louve/ Tá chorando louve, precisando louve/ Tá sofrendo louve, não importa louve/ Seu louvor invade o céu / Deus vai na frente abrindo caminho/ Quebrando as correntes, tirando os espinhos/ Ordena aos anjos pra contigo lutar/ Ele abre as portas pra ninguém mais fechar/ Ele trabalha pra o que nele confia/ Caminha contigo de noite ou de dia/ Erga suas mãos sua bênção chegou/ Comece a cantar com muito louvor/ Com muito louvor, com muito louvor Com muito louvor”.

Município de Curitiba e dá outras providências” – retirada pelo autor.

- 009.00015.2009 – “Denomina de Alcides Prohmann Arco-Verde, um dos logradouros públicos da Capital ainda não nominado”. - Promulgada/sancionada. Trata-se de cidadão não evangélico.
- 009.00028.2009 – “Denomina de Belarmina Soares Sampaio, um dos logradouros públicos da Capital ainda não nominado”. - Promulgada/sancionada. Trata-se de cidadão não evangélico.

Estes projetos nos mostram que as bandeiras de luta política, apresentadas em discurso de propaganda no site da deputada, já mostraram-se presentes durante sua presença na CMC. A segurança infantil, discriminação, segurança alimentar e a importante lei aprovada/sancionada que trata da defesa do consumidor no que diz respeito a produtos expostos em prateleiras de mercado em vias de esgotar seus prazos de validade. A vereadora revelou preocupações e bandeiras de luta geralmente associadas a mulheres, independentemente da proveniência religiosa. Talvez neste sentido, as igrejas pentecostais tenham sido pioneiras na aposta por mulheres na política em se falando de Brasil. Dados quantitativos mais precisos em nível de Paraná e Brasil poderiam ser coletados a fim de averiguar estas constatações, mas importante destacar que das treze vereadoras eleitas no período estudado (1989-2016) três eram evangélicas.

Passemos àqueles legislações que, de alguma maneira, apontam para uma prática parlamentar religiosa:

- 005.00056.2009 – “Institui a Semana Interdisciplinar dos Estudos Bíblicos na Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências” – Retirada pelo autor.
- 006.00022.2009 – “Concede o Título de Cidadão Honorário de Curitiba ao Reverendo Dr. Samuel Ferreira” – Promulgada/sancionada.
- 006.00023.2009 – “Concede o Título de Cidadão Honorário de Curitiba ao Pastor Ival Teodoro da Silva” – promulga/sancionada.
- 006.00024.2009 – “Concede o Título de Cidadão Honorário de Curitiba ao Pastor Alexandre da Rosa” – promulgada/sancionada.
- 014.00026.2010 – “Declara de Utilidade Pública a Associação Social e Educacional Barnabé – ASEBA” – promulgada/sancionada.
- 014.00047.2010 – “Declara de Utilidade Pública a Associação Samaritana de Ação Social – ASAS” – promulgada/sancionada.

- 014.00080.2009 – “Declara de Utilidade Pública a Associação Educacional das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Estado do Paraná” – Promulgada/sancionada.
- 014.00081.2009 – “Declara de utilidade pública a Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Estado do Paraná – Cieadep (Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus)” – promulgada/sancionada.
- 009.00035.2010 – “Denomina de Vanderlei FalavinhaIensen, um dos logradouros públicos da Capital ainda não nominado” – Promulgada/sancionada.
- 009.00078.2009 – “Denomina de Maestro Natanael Macedo do Amaral – Maestro Lelo, um dos logradouros públicos da Capital ainda não nominado” – promulgada/sancionada.
- 007.00005.2009 – “Concede o Título de Vulto Emérito de Curitiba a Sra. Eunice LukaszewskiZacharow” – promulgada sancionada.

Estas proposições revelam uma preocupação mais formal, simbólica, afetiva, relacional com a comunidade religiosa do que intentos políticos mais audaciosos. Com exceção da proposição acerca da semana de estudos bíblicos nas escolas municipais, todas as outras têm caráter de homenagens, o que reforça a tese de que os vereadores sempre prezaram por priorizar suas relações com suas comunidades eleitorais do que seus deveres de fiscalizadores, por exemplo. Homenagear pastores era uma forma de manter-se bem com as comunidades religiosas eleitorais; diplomas entregues a pastores em sessões solenes demonstravam a importância de determinadas igrejas frente ao poder público e eram fato de grande orgulho a estas comunidades reconhecidas através dos trabalhos de seus pastores. Frise-se também que a vereadora buscou a declaração de utilidade pública somente para entidades ligadas a igrejas evangélicas. Entidades estas que receberam posteriormente emendas parlamentares. Por exemplo a Associação Educacional das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Estado do Paraná que em 2011 recebeu uma emenda no valor de R\$ 50.000,00.

Acerca da pouca atividade legislativa no que diz respeito a defender valores evangélicos, uma explicação é possível e está ligada ao conceito do *fundamentalismo*. Tal termo e suas implicações serão discutidos em detalhes no terceiro capítulo deste trabalho, mas já aqui uma constatação é possível: a não necessidade de *reação*. Expliquemo-nos. Neste período em que a Cantora Mara Lima esteve na CMC, não houve muitas movimentações em torno de bandeiras progressistas em quesitos ligados à moral e liberalização de costumes. Portanto a “família tradicional” não esteve em grande ameaça; esta continuidade gerou a não

necessidade de reações conservadoras. E aqui está uma das características do fundamentalismo: ele é mais uma reação do que uma ação (MENDONÇA, 1990, p. 139). O fundamentalista volta-se para um inimigo que está a corroer aquilo que ele acredita como fundamento (ou fundamental) de sua vida, crença, ou prática. E é contra estes agentes depredativos dos fundamentos de suas práticas e representações que o fundamentalista se volta. O ponto aqui não é que a Cantora Mara Lima fosse uma fundamentalista premente, mas sim que sua prática parlamentar revela uma característica presente no fenômeno.

Passemos às práticas parlamentares no que tange ao planejamento orçamentário da cidade, através da discussão do orçamento e principalmente, através das emendas parlamentares. Sendo que a vereadora participou da discussão dos orçamentos de 2010 e 2011.

Para o orçamento de 2010 Mara Lima conseguiu a aprovação de 16 emendas, somando R\$ 455.000,00. Destas, 5 emendas foram destinadas a instituições evangélicas totalizando R\$ 207.000,00. Das demais emendas (11 restantes), o que se caracterizou foi a preocupação da vereadora com as áreas: cultural (7 emendas totalizando R\$ 131.000,00 para diversos trabalhos da prefeitura e também da sociedade civil organizada) e a saúde (4 emendas totalizando R\$ 117.000,00 para instituições públicas e da sociedade civil organizada). De qualquer modo, apesar de minoritárias, os maiores volumes foram destinados aos evangélicos.

Para o orçamento de 2011 a vereadora propôs 14 emendas, que juntas somaram R\$ 520.000,00. Destas emendas, 10 foram destinadas a instituições sociais de igrejas evangélicas totalizando R\$ 412.000,00. Destes recursos, dignos de nota são os R\$ 47.000,00 destinados à Marcha para Jesus e os R\$ 50.000,00 destinados à Fundação Cultural de Curitiba, para que no evento cultural chamado “virada cultural” – quando durante 24 horas em ruas pela cidade, apresentações artísticas eram realizadas – contratasse cantores de cunho religioso. A vereadora também destinou recursos a uma entidade católica, um hospital público, e à construção de academias ao ar livre.

Do ponto de vista da fiscalização ao município a Cantora Mara Lima não foi atuante. A maior razão para isso talvez seja o fato de ela ter sido da base aliada do prefeito, Beto Richa; e do mesmo partido também.

Em seus dois anos de mandato, Mara Lima fez 167 requerimentos à PMC, o que perfaz uma média de 83,5 por ano. Se comparado a outros vereadores este número não é muito significativo, porém, ainda assim demonstra certa abertura do gabinete da vereadora a demandas pontuais da população. Como os demais requerimentos de outros vereadores à PMC, os requerimentos de Mara Lima em sua maioria absoluta relacionavam-se com

demandas pontuais da população no que diz respeito a limpeza de ruas, asfaltamentos, operações tapa-buraco, etc.

#### **2.4.8. Noemia Rocha**

Noemia Rocha é filha de pastor da IEAD. Desde cedo esteve muito envolvida nas atividades da igreja, participando de diversos ministérios dentro da estrutura eclesiástica. O mais importante e que deu-lhe ampla divulgação de seu nome foi o de radialista. Nesta tarefa conseguiu apoio institucional para lançar-se como candidata oficial da IEAD para as eleições municipais proporcionais de 2008. Neste pleito elegeu-se com 3.810 votos (TSE, S/d) pelo PMDB. Logo destacou-se em temas também, na maioria das vezes relegados às parlamentares, quais sejam, saúde, meio ambiente, idosos, mulheres, etc., além é claro, da atuação religiosa evangélica: defesa dos direitos da “família tradicional” e instituições evangélicas. Em 2012 foi reeleita, quando mais que dobrou seus votos: chegou a 8.132, sendo a nona melhor votação da cidade. Em 2016 mais uma vez elegeu-se. Destacou-se em seu segundo mandato (2013-2016) por ocupar sozinha a bancada de oposição ao Prefeito Gustavo Fruet (PDT); somente algum tempo depois mais dois parlamentares somaram-se a ela na oposição, entre eles o pastor da Iurd Valdemir Soares. Sem mais delongas, vejamos o que as fontes parlamentares podem nos mostrar acerca de sua atividade parlamentar. Começemos com sua atividade de legisladora.

Nestes dois mandatos concernentes ao período estudado, Noemia Rocha propôs 40 projetos de lei. Esse número pode parecer pequeno, mas sua catalogação em critérios delimitadores específicos é dificultoso. São muitos os temas tratados e especificar a todos em uma tabela, por exemplo, pode parecer tentador, mas, com certeza, desfiguraria alguns temas. Por exemplo, o projeto que “Dispõe sobre o direito à meia-entrada para espetáculos culturais e artísticos aos prestadores de serviços voluntários no âmbito do Município de Curitiba, e dá outras providências”, em que critério o colocaríamos? Fins sociais? Culturais? Ainda assim este projeto seria o único nesta especificação. Ou por exemplo, o projeto que “Dispõe sobre o manuseio, esterilização e informações sobre produtos e materiais utilizados pelos estabelecimentos de tratamento de beleza, saúde e estética, e dá outras providências”. Este seria relacionado à saúde pública? Ou ao comércio? Ou defesa do consumidor? Diante destes problemas de catalogação resolvemos por atentar-nos àqueles projetos que definem de maneira mais clara a atuação da parlamentar e não deixam dúvidas quanto a sua destinação. Neste sentido, dois polos podem ser observados na prática legislativa desta parlamentar: a

saúde pública, e os evangélicos (terceiro setor).

Vejamos alguns exemplos de legislação de Noemia Rocha acerca da saúde.

- “Dispõe sobre a proibição do USO, no Município de Curitiba, de materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto, ou mesmo outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição”. Tal proposta foi aprovada/sancionada.
- “Institui no município de Curitiba, o mês “Janeiro Branco”, dedicado à realização de ações educativas para a difusão da saúde mental”. Este projeto ainda está em tramitação pela CMC.
- “Altera a Lei nº 13.509 de 08 de junho de 2010 que “Dispõe sobre o tratamento e destinação final diferenciada de resíduos especiais que especifica e dá outras providências correlatas”. Este projeto ainda está em tramitação pela CMC.

Mesmo em suas propagandas eleitorais ou em suas prestações de contas a seus eleitores, a vereadora sempre destacou essa área de atuação como uma das bandeiras de seu mandato. Não por menos sua atenção ao tema enquanto legisladora.

Mas sendo uma vereadora, ou seja, estando dentro do campo político municipal, na casa legislativa, Noemia Rocha também preocupou-se em homenagens, fortalecimento de laços afetivos, sociais, políticos, com suas bases. Assim como os demais vereadores evangélicos ela também privilegiou igrejas e pastores em suas homenagens na CMC. A maioria absoluta dos cidadãos homenageados com títulos de cidadão honorário ou vulto emérito ou em logradouros públicos eram pastores, missionários, mulheres de pastores, e etc. Além de diversas entidades evangélicas declaradas de “utilidade pública” e portanto, aptas a desfrutar de emendas parlamentares.

No quesito de planejamento orçamentário, Noemia Rocha foi bastante atuante, ainda que em sua maioria suas emendas foram direcionadas a entidades do terceiro setor e evangélicas em sua maioria. Vejamos neste quesito seu primeiro ano enquanto vereadora (em 2009 quando colaborou com o planejamento orçamentário do ano de 2010) e seu último ano dentro do período aqui estudado (em 2016 quando planejou o orçamento de 2017). Esta curva pode mostrar principalmente o desenvolvimento de sua atividade parlamentar: de uma novata a uma experiente vereadora. Vejamos.

Em 2009, quando participou do planejamento do orçamento de 2010, a vereadora

apresentou 11 emendas no total de R\$ 450.000,00. Destas, 3 foram destinadas a organizações não evangélicas (da sociedade civil ou da PMC) sendo duas a hospitais e uma a um programa cultural social da PMC; estas emendas destinadas a entidades não religiosas perfizeram o total de R\$ 72.000,00.

As outras 8 emendas foram destinadas a instituições evangélicas de ação social e uma instituição de saúde evangélica, perfazendo o total de R\$ 378.000,00. Digna de nota é a emenda à Marcha para Jesus no valor de R\$ 48.000,00. Durante vários anos a vereadora (e vários evangélicos) destinaram recursos à Marcha para Jesus. E esse era um evento de grande importância para os evangélicos da cidade. No ano de 2014, em discurso em plenário, Noemia Rocha deixou transparecer sua alegria e satisfação, após a marcha daquele ano, quando o evento contou com robustos recursos do tesouro público.

A Sra. Noemia Rocha: Sr. Presidente, [...] Estamos muito felizes com a Marcha para Jesus que é um projeto da comunidade evangélica, em especial do Conselho de Ministros e Pastores do Paraná com a sanção da lei em 2005 por esse município, mas também com a sanção em 2011 e os dois pelo Prefeito e agora então governador Beto Richa. Foi anunciado pelo próprio governador do Estado, na fala dele, que havia com a indicação da Polícia Militar do Corpo de Bombeiros trezentas mil pessoas participando da Marcha para Jesus. Uma Marcha ordeira, pacífica, que contribui sempre para a cidade de Curitiba a comunidade evangélica, que é uma comunidade que faz a diferença. Quero citar aqui a bancada evangélica que participou efetivamente dentro da bancada evangélica cinco Vereadores participaram efetivamente da destinação de recurso. Eu tenho o maior prazer de destinar recurso para esta marcha desde o primeiro ano. São cinco anos de destinação de Marcha para Jesus, mas os que destinaram agora queremos agradecer a todos a participação efetiva da comunidade evangélica. Agradecer a participação do Prefeito Gustavo Fruet que trouxe uma palavra de incentivo à comunidade, agradecer a participação do Governo do Estado Beto Richa que trouxe também uma palavra de incentivo e parabenizou a marcha pela maneira ordeira e pacífica que nós fizemos da Praça Santos Andrade até o Palácio Iguaçu, tendo uma ação profética próxima à Praça Tiradentes, onde as trezentas mil pessoas se ajoelharam e fizeram, uma oração pelas autoridades Governo Federal, Municipal e Estadual. Todas as autoridades foram abençoadas de joelhos ali na Praça Tiradentes. Esse foi um momento muito emocionante e que nos trouxe muita alegria. Muito obrigada a todos que participaram. No ano que vem tem mais e eu peço cada vez mais. Foram destinados cento e dez mil reais para a Marcha para Jesus, o que é uma ajuda mas não cobre todas as despesas. Quero incentivar os Vereadores para que na próxima edição possam destinar mais recursos para a Marcha para Jesus. Muito obrigada. (CURITIBA, 2014b).

Suas palavras indicam uma grande satisfação pelo sucesso da marcha; os atos religiosos ali exercidos; e também a presença do prefeito, governador, (além de deputados e diversos vereadores) – que não perderiam a oportunidade de dizer, em frente a trezentas mil pessoas, como é importante ao poder público que elas marchem por ruas da cidade cantando e orando. Esse discurso da parlamentar em torno da marcha revela uma importante representação dos evangélicos acerca de sua atuação em sociedade: a importância dos

“joelhos no chão”, ou seja, a missão espiritual e o dever de orar pelos governantes; a marcha como ordeira e pacífica (em contraste talvez com outros movimentos sociais de contestação mais exaltados e de oposição aos governantes), etc.

Prossigamos analisando as emendas da parlamentar, agora em 2016. Foram 20 emendas ao orçamento planejado para 2017. O valor total destas emendas perfaz R\$ 535.000,00. 8 destas emendas foram destinadas a instituições evangélicas. O valor total destinado a estas instituições foi de R\$ 400.000,00. Ainda, 8 emendas foram destinadas a entidades não evangélicas, sendo a prioridade a área da saúde (5 instituições, no total de R\$ 100.000,00); além da segurança (guarda municipal) e demais instituições do terceiro setor. Total de emendas: R\$ 135.000,00 a este segmento.

Ou seja, em questão de valores, as emendas a entidades evangélicas foram muito superiores que às demais entidades, governamentais ou não. Houve um privilegiamento às entidades ligadas à igrejas. E este é um tópico que merece atenção na atuação da parlamentar. Um grande problema enfrentado pelo governo brasileiro nesta virada de milênio foi a questão das drogas ilícitas, principalmente o crack. Não eram raros, em campanhas políticas, diversos candidatos prometendo o auxílio mútuo ente poder público e entidades religiosas no tratamento de drogaditos. Em Curitiba, o poder executivo nunca elaborou um programa governamental de grandes proporções nestes moldes de parceria com entidades religiosas para tratamento de dependentes químicos, mas todos os vereadores evangélicos (pelo menos os aqui estudados) desde que iniciaram seus mandatos, sempre destinaram recursos públicos a estas entidades, como foi o caso de Noemia Rocha. Diversas emendas foram destinadas a entidades religiosas que tratavam de dependentes químicos. Apesar de serem entidades religiosas, estas organizações trabalharam em uma área deficitária do poder público, e não se pode negar que em alguma medida contribuíram para o tratamento de cidadãos.

Apesar de em seus mandatos a maioria das emendas desta parlamentar serem de destinação de recursos a entidades do terceiro setor, em 2016 Noemia Rocha apresentou 4 emendas à Lei Orçamentária Anual em áreas específicas que achou deficitárias no planejamento do poder executivo: para que aumentasse a meta em asfaltamento (aumentando em 8 km a meta física do que aquela estipulada pela PMC); aumento da meta física para construção de calçadas (em mais 1 km); e construção de uma creche do vovô: atendimento à terceira idade. Ou seja, isso indica um amadurecimento – ainda que tímido – por parte do trabalho desta vereadora. Se em seu primeiro ano de mandato ela se preocupou somente em destinar recursos a entidades, neste último preocupou-se com a meta de asfaltamento e calçamento de ruas da cidade, além da importante destinação de recursos e esforços públicos

em prol da terceira idade.

No ano de 2015 a vereadora publicou um informativo com a prestação de contas de seu mandato. Essa ilustração parece válida quando aplicada às constatações deste trabalho. Na página cinco lemos a destinação das emendas da vereadora naquele ano:

Figura 1 - Informativo emendas orçamentárias vereadora Noemia Rocha 2015



Passemos à atuação enquanto fiscalizadora do Poder Executivo. De todos os parlamentares estudados, Noemia Rocha foi a mais atuante no quesito fiscalização. Duas situações por certo colaboraram com esta atuação: primeiro, a sua posição de líder da bancada de oposição ao governo Gustavo Fruet de 2013 a 2016. E segundo, sua presidência da comissão de saúde da casa no biênio 2015-2016, quando fez diversos requerimentos à PMC neste sentido. Não obstante, essa vereadora foi a que mais exerceu suas atividades constitucionais de preposto da população a fim de fiscalizar a atuação do poder executivo nos desenrolar de suas tarefas. Ao todo foram 46 requerimentos de pedido de informações oficiais ao poder executivo. Estes estão relacionados principalmente à área da saúde pública. Alguns exemplos a título de ilustração são oportunos:

- “Solicita informações sobre “repasses e pagamentos aos Hospitais que atendem via SUS”.
- “Solicita informações sobre lista de medicamentos nas Unidades de Saúde do município de Curitiba”.

Mas muitos também estão relacionados à questão do terceiro setor, principalmente ao combate às drogas, revelando a preocupação da parlamentar neste aspecto.

- “Solicita informações sobre o cumprimento da Lei Municipal nº 7.919/92 que ‘Cria a obrigatoriedade de palestras preventivas de combate às drogas nas atividades da rede municipal de ensino’”.
- “Solicita informações sobre os Convênios do município de Curitiba com as Casas de Recuperação de Dependentes Químicos e ainda sobre a atuação dos CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial”.

Ademais, houve as requisições à PMC acerca de pequenas obras em diversos bairros da cidade (limpeza de terrenos; asfaltamento de ruas; operação tapa-buraco; etc.). Ao todo foram 470 solicitações relacionadas a diversos bairros da cidade, o que mais uma vez mostra a abertura do gabinete da parlamentar à população de toda a cidade. Como os outros vereadores aqui explanados, diversas destas solicitações estavam relacionadas a igrejas evangélicas, principalmente IEAD's.

De todo o explanado, Noemia Rocha conseguiu estabelecer-se na vereança de

Curitiba. Aliou a radiodifusão com o apoio eclesiástico, um trabalho consistente em bandeiras de seus mandatos – principalmente a questão do combate às drogas concatenada à saúde pública – e estabeleceu-se como um nome forte na Câmara Municipal de Curitiba.

#### **2.4.9. Carla Pimentel**

Carla Cristiana de Carvalho é neta do Pr. José Pimentel de Carvalho, o grande nome da Igreja Assembleia de Deus no Paraná. Lembre-se o leitor, que este nome já apareceu nos capítulos deste trabalho e que estava relacionado à família mais poderosa da IEAD paranaense. Não é de estranhar que a vereadora ao lançar-se às eleições usa o nome mais conhecido de seu avô – Pimentel – ainda que este não esteja em seu próprio nome – Carvalho. Filha de pastor da IEAD de Curitiba, trabalhou como missionária da Igreja em África e Europa. De retorno a Curitiba, trabalhou em programas de rádio da IEAD. 2012 foi seu primeiro pleito, quando elegeu-se pelo PSC com 4.167 votos (TSE, s/d). Em 2014 tentou a eleição para o cargo de deputada estadual mas sem sucesso; em 2016 tentou a reeleição à CMC, fracassando novamente.

Apesar de ter exercido somente um mandato, Carla Pimentel destacou-se sobremaneira em sua atuação na CMC tornando-se uma das mais conhecidas vereadoras da cidade, principalmente por seus posicionamentos polêmicos em diversos assuntos, majoritariamente àqueles ligados a um conservadorismo moral. A título de ilustração destas posições, vejamos um requerimento seu que causou certo frisson no Brasil, principalmente devido à internet.

Em 2014 a vereadora despachou um requerimento à Presidência da República solicitando medidas para alterações na lei de execuções penais. Em suma, o que se pretendia era que os presos pagassem por todos os custos de sua reclusão. Claro que em poucos dias a notícia espalhou-se pela rede de computadores gerando grande discussão e atenção ao nome da vereadora. Não obstante, a matéria não prosperou nos círculos de poder em Brasília.

Outro evento digno de nota foi aquele retratado no início deste capítulo quando Carla Pimentel propôs a criação do “Prêmio Pr. José Pimentel de Carvalho” (seu avô) que seria entregue às instituições ou pessoas que colaborassem com as causas defendidas pela igreja evangélica.

Pois bem, sem mais delongas, vejamos outras práticas que podem mostrar o modelo de atuação desta parlamentar.

Sua atuação enquanto legisladora foi bastante consistente em termos numéricos; nos

quatro anos de seu mandato, ela propôs 71 projetos de lei, o que fez uma média de pouco mais de 17 projetos por ano, um número bastante elevado em se comparando com os demais vereadores, evangélicos ou não. Sua atuação legislativa direcionou-se a diversos assuntos, mas dentre aqueles que prosperaram na CMC destacam-se: segurança relacionada a fogos de artifício; agricultura urbana; e questões relacionadas a religião. Vejamos estes assuntos mais de perto. Abaixo duas normas aprovadas de iniciativa da parlamentar.

- “Altera o artigo 22 da Lei nº 10.629 de 30 de dezembro de 2002 que ‘Dispõe sobre a fiscalização, fabrico comércio, transporte, depósito e uso de fogos de artifício’”.
- “Cria o Programa ‘Horta Solidária Urbana’ no município de Curitiba”.

Estas duas leis aprovadas são importantes marcas da atuação de Carla Pimentel; uma relacionada a segurança (define a idade mínima para compras de fogos de artifício) e a outra à agricultura urbana (a lei define uma série de atitudes que o poder público deveria tomar a fim de incentivar a criação de hortas comunitárias na cidade, com fins de alimentação saudável e etc.). Apesar de serem somente duas leis, tais assuntos foram bastante explorados pela vereadora, a ponto de diversas matérias jornalísticas acerca deles (principalmente o projeto horta solidária) serem projetadas no site eletrônico da CMC e também da PMC, sempre com a presença da vereadora.

Em termos de quantidade, a vereadora mais legislou nas questões relacionadas à religião. Neste quesito detenhamo-nos um pouco sobre os projetos aprovados – sem esquecer daqueles não aprovados, mas que ilustram sobremaneira a prática parlamentar evangélica.

- “Institui no Calendário Oficial do Município de Curitiba o Dia Municipal do Cristão”.
- “Inclui no Calendário Oficial do Município de Curitiba, o Culto de Ações de Graças da Igreja Batista do [bairro] Bacacheri”.
- “Institui no Calendário Oficial do Município de Curitiba, o DIA DA FAMÍLIA” [grifos originais].

Tais assuntos, revelam uma prática destinada muito mais a um simbolismo social do que a outras coisas mais. O que estas práticas parecem denotar é o desejo da parlamentar mostrar como os cristãos estavam presentes na sociedade e não abririam mão de intentos ou princípios defendidos. O que parece ter havido é um desejo de ocupação do espaço público

frente a possíveis adversários. Se outros grupos estavam a exigir suas demandas, os evangélicos também o estavam. Ocupavam posições de poder – simbólicas ou não. Nesse sentido vale a menção a dois homenageados por parte da vereadora: um deles com sucesso e o outro sem conseguir prosperar. O primeiro, o procurador da República, coordenador da operação “Lava-Jato”, Deltan Dallagnol. Figura emblemática de combate à corrupção, principalmente por atuar com determinada paixão em suas funções, demonstrando inclusive uma feição de “missionário”, ou seja, aquele que tem uma missão a cumprir e neste caminho demonstra um esforço apaixonado, em alguns momentos extrapolando suas funções constitucionais, seja fazendo discursos a multidões em passeatas, convocando coletivas de imprensa, e acusando “sem provas, mas com convicção”. O fato é que, em torno de seu nome, surgiu um grande personagem – evangélico, diga-se de passagem. O outro, sem sucesso porém, foi o pastor Silas Malafaia. Ícone de uma militância evangélica conservadora, Malafaia congregou em torno de seu nome muita visibilidade, seja em audiências públicas no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados, ou em seus pronunciamentos na internet. O fato é que, devido a suas atitudes assemelhadas a uma extrema direita ideológica, muito atrito sempre o acompanhou também. Diante da repercussão negativa pela imprensa local perante esse projeto, Carla Pimentel logo o retirou de tramitação e o pastor não foi homenageado.

Importante também verificar alguns projetos da vereadora que não foram aprovados ou não prosperaram na Casa, afinal estes também espelham importantes práticas parlamentares.

- “Proíbe a inauguração de obras públicas incompletas ou que não atendam ao fim que se destinam, no âmbito do município de Curitiba”.
- “Institui a Política Pública “Pró-Mulher” de Qualificação de Mão De obra Feminina no Município de Curitiba e dá outras providências”.
- “Dispõe sobre incentivo, denominado IPTU VERDE no âmbito do município de Curitiba e dá outras providências”.

Estes exemplos nos mostram os mais variados temas alvos de legislações por parte da parlamentar. Mas apresentam-se com viés de suas bandeiras: as questões relacionadas à defesa da mulher; o meio ambiente; e uma iniciativa peculiar, que revela um certo desejo de moralização da coisa pública no que diz respeito a inauguração de obras públicas.

Mas é quando se fala em religião e moralidade é que os projetos de lei foram mais incisivos. Vejamos.

- “Dispõe sobre o direito à objeção de consciência como escusa ao princípio constitucional”.
- “Propõe a leitura Bíblica nas Escolas públicas e privadas do município de Curitiba e dá outras providências”.
- “Institui no Calendário Oficial do Município de Curitiba o Dia da Liberdade Religiosa”.
- “Criação e implantação do Conselho Municipal de Diversidade Religiosa”.
- “Declara o Culto Evangélico, conforme especifica, como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Curitiba”.

A defesa de valores tidos como cristãos revela-se como uma marca premente da prática parlamentar. Diante de possíveis “ameaças” a estas crenças, alguns projetos foram lançados. Por exemplo o projeto que “Dispõe sobre o direito à objeção de consciência como escusa ao princípio constitucional”, acima exposto. Este projeto intentava regulamentar a Constituição Federal que já abarcava tal direito. Em sua longa justificativa, o que se tem é o desejo de resguardar, principalmente, convicções religiosas frente a objeções da sociedade que entrem em contato com determinadas crenças. Vejamos um trecho:

O postulado central da objeção de consciência é o de que o indivíduo pode livremente não participar de ações que podem ferir suas convicções filosóficas, éticas, morais, religiosas. É direito fundamental de toda pessoa não ser obrigada a agir contra a própria consciência e contra princípios religiosos.

Esse projeto parece ter sido uma direta reação ao que os evangélicos entenderam como quaisquer ameaças a valores considerados sagrados, sejam as questões de gênero, sejam as religiões afro-brasileiras, ou mesmo o avanço das esquerdas. A defesa dos ditos “valores cristãos” estaria na oportunidade dada a um aluno, por exemplo, de alegar recusa por motivo de consciência em aulas em que postulados sociais fossem debatidos e que de alguma maneira fossem entendidos como afronta a suas crenças. Pode parecer um pouco extremada tal reação por parte da vereadora, mas a celeuma entre os evangélicos, relacionada a estas questões da vivência em sociedade foi enorme neste período. Um fato ocorrido em Manaus pode ilustrar este cenário de maneira mais clara, dando a devida dimensão a estas tensões em torno dos evangélicos e suas convicções, frente a uma sociedade cada vez mais plural. Vejamos uma matéria jornalística sobre o ocorrido.

Cerca de 14 alunos evangélicos da Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima protestaram na frente da instituição nesta sexta-feira (9) contra a temática proposta na sétima feira cultural realizada anualmente na escola. De acordo com um dos alunos, [...] [de] 16 anos, o tema “Conhecendo os paradigmas das representações dos negros e índios na literatura brasileira, sensibilizamos para o respeito à diversidade”, vai de encontro aos preceitos religiosos em que acredita. “A Bíblia Sagrada nos ensina que não devemos adorar outros deuses e quando realizamos um trabalho desses estamos compactuando com a idéia de que outros deuses existem e isso fere as nossas crenças no Deus único”, afirmou o aluno. Para a professora coordenadora do projeto, Raimunda Nonata, a feira cultural tem o objetivo, através da literatura, de valorizar as diversas culturas presentes na constituição do Brasil como nação. “Através deste projeto podemos proporcionar um debate saudável sobre a diversidade étnico-racial brasileira. Mas não foi isso que aconteceu”, disse a professora. Segundo a professora, os alunos se recusaram a ler livros clássicos como “Ubirajara”, “Iracema”, “O mulato”, “Tenda dos Milagres”, “O Guarany”, “Macunaíma”, entre outros, por apresentarem questões como “homossexualidade, umbanda e candomblé”. Segundo a diretora da escola, [...], os alunos montaram uma barraca sem a autorização da direção na qual abordaram outra temática que fugia à proposta inicialmente. “Eles montaram uma tenda com o nome ‘Missões na África’ na qual abordavam a evangelização do povo africano em seu próprio território”, explicou a diretora. A diretora afirmou ainda que a atitude dos alunos desrespeita as normas e o plano de ensino da escola. Outra estudante, [...], de 17 anos, argumentou que desde o 2º bimestre os alunos vem apresentando a proposta à direção. “Desde o início do ano que tentamos falar com a diretoria e eles nos negaram uma reunião pra discutir o assunto. Somente nos proibiram de apresentar outro tema. Fomos humilhados em sala de aula por colegas e pelo nosso professor de história”, contou a estudante (MELO, 2012).

Por certo que a reação destes alunos não pode ser tida como unânime dentro do complexo universo evangélico. Mas o fato revela as representações surgidas entre os evangélicos em torno da vida em sociedade que, em alguma medida, por certo não foram exíguas ou não se fizeram sentir. Ademais, este fato revela uma dimensão acerca das tensões em torno do que quer que fosse admitido como contrário ou afrontoso às convicções religiosas.

Na esteira desta discussão vale apontar também a iniciativa de Carla Pimentel quando protocolou o projeto de Lei que visava “*Instituir, no âmbito do sistema municipal de ensino, a disciplina ‘educação’ e escola sem ‘partido’*”. Fruto de uma intensa movimentação de setores conservadores da sociedade o presente projeto foi apresentado em diversas cidades, Estados e até na Câmara Federal, onde hoje encontra-se em discussão. Se o projeto da recusa por motivo de consciência direcionava-se, entre outros, aos alunos, o “Escola sem Partido” direcionava-se aos professores. Nele proibia-se o que chamou de “doutrinação” dos professores sobre os alunos. Entenda-se por doutrinação a tentativa de convencimento, por parte dos professores, de crenças que ele postulasse para com seus alunos, ou em outras palavras, o uso por parte do professor de seu espaço de ensino para inculcar nos alunos suas crenças pessoais. Esse projeto surgiu no Brasil como uma reação de setores da direita frente

àquilo que entendiam como uma ameaça à educação: professores simpatizantes com a esquerda política frente a milhares de alunos “indefesos”. Tal projeto já foi fruto de inúmeras discussões, mas podemos apontar aqui minimamente, alguns aspectos desta problemática proposta: a simplificação da relação entre aluno e professor; a complexa relação ensino aprendizagem; a censura a determinados assuntos tocados em sala de aula; etc. A reação por parte de educadores em todo o Brasil foi imensa. Para que se tenha uma ideia das tensões em torno disso, a lei foi chamada de “Lei da Mordação”. O que nos importa aqui é a questão relacionada à moral. Estas leis visavam proteger a sociedade daquilo que foi entendido pelos evangélicos como movimentações de “destruição dos costumes e da família tradicional”. Contra estes inimigos é que se lutava. Ao fim e ao cabo, a complexa relação entre setores da sociedade era relegada às questões religiosas. A luta por espaços sociais era entendida como luta das trevas contra a luz, do bem contra o mal. O que se pretendia era blindar os religiosos com armas legais para defender seus postulados e manter suas práticas e representações, por mais arcaicas ou preconceituosas que fossem.

No que se refere ao planejamento orçamentário vejamos, como no caso dos outros vereadores, seu primeiro e seu último ano de mandato, a fim de nos atermos a períodos simbolicamente significativos da atuação da parlamentar; ademais a análise de todos os anos tornar-se-ia inviável para um trabalho nestes moldes.

Em seu primeiro ano de trabalho, quando planejou-se o orçamento municipal para o ano de 2014, Carla Pimentel conseguiu emplacar 6 emendas ao orçamento, no total de R\$ 135.000,00. Cinco delas foram destinadas a instituições evangélicas do terceiro setor, no total de R\$ 105.000,00. A emenda restante foi destinada à Assistência Social do município, no valor de R\$ 30.000,00.

Em 2016 quando participou do planejamento orçamentário municipal para o ano posterior, conseguiu a aprovação de 10 emendas no total de R\$ 400.000,00. Destas, somente uma emenda foi destinada a uma instituição evangélica de assistência social, no valor de R\$ 60.000,00; e uma ao hospital evangélico de Curitiba no valor de R\$ 50.000,00. Três emendas foram destinadas à educação pública municipal (duas escolas e um centro de educação infantil) totalizando R\$ 60.000,00. Ainda, quatro emendas para a área de saúde, entre hospitais e unidades básicas de saúde totalizando R\$ 180.000,00. Por fim houve a emenda a uma instituição de caridade católica no valor de R\$ 50.000,00.

Essa curva temporal nos mostra uma importante transformação na prática legislativa da parlamentar: se em seu primeiro ano a maioria absoluta de suas emendas foi destinada a instituições evangélicas, seu último ano voltou-se à saúde pública e à educação pública,

majoritariamente. Diante disso, é possível especular se esta não seria uma das causas da não reeleição da vereadora... Não obstante, parece ter ocorrido um grande amadurecimento político da parlamentar, principalmente por utilizar seu espaço privilegiado de destinação de verbas públicas, não mais a entidades ligadas a si ou aos seus, mas sim a áreas públicas em que se achou necessidades.

No quesito fiscalização, Carla Pimentel destacou-se também. Foram 25 solicitações de pedido de informações oficiais a PMC nos mais diversos assuntos. Em suma, Carla Pimentel valorizou muito suas funções de fiscalizadora do Município. Sua atuação neste aspecto, difere-se em muito dos demais vereadores aqui apontados. Ela soube como pressionar a prefeitura a realizar demandas da população e isso não pode ser olvidado. A título de exemplo vejamos algumas dessas solicitações.

- “Solicita informações sobre o mapa de divergência relacionado ao crime de gênero”.
- “Solicita informações sobre a implantação de Placas de Sinalização e Informação dos números 180, 100 e 156 para combate e prevenção a Violência Contra Mulher, Violação de Direitos Humanos e Violência Contra Criança”.
- “Solicita informações sobre as condições de atendimento e dos medicamentos da Unidade de Saúde Vila Aurora, localizada na Rua Theophilo Mansur, 550, no Bairro Novo Mundo”.
- “Solicita informações sobre alagamentos no eixo central de Curitiba”.
- “Solicita informações sobre o atendimento de saúde mental no âmbito do município de Curitiba”.
- “Solicita informações sobre programas de atendimento dentário no município de Curitiba, especificamente no Centro Municipal de Urgências Médicas do Boqueirão, situado na Rua Profª Maria de Assumpção, 2590, no bairro Boqueirão”.
- “Solicito informações sobre o andamento das obras na Rodoviária de Curitiba”.
- “Solicita informações sobre a sugestão ao Executivo Municipal (PROPOSIÇÃO Nº 401.00186.2013) a implantação do ‘Programa Horta Solidária’ no perímetro do Canal Belém”.

Duas questões saltam destes requerimentos. A primeira é sua preocupação com a violência de “gênero”. A terminologia *gênero* nunca foi benquista pelos evangélicos, principalmente por indicar, *a priori*, questões de uma identidade masculina e feminina

construídas historicamente em sociedade e não algo dado pela natureza – este tema é discutido com maior acuracidade no terceiro capítulo –, principalmente porque evocaria a “ideologia de gênero” tão falada pelos evangélicos do período; mas já agora é interessante, em se tratando de violência, essa vereadora usar este termo “violência de gênero”. Outra questão foi a relacionada à agricultura urbana, uma grande bandeira de seu mandato e que surtiu efeito, afinal, algumas hortas foram criadas graças ao incentivo municipal e pela fiscalização da vereadora.

Por fim, Carla Pimentel fez mais de mil requisições à PMC. O maior número dentre todos os vereadores aqui estudados. São de todos os tipos e nas mais variadas partes da cidade, relacionadas à IEAD ou não. Devido ao tempo, não foi possível analisar todas as requisições, mas o que se denota não é somente uma abertura do gabinete da parlamentar à população, mas sim seu empenho em atender a muitos chamados; a cobrar a PMC; a fazer seu gabinete trabalhar.

## **2.5. À guisa de conclusões**

Trabalhar com um número imenso de dados traz, não somente importantes informações, mas também grandes problemas organizacionais. Classificar estes dados, estabelecer categorias, quantificar, explicar (e também não explicar) são decisões difíceis. Neste sentido, cabe a recordação de que o que pautou este trabalho organizacional foi a busca das respostas que melhor indicassem as práticas parlamentares dos vereadores evangélicos em se falando de representantes de parcela religiosa da população.

Neste sentido, em se falando de práticas, o que mais se viu foi uma tremenda semelhança entre evangélicos e não evangélicos, ou em outras palavras, os vereadores evangélicos numericamente falando, são muito parecidos com seus pares: estabelecem determinadas bandeiras de atuação pelas quais lutar e vão à luta. A principal diferença, e que refletiu o âmago do problema, é a bandeira de atuação específica dos evangélicos, a questão “moral-religiosa”, o que imediatamente levanta o problema da atuação religiosa em um Estado Laico. Em sendo este o problema atentou-se mais a estas questões do que as outras mais gerais – claro que, como visto, as demais bandeiras dos vereadores que não as religiosas também foram esplanadas.

Com essa recordação metodológica em mente, o problema da representação política de setores religiosos da população não parece estar na representação em si, em se tratando da discussão pública laica, afinal os religiosos muito contribuíram para as sociedades seja em

trabalhos sociais, seja em clamores éticos, de igualdade, de respeito ao ser humano, etc., mas sim no privilegiamento do agrado a bases eleitorais do que ao todo municipal ou mesmo de áreas mais carentes. E, mais uma vez, esse problema é não somente dos evangélicos mas sim de todos os vereadores. A prática parlamentar sempre privilegiou as bases eleitorais do que setores públicos mais deficitários. O exemplo da vereadora Carla Pimentel ajuda nesta compreensão: se em seu primeiro mandato ela destinou recursos quase que exclusivamente a suas bases, no final de seu mandato privilegiou o setor público e *não foi reeleita*. Essa discussão é complexa, principalmente dadas as complexas relações dos vereadores com a cidade. São geralmente pessoas conhecidas do bairro ou da região, sem um espectro ideológico bem definido, que passeiam por diversos partidos, enfim, um privilegiamento de sua carreira (e satisfação de suas bases) do que uma discussão mais aprofundada da cidade como um todo, foram as marcas prementes das práticas da maioria deles.

A exigência legal de filiação a um partido tem maior peso na escolha de um candidato que precisa de uma legenda para se eleger do que a identificação com o programa partidário do partido que o acolhe. Isso fica claro na mobilidade das coligações e na própria relatividade dos termos situação e oposição no legislativo [municipal]. Por outro lado, ao verificarmos a grande quantidade de vereadores que se candidatam a cargos eletivos de nível estadual e federal, identifica que a vereança torna-se principalmente um trampolim político para pretensões maiores. (TORRENS, 2015, p. 114).

É nesta direção e neste contexto que se pode compreender as dezenas de homenagens a pastores e religiosos ligados a igrejas; as declarações de utilidade pública; as defesas de liberdade religiosa e de interesse de grupos religiosos em detrimento do todo municipal (como por exemplo, as regulamentações fundiárias de templos, a questão do sossego dos bairros e os sons produzidos nos cultos, etc.); as Marchas para Jesus com polpudas verbas públicas; as obras públicas nos entornos das igrejas. Saliente-se que este tipo de prática política não tornou os evangélicos nos vilões da história, mas sim mostra como estes sujeitos ao entrarem no campo político da Câmara Municipal souberam incorporar e reproduzir as práticas e representações que ali estavam presentes.

O campo político, assim como demais campos, argumenta Pierre Bourdieu (1998), tem suas características próprias e diferenciadoras dos demais campos, tornando-o campo mais ou menos autônomo da vivência simbólica em sociedade. Estas características específicas do campo exercem pressão (violência simbólica) sobre aqueles agentes que estejam presentes neste campo. Ou se submetem às regras do jogo ou muito provavelmente não terão forças para mudar as coisas. Em tornando-se políticos profissionais submetem-se ao

que o campo lhes impõe como práticas. Se são um ponto fora da curva é muito provável que não sobrevivam ao jogo. Talvez este tenha sido o caso de Carla Pimentel ao não disponibilizar muitas verbas para instituições de sua base eleitoral e não conseguir a reeleição.

Exemplifiquemos como os vereadores trabalhavam preeminente para suas bases – sendo mais claro, como eram verdadeiros assessores de luxo (neste caso das igrejas). Certa feita uma igreja foi à Urbs (empresa pública de urbanização de Curitiba) fazer uma requisição, mas não conseguiu êxito para ser atendida. Então foi à sua vereadora; esta requereu diretamente à Urbs (muito provavelmente ao presidente da entidade) e a obra foi anexada ao planejamento do órgão. A vereadora fez o seguinte requerimento ao órgão executivo:

- “Requer-se a implantação de redutor de velocidade e rebaixamento de meio-fio na Rua dos Pioneiros, nº788, no bairro Sítio Cercado, Curitiba/PR”.

A justificativa para tal pedido explicou:

A Igreja Evangélica Assembléia de Deus, localizada no bairro do Sítio Cercado, já protocolizou pedido idêntico junto à URBS, sob o nº 01-012515/2011, em decorrência da necessidade verificada pelos líderes da instituição, especialmente, nos dias e horários de cultos. Ressalte-se, que a Igreja tem grande fluxo de frequentadores e ausência de um redutor de velocidade no local, é motivo incontestado de inúmeros acidentes que ocorrem no local, donde a presente solicitação fundar-se, também, numa preocupação legítima com a segurança dos frequentadores daquele templo. E ainda, em razão da ausência de guia rebaixada na entrada da Igreja, os frequentadores portadores de necessidades especiais, enfrentam dificuldade de acesso e locomoção, já que precisam de ajuda para subirem as cadeiras de roda pela guia. Desse modo, esse gabinete parlamentar requer o registro e atendimento da presente solicitação, para fins de atendimento das necessidades da população e moradores da região acima indicada.

Se os vereadores evangélicos, por estarem participando como agentes dentro de um campo específico de disputas – neste caso o campo político de uma Câmara Municipal –, são muito parecidos com os demais vereadores, convém analisar as características próprias que lhes tornam específicos agentes religiosos a serviço de suas bases e de suas representações de mundo. Neste sentido o que salta aos olhos e que nos atentamos mais detalhadamente foram as questões morais-religiosas presentes nos mandatos dos vereadores. E aí houve um tensionamento mais agudo do Estado Laico. Em outras palavras, quando convicções religiosas entraram em confronto com outras questões públicas, os debates e atuações tornaram-se apaixonados e tiveram um caráter missionário e aí gerou-se um tensionamento

agudo, principalmente com setores progressistas da sociedade.

Como apontado, a moralidade pública tornou-se uma enorme bandeira de atuação e aliada a valores religiosos ganhou contornos de missão; esta atuação presentificou-se, como visto, com a tentativa de regulamentação da distância ideal entre bares e igrejas, por exemplo; ou a recusa da discussão em torno da possível legalização de entorpecentes (como se viu audiências públicas foram estabelecidas para afirmar a necessidade da proibição); ou a tentativa de proibir que cultos religiosos fossem alvo de ações quanto a perturbação da ordem; ou a proibição da venda de bebidas alcoólicas após as 23:00h; ou a leitura obrigatória da Bíblia nas escolas municipais; ou a instituição da semana de estudos bíblicos nas escolas municipais; ou a instituição do dia do Cristão; e do dia da Família; ou do dia de combate à discriminação ao Cristianismo.

Assim um conservadorismo moral fez-se sentir de maneira premente nas práticas políticas dos vereadores evangélicos. Mas o maior de todos os inimigos, representado como um verdadeiro agente do Diabo para perverter a criação divina – no que diz respeito à sexualidade, a saber, o macho e a fêmea – foi a questão dos gêneros. E a atuação missionária presentificou-se exemplarmente quando do debate do Plano Municipal da Educação em Curitiba no ano de 2015. Mas este é um assunto para o terceiro capítulo desta dissertação.

### Capítulo 3

*Realmente eu pequei, no bom sentido. Preocupei-me muito com esta questão de gênero, ideologia, e esqueci, não olhei com tanta importância para os outros itens.*

Vereador Chicarelli (PSDC) quando da discussão do Plano Municipal de Educação de Curitiba.

*Os fundamentalistas veem conspiração em toda parte.*  
Karen Armstrong.

O primeiro capítulo deste trabalho iniciou-se com o relato de um evento dentro de uma igreja evangélica que evidenciava a premente discussão da vida pública por meio de argumentos e arcabouço representacional religioso no Brasil da virada do século XX ao XXI. O segundo capítulo deteve-se sobre a atuação individualizada de vereadores pentecostais e neopentecostais em Curitiba neste período. Vimos como a discussão sobre a participação dos evangélicos na vida política saiu dos templos e invadiu a arena pública. O presente capítulo busca entender como homens e mulheres evangélicas e neopentecostais inseridos na vida pública, por meio da participação política numa casa legislativa, passaram a lidar com temas de interesse coletivo. Nesse sentido elegemos uma ascendente nessa análise ao focar-se naquele assunto que mais interessou a prática política evangélica no Brasil no início do século XXI: as questões de comportamento moral, em especial as ligadas a gênero. Foi neste campo – o das questões comportamentais – que as bancadas evangélicas em todos os níveis da Federação mais atuaram.

Em Curitiba essa sistemática pôde ser percebida durante as discussões do Plano Municipal de Educação (PME) de maneira premente e emblemática; e é sobre a atuação da bancada evangélica durante estas discussões que o presente capítulo se detém. Portanto, o objetivo primordial é entender a maneira como a bancada evangélica mobilizou suas forças para o debate público, principalmente a partir de um arcabouço representacional provindo da religião; ou, a maneira como a religião pautou o debate público. Diante disso, os principais objetivos deste capítulo são: a) identificar de que maneira a questão em torno dos gêneros foi vista e discutida pelos vereadores evangélicos na CMC; b) buscar entender os principais argumentos destes vereadores a fim de compreender as representações formadas em torno dos gêneros; c) identificar e relacionar esta atuação com características presentes no

fundamentalismo protestante.

O itinerário desta investigação concentra-se primeiramente em contextualizar a discussão do PME na esteira do Plano Nacional de Educação (PNE); após isso detêm-se sobre a discussão que a Secretaria Municipal da Educação (Poder Executivo) desenvolveu para formular o PME que foi enviado à CMC; por fim a recepção que este texto enviado pelo Executivo teve pelos evangélicos na Câmara Municipal, primeiramente nas comissões temáticas e, por fim, no plenário da Casa.

Diante deste caminho a ser trilhado, e em se falando da atuação do homem em determinada temporalidade, as fontes disponíveis devem ser suficientes para a análise pretendida. E neste sentido o direito administrativo brasileiro em fins do século XX muito contribuiu com a escrita da história, ainda que talvez não fosse esse seu primeiro objetivo, ao outorgar um princípio básico à administração pública, a saber, o princípio da publicidade, ou seja, o princípio de que todos os documentos públicos estão, a priori, disponíveis ao público, sendo o sigilo a exceção. Foi nesta esteira que todo o processo legislativo foi disponibilizado na rede mundial de computadores: desde a mensagem do prefeito com o texto do PME proposto para debate à CMC, passando pelas discussões nas comissões temáticas, a ata da sessão plenária que discutiu o Plano com os discursos proferidos, até a lei outorgada. Um dos desafios ao historiador é fazer as perguntas corretas a estes documentos a fim de encontrar as respostas às questões acima explanadas. Em assim sendo, a análise dar-se-á pelos quesitos que mais interessam no debate proferido pelos religiosos, a saber, as questões de gênero, ou melhor, o que por estes atores foi chamado de “ideologia de gênero”.

Se ao fim deste capítulo as representações e práticas dos evangélicos estiverem melhor compreendidas no que diz respeito ao termo e discussão em torno do *gênero*, e um possível caminho para o diálogo puder ser aberto, esta pesquisa poderá se considerar bem-sucedida.

### **3.1. Plano Nacional de Educação**

O Plano Nacional de Educação – PNE (Lei Federal 13.005 de 25 de junho de 2014) não é objeto de estudo desta pesquisa. Entretanto sua explanação e compreensão mínima é necessária, uma vez que é a partir do Plano Nacional que os Planos Estaduais e Municipais seriam obrigatoriamente elaborados. O Plano Nacional de Educação é uma Lei que estabelece as metas e objetivos a serem alcançados no âmbito educacional brasileiro no período de dez anos, contados a partir de sua promulgação. O PNE mobilizou enormes parcelas da sociedade

para sua elaboração, fruto de um longo e conturbado processo de discussão. O Plano surgiu, quando em 2009 uma Emenda Constitucional foi sancionada transformando este PNE de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação para uma exigência constitucional, ou seja, se anteriormente os Planos eram uma disposição transitória de uma lei, agora eram um dispositivo obrigatório constante na Constituição Federal. O Ministério da Educação buscou sintetizar tal mudança afirmando:

A Emenda Constitucional nº 59/2009 mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Os planos estaduais, distrital e municipais devem ser construídos e aprovados em consonância com o PNE (BRASIL, s/d).

A partir de então o processo para a construção do primeiro Plano Nacional de Educação nos novos moldes constitucionais se iniciou. Foram muitas etapas de debates culminando na Conferência Nacional de Educação (Conae) em 2010, onde o primeiro texto do Plano foi exposto para iniciar os debates.

O Plano Nacional de Educação (PNE) teve uma longa e conturbada trajetória. Entregue ao Presidente Lula pelo Ministro da Educação à época, Fernando Haddad, em 15 de dezembro de 2010 foi encaminhado à Câmara dos Deputados, que o aprovou quase dois anos mais tarde, em outubro de 2012, após ter recebido cerca de três mil emendas. Passou pelo Senado e em dezembro de 2013 foi encaminhado à Comissão Especial da Câmara, onde foi aprovado no dia 22 de abril de 2014. Após esse trâmite, o PNE foi, então, encaminhado à Presidenta da República, Dilma Rousseff, que o sancionou sem vetos, no dia 25 de junho. O Plano define diretrizes e metas para a educação até 2020 e é fruto de longa discussão e intensos debates na Câmara e no Senado, assim como entre educadores de todo o país. (ROSADO-NUNES, 2015, pp. 1240-1241)

Esses debates tomaram uma ampla agenda de discussões como pauta, com destaque para: a questão do financiamento da educação, cujas discussões ficaram em torno do percentual do Produto Interno Bruto – PIB a ser adotado na próxima década; a constituição de sistema nacional de educação; o currículo da Educação Básica; o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), dentre outros temas.

Mas, é importante assinalar que durante os debates nas duas casas legislativas, um dos artigos que mais atraiu a atenção dos grupos ligados a representantes evangélicos foi o artigo 2º, cujo conteúdo alterado pela Câmara discutia metas para a superação das desigualdades educacionais. Nesse dispositivo havia um destaque que acrescentava que a

atuação das políticas públicas deveria se realizar “*com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual*”. Segundo Sena (2015) a discussão acerca da alteração da diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais (inciso III do art. 2º do substitutivo da Câmara) representou a “mais ruidosa polêmica” dos debates sobre o PNE e ao fim:

O Senado alterou esse dispositivo, retirando a ênfase na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. A contenda terminou favorável ao Senado, com a aprovação do destaque para manter seu texto. (SENA, 2015, p.22).

O resultado desta alteração foi assim sublinhada por texto publicado no site do movimento Escola sem partido, assinado por Luiz Gomes Jardim:

As diferenças entre os projetos da Câmara e do Senado não são de detalhes financeiros. São mais importantes. São de detalhes morais. As principais modificações feitas pelo Senado restauram o primado das famílias na condução da educação dos filhos. O Senado fechou algumas portas para a ideologização na escola, contra uma educação somente orientada pelos burocratas do governo de plantão e contra os valores tradicionais (ESCOLA SEM PARTIDO, s/d.).

Como afirma o texto acima as questões em jogo não eram apenas financeiras, mas principalmente morais. As discussões travadas no PNE não se deram, portanto, apenas em torno de discussões gerais sobre metas e estratégias para a melhoria da educação no Brasil e suas implicações econômicas ou de gestão. Também se travou um debate fundamental sobre o papel do Estado e da família na educação de crianças e jovens e sobre quais deveriam ser as diretrizes que assegurariam este primado. As discussões em torno da presença do termo gênero no texto do PNE representam um debate crucial, que depois se espalharia pelo território nacional impulsionado pelo próprio processo de planejamento educacional e de desdobramento do PNE para as demais esferas da federação. Na realidade, o debate acerca da inclusão do termo gênero não se encerrou com sua exclusão do texto do PNE aprovado em junho de 2014. Houve duas reações importantes de órgãos oficiais: primeiro do próprio MEC, que elaborou nota técnica sobre o tema datada de 17 de agosto de 2014; e em segundo lugar do Conselho Nacional de Educação, que produziu uma nota pública em 1º de setembro do mesmo ano.

A nota do MEC parte do princípio de que a escola já trata da temática de gênero e que é uma falsa questão discutir se ele é ou não tema escolar. Destaca que diversas áreas de

conhecimento investem no conceito de gênero como categoria de análise e que existe um expressivo volume de conhecimento produzido que precisa ser incorporado ao currículo escolar. Afirma que os conceitos de gênero e orientação sexual ajudam a compreender as desigualdades que também se reproduzem no espaço escolar. Por fim, afirma que:

O MEC reitera a importância dos conceitos de gênero e orientação sexual para as políticas educacionais e para o próprio processo pedagógico. É conhecimento cientificamente produzido que não pode ser excluído do currículo. É categoria-chave para a gestão, para formação inicial e continuada de profissionais do magistério e para a valorização da carreira docente. Por fim, é categoria central no processo de construção de uma escola efetivamente democrática, que reconheça e valorize as diferenças, enfrentando as desigualdades e violências e garantindo o direito a uma educação de qualidade a todos e todas (BRASIL, 2014).

Em nota pública divulgada no dia 1º de setembro, o Conselho Nacional de Educação (CNE) defendeu a revisão dos Planos Estaduais e Municipais de Educação que não possuíam metas relacionadas ao combate à discriminação e desigualdade de gênero. Diz o texto da nota pública:

O CNE manifesta sua surpresa – pelas normas e orientações em vigor – e preocupação com planos de educação que vem sendo elaborados por entes federativos brasileiros e que têm omitido, deliberadamente, fundamentos, metodologias e procedimentos em relação ao trato das questões relativas à **diversidade cultural e de gênero**, já devidamente consagrados no *corpus* normativo do País para a construção da cidadania de segmentos específicos da população brasileira e sobre o qual não pode permanecer qualquer dúvida quanto à propriedade de seu tratamento no campo da educação [grifos originais] (BRASIL, 2015).

Fica claro que os representantes à frente dessas instituições não estavam satisfeitos com a solução encontrada no Senado Federal, e buscavam reorientar o processo de desdobramento do PNE, especialmente no tocante à temática de gênero.

Mas, também podemos dizer que aqueles que defenderam a retirada do termo gênero do texto legal do PNE não se deram por satisfeitos. Em texto publicado no Portal Conservador (sem autor e data) seu autor, desconhecido, afirma que a supressão do termo gênero do documento não assegurava uma vitória dos conservadores:

Em abril do ano passado (2014) o Congresso Nacional, movido por pressões de ordem pública e de setores religiosos de nosso País, retirou o termo “ideologia de gênero” do PNE – Plano Nacional de Educação, sancionado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. De fato, muitos se deram por satisfeitos, acreditando que haviam conquistado uma bela vitória. Pessoalmente, não consegui visualizar nenhuma vitória real. O texto aprovado, na figura do art. 2º inciso III, retirou o termo gênero e manteve a redação: “*superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e*

*na erradicação de todas as formas de discriminação” dando margem à divulgação da mesmíssima ideologia de gênero. É totalmente possível deseducar nossas crianças e nossos jovens nos pressupostos da ideologia de gênero, sem contudo, mencionar o termo uma única vez (PORTAL CONSERVADOR, s/d).*

Portanto, longe de arrefecer os debates, a decisão do Senado atçou uma ampla discussão que se alastrou país afora em torno da presença ou não do termo gênero nos planos municipais e estaduais de educação. Discussão que tinha um prazo para se definir como se observa constante no art. 8º:

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, **no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.** [grifo nosso].

§ 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

I – assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

II – considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;

III – garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV – promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

§ 2º Os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de que trata o caput deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil. (BRASIL, 2014).

Assim, no prazo de um ano a contar de 25 de junho de 2014, a cidade de Curitiba deveria promulgar seu Plano Municipal de Educação, tendo como referência o Plano Nacional e suas metas e diretrizes, mormente as acima apontadas, como a articulação de políticas educacionais com demais políticas sociais, necessidades específicas de setores da sociedade, articulação interfederativa, etc. Ou seja, o planejamento educacional começara a ser visto de maneira holística, social, inclusiva, e agente de transformação social. Uma política de Estado começava a estabelecer-se, ao menos na letra da Lei. Mas, em que medida e de que forma a elaboração de um plano educacional no âmbito municipal traria para o cenário local as discussões já desenvolvidas no âmbito da lei federal? Vejamos o caso do PME de Curitiba.

### 3.2. Plano Municipal de Educação – Discussão Prévia

Em 29 de maio de 2015 o prefeito de Curitiba Gustavo Fruet (PDT) enviou à Câmara

Municipal o projeto de Lei que tratava do Plano Municipal de Educação (PME), ou seja, menos de um mês antes de sua indispensável promulgação; portanto, a CMC foi acionada nos limites do prazo legal para discutir e aprovar esta Lei. Sendo a educação a principal plataforma de campanha deste agente público não é de admirar seu contentamento em apresentar tal matéria. Em sua mensagem, o prefeito exaltava a importância de tal legislação e a satisfação em propô-la; que fora “amplamente discutida” pela sociedade e setores interessados. De fato, a documentação disponível nos mostra um Plano amplamente (esse adjetivo pode ser usado sem receio) discutido por diversos setores da sociedade civil organizada ou não. Se não, vejamos:

Anteriormente à aprovação da lei que institui o PNE, foi criado o Fórum Municipal de Educação de Curitiba – FME, em 2013, como um espaço indispensável de participação da sociedade na construção das políticas educacionais e promoção de ações efetivas para a elaboração do Plano Municipal de Educação – PME, da cidade de Curitiba. O FME é composto pelos representantes da Secretaria Municipal da Educação - SME; da Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED/PR; da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME/PR; da Associação dos Centros Comunitários de Educação Infantil e Serviços Socioeducativos/ACCEIS; da Universidade Federal do Paraná - UFPR; da Rede Marista de Solidariedade; do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal; dos Estudantes, Mães, Pais e Responsáveis; do Grêmio Estudantil do Município de Curitiba; da Associação de Pais, Professores e Funcionários de Escola Pública Municipal; da Federação das Associações de Pais, Mães ou Responsáveis de Alunos e Alunas; das Escolas Públicas do Estado do Paraná - FEPAMEF/PR; do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba - SISMUC; do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba - SISMMAC; do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado do Paraná - SINEPE; do Núcleo Sindical Curitiba Sul da APP Sindicato; do Núcleo Sindical Curitiba Norte APP Sindicato; do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná - SINDIEDUTEC; da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior - PROIFES; da Central Única dos Trabalhadores do Paraná - CUT; da Federação dos Empresários e Sistema "S" - FIEP/SESI/SENAI; da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED; da Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação - ANPAE; do Grupo Dignidade - GD; do Fórum Paranaense da EJA; do Fórum de Educação Infantil do Paraná - FEIPAR; do Movimento Feminista e de Mulheres - MF; da Associação dos Deficientes Físicos do Paraná - ADFP; do Instituto Paranaense de Cegos - IPC; da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP; da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba; do Ministério Público do Estado do Paraná - MP/PR; do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - COMTIBA; do Conselho Municipal de Educação de Curitiba - CME; do Conselho Municipal de Política Étnico-Racial de Curitiba - COMPER; do Centro Paranaense da Cidadania - CEPAC e da Associação Reviver Down. [...] A primeira reunião do FME aconteceu em 3 de abril de 2013 e, até o presente momento, permanece constituído. (FRUET, 2015).

O texto acima, constante da mensagem do prefeito à CMC, tem o intuito de, já nas primeiras linhas, explanar o envolvimento dos mais diversos setores da sociedade civil na discussão do Plano Municipal. A citação, apesar de um pouco longa, é essencial na medida

em que desfralda o leque de instituições presentes na discussão educacional na cidade. Neste sentido esta mensagem revela certa preocupação em conotar o grande debate entorno do texto da lei, que não era somente obra de um gabinete ou de uma secretaria, mas sim o esforço de grande parcela da sociedade civil organizada. Veja-se, que mesmo antes da promulgação do Plano Nacional, as discussões municipais já estavam em andamento. Em suma, o esforço também se voltou para demonstrar que se tratavam de políticas de Estado e não de Governo. Prossegue a mensagem nesta linha argumentativa:

Ainda em 2013, a Conferência Municipal de Educação foi realizada, com caráter mobilizador e propositivo, discutindo o PNE. Como etapa preparatória para a realização da Conferência Municipal de Educação, o FME organizou a Conferência Livre, ocorrida no dia 8 de junho de 2013, com a participação de **330 representantes que discutiram os eixos do Plano Nacional de Educação**. Nos dias 21 e 22 de junho de 2013, realizou-se a Conferência Municipal da Educação, com o tema “Plano Nacional de Educação na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”. Esse movimento contou com a participação de **800 representantes dos órgãos, entidades e movimentos ligados à educação, estudantes e seus familiares, além de profissionais do ensino das redes pública e privada**. Em 2014, aconteceram reuniões do FME para discutir e planejar a construção do PME. Foram realizados onze encontros referentes aos seguintes temas: educação infantil; ensino fundamental; educação especial; educação de jovens e adultos; ensino médio; educação profissional; educação superior; gestão democrática; regime de colaboração; financiamento e diversidade, educação e direitos humanos. [grifos nossos] (FRUET, 2015).

Figura 2 – Primeira Reunião do Fórum Municipal de Educação<sup>31</sup>



Assim durante dois anos as reuniões continuaram. Os grifos na última citação acima buscaram reforçar que, de fato, houve a participação de diversos grupos nas discussões. Mesmo enquanto o Plano Nacional era discutido no Congresso Federal, as reuniões locais já se voltavam para questões próprias.

No segundo semestre de 2014, após a promulgação do Plano Nacional, que como dito, determinava um ano para promulgação do Planos Municipais e Estaduais, um cronograma de reuniões foi estipulado a fim de tratar exclusivamente da letra da Lei do Plano Municipal. Enquanto as tratativas se davam, alguns documentos já eram publicizados tratando do tema da educação em Curitiba para os próximos dez anos. O primeiro deles foi “Construindo o Plano Municipal de Educação: uma contribuição para o diálogo”. Este texto foi o protótipo a ser discutido; através dele as contribuições, críticas, debates, e etc., foram travados para a elaboração do texto final. Neste primeiro texto aparecem os eixos temáticos que organizariam o PME: educação infantil; ensino fundamental; educação especial; educação de jovens e adultos; ensino médio; educação profissional; educação superior; trabalhadores da educação; gestão democrática; financiamento; diversidade, educação e direitos humanos e regime de colaboração. Importante notar que o Plano Municipal não

<sup>31</sup>Não foi possível identificar todas as pessoas constantes da imagem, mas somente a Vereadora Professora Josete (PT), a segunda da esquerda para a direita; e também a Secretária Municipal da Educação Roberlayne Borges Roballo, a terceira da esquerda para a direita, e que está com o microfone fazendo uso da palavra. Digno de nota é também a primeira pessoa da direita para a esquerda: um menino muito jovem, muito provavelmente aluno da Rede Municipal de Educação. Imagem disponível em <http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/fotos/5965> acesso em 20/05/2017.

buscava atentar-se somente para as questões que são obrigação constitucional da gestão municipal (educação infantil e primeira metade do ensino fundamental), mas sim a toda educação que se desse no Município de Curitiba, incluindo ensino médio, educação profissional, rede privada e etc. Ou seja, o Plano intentava discutir, moldar, traçar metas e objetivos para que, de alguma maneira, a Educação no Município de Curitiba possuísse um espírito comum, um norte comum, e em última instância uma ética e uma prática comum.

Voltemos à mensagem do prefeito à CMC e seus dados:

Na organização final do cronograma, as etapas preparatórias para a construção do PME foram realizadas da seguinte forma: em abril de 2015, as pré-conferências livres organizadas por seus segmentos/setores; de 13 a 25 de abril, Consulta Pública Virtual, com 445 participações; de 17 de abril a 12 de maio, Consulta às Crianças e Estudantes realizada nas escolas municipais e centros municipais de educação infantil. Todas essas ações objetivaram a discussão dos eixos temáticos (FRUET, 2015).

Veja-se a amplitude da proposta e a discussão em seu entorno. Tomando como base o Texto do Plano Nacional, o PME estabeleceu eixos temáticos; a partir destes eixos as tratativas se deram, e a discussão foi aberta. Diversas reuniões foram realizadas pelo Fórum Municipal de Educação<sup>32</sup>. Uma consulta pública eletrônica foi elaborada com diversas participações; até mesmo os alunos foram ouvidos.

Por fim, como finalização de todos os trabalhos e com o intuito de finalizar o texto da Lei, em 16 e 17 de maio de 2015 foi realizada a Conferência Municipal de Educação. Assim relatou o prefeito destacando a abrangência do documento e o processo que assegurou ampla participação dos vários setores da sociedade:

Nos dias 16 e 17 de maio, foi realizada a Conferência Municipal de Educação, com a participação de aproximadamente 300 representantes de diversos segmentos, tais como Educação Básica, Ensino Superior e da Educação Profissional – Municipal, Estadual, Federal e Privada (gestores; trabalhadores da educação; estudantes; pais, mães e/ou responsáveis; conselhos municipais) e de setores, tais como movimentos de afirmação da diversidade; movimentos em defesa da educação; comunidade científica – entidades de pesquisas em educação; centrais sindicais; representantes dos empresários; parlamentares; órgãos de fiscalização e controle; associações e instituições religiosas, com representatividade no FME. Assim, pela primeira vez, Curitiba tem um Plano Municipal de Educação – PME amplamente debatido e elaborado de forma coletiva e democrática. Esse amplo debate culminou num plano que contém 26 metas e 337 estratégias que visam ao planejamento da educação de Curitiba [para os próximos dez anos] (FRUET, 2015).

---

<sup>32</sup> Este Fórum realizou reuniões mensais desde pelo menos junho de 2014. As atas destas reuniões estão disponíveis em seu sítio eletrônico: <http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/unidade/forum-municipal-da-educacao/18422>

Durante este final de semana em que ocorreu a Conferência Municipal de Educação o texto final a ser enviado à Câmara Municipal foi discutido; ao final da Conferência o texto estava terminado. A página da Prefeitura de Curitiba trouxe uma matéria sobre a Conferência com importantes informações.

Curitiba finalizou neste domingo a proposta de Plano Municipal de Educação que será enviada para votação na Câmara Municipal. Será a primeira vez que a cidade terá um plano para orientar políticas e estratégias na área. O documento [...] foi sistematizado neste fim de semana, durante a Conferência Municipal da Educação, e contém aproximadamente 26 metas e 318 estratégias, definidos após um processo amplamente aberto à participação da sociedade. As metas deverão ser executadas ao longo dos próximos dez anos para assegurar a crianças, adolescentes, jovens e adultos educação de qualidade, tanto na rede pública quanto na privada, e acompanhada pela sociedade. O documento, que deverá ser aprovado até 24 de junho [pela CMC], contém também previsões de prazos e recursos financeiros a serem aplicados na consolidação das metas. [...] Participaram gestores da educação, estudantes, pais e responsáveis, trabalhadores da área, entidades científicas, movimentos sociais e outros grupos representativos da sociedade. Para que o documento final do projeto de lei fosse criado, um grupo representativo formado por 150 delegados, 51 delegados natos e uma centena de observadores dedicaram o sábado e o domingo à deliberação das centenas de proposições que foram recolhidas e apresentadas em consultas públicas, pré-conferências e outros debates (CURITIBA, 2015d).

Figura 3 - Conferência Municipal de Educação



Fonte: CURITIBA, 2015d.

Abra-se um parênteses. Um fato ocorrido na conferência é digno de ser destacado principalmente por relacionar-se já com a problemática dos evangélicos na política e questões

de ordem moral e religiosa. Um dos eixos temáticos do PME era justamente a “Diversidade, Educação e Direitos Humanos”. Na discussão sobre este eixo durante a Conferência deu-se o seguinte:

Já no grupo de trabalho cujo eixo de discussão foi a diversidade, educação e direitos humanos, as 15 proposições apresentadas ao plano foram aprovadas por unanimidade do grupo, no primeiro dia de votação. Para Rosani Moreira, eleita delegada para representar o movimento feminino na elaboração do plano, a concordância do grupo deve-se ao amplo debate feito anteriormente. É consenso, disse ela, que a educação é o espaço privilegiado para a desconstrução de preconceitos e discriminações. “Nossas metas convergiram no sentido de ter na escola um espaço para a construção de novos valores que assegurem o respeito às pessoas do jeito que elas são, o respeito às diferenças e as individualidades”, disse Rosani (CURITIBA, 2015d).

Veja-se que, na visão de uma das participantes do grupo de trabalho que discutiu o eixo Diversidade, a discussão não foi problemática ou teve grandes desdobramentos. A construção do Plano neste sentido satisfazia as exigências de todos os setores *até então* envolvidos nas discussões. Nas palavras da delegada acima apontada era consenso que a educação seria um espaço privilegiado para a discussão acerca de preconceitos e discriminações. Feche-se o parêntese.

Pois bem, o Plano Municipal da Educação de Curitiba foi fruto destes debates, tendo como pano de fundo o Plano Nacional. O texto final foi aprovado nesta Conferência Municipal de Educação. Assim:

O prefeito Gustavo Fruet encaminhou nesta sexta-feira (29 [de maio de 2015]) à Câmara Municipal o projeto de lei que cria o primeiro Plano Municipal de Educação de Curitiba. O documento – mantido na forma como foi aprovado na Conferência Municipal de Educação – estabelece diretrizes, metas e estratégias para a educação no município nos próximos dez anos, tanto na rede pública quanto na privada. Resultado de uma ampla discussão entre o poder público e a sociedade civil, o plano deve ser votado até 24 de junho (CURITIBA, 2015d).

Para o dirigente da municipalidade o processo participativo, de longa duração e amplo envolvimento de diversos setores da sociedade, teria assegurado a legitimidade do resultado. O conteúdo do plano, aos olhos do dirigente municipal, aprovado por uma instância coletiva como a Conferência Municipal de Educação, aparentemente não seria alvo de polêmicas na casa legislativa. Seria assim? Efetivamente, qual teria sido a participação de grupos religiosos organizados como os evangélicos? O documento traduzia as expectativas da diversidade dos grupos que estavam representados no poder legislativo municipal? Os debates entre parlamentares do Congresso Nacional em torno da lei federal se reproduziriam no

âmbito da casa legislativa municipal? Haveriam especificidades?

### **3.3. PME – Eixo “Diversidade, Educação e Direitos Humanos”.**

Como visto o PME era um Plano amplo com diversas metas e objetivos. Explanar e avaliar todas elas não seria viável, nem tampouco coaduna-se com o objetivo desta pesquisa. Nosso objetivo aqui detém-se sobre somente um eixo, a saber, “Diversidade, Educação e Direitos Humanos”, pois foi esse eixo que mais causou celeuma entre a bancada evangélica. Existem também outros eixos com metas específicas em que aparecem as palavras “diversidade” e “gênero”; estas metas específicas também serão explanadas oportunamente. No momento, vejamos como o texto da lei chegou à CMC neste eixo temático específico. A meta 25 tratava da “Diversidade, Educação e Direitos Humanos” e assim foi entregue à CMC:

**META 25:** Assegurar, no prazo de dois (2) anos, a criação, a implementação, o desenvolvimento e a execução de um plano municipal, construído em conjunto com a sociedade civil, de prevenção e enfrentamento de desigualdades étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, identidade de gênero, geracional, às violências (doméstica/intrafamiliar, institucional e trabalho infantil), e respeito às diversidades (entre homens e mulheres; população LGBT, população negra, povos indígenas, população cigana, populações quilombolas, populações geograficamente excluídas, sujeitos privados de liberdade e em conflito com a lei, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, sujeitos em situação de risco, extrema pobreza, população de rua, refugiados e migrantes), com vistas a garantir condições mais equânimes de acesso, permanência e sucesso em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições educacionais públicas e privadas no município de Curitiba (CURITIBA, 2015).

Essa meta possuía 14 estratégias específicas de atuação que deveriam ser totalmente alcançadas ao fim do decênio. No decorrer deste texto as analisaremos mais detidamente. De imediato importa destacar que as discussões prévias do Fórum Municipal de Educação entenderam a necessidade de o Poder Público voltar-se ao enfrentamento de todo e qualquer tipo de discriminação e violência na sociedade. Entendeu-se que a escola seria um lugar privilegiado para debater e discutir questões envolvendo relações sociais e cidadãos entre as pessoas. Neste sentido, foi elencado especificamente aquelas situações em que se viam as necessidades mais prementes, quais sejam, as desigualdades étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, identidade de gênero, geracional, violências, e respeito às diversidades. De uma maneira simples, pode-se inferir que a preocupação das instituições e setores envolvidos na elaboração do texto voltou-se para prevenção e o enfrentamento de violências sociais das mais diversas, ou em outras palavras, pelo reconhecimento de que em nossa sociedade estes

setores sofrem situações concretas de violência e preconceito em diferentes espaços, e que é dever da escola discutir estas situações e debater na educação modelos e formas de enfrentamento destas situações com o objetivo de assegurar condições de acesso, permanência e sucesso à educação escolar e contribuir de forma geral para que a própria sociedade se torne mais democrática e capaz de respeitar as diferenças e a diversidade.

Estas posições expressavam o pensamento de grupos sociais diversos, representando uma diversidade de movimentos sociais cuja atuação ganhou forte protagonismo durante os governos do Partido dos Trabalhadores: movimento negro, movimento feminista, movimento LGBT, movimento indígena, dentre outros. Fincados na perspectiva de proteção aos grupos socialmente vulneráveis, das minorias, e adotando os Direitos Humanos como princípio fundamental da organização da sociedade, esses movimentos buscaram assegurar meios legítimos para expressar suas demandas e garantir políticas e instrumentos legais de proteção aos seus direitos. Por isso, a defesa de novas instâncias participativas como Fóruns e Conferências, que transitavam em paralelo às instâncias formais de poder. Por isso, a luta pela inserção de temáticas da diversidade em diversos textos legais e a construção de políticas públicas voltadas a esses grupos. Como veremos a seguir, logo o embate entre as instâncias de poder se daria em torno destes temas.

### **3.4. O embate começa – A Comissão de Legislação, Justiça e Redação**

A primeira comissão temática que todo projeto de lei deve passar na Câmara Municipal de Curitiba é a Comissão de Legislação, Justiça e Redação – a mesma que a comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, por exemplo, somente o nome da comissão é diverso mas seu intuito é o mesmo: verificar se o projeto é constitucional, se possui algum vício, erro ou etc. Esta comissão é considerada a mais importante da Casa. Debateram o PME nesta comissão quatro vereadores, sendo dois evangélicos, a saber, Valdemir Soares (PRB) ligado à Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) e Carla Pimentel (PSC), missionária da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (IEAD). Além destes, havia o presidente Pierpaolo Petruziello<sup>33</sup> (PTB), e ainda, Felipe Braga Côrtes (PSDB) ligado fortemente a setores católicos da sociedade organizada.

Pois bem, nesta primeira comissão tinha-se então três vereadores explicitamente conservadores no que diz respeito a assuntos de ordem moral. Um pastor iurdiano, uma

---

<sup>33</sup>Recorde-se o leitor que este vereador já apareceu neste texto quando falou acerca da atuação de alguns vereadores que “jogavam pra torcida”.

missionária assembleiana e um católico conservador, além do presidente, não diretamente ligado a setores religiosos. É dificultoso encontrar as fontes que indiquem qual a base da movimentação política para que estes nomes compusessem esta comissão. Os mandatos eram bienais (no caso o biênio 2015-2016); quando o PME chegou à CMC, esta formação majoritariamente conservadora ali estava presente. Se isso foi, em fins de 2014 ou início de 2015 deliberadamente feito para a discussão do PME que viria à casa neste ano, não encontramos nenhuma fonte que pudesse responder a tal questão. O fato é que o conservadorismo moral ali era majoritário.

A discussão já começou acalorada na comissão. Todos os três membros exararam voto em separado, ou seja, cada um não se imiscuiu de dizer exatamente o que pensava acerca do tema. Explique-se. Toda comissão legislativa ao analisar qualquer assunto exara um parecer. Este parecer é o da Comissão, que deve ter o apoio da maioria dos membros. Se algum parlamentar não concordar com o parecer exarado pela maioria pode produzir um voto em separado que fará parte do processo, no entanto o que é levado em conta é o parecer da maioria. Veja-se que todos exararam voto em separado. O presidente assim se manifestou ao deparar-se com estes três votos em separado:

FICAM ACATADOS A EMENDAS INDIVIDUALMENTE DOS TRÊS  
PARECERES, TENDO EM VISTA QUE AMBOS SE COMPLEMENTAM.<sup>34</sup>

Mas o que diziam estes três pareceres? Para analisá-los será importante entender que estes documentos possuem basicamente duas partes, quais sejam, as sugestões de emendas e supressões ao texto legal e as justificativas para tais supressões e emendas. Vejamos primeiramente as supressões e emendas propostas por estes vereadores e depois os “porquês”, as justificativas de tais sugestões. Os textos abaixo são constantes dos votos em separado destes vereadores; as partes em negrito são as emendas ao texto original, ou seja, textos que o vereador desejava constar na letra da lei e que foram ali colocados individualmente; as partes riscadas são os trechos que dizem respeito às supressões. Todas estas marcas ortográficas constam dos textos originais dos pareceres.

Analisar os três votos em separado individualmente seria redundante, uma vez que as emendas e supressões são muito parecidas – dedicam-se quase que exclusivamente às palavras *gênero* e *diversidade*. Neste sentido veremos o parecer da vereadora Carla Pimentel por ser este o mais detalhado; não obstante, os demais pareceres serão explanados na medida

---

<sup>34</sup>A letra maiúscula encontra-se no documento original, bem como os erros gramaticais.

em que diferirem daquele da vereadora.

### 3.4.1. Comissão de Legislação – emendas e supressões.

Como dito acima, as mudanças no texto enviado à CMC, quando este passou pela comissão de legislação foram, basicamente em torno de duas palavras, gênero e diversidade. Apesar disso, outros temas caros aos setores religiosos começaram a aparecer. Vejamos onde se iniciaram as emendas:

Art. 3º [...] IX – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade cultural, e à sustentabilidade socioambiental; **com direito à identidade biológica (do homem e da mulher)** (PIMENTEL, 2015).

Carla Pimentel já no início do texto legal se preocupa com a identidade biológica do ser humano e nos diz especificamente, homem e mulher. Ao passar para as metas e estratégias seus apontamentos se tornam mais claros:

#### META 1.

##### Texto Original

1.12. Compor um comitê formado por universidades, poder executivo municipal e sociedade civil, a fim de articular a pós-graduação, os núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços das pesquisas ligadas às teorias e aos processos educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

##### Texto Emendado

1.12. Compor um comitê formado por universidades, poder executivo municipal e sociedade civil, a fim de articular a pós-graduação, os núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem **a pluralidade ideológica de conteúdo e** os avanços das pesquisas ligadas às teorias e aos processos educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

[...]

#### META 2

##### Texto Original

2.14. Organizar ações, no espaço da biblioteca, que articulem a leitura literária aos recursos tecnológicos criando um itinerário de leituras que possibilitem aos(às) estudantes desfrutar da vida que a literatura lhes proporciona.

##### Texto Emendado

2.14. Organizar ações, no espaço da biblioteca, que articulem a leitura literária aos recursos tecnológicos criando um itinerário de leituras que possibilitem aos(às) estudantes desfrutar da vida que a literatura lhes proporciona **de modo supervisionado expressamente aprovado pela família e agremiações de pais e mestres.** [...]

##### Texto Original

2.37 Implementar, promover e assegurar políticas de prevenção ao preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

**Texto Emendado**

2.37 Implementar, promover e assegurar políticas de **superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e de valores da família, e na superação de todas as formas de discriminação**. (PIMENTEL, 2015).

Nas duas primeiras metas acima pode-se ver alguns cuidados que estavam presentes na atuação legislativa evangélica pentecostal e neopentecostal. Como dito todos os textos negritados são emendas ao texto original do PME e demonstram uma atuação parlamentar de intento de proteção das crianças. Proteção contra o que? É difícil expressar exatamente a preocupação da vereadora ao exarar tais emendas, mas alguns indicativos já podem ser vislumbrados. Primeiramente, há a ideia premente de que existiam concepções pedagógicas que poderiam prejudicar as crianças se fossem aplicadas, e que talvez, tais concepções já estariam em sala de aula. É neste sentido que a primeira emenda é proposta, para que haja “a pluralidade ideológica de conteúdo”. Vejamos.

Apesar de ser um trecho um pouco nebuloso do ponto de vista de uma interpretação precisa uma vez que a vereadora não explicita o que isso quer dizer exatamente, pode-se perceber que a parlamentar crê na existência de uma vertente ideológica hegemônica entre os professores e que essa vertente deve ser combatida, ou ao menos relativizada. Lembremo-nos que essa vereadora propôs o projeto de lei “escola sem partido” em Curitiba, projeto esse que visava um controle e censura ao professor em sala de aula. Mais ainda, mesmo quando se fala em leitura e literatura vê-se que esta deveria ser trabalhada na escola “de modo supervisionado e expressamente aprovado pela família”. Lembre-se o leitor também que neste texto a literatura brasileira tornou-se perigosa para evangélicos, quando esta voltou-se para as populações afro-brasileiras e suas representações, quanto mais se se tratasse de sexualidade e diversidade sexual. Enfim, mesmo a leitura da literatura brasileira pode gerar riscos para os valores da família. Neste trilhar é compreensível que os valores da família estejam expressamente na letra da lei.

Nestas primeiras linhas já estão expostas várias estratégias de atuação de políticos religiosos conservadores. Um senso de cuidado na educação, mas cuidado no que diz respeito ao conteúdo do ensinado em sala de aula em sendo confrontado com os valores defendidos por estes conservadores – no caso, valores tidos como cristãos. Em última instância, o que estes políticos fizeram foi usar de seu espaço político privilegiado – o de representantes da população – para difundir suas percepções de mundo. Dentro das regras do jogo democrático representativo, atuaram em favor de si, dos seus, e de suas concepções de mundo. Eis a

democracia representativa. Bernard Manin, assim explana a concepção do debate em uma democracia representativa, no sentido de que nem sempre a razão, a verdade, o justo, o ético, ou qualquer outro conceito sublime possa pautar a discussão. Não é essa a questão na discussão política. A questão é a *maioria*. Se há maioria, há vitória.

Entretanto, é preciso acrescentar que esse consentimento deve ser de uma maioria, e não uma concordância universal, menos ainda uma expressão da verdade. [...] Vale notar que neste texto, central em seu pensamento, Locke não fundamenta o princípio majoritário em qualidades ou virtudes da maioria, como, por exemplo, sua capacidade de expressar o que é verdadeiro ou justo, mas no simples fato de que é preciso agir e tomar decisões. Por si mesmo, o debate parlamentar não preenche essa função. Aliás, por si mesmo, ele também não contém um princípio de limitação. A regra majoritária é que, de fato, fornece um princípio para a tomada de decisões, porque ela é compatível com as limitações temporais às quais está submetida toda ação, especialmente a ação política. (MANIN, 1995, p. 15).

Voltemos ao parecer da vereadora. A partir de então as emendas voltam-se para as questões de gênero e diversidade.

#### **Texto Original**

9.19. Garantir a produção e a aquisição de materiais didático-pedagógicos que contemplem as orientações sexuais e as identidades de gêneros para a modalidade da educação de jovens e adultos.

#### **Texto Suprimido**

~~9.19 Garantir a produção e a aquisição de materiais didático-pedagógicos que contemplem as orientações sexuais e as identidades de gêneros para a modalidade da educação de jovens e adultos.~~ (PIMENTEL, 2015).

Esta estratégia 9.19 foi suprimida integralmente nos três votos em separado, ou seja, os três vereadores entenderam que esta meta não deveria prosperar. Não havia a possibilidade de uma modificação parcial. Para os vereadores o poder público não deveria alocar recursos na aquisição de materiais didático-pedagógicos acerca de orientação sexual e identidade de gênero para os jovens e adultos. Como se verá, para estes edis estas questões eram de foro íntimo das famílias dos estudantes e não questões a serem tratadas em sala de aula. Apesar de não ser essa a opinião dos setores educacionais envolvidos na discussão prévia do PME, a decisão final caberia à Câmara. E isso não seria negociável para estes vereadores como se verá quando o assunto foi a plenário.

#### **META 13**

##### **Texto Emendado**

**13.1** Promover discussão para a elaboração de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a

permitir aos(as) graduandos(as) a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros(as) estudantes combinando formação geral e específica com a prática didática, seus futuros(as) estudantes combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação ~~para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência.~~

META 15

**Texto Original**

15.9. Propor, nas reformas curriculares dos cursos de licenciatura do ensino superior, a formação em temáticas que envolvam educação especial e inclusiva, direitos humanos, direito e proteção das crianças e adolescentes e promoção das igualdades étnico-racial e de gênero e cidadania.

**Texto Suprimido**

~~15.9. Propor, nas reformas curriculares dos cursos de licenciatura do ensino superior, a formação em temáticas que envolvam educação especial e inclusiva, direitos humanos, direito e proteção das crianças e adolescentes e promoção das igualdades étnico-racial e de gênero e cidadania.~~(PIMENTEL, 2015).

Nos dois tópicos acima vê-se os primeiros embates no que diz respeito ao tema *gênero*. A comunidade que primeiramente discutiu o plano enxergou a necessidade de se preparar graduandos no que diz respeito a diversas temáticas que estes enfrentariam em sala de aula, ou seja, o preparo de professores deveria contemplar a realidade e diversos problemas diariamente enfrentados em sala de aula, entre eles, a diversidade étnico-racial, a cidadania, pessoas com necessidades especiais, e as questões que envolvem os gêneros. Segundo os vereadores desta comissão estes assuntos não deveriam fazer parte dos currículos das universidades. Temas sensíveis como estes não deveriam fazer parte da formação acadêmica docente. Antes de adentrar nas justificativas para tais posições, vejamos mais alguns casos:

META 23

**Texto Emendado**

23.10 Assegurar a criação de rubrica financeira, a contar da promulgação dessa lei, prevendo a destinação de recursos financeiros necessários para a implementação de políticas públicas afirmativas para a educação em direitos humanos, sobretudo voltadas às temáticas de educação para o respeito à diversidade, justiça social, inclusão, prevenção da violência na perspectiva de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos.

META 24

**Texto Original**

24.4 Implementar sistema único de matrícula – com dados desagregados considerando as diversidades humanas (raça/etnia, gênero, religiosa, geracional, cultural e econômica) – para garantir que as informações e trajetórias acadêmicas dos(as) estudantes estejam acessíveis aos diferentes sistemas de ensino.

**Texto Emendado**

24.4 Implementar sistema único de matrícula – com dados desagregados considerando as diversidades humanas (raça/etnia, **sexo**, religiosa, geracional, cultural e econômica) – para garantir que as informações e trajetórias acadêmicas dos(as) estudantes estejam acessíveis aos diferentes sistemas de ensino.(PIMENTEL, 2015).

Acima vemos surgir a recusa pela palavra *diversidade*. Também buscou-se trocar a palavra “gênero” por “sexo”. Mas, após isso, o problema agudizou-se. Eis que surge a meta que dizia respeito à “Diversidade, Educação e Direitos Humanos”, que havia passado tranquilamente pela Conferência Municipal de Educação. Quando chegou à comissão de Legislação, Justiça e Redação:

**Texto Emendado**

**DIVERSIDADE, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS**

**Texto Emendado**

**25.1** Promover e garantir a discussão, por meio de ações didático-pedagógicas, sobre **diversidade**, justiça social, inclusão e educação em direitos humanos na política de valorização e formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação escolar básica nas instituições e formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação escolar básica nas instituições educacionais públicas e privadas das esferas municipal, estadual e federal, visando à dignidade humana, à prevenção e ao enfrentamento da violência, de preconceito e de discriminação.

**Texto Emendado**

**25.2** Criar o Fórum Permanente de Educação para discussões sobre as questões de **diversidade** dos direitos humanos do município de Curitiba, vinculado ao Conselho Municipal de Educação e articulado aos demais Conselhos Municipais e ao Fórum Municipal de Educação, com ampla divulgação na sociedade, garantindo a participação de todos(as) na perspectiva inclusiva, em diálogo intersetorial, com recursos humanos e dotação orçamentária necessários a seu funcionamento.

**Texto Emendado**

**25.3** Inserir e implementar nos currículos de todos os cursos de formação de profissionais de educação, temáticas relacionadas à educação em **diversidade**, justiça social, inclusão, prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos.

**Texto Emendado**

**25.4** Garantir a inserção das temáticas relacionadas à educação em **diversidade**, justiça social, inclusão, prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, em todos os documentos legais (diretrizes político-pedagógicas e curriculares, projetos político-pedagógicos, regimento escolar, plano de ação, entre outros), das instituições projetos político-pedagógicos, regimento escolar, plano de ação, entre outros), das instituições educacionais públicas e privadas de ensino em todos os níveis, etapas e modalidades.

**Texto Emendado**

**25.5** Garantir políticas públicas de formação, em regime de colaboração, (inicial, extensão, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) direcionadas a todos(as) os(as) profissionais da educação escolar básica, contemplando licenças para estudo sem prejuízo dos vencimentos e/ou bolsas-auxílio para estudos, voltadas para as temáticas relacionadas à educação em , justiça social, inclusão, prevenção às violências **diversidade** na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos.

**Texto Emendado**

**25.6** ~~Garantir o cumprimento da legislação vigente relativa ao direito de travestis e de transexuais terem seus nomes sociais acrescidos aos documentos oficiais das instituições de ensino, bem como serem pessoas reconhecidas e chamadas pelo nome social escolhido.~~

**Texto Emendado**

**25.7** Assegurar, no prazo máximo de dois (2) anos, a contar da promulgação desta lei, a criação de rubrica financeira e dotação orçamentária específica, prevendo recursos necessários para a implementação e execução de políticas públicas afirmativas voltadas para a educação em **diversidade**, justiça social, inclusão, prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, defesa e reparação dos

direitos humanos.

**Texto Original**

**25.8** Incluir nos levantamentos de dados, censos escolares e na documentação escolar do estudante (ficha de matrícula, histórico escolar, ficha de comunicação de estudante ausente, notificação obrigatória/SINAN, Sistema Presença) informações sobre baixa frequência, abandono e evasão escolar na perspectiva da transversalidade de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, raça, classe, geracional.

**Texto Emendado**

**25.8** Incluir nos levantamentos de dados, censos escolares e na documentação escolar do estudante (ficha de matrícula, histórico escolar, ficha de comunicação de estudante ausente, notificação obrigatória/SINAN, Sistema Presença) informações sobre baixa frequência, abandono e evasão escolar na perspectiva **sócio econômico**, orientação sexual, identidade de gênero, raça, classe, geracional.

**Texto Suprimido**

~~**25.11 Realizar campanhas periódicas de conscientização, nas instituições educacionais, nas diferentes mídias e outros espaços, com o objetivo de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos, com atenção especial aos grupos e segmentos historicamente discriminados e de enfrentamento a estereótipos e preconceitos.**~~

**Texto Emendado**

**25.12** Implementar e garantir políticas públicas de prevenção ao abandono e à evasão escolar decorrente de qualquer tipo de desrespeito à **diversidade**, aos direitos humanos, ou por condições desfavoráveis para a permanência na escola, garantindo atendimento por meio de rede de proteção social.

**Texto Suprimido**

~~**25.14 Garantir a produção, a aquisição e a distribuição de materiais didático-pedagógicos que contemplem as temáticas relacionadas à educação em diversidade, justiça social, inclusão, prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos, com ênfase em grupos historicamente excluídos.**~~(PIMENTEL, 2015).

Primeiramente repetiu-se aqui aquilo que houve quase em todas as metas: a exclusão da palavra *diversidade*. Em segundo lugar tentou-se excluir três estratégias integralmente. Primeiramente a que dizia respeito à possibilidade de uso do nome social nas instituições educacionais; em segundo lugar, tentou-se coibir a promoção de campanhas de conscientização e enfrentamento de preconceitos, segregação, e etc., e por fim intentou-se a não produção de materiais didático-pedagógicos com estes assuntos.

Enfim, como dito, a atuação política conservadora – totalmente dentro das regras do jogo – buscou impor aquilo que considerou necessário à educação em Curitiba. Entre outros, a proteção do estudante frente a correntes ideológicas hegemônicas; assuntos considerados inapropriados para salas de aula, mas sim que deveriam ser tratados pela família; e ainda, uma diminuição de direitos de populações em situação de preconceito, como por exemplo, com a proibição do uso do nome social por parte da população LGBT em recintos educacionais públicos.

Após a breve análise destes tópicos convém atentar-se para as justificativas de tais emendas supressivas e modificativas. Por que lutar pela exclusão de temas em metas

estratégias que representam a inserção de reivindicações de grupos socialmente excluídos, discriminados e sujeitos à violência, e que soam tão caras e necessárias, por exemplo, como a promoção, reparação e a defesa dos direitos humanos? Uma possível resposta pode começar a ser traçada nas afirmativas de Karen Armstrong quando relaciona posições de secularistas (*lato sensu* os que lutam pela laicidade do Estado e da vida pública) com as posições de conservadores religiosos (*lato sensu* que se apegam a valores religiosos mesmo em se falando de vida pública):

A sociedade moderna frequentemente se divide em “duas nações”: secularistas e religiosos do mesmo país não conseguem falar a mesma língua ou partilhar o mesmo ponto de vista. O que um lado considera sagrado e positivo, o outro vê como demoníaco e insano. Ambos se sentem mutuamente ameaçados, e, quando ocorre um choque de visões de mundo irreconciliáveis [...] a desavença só se exacerba. É uma situação delicada e potencialmente perigosa. (ARMSTRONG, 2009, p. 488).

Assim vejamos nas palavras dos atores envolvidos nesta tão importante discussão – os políticos religiosos – o porquê de tanto problema em torno da diversidade e do gênero. Talvez nestas palavras poder-se-á deslumbrar alguns contornos das representações religiosas em torno de questões tão caras aos progressistas e secularistas, como o enfrentamento dos preconceitos.

Em primeiro lugar, apresentou-se o argumento jurídico. Carla Pimentel foi a que mais detalhou esta questão. O argumento era, basicamente, o de que normas municipais não deveriam extrapolar as leis federais; neste caso o Plano Nacional de Educação abolira a palavra *gênero* portanto não caberia ao Plano Municipal tratar de tal assunto.

Entendendo que a Constituição Federal estabelece que compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre a educação de forma SUPLEMENTAR, a competência suplementar acarreta que: a legislação municipal não pode contrariar a federal. [...] Logo, entendemos que alguns temas, extrapolam a abordagem do Plano Municipal de Educação, e remete diretamente à competência federal, partindo da premissa suplementar, o município se põe à construir diálogos sugestivos para futuras diretrizes federais, sendo assim não nos cabe suplantarmos o PNE, em questões de gênero, nesse caso obedecemos o balizador PNE quanto a omissão de questões de identidade de gênero. Entendemos que a questão semântica de “gênero” ainda não foi juridicamente esgotada. (PIMENTEL, 2015).

Nesta mesma direção opinou o pastor da Iurd Valdemir Soares em seu voto em separado:

Ocorre que no Plano Municipal apresentado pelo Executivo a este Legislativo existem dispositivos que não estão previstos no Plano Nacional de Educação, o que torna tais dispositivos inconstitucionais e ilegais, já que o Plano Municipal não pode

apresentar dispositivos que não constam no Plano originário, neste caso, o Plano Nacional de Educação (SOARES, 2015).

Por mais questionável que tal argumento possa ser, na medida em que olvida totalmente as questões específicas de cada cidade por exemplo (se não se pode diferir do PNE qual a razão para haver planos municipais, o próprio PNE já não seria suficiente?), essa questão jurídica não é a principal motivação. O ponto é o comportamento humano normatizado. Após o parágrafo acima o pastor prossegue em seu voto e surge o grande inimigo a ser combatido: a ideologia de gênero.

Nestes dispositivos [do PME enviado] constam previsões sobre a ideologia de gênero, que foram retiradas do texto final do Plano Nacional de Educação, após ampla discussão no Congresso Nacional, eivando, assim, o presente projeto de vício de inconstitucionalidade com relação a tais itens (SOARES, 2015).

As proposições do vereador e da vereadora evangélica argumentam pela falha jurídica do projeto enviado pelo executivo municipal. O argumento central é que existem dispositivos que não estão previstos no Plano Nacional de Educação, o que torna tais dispositivos inconstitucionais e ilegais. Tais dispositivos estão ligados aos temas da diversidade e de gênero. Assim ambos optam por ignorar as recomendações do MEC e do CNE. Especialmente as indicações feitas pelo CNE, em sua nota pública, para que os termos e conteúdos sobre diversidade e gênero fossem mantidos e respeitados:

O Conselho Nacional de Educação reafirma sua orientação, recomendando, inclusive, a seus pares Conselhos Estaduais, Conselho Distrital e Conselhos Municipais que zelem pela explicitação das singularidades mencionadas nos planos de educação elaborados pelos entes federativos e informa que, em razão de inúmeras demandas que lhe foram enviadas e por um dever de ofício, encaminha-se para a elaboração de Diretrizes Nacionais de Educação voltadas para o respeito à diversidade, à orientação sexual e à identidade de gênero (BRASIL, 2015).

Todavia, o ponto que nos parece crucial neste debate é a ideia de que devem existir limites para a ação do Estado na educação das crianças e jovens. O limite é a família e seus valores, pois caberia aos pais a educação dos filhos em sentido amplo sobre questões mais delicadas como sexo, “ideologia de gênero” e drogas. Portanto, ao introduzir termos como gênero e diversidade no PME, a Prefeitura Municipal, além de infringir a legalidade constitucional, estaria se imiscuindo numa “seara” que não lhe competia: a educação das crianças e jovens em “sentido amplo”.

Mas o que seria esta ideologia de gênero? Valdemir Soares nos explica. Usando

como fonte de informações dois sites da internet, um sendo da plataforma “*wiki*” – domínios de preenchimento voluntário, livres de maiores rigores científicos, passíveis de graves erros teóricos e/ou metodológicos – e um reconhecido site conservador chamado “Biopolítica”. As definições presentes no voto, retiradas de tais domínios, são importantes na medida em que revelam as representações que alguns setores evangélicos formaram em torno da “ideologia de gênero”. Ei-los:

Para maior entendimento do que é a ideologia de gênero, trazemos o conceito do mesmo, segundo o site Sofos, que pode ser conferido no seguinte endereço eletrônico: <http://sofos.wikidot.com/ideologia-de-genero>. “A Ideologia de Gênero, ou melhor dizendo, a **Ideologia da Ausência de Sexo**, é uma crença segundo a qual os dois sexos – masculino e feminino – são considerados construções culturais e sociais, e que por isso os chamados ‘papéis de gênero’ (que incluem a maternidade, na mulher), que decorrem das diferenças de sexos alegadamente ‘construídas’ - e que por isso, não existem –, são também ‘construções sociais e culturais’”. Segundo o site Biopolítica, a ideologia de gênero afirma que o homem e a mulher não se diferem pelo sexo, sendo imposto pela sociedade, vejamos: “A ideologia de gênero afirma que o homem e a mulher não diferem pelo sexo, mas pelo gênero, e que este não possui base biológica, sendo apenas uma construção socialmente imposta ao ser humano, através da família, da educação e da sociedade. Afirma ainda que o gênero, em vez de ser imposto, deveria ser livremente escolhido e facilmente modificado pelo próprio ser humano. Ou seja, que ao contrário do que costumamos pensar, as pessoas não nascem homens ou mulheres, mas são elas próprias condicionadas a identificarem-se como homens, como mulheres, ou como um ou mais dos diversos gêneros que podem ser criados pelo indivíduo ou pela sociedade. Deveria ser considerado normal passar de um gênero a outro e o ser humano deveria ser educado, portanto, para ser capaz de fazê-lo com facilidade, libertando-se da prisão em que o antiquado conceito de sexo o havia colocado. Para facilitar o ativismo em favor do gênero, a Conferência de Yogiakarta, realizada em 2006 na Indonésia, consagrou os termos ‘identidade de gênero’ e ‘orientação sexual’ (<http://biopolitica.com.br/index.php/news/39-insercao-da-ideologia-de-genero-em-todos-os-municipios-do-brasil>)”. (SOARES, 2015).

Muitas coisas poderiam ser discutidas das afirmações acima constantes como justificativa. Voltaremos a elas em maiores detalhes posteriormente, mas algumas questões são importantes desde já. Primeiramente, cabe destacar que o vereador ancora seu voto constante da discussão de uma lei que impactará os próximos dez anos da educação da cidade, em dois textos retirados da internet. A proveniência dos textos, ou seja, o fato de provirem da rede internacional de computadores não desqualifica o conteúdo em si. O que os torna altamente questionáveis é o fato de que não dialogam com nenhuma área acadêmica ou científica. Atacam aquilo que chamam de “ideologia” mas não nomeiam seus adversários. Note-se que os dois textos citados fazem fortes afirmações atentando para algo que desnaturalizaria as relações e papéis humanos, mas não dizem qual seria uma possível resposta a isso. Em consulta a tais páginas na internet, constatou-se que os textos foram citados em sua inteireza; não há bibliografia ou indicação da área de estudos dos autores. Faz-

se necessário repetir a constatação: o embasamento de um voto em uma lei deu-se sobre tais textos? Sem dúvida, como podemos constatar na argumentação do vereador. Não há aqui uma preocupação seletiva com a informação e sua fonte, e nem ao menos uma discussão sobre a proveniência e qualificação das informações apresentadas pelo edil em seu argumento.

Mas, mais uma vez, essas questões não são meramente questões jurídicas ou sociais, mas são questões de fé. Se algo tenta contrariar a criação e o ordenamento divino, neste caso, de ótica cristã, aí está o problema e a conspiração. E se a família é o ordenamento divino por excelência no que diz respeito à vida social, algo que contra ela supostamente aponte-se é digno de execração, mesmo a escola.

As escolas devem transmitir conhecimento e instrução, relacionadas às matérias curriculares como português, matemática, ciências, etc, cabendo aos pais a educação dos filhos propriamente dita, inclusive sobre questões mais delicadas como sexo e drogas. [...] Além disso, o PME deve seguir o regramento constitucional, a fim de assegurar a manutenção e o desenvolvimento da educação, sendo que cabe às escolas transmitir ensinamentos aos estudantes, em sentido estrito, já que deve seguir as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cabendo à família educar os filhos, em sentido amplo, aí compreendendo a ideologia de gênero e orientações sexuais, não podendo o Estado se imiscuir nesta seara. (SOARES, 2015).

No trecho acima uma nota é essencial: Valdemir Soares sempre legislou tenazmente contra todo e qualquer tipo de drogas. Como já visto neste texto, uma lei de sua autoria obrigava a fixar-se cartazes contra drogas em escolas municipais; embora diga acima que as drogas são assunto para a família, não foi essa sua prática; mas com relação a discussão de gênero sua perspectiva se altera: trata-se de assunto privativo para ser discutido pela família.

Antes de prosseguir cabe uma palavra acerca destes três votos. Tratava-se de um Plano Municipal de Educação com mais de vinte metas e trezentas estratégias para o desenvolvimento da educação em Curitiba. Os três votos dedicaram-se quase que exclusivamente às questões morais e comportamentais. As demais esferas do plano ficaram de lado quase que por completo. Por que esta preocupação extremada com estas questões? Uma possível resposta está no conceito de fundamentalismo.

### **3.5. Fundamentalismo protestante**

O leitor já se apercebeu que as palavras fundamentalismo ou fundamentalista já apareceram neste texto algumas vezes. E em se tratando de atuação política religiosa no Brasil da virada do século XX ao XXI esta palavra foi cada vez mais frequente. Mas o que é isso? O que é o fundamentalismo ou o fundamentalista protestante?

Essas palavras carregam em si certo tom depreciativo e não é nossa intenção aqui fazer qualquer juízo de valor sobre a fé, mas sim analisá-la na medida em que relaciona-se com o todo da sociedade, dela faz parte, influencia-a, traça práticas e forma representações. Em assim sendo, é imprescindível que se tenha em mente alguns traços deste fenômeno religioso e social.

O fundamentalismo protestante é filho da Modernidade. Reação ao Iluminismo e ao Racionalismo, mas principalmente ao avanço das ciências naturais e biológicas. O mundo visto antes como perfeita criação de Deus é desmistificado e agora é fruto do acaso. O homem não é mais descendente de Adão e Eva, mas sim possui um ancestral comum com o macaco. Estas teorias científicas vão tirando Deus do centro do Universo e nas palavras de Armstrong (2009, p. 201), a narrativa mítica (*mythos*) vai sendo substituída pela narrativa lógica (*logos*).

Provavelmente pela primeira vez na história, as legitimações religiosas do mundo perderam sua plausibilidade não apenas para uns poucos intelectuais e outros indivíduos marginais, mas para amplas massas de sociedades inteiras. Isso ocasionou uma crise aguda não apenas para a nominação das grandes instituições sociais, mas também para a das biografias individuais. (BERGER, 1985, p. 187).

Peter Berger aponta para a profunda angústia gerada em homens ordinários (não somente teóricos ou cientistas) devido à secularização do cosmos, e portanto desencanto com a revelação divina. Começa a surgir uma crise nos meios religiosos que leva a reações como a refirmação das bases da crença, dos fundamentos da fé, e etc.

Mas o grande problema se deu quando este desenvolvimento científico começou a chegar ao estudo da Bíblia. Teólogos foram influenciados. O Jesus histórico passou a ser buscado, os milagres foram relativizados, enfim, o relato bíblico foi posto à prova. Esse movimento ficou conhecido como Liberalismo Teológico e até hoje em dia é visto com péssimos olhos em determinados meios protestantes.

O que é o fundamentalismo? Não se pode dar definição satisfatória de um vasto movimento teológico como este. Realmente, em suas linhas internas, o fundamentalismo não busca o novo, mas tenta recuperar o velho, o tradicional. Seu objetivo é preservar as bases da fé cristã contra novas formas de pensamento. Seu desafio foi o liberalismo teológico de fins do século XIX; do confronto com essa corrente o fundamentalismo ergueu seus alicerces. Foi uma reação, não uma ação. (MENDONÇA, 1990, p. 139).

Mendonça aponta algo extremamente importante e que pode ser visto na atuação política religiosa sobre a qual nos detemos: o fundamentalismo é uma *reação*. Frente a modernidade, frente ao desconhecido, frente ao abalo das estruturas tradicionais tidas como

sagradas, frente aos fundamentos da fé postos à prova. Se isso é contestado, a reação é imediata. A imagem de um animal acuado pode ser ilustrativa (sem qualquer alusão depreciativa, é claro). Oro (1996, p. 26 apud Baptista, 2002, p. 50) traz essa importante análise quando afirma que

Para o teólogo Jürgen Moltman “a identidade fundamentalista é uma identidade ameaçada, amedrontada, cheia de incertezas e, por isso, uma identidade que reage agressivamente”; identidade definida “pela delimitação ou negação de inimigos reais ou supostos”.

Assim, conservadorismo e fundamentalismo caminharam sempre juntos. O medo de mudanças e contestações que possam destruir a significância do mundo ainda encantado pelo sagrado, vê surgir conspiração em toda parte. O diabo estaria agindo para destruir a fé e para isso atuaria em diversos setores da sociedade, no governo esquerdista, inclusive na educação, no currículo escolar, na literatura brasileira. Em nosso caso a identidade masculina e feminina estavam sendo postas a prova, mas principalmente os papéis sociais de homens e mulheres tão caros a pentecostais e neopentecostais, uma vez que desde seus inícios o pentecostalismo tinha apreço pela rigidez comportamental, social, e religiosa. E agora os papéis de homem e mulher, esposo e esposa, e mesmo as afeições humanas, estavam a ser contestadas.

Algo semelhante ocorrera nos Estados Unidos da América do Norte no século XX. O relato de Armstrong é elucidativo:

[os fundamentalistas do sul dos EUA] Sentiam-se “colonizados” pelo mundo de Manhattan, Washington e Harvard. [...] Achavam que o governo invadira o sacrossanto recesso da família: uma emenda constitucional conferia às mulheres direitos iguais ao emprego, mas a Bíblia dizia que o lugar da mulher era no lar. A legislação limitava o castigo corporal dos filhos, porém a Bíblia deixava bem claro que o pai tinha o dever de puni-los dessa forma. Concediam-se direitos civis e liberdade de expressão aos homossexuais, legalizava-se o aborto. Reformas que os liberais de San Francisco, Boston ou Yale julgavam justas e corretas escandalizavam os conservadores religiosos de Arkansas e Alabama, segundo os quais devia-se interpretar e obedecer ao pé da letra à palavra inspirada de Deus. [...] Quando pensavam que na década de 1920 dois terços dos estados votaram pela proibição da bebida e que agora [década de 1960] os americanos reivindicavam abertamente a legalização da maconha, só podiam chegar à conclusão de que o país estava sob o domínio de Satã. (ARMSTRONG, 2009, p. 363).

Eis que surge – novamente – a questão das mudanças históricas e sociais como ação do diabo. Liberalização de costumes e o fim do mundo. Conspiração. No Brasil do início do segundo milênio, o que gerou a revolta foi a contestação dos papéis sociais, do lugar da mulher na sociedade, as homoafetividades, etc. A heteronormatividade – afetiva e familiar – estava sendo posta a prova e estas coisas, em sendo vistas como desígnio divino imutável e

infalível tornaram-se o bastião inegociável. Não por menos que todo o Plano Municipal da Educação reduziu-se a isso na atuação dos vereadores sobre os quais nos detemos e a grande conspiração do mal foi chamada de “ideologia de gênero”.

### 3.6. Comissão de Educação, Cultura e Turismo

Após a análise pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, no mesmo dia 18 de junho de 2015 o Plano Municipal de Educação foi apreciado pela Comissão temática específica: a Comissão de Educação, Cultura e Turismo. Faziam parte desta comissão quatro vereadores, sendo dois evangélicos, a saber, o vereador Tiago Gevert (PSC) e o presidente da Comissão Chico do Uberaba (PMN). Ambos não eram candidatos oficiais de igrejas, porém faziam parte da bancada evangélica da Câmara. Os demais vereadores da Comissão – Geovane Fernandes (PTB) e Mauro Ignácio (PSB) – apesar de não serem evangélicos, aprovaram o parecer exarado.

Este parecer contém vinte páginas, sendo que destas vinte, onze páginas dedicaram-se exclusivamente à temática “ideologia de gênero”. As outras nove detiveram-se sobre as demais metas e estratégias do PME. Importante este ponto. A comissão de Legislação pouco (ou quase nada) se atentou aos demais pontos do PME; houve, portanto um avanço na Comissão de Educação ao deter-se sobre outras metas. Por outro lado, este parecer aumenta o tom com relação ao Executivo na medida em que o prazo para discussão na CMC foi exíguo – pouco mais de um mês. Há uma certa animosidade e um clamor para uma afronta à democracia na medida em que os vereadores não teriam a oportunidade de discutir “aprofundadamente” o PME.

Em primeiro plano, é importante destacar, que a falta de gestão do Executivo Municipal conduziu um Plano Municipal de Educação – PME que constitui verdadeiro desrespeito à Câmara de Vereadores. Ao contrário do que afirma a mensagem [do Prefeito] que encaminha o documento, **o debate não se verifica amplo, coletivo e democrático quando o PME é submetido com prazo exíguo, sem possibilitar a adequada discussão dentro da Casa Legislativa.** O PME, sem sobra de dúvidas, se encontra no rol das matérias mais relevantes apreciadas pela Câmara Municipal no curso desta legislatura. O documento visa estabelecer as diretrizes da Educação no âmbito do Município de Curitiba nos próximos **10 anos**, razão pela qual possibilitar a ampla discussão do PME **dentro desta Casa de Leis**, seria garantir de forma abrangente a participação dos legítimos representantes do povo. Não se pode negar, que o Município de Curitiba realizou diversos encontros e seminários visando a apresentação da sua versão do PME. [...] tal fato é inquestionável. Entretanto, seria recomendável fosse realizada uma audiência pública conduzida pela Câmara Municipal, de modo a conferir o equilíbrio constitucional à discussão... [grifos originais] (CURITIBA, 2015b).

Atente-se que os vereadores arrogam para si a posição honorífica e simbólica de “legítimos representantes do povo”. Em um Estado Democrático de Direito, não se poderia negar tal posição a parlamentares, mas uma questão se põe a esta fala: o fato de o parlamentar relegar toda a discussão prévia entre a sociedade civil organizada ou não – como ficou demonstrado, inclusive os alunos participaram da elaboração do Plano – como uma discussão de segunda linha, ou menos democrática, frente “aos legítimos representantes do povo”. Parece ser uma discussão menos qualificada – ao menos simbolicamente – diante do debate que aconteceria na CMC. O ponto aqui não está em se contestar a discussão legislativa – por essência democrática e legítima – mas o fato de que a discussão que porventura se fez fora dos muros do Legislativo ser tida como de segunda categoria.

Ao prosseguir o parecer, a comissão argumenta que é necessário fazê-lo em duas vertentes: a análise geral das metas e estratégias e a análise que trata da “ideologia de gênero”. Da análise das metas gerais um ponto é importante: em alguns casos o PME é mais ousado que o Plano Nacional, na medida em que amplia algumas metas para a cidade. Por exemplo, quando avaliou a meta número um do PME a comissão assim se posicionou:

*“META 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola, para as crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender 100%(cem por cento) das crianças de até, no máximo, 3 (três) anos até o final da vigência deste PME, preferencialmente na rede pública.”* Referida meta difere-se da meta nacional no que se refere a abrangência em relação ao teto máximo de idade e também na dimensão que pretende atender. O Município de Curitiba propõe-se a fazer mais do que se espera, sendo louvável a distinção da forma como apresentada. [grifos originais] (CURITIBA, 2015b).

Assim a diferença com o PNE foi louvada na medida em que o Plano Municipal verificava a realidade local e propunha uma meta própria mais ousada. Assim, diferir do PNE não era problema a não ser na questão de gênero. É neste sentido que prossegue o parecer afirmando: “A douta Comissão de Legislação no parecer originário apresentou diversas emendas modificativas e supressivas com efeito de retirar a ‘ideologia de gênero’ do texto do PME”.

A partir de então o parecer dedica-se à temática “ideologia de gênero”; para isso usa quase que integralmente um documento da bancada evangélica do Congresso Federal em que é discutido o tema pelo viés destes atores políticos. Os principais pontos propostos nesta justificativa estão no sentido de desqualificar o termo “gênero” principalmente por sua origem em movimentos feministas e marxistas. O documento alerta para uma orquestração em torno

da destruição de valores morais, da família e do intento de se implantar um regime comunista, com participação de diversos órgãos governamentais e até mesmo a ONU. Um trecho do documento é revelador:

A ideologia de gênero adquiriu sua configuração atual no início dos anos 90, na Universidade de Berkeley, com a obra da professora Judith Butler *O Problema do Gênero* [...] Logo em seguida o conceito foi arditamente introduzido por meio do trabalho das Fundações Internacionais na Conferência sobre a Mulher promovida pela ONU em Pequim. A Conferência supostamente trataria da discriminação contra as mulheres, mas em vez de falar-se de discriminação sexual, repetiu-se mais de 200 vezes, sem definição de termos, a nova expressão “**discriminação de gênero**”. Tanto na conferência como nas pré-conferências os delegados de numerosos países exigiram que o conceito de gênero fosse claramente definido antes do documento ser apresentado ou aprovado, mas as comissões responsáveis insistiram repetidas vezes que o termo era auto-evidente e não necessitaria ser definido. O conceito, porém, foi finalmente definido em 2006, quando duas ONGs européias, a **International Commission of Jurists** e a **International Service for Human Rights**, convocaram 29 especialistas de 25 países, incluindo a brasileira Sônia Correa, para uma Conferência a ser realizada em Yogyakarta, na Indonésia, para “**trazerem maior clareza e coerência às obrigações sobre direitos humanos dos Estados**”. [...] A partir de Yogyakarta foram definidos os termos “**identidade de gênero**” e “**orientação sexual**”. [...] A ideologia, entretanto, já havia iniciado suas construções nos anos 80, antes de Butler, quando o conceito de gênero passou a ser adotado pelo movimento marxista e feminista, que via nesta teoria uma justificação científica para as teses desenvolvidas inicialmente por Karl Marx e Friedrich Engels. Conforme atesta uma amplíssima literatura que poucas vezes é levada ao grande público, a doutrina marxista sustenta ser impossível implantar a revolução socialista sem que antes se destruísse a família. [grifos originais] (CURITIBA, 2015b).

Assim a “ideologia de gênero” é tida como algo dado, evidente, e que está rondando a sociedade em busca de destruir as famílias. Quase que como um fantasma feminista e marxista que busca implantar sua ditadura sobre a sociedade. Por isso que “retirar a ‘ideologia de gênero’” que estava, para estes atores, indubitavelmente presente no PME era algo necessário. A proteção à família natural era a tarefa que urdia.

Estes documentos – como o acima apontado – não dialogaram com a literatura feminista ou marxista, mas somente a atacaram, desqualificando-a. Não se fez um juízo acerca das proposições feministas ou marxistas; não as têm como teórica, metodológica, ou epistemologicamente incorretas; mas as veem como *más* – em sentido moral. O problema não está na *epistemologia* feminista ou marxista, mas sim em sua *ontologia* – essencialmente má.

Assim a visão fundamentalista se manifestou. Uma negação de determinado diálogo. Um julgamento a algo tido como essencialmente mau. Uma conspiração para implantar maus preceitos no mundo, cooperando para isto, feministas, marxistas, governos e a ONU.

É neste sentido que a questão dos gêneros era tida como “ideológica”. Era tida como questão de uma vertente política que busca a hegemonia. Não como uma questão de direitos

ou proteção à pessoa, mas sim como algo político. Aenciclopédia de Filosofia da Universidade de Stanford, revela que “Ideology refers, in a general sense, to a system of political ideas, and law and politics seem inextricably intertwined” (ZALTA, 2014)<sup>35</sup>. Ou seja, tratar de ideologia seria tratar de um sistema de ideias políticas que direcionariam a atuação em determinada sociedade. Esta definição, apesar de simplória já é um primeiro passo, na medida em que direciona a ideologia a um ideário norteador de ações, ou algo que performa e conforma o pensamento e atuação política. É neste sentido que, apesar de o uso por diversas vezes equívoco do termo, Mario Stoppino traz uma definição de ideologia.

No intrincado e múltiplo uso do termo, pode-se delinear, entretanto, duas tendências gerais ou dois tipos gerais de significado que Norberto Bobbio se propôs a chamar de “significado fraco” e de “significado forte” da Ideologia. No seu significado fraco, Ideologia designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função **orientar os comportamentos políticos coletivos**. O significado forte tem origem no conceito de Ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes, e se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vários autores, a noção da falsidade: a Ideologia é uma crença falsa. No significado fraco, Ideologia é um conceito neutro, que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas. No significado forte, Ideologia é um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política [grifos nossos]. (STOPPINO, 2008, p. 585).

Assim o termo “gênero”, para os evangélicos avessos às esquerdas, carregaria uma forte carga ideológica feminista e marxista. Diz respeito não a um campo de estudo e saber, mas sim a um ideário de mundo. Traria implícito em si a marca do ateísmo, da destruição dos valores cristãos, e, em última instância, do comunismo e da apostasia. Como dito acima, a questão não é epistemológica – voltada à discussão, a argumentos, à teoria, à metodologia – mas sim ontológica – algo que em seu ser e em sua essência é tido como mau. Por certo que não seria sábio dotar os estudos feministas de uma neutralidade epistêmica, por exemplo; mas não é este o ponto, afinal todo discurso, de quem quer que seja, em qualquer época ou lugar, é dotado de preferências, ideias de mundo. O ponto dos fundamentalistas é se negar ao debate por dotar de “ideologia má” esse discurso feminista.

Sandra Duarte de Souza verificou esta mesma prática política e essa produção de um discurso avesso ao gênero logo após a promulgação do PNE. Em suas análises, mais voltadas, porém aos católicos – sem olvidar de mencionar os evangélicos – afirma:

<sup>35</sup> Ideologia refere-se, em um senso geral, a um sistema de ideias políticas, e lei e política parecem inextricavelmente interligadas. [tradução nossa].

D. Antônio Keller apela para os sentidos dominantes de sexualidade e família para combater formas distintas das hegemônicas. Ele busca a recepção positiva de sua mensagem, evoca as fobias do sexo e associa outras sexualidades para além da heterossexualidade como práticas que levam à pedofilia, e afirma o risco da destruição da família nuclear e da própria sociedade. Esse tem sido o recurso recorrente das várias manifestações de grupos conservadores católicos e evangélicos que objetivam a imposição de um modelo único de família à sociedade como um todo e tem mobilizado, inclusive, parlamentares, como os da bancada evangélica, cuja pauta inclui a obstaculização e revisão dos direitos reprodutivos das mulheres e dos direitos da população LGBT. O modelo de família reivindicado por esses grupos, referido sempre como “modelo natural”, responderia aos objetivos divinos para a criação do ser humano. A família só seria legítima se acompanhasse o modelo homem, mulher e filhos, sendo descartadas outras composições. Para isso, é preciso vigiar o sexo, vigiar os corpos e regular a sexualidade, e um dos meios mais eficazes para isso tem sido o da produção do pânico moral por meio da construção do inimigo: as feministas.(SOUZA, 2014, p. 201).

Em conclusão a seu parecer, a Comissão de Educação expôs seu ponto, revelando a concepção de seus membros acerca da sociedade, do marxismo, e do “discurso de gênero”; nota-se a ojeriza, o discurso firme e irredutível, e em última instância, a influência da religião neste parecer:

O discurso de gênero não pode servir como pressuposto para abolir a instituição familiar. Os direitos do homem não começaram com a Revolução Francesa, nem tampouco advém da orientação neo-marxista que pretende extinguir da textura social a instituição familiar, sob o falso pretexto de liberdade e individualidade. A base da sociedade remontam à tradição judaico-cristã que proclamou a importância do indivíduo e o caráter sagrado da pessoa humana e de certos direitos dos indivíduos que governo nenhum pode retirar-lhes (CURITIBA, 2015b).

RomainCarnac ao tratar deste mesmo tema da controvérsia do gênero na França nesta segunda década do século XXI em relação à igreja católica, faz uma certa afirmação que pode perfeitamente ser adequada ao caso brasileiro.

L’opposition au «genre» ou à «l’idéologie du gender», structure le discours et, dans le même temps, donne à ces mots ou syntagmes une signification qu’ils n’avaient pas initialement: ils deviennent des mots-clés, des «mots-événements» qui renvoient, par ce qu’ils sont associés à des faits, des personnes, des groupes ou des idées, à un sens partagé par les récepteurs et génèrent la construction d’un «domaine de mémoire» (CARNAC, 2014, p. 127-128)<sup>36</sup>.

Ou seja, essas palavras ou frases tornaram-se em palavras-chaves ou mesmo “palavras-eventos”, com significados próprios e caracteristicamente negativos àqueles que

<sup>36</sup>A oposição ao “gênero” ou à “ideologia de gênero”, estrutura o discurso e, ao mesmo tempo, doa a estas palavras ou frases uma significação que elas não possuíam inicialmente: elas se tornam em palavras-chaves, em “palavras-eventos”, que por estarem associadas a ações, a pessoas, a grupos ou à ideias, a um significado partilhado pelos receptores, geram a construção de um “domínio de memória”. [tradução nossa].

recebiam tais discursos; passaram a representar não somente termos semânticos, mas a pessoas, a grupos e à ideias (adversárias). Tornaram-se, nas palavras de Carnac, em um domínio de memória dos evangélicos fundamentalistas.

### 3.7. Estudos de Gênero e Ideologia de Gênero

Mas o que seriam os estudos de gênero, que tanta ojeriza causaram? Tratar deste assunto em poucas linhas é ao menos uma temeridade na medida em que se trata de um campo de estudo de muitas décadas, com idas e vindas, embates, complexidades, etc. Mas seus contornos gerais já dão uma ideia da profundidade do tema. De fato estes estudos se iniciaram pelo menos desde meados do século XX quando mulheres começaram a questionar as posições sociais a que estavam submetidas e a galgar a superação de discriminações. Desde Simone de Beauvoir – ou mesmo antes com Edith Stein – reflexões em torno da vida social, política, prática, cultural e simbólica das mulheres tornaram-se em campo profícuo de contestação e, principalmente, de desejo de mudança. É neste sentido de contestação que já o termo *sexo* foi contestado e substituído pelo termo *gênero* enquanto categoria de análise. Se o primeiro remeteria – ao menos em algum grau – para questões voltadas ao natural, ao dado, ao biológico, ao determinismo, o segundo voltava-se para aquilo que é construído nas relações sociais, ao papel social, àquilo a qual os seres humanos são submetidos pela sociedade e seus costumes, ou a maneira pela qual os seres humanos dão sentido ao mundo.

Embora o conceito de gênero tenha sido sistematizado pelo debate feminista contemporâneo, as suas raízes têm sido atribuídas à afirmação de Simone de Beauvoir (1949) de que “não se nasce mulher, se torna mulher”, por meio da qual ela problematizava as relações entre sexo biológico e construção da categoria social de mulher. As teóricas contemporâneas partiram desse pressuposto para elaborar o conceito de gênero, colocando em cena o caráter sociocultural das distinções que, até então, eram concebidas como determinadas pelo sexo biológico. (FURLIN, 2015, p.111).

Assim aquilo que de alguma maneira era tido como pertencente ao sexo biológico – e portanto natural, determinado – era agora objeto de observação, estudo, e contestação; passara a ser visto como construto humano, e, em impondo violências, diferenciações, preconceitos, deveria ser combatido. Muito os exemplos poderiam ser dados, e ainda hoje se fazem sentir de maneira absolutamente forte em nossas sociedades. A diferença salarial para mesmas funções (as mulheres ganhando menos que os homens); a dupla jornada de trabalho (fora e dentro de casa) e neste caso, também, as tarefas diferentes para homens e mulheres; a

representatividade política; a violência (dentro e fora do lar); profissões destinadas exclusivamente a homens e outras destinadas a mulheres; padrões de beleza; etc. Esses exemplos são a ponta do iceberg daquilo que as mulheres começaram a questionar. O tempo e o espaço não nos permitiriam aprofundar-nos em tais assuntos. Mas o importante é a contestação que estas mulheres iniciaram, e assim, permitiram ver aquilo que era “natural” como fundamentalmente construído por uma sociedade dominada por homens, patriarcal.

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência. É preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o “verdadeiro” universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida, por algumas mulheres. [...] As características dessas ocupações, bem como a ocultação do rotineiro trabalho doméstico, passavam agora a ser observadas. Mais ainda, as estudiosas feministas iriam também demonstrar e denunciar a ausência feminina nas ciências, nas letras, nas artes. (LOURO, 1997, p. 17).

O termo gênero – justamente por esta problematização – alcançou certa unanimidade nos meios acadêmicos e científicos, tornando-se em categoria de análise das relações sociais. É neste contexto que Neiva Furlin em seu texto “*A categoria de gênero e o seu estatuto na produção do conhecimento: algumas considerações teóricas*” afirma:

Pode-se afirmar que o conceito de gênero passou a ser utilizado de forma generalizada em diferentes áreas do saber e se consolidou como uma nova metodologia de análise social. De acordo com Lia Machado (1998, p.108), “a generalização do uso do conceito de gênero no campo intelectual, na área da sociologia, literatura, filosofia, psicanálise, antropologia, história e psicologia, ocorrida nos anos de 1980 e 1990, trouxe consigo o compartilhamento da radicalização da ideia da desnaturalização das categorias de homem e de mulher e da radicalização da construção simbólica das noções de feminino e masculino”. Para essa autora, é possível falar da construção de um novo paradigma metodológico pelas análises de gênero. (FURLIN, 2015, p. 122).

É esse o campo de conhecimento que os estudos de gênero vão desbravar. São as relações humanas de valoração subjetiva e objetiva, de violência, enfim, os papéis humanos nas sociedades. A conceituação buscou precisamente relativizar o construto social de violência e segregação. Remetia-se e intentava deliberadamente enfatizar que aquilo que era tido como natural, dado e determinante era, na realidade, passível de observação, crítica, e ainda, de luta por mudança.

Desse modo, quando nos referimos às relações de gênero, estamos sempre pensando

nas relações de maneira mais ampla e não somente naquilo que diz respeito aos sujeitos de um determinado espaço institucional: referimo-nos a “todos os discursos e práticas sociais, nas quais se criam as hierarquias e se produzem uma subordinação entre os gêneros, ainda quando trate de uma subordinação simbólica ou da ausência de pessoas concretas, que estão sendo dominadas ou tratadas como subalternas” (LLANOS, 2006, p. 83, tradução nossa). Assim, a expressão “relações de gênero” faz referência às relações de poder fundadas na assimetria cultural entre mulheres e homens. Enfim, como bem lembra Norma Blazquez Graf (2011), a perspectiva de gênero no âmbito acadêmico tem surgido como uma ferramenta teórica e metodológica que permite fazer uma crítica às áreas tradicionais do conhecimento, mostrando a necessidade de maior profundidade no exame dos conceitos e pressupostos que orientam a construção do saber. (FURLIN, 2015, pp. 121-122).

Estas análises dos estudos feministas trazem em si a marca da luta política e, portanto, ideológica. O que, por certo, não retira o mérito do discurso, uma vez que o discurso neutro é sempre fugidio, se não falacioso. A causa política não é demeritória da análise científica, antes, dela faz parte e a constitui explicitamente.

Essas posições feministas já de início começaram a causar inquietação em setores conservadores da sociedade. Mas, mais uma vez, o embate começa quando aquilo que era tido como sagrado, de ordem divina passa a ser questionado. É neste sentido que pode-se perguntar, por que os estudos de gênero tornaram-se “ideologia de gênero”? Assim, já se tem um indicativo de onde se deu o problema da recepção destes estudos por partes de conservadores religiosos. A contestação daquilo que era considerado sagrado. Convém destacar porém, que não é este o intento dos estudos de gênero, a relativização do feminino e masculino ou do sexo, mas sim a problematização da construção social sobre tais domínios. É assim que Guacira Louro, ao apresentar estes estudos, explana:

Através das feministas anglo-saxãs que *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*. Visando “rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual”, elas desejam acentuar, através da linguagem, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (Scott, 1995, p. 72). O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. Ao dirigir o foco para o caráter “fundamentalmente social”, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuais, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Como diz Robert Connell (1995, p. 189), “no gênero, a prática social se dirige aos corpos”. O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são “trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”. (LOURO, 1997, p. 21-22)

Mas a agudização do problema se dá com a inserção de reflexões em torno da homoafetividade e novas formas de agrupamento familiar, principalmente a homoafetiva. Aí sim o problema se intensifica.

Se o tema é sexualidade, a normatização religiosa dos conservadores se faz sentir. Os

estudos de gênero passaram a tratar de homoafetividades, de famílias nestes moldes; enfim a própria sexualidade foi questionada. O homem enquanto macho forte e a mulher enquanto fêmea delicada, caseira e reprodutora foram postos à prova. O homossexual foi convidado a se expressar. E diante desses confrontos os conservadores não se calaram.

Mulheres e homens, que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como “verdadeiras/verdadeiros” mulheres e homens, fazem críticas a esta estrita e estreita concepção binária. (LOURO, 1997, p. 34).

Cumprе salientar que estes campos de estudos traçaram um caminho longo, cheio de idas e vindas, de correntes interpretativas que debatiam entre si e mesmo conflitavam. Que os termos, não nasceram prontos em algum gabinete político-ideológico e foram aplicados à sociedade, mas são fruto de décadas de estudo e reflexão.

Assim, foi na recepção destes estudos e destas duas contestações (a feminista e a relacionada ahomoafetividade) que nos meios conservadores surgiu a concepção de ideologia de gênero. Todo este discurso foi assimilado pelos religiosos conservadores como simplesmente a negação da ordem divina da sexualidade humana e da “família natural”. Em possuindo a Igreja Católica uma hierarquia mais centralizada alguns documentos desta hierarquia demonstram com maior clareza essa afirmação. Mas os evangélicos são uma miríade de denominações e seria muito dificultoso relacionar textos destas diversas vertentes que tratam do assunto. Ainda assim, alguma regularidade pode ser vista nos discursos – que também assemelham-se ao da igreja católica. Primeiramente, o próprio voto do vereador Pastor Valdemir Soares acima explanado, quando “embasa” seu posicionamento afirmando que a ideologia de gênero é uma “ideologia de ausência de sexo”; ou que o homem e a mulher não se diferem pelo sexo. À primeira vista esta recepção é, no mínimo, simplista. Toda uma complexidade de pensamento é remetido à sexualidade. Todo uma gama de contestações de papéis sociais é relegada à “ausência de sexo”.

O expoente evangélico conservador pastor Silas Malafaia, em vídeo publicado na internet afirmou:

A ideologia de gênero é uma crença, não é uma ciência, que os dois sexos, masculino e feminino, é uma construção social e cultural. Na verdade, a ideologia de gênero é a ausência de sexo; vale qualquer coisa. Mas isso é escondido, isso é escondido. Então, a ideologia de gênero só fala de relação de homem com homem, mulher com mulher. Mas a ideologia de gênero é um vale tudo: ela aceita o sexo bestial, sexo com animais, ela aceita o incesto que é a relação entre pais com filhos, irmãos com irmãos, [...] e a pedofilia, a relação com criança. Isso agora é escondido porque assusta. (MALAFAIA, 2016).

Neste breve trecho do discurso várias tendências fundamentalistas aparecem. A negação da cientificidade dos estudos de gênero. A ideia de uma conspiração que esconde algo neste momento, mas que se revelará em toda a sua perversidade no futuro. Os estudos de gênero como tratando somente da sexualidade – homoafetiva: “homem com homem, mulher com mulher”, mas também que esconderia práticas tidas como perversões maiores ainda, como sexo bestial ou parental.

Souza (2014, p. 197) revela o discurso de um blog evangélico conservador escrito por Julio Severo:

A Ideologia de Gênero é uma aberração de ideia imaginada por cientistas sociais que tem como eixo a afirmação de que o sexo biológico com o qual nascemos não define a nossa sexualidade. Esta é pura e simplesmente uma construção social, que pode assumir tantas variáveis quanto julgarem convenientes aqueles que querem implantar essa ideologia. O fim último dela é a completa subversão da sexualidade humana e da família natural.

O deputado federal Pastor Marcos Feliciano (PSC-SP) quando os planos municipais de educação estavam em votação publicou um vídeo na internet em que alertava os vereadores do “perigo” da ideologia de gênero que fora retirada do PNE e precisava ser extirpada também dos planos municipais.

O PNE quando foi votado lá na Câmara dos Deputados nós fizemos uma articulação bem forte e arrancamos dela as palavras ideologia de gênero. [...] Pois bem, o Ministério da Educação vendo que não passou isso na esfera federal criou alguns subterfúgios e pelas portas do fundo estão entrando dentro das leis municipais. E eles implementaram no Plano Municipal de Educação o ensinamento da ideologia de gênero [...]. Então, por favor, você que é vereador [...] não deixe passar nenhuma expressão que venha com a palavra gênero. Porque a palavra gênero ela é genérica. [...] Eles querem transformar em lei, para que uma vez sendo lei, eles possam criar o que eles quiserem criar para doutrinar seus filhos na escola (FELICIANO, 2015).

Mais uma vez a ideologia de gênero perpassa uma agenda conspiratória de doutrinação que o governo quereria implantar na sociedade brasileira. No texto do blog acima é uma “aberração imaginada por cientistas sociais”. Muitos outros depoimentos poderiam ser coletados, mas sempre caminham nesta direção de uma conspiração orquestrada para destruir valores sagrados e a família “natural”.

Mas uma questão extremamente importante é que a ideologia de gênero é tida como um todo coeso que tem um objetivo comum. Não são explanadas as diversas correntes – por vezes conflitantes – que fazem parte destes estudos. Todo um campo de estudo é remetido à

questão sexual. Algo semelhante ocorreu na França, mas na voz católica. RomainCarnac, ao avaliar o discurso e reação católica à chamada “théorie du genre”, explana:

Les approches de la question sexuelle qui ont recours au concept de genre et qui concurrent la conception catholique de la différence entre homme et femme sont présentées comme un seul bloc théorique, la pluralité des réflexions et des positionnements qui caractérise le champ des études sur le genre étant systématiquement occultée. (CARNAC, 2014, p. 129)<sup>37</sup>.

Assim a visão fundamentalista desenhou o inimigo. Simplificando a questão; se negando ao debate; usando fontes ao menos pouco profundas e grandemente questionáveis; reduzindo as questões de gênero à área da sexualidade. A educação foi o campo de batalha e o inimigo a “ideologia de gênero”.

### **3.8. A discussão em Plenário**

No dia 22 de junho de 2015 a Câmara Municipal de Curitiba discutiu em Plenário o Plano Municipal de Educação. Em menos de dois dias o Plano deveria ser promulgado, ou seja, a pressão sobre a Câmara já era bastante grande devido ao tempo exíguo para a promulgação da lei. Não bastasse, as galerias estavam lotadas. Manifestantes religiosos, movimentos populares, sindicatos dos trabalhadores da educação, professores, e etc.

---

<sup>37</sup>As abordagens acerca das questões sexuais que dizem respeito ao conceito de gênero e que rivalizam com a concepção católica das diferenças entre homem e mulher são apresentadas como um bloco teórico somente; a pluralidade das reflexões e dos posicionamentos que caracterizam o campo de estudos sobre o gênero são sistematicamente ocultados. [tradução nossa].

Figura 4  
Galerias da CMC na sessão de 22/06/2015



Fonte: Curitiba, 2015f.

Na imagem acima, disponibilizada em matéria da assessoria de imprensa da CMC, vê-se as galerias cheias de manifestantes de diversificadas opiniões. Os cartazes ali presentes visavam, com certeza, chamar a atenção dos vereadores, mas também da imprensa que ali estava, e claro, expressavam a opinião daqueles que os portavam. Por certo que cartazes de manifestações muitas vezes são superlativos, afinal são feitos para chamar atenção de quem os leia, mas claro que as opiniões ali expressas remetem à opinião de seus produtores. Os três maiores cartazes da imagem são de conservadores. O cartaz ao centro apesar de estar encoberto na imagem traz a frase: “Deus fez homem e mulher. Macho e fêmea”. Um cartaz à direita traz: “Respeitamos, mas minoria não pode regular sobre maioria”. Ao centro lê-se: “Professor é para ensinar não doutrinar!”. Por outro lado também viu-se: “Também somos família! Gênero sim!”; além de balões coloridos que simbolizavam a diversidade e os movimentos LGBT.

Apesar das imagens disponibilizadas, a maior fonte de informações do que ocorreu neste dia em Curitiba é a nota taquigráfica da Sessão Plenária com a transcrição dos discursos proferidos. A sessão iniciou-se às nove horas da manhã e encerrou-se somente às 19h55min, ou seja, foram quase onze horas de discussão. Desta forma, a transcrição da sessão gerou cinquenta e sete páginas de acalorado embate. Nas próximas linhas traremos aqueles discursos que pautaram a discussão em torno do termo gênero, afinal esse termo foi o grande

centro de todo o debate. Foi durante essa sessão que um sem número de emendas foi apensada ao projeto e o texto final foi aprovado, sendo posteriormente promulgado pelo prefeito Gustavo Fruet sem alterações. Sem mais delongas, nos detenhmos sobre a discussão em plenário.

O primeiro a discursar foi o líder do prefeito na Câmara, vereador Paulo Salamuni (PV). Seu discurso de aproximadamente dez minutos tentou apresentar o PME como um plano de Estado e não de um governo específico. Relatou as discussões do Fórum Municipal de Educação. Suas palavras parecem ser remetidas a um ambiente hostil; intentam à calma e ao diálogo.

Portanto, a ideia nossa deste plano, e aí eu faço as minhas as palavras que possam parecer ecumênicas Vereador Presidente Aílton Araújo, do Papa Francisco que nós os Vereadores estamos aqui em nome do povo de Curitiba, para construir pontes não edificar muros. Então nós todos vamos achar uma forma, é difícil, é complexo, se respeita todas as ideias, isso é riqueza da democracia, é tese, antítese para chegar na síntese. E não é fácil a construção disso, mas nós temos que ter como seres humanos racionais, vencer esses obstáculos (CURITIBA, 2015c).

A segunda a discursar foi a vereadora Professora Josete (PT). Representante do magistério municipal, participante do Fórum Municipal de Educação, a vereadora solicitou que a discussão fosse em termos de “conteúdo” e não de “emoção”. A Vereadora Josete chamou a atenção também para o tema violência contra a mulher. Apresentou dados enviados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em que o Brasil apareceu como um dos países mais violentos do mundo com relação às mulheres; também que o Estado do Paraná seria o terceiro mais violento do Brasil neste quesito. Além disso em relação à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) e etc., Curitiba aparecia como a cidade mais violenta do Brasil.

Gostaria também de falar de outro índice de nos envergonha, que é a violência contra a população LGBT. Nós temos a vergonhosa posição de 1º lugar em violência contra a população LGBT do Brasil. Curitiba tem isso! Aqui a média de idade de vida de uma mulher trans é de trinta e cinco anos, enquanto a média nacional geral é de setenta e quatro para homens e mulheres, entre aspas, “heterossexuais”. Então, isso nos coloca um desafio. E eu fiz questão de falar isso porque os senhores e as senhoras vão ver que a maioria das emendas estão sendo colocadas sobre essas duas questões, a questão da diversidade e a questão de gênero. Por isso que eu estou apresentando os dados em relação a isso (CURITIBA, 2015c).

A partir de então o tom dos discursos muda. Vários vereadores evangélicos seriam os próximos a discursar. O próximo orador foi o vereador pastor Valdemir Soares (PRB). Suas palavras denotam um tom de nervosismo e mesmo irritação. Foi, sem dúvida, o vereador mais

exaltado na sessão. Iniciou chamando a atenção para o que considerou como a inconstitucionalidade do PME ao chegar à CMC com as palavras “gênero” e “diversidade” que, para ele, indicavam incontestavelmente a “ideologia de gênero” e destruição da “família natural”.

Foi aprovado um plano nacional de educação, discutido exaustivamente no Congresso Nacional, onde se foi retirado toda a qualquer questão de identidade e de gênero, diversidade ou orientação sexual, e aqui na Cidade de Curitiba aparecem com um novo plano totalmente fora dos padrões constitucionais da legalidade do que foi aprovado no Congresso Federal. Eu pergunto aos Srs. Vereadores: nós somos idiotas? Nós somos burros? (CURITIBA, 2015c).

Seguindo sua fala, este vereador desqualificou a discussão prévia do PME feita pelo Fórum e Conferência Municipal de Educação.

E o Vereador Salamuni disse que foi exaustivamente discutido pela comunidade. Vários seguimentos não participaram, não foram chamados, porque se fossem chamados o plano não vinha do jeito que veio. E se fossem chamados, contemplados, não havia necessidade da comunidade estar presente aqui. Houve sim uma atuação não técnica, não constitucional, mas uma atuação política, segmentada, segregada para que o plano chegasse aqui de alto a baixo com apologia, identidade de gênero e orientação sexual (CURITIBA, 2015c).

As palavras acima já demonstram fortes características de fundamentalismo, seja pela desqualificação do debate e da negação do discurso opositor, seja pela pretensa “denúncia” de uma conspiração de determinados setores políticos com fins malévolos. Mas as palavras abaixo demonstram a qualidade do discurso do parlamentar, ou melhor, a maneira como a discussão em torno da questão dos gêneros foi vista.

A maioria das nossas crianças que estudam nas nossas escolas municipais é de zero a doze anos. Criança de zero a doze anos vai para a escola para aprender a ler e a escrever, vai para aprender matemática, geografia, história, português. Ela não vai para aprender identidade de gênero, ela não vai para aprender a fazer sexo, variações de sexo, com pessoas do mesmo sexo dela. Não, de forma alguma. Isso é um absurdo. É chamar este parlamento de idiota. Entregar o plano como foi entregue aqui é chamar o parlamento de idiota. Vocês acham que vamos nos dobrar? [...] A questão de gênero, orientação sexual, diversidade é algo que cresceu nesses vinte e dois dias no parlamento, com a maioria dos parlamentares, porque não precisa ter bandeira, religião para entender que o que tem que ser aprendido na escola é diferente do que tem que ser aprendido dentro de casa. Orientação sexual para criança, para adolescente, é da mãe para a filha no momento ideal, é do pai para o filho no momento ideal. Professor que é professor não tem que se meter nisso não. Professor tem que ensinar português, matemática, geografia, história, ensinar a ler e escrever. Professor tem que ensinar isso. Então, por favor, a todos que estão por trás dessa fabricação deste plano municipal, não somos idiotas, o parlamento não é idiota, a sociedade está aqui presente porque a sociedade não é idiota. [...] É uma vergonha para a Cidade de Curitiba uma Casa que trabalha, que promete pela Constituição

Nacional, pela constitucionalidade e pela obediência à Lei Orgânica, receber um Plano Municipal vilipendiado, mascarado, um plano extremamente voltado para outra situação que não é a educação. Não vi aqui nenhum outro problema no plano, nenhuma questão técnica além dessas questões. Por que será? Quem é que está por traz [sic] disso? Qual o interesse disso? (CURITIBA, 2015c).

Nas palavras do pastor – e na visão fundamentalista – toda a discussão de gênero resume-se à sexualidade. Discutir as temáticas dos gêneros, para ele seria ensinar a “fazer sexo, variações de sexo, com pessoas de mesmo sexo dela”. O problema também está na repulsa à homoafetividade. O que estaria em jogo, em última instância, seria a heteronormatividade. Em sua fala, vê-se a cólera contra um inimigo real (ou imaginado) que estaria a destruir fundamentos de sua fé e moralidade. Uma conspiração de agentes malévolos – entenda-se por malévolos aqueles que de alguma forma diferiam do ensinamento cristão defendido – para influenciar as crianças em suas sexualidades. Mais uma vez, toda uma problemática de violência de gênero, de preconceito, enraizados na sociedade, de luta por melhores condições sociais por sujeitos historicamente discriminados foram relegados a questões sexuais e comportamentais. Parece que os ouvidos do parlamentar se fizeram moucos para estes complexos e reais debates e as palavras de ira voltaram-se para unicamente o ato sexual.

Enfim, todo esse discurso deu-se nestes termos de indignação, de luta contra os termos gênero e diversidade, de orquestração para destruir a família, e etc. O viés religiosopautou o discurso.

A oradora seguinte foi a vereadora Carla Pimentel (PSC). A Missionária da IEAD discursou na mesma direção da fala de Valdemir Soares. A discussão prévia não teria sido de fato democrática; alguns termos (gênero) não estavam ainda “juridicamente esgotados”; e ainda, que estes termos mais dividiriam a sociedade do que acabariam com o preconceito, ou seja, em termos de preconceito, seria melhor a generalização do que a conceituação exata dos termos.

Estamos falando de polarizar pessoas entre brancas e negras, homens e mulheres, héteros e homos, como se estivéssemos falando de uma cidade que se divide. Quando na verdade me parece ser isso uma estratégia de divisão dessa grande nação brasileira (CURITIBA, 2015c).

Após isso discursou o vereador Dirceu Moreira (PSL). Apesar de não ser candidato oficial de nenhuma igreja, era evangélico e membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Em suas palavras, iria “esclarecer [...] o que significa e o que é isso [ideologia de gênero]”.

Porém, aproveitando o embalo do discurso das minorias e do fim das desigualdades, um grupo político conhecido como Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transsexuais teve a ideia de que o estado, através da escola, era quem tinha a prerrogativa de promover orientação sexual para os alunos à partir dos seis anos de idade, de todos os sistemas de ensino do país. Isto deveria estar no plano Nacional de Educação. Para frustração dessa militância, o Plano Nacional de Educação foi aprovado e sancionado em junho de 2014, sem que tivesse nenhuma referência a tais proposições a cerca [sic] da ideologia de gênero. Não satisfeitos, tanto a militância da Associação Brasileira quanto vários setores do governo petista, tentaram ainda e estão tentando empurrar goela abaixo a responsabilidade de inclusão dessa ideologia como meta nos planos municipais de educação. A lógica é, já que não conseguimos lá conseguiremos aqui (CURITIBA, 2015c).

Aqui, mais uma vez, a ideia de uma conspiração toma conta do discurso. Agentes tentando implantar algo terrivelmente mal à sociedade. O avanço no discurso deste vereador está no fato de ele nominar os adversários: associações de defesa de direitos da população LGBT e setores do governo petista. Mas, é na sequência do discurso que o “plano diabólico” que estava a ser implantado é “desmascarado”:

Mas que tipo de ensino ou identidade de gênero seria este? Que orientação seria esta? Em que modelo teórico estaria este fundamentado? Vejamos duas falácias tratando desse assunto. Primeiro, o movimento é perigoso e antirreligioso, anticatólico que defende que o homem e a mulher nasce sem um sexo definido e, portanto, traz uma identidade sexual que somente farão isso no transcorrer de sua vida em sociedade. Ou seja, de acordo com a ideologia de gênero primeiro nasce e depois escolhe que sexo quer ter. A segunda falácia: a ideologia de gênero defende a ideia segundo a qual não existe apenas o homem e a mulher, mas existe também outros gêneros e que qualquer pessoa pode escolher um desses outros gêneros ou mesmo alguns desses em simultâneo. [...] a ideologia de gênero é a mais radical rebelião contra Deus, que é possível ser humano, que é possível se fazer. O ser humano não aceita que é criado homem e mulher e por isso diz ‘eu decido, esta é a minha liberdade’ contra a experiência, contra a natureza, contra a razão e contra a ciência, é a perversão final do individualismo, rouba o ser humano o que lhe resta da sua identidade. Ou seja, o de ser homem ou mulher. Depois de se ter perdido a fé a família e a nação. [...] A ideologia de gênero é demoníaca, pois fere uma das bases centrais do cristianismo, onde de acordo com as narrativas bíblicas da criação a essência da criatura humana é ter sido criada com uma dualidade, homem e mulher. Tal dualidade é um aspecto necessário a ordem da criação. Essa dualidade bíblica é frontalmente negada por tal ideologia. Embora se apresente com a máscara dos bons sentimentos e em nome de um alegado progresso, alegados direitos democráticos, ou defensor do humanismo, tal ideologia é a negação da família como sendo originada da aliança matrimonial entre um homem e uma mulher. [...] Diante daquilo em que eu expus aqui é que o nosso partido, que este Vereador como cristão convicto, como pai de seis filhos, sendo quatro homens, machos, e duas mulheres, fêmeas, é que voto a favor da família e voto com as emendas que serão apresentadas logo mais para proteger a família curitibana e a família brasileira. Muito obrigado (CURITIBA, 2015c).

Apesar de longa, a citação acima é essencial na medida em que condensa todas as características até aqui apontadas como pertencentes aos discursos fundamentalistas. Apresenta a “ideologia de gênero” como se fosse um bloco teórico uno e coeso, que tem

somente um fim, a negação do sexo biológico e a destruição da família. Teve-se isso como dado inquestionável. A negação ao debate e ao confronto de ideias. A pecha de demoníaco ao adversário político e, portanto, a seres humanos com ideias diferentes. Vários termos religiosos pautando o debate democrático, laico por excelência.

Outros vereadores discursaram em plenário, tanto evangélicos como outros mais. Seria redundante repetir suas falas aqui, uma vez que todas caminharam no mesmo sentido dos discursos acima apontados. Por certo que outros vereadores se posicionaram contra estes discursos religiosos inclusive apontando para um “fundamentalismo” nestes discursos. Ademais, alguns vereadores admitiram que poderiam ter-se envolvido na discussão do PME antes de este chegar à Câmara. É o caso do vereador Jorge Bernardi (PDT):

Agora, eu gostaria de dizer que, lamentavelmente, todos nós, falhamos aqui nesse processo, nós deveríamos ter participado mais de todas as Audiências Públicas, de todas as reuniões e a Cidade de Curitiba deveria ter se envolvido mais nesse plano municipal de educação (CURITIBA, 2015c).

Lembre-se o leitor, também, das palavras epigrafadas neste capítulo, proferidas pelo vereador evangélico Chicarelli (PSDC) quando desta sessão: “Realmente eu pequei, no bom sentido. Preocupe-me muito com esta questão de gênero, ideologia, e esqueci, não olhei com tanta importância para os outros itens”.

Assim, neste embate entre a bancada evangélica (e alguns vereadores ligados a segmentos católicos) e demais vereadores – principalmente a bancada governista – deu-se o debate acerca das emendas ao texto original. Infelizmente a maioria destas tratativas deu-se a portas fechadas, na chamada, “reunião das lideranças”. Infelizmente os termos destas discussões não ficam registrados; mas podemos ver no texto final aprovado em plenário, que algumas emendas apensadas nas comissões temáticas foram derrubadas e, por outro lado, grande parte também foi aprovada. Somente os termos “gênero” e “diversidade” foram totalmente retirados. Nestes quesitos não houve discussão ou possibilidade de recuo. Neste sentido, é importante ver mais detalhadamente como o texto saiu do plenário, afinal, desta forma foi sancionado pelo prefeito e tornou-se lei.

### **3.9. O PME promulgado**

Nos deteremos nesta análise, naqueles textos frutos das emendas dos evangélicos, apresentadas principalmente na Comissão de Constituição e os compararemos com o texto

final aprovado. A partir desta análise será possível traçar um paralelo acerca do texto intentado pela bancada evangélica, com aquele de fato promulgado.

A vereadora Carla Pimentel propôs a emenda quando o texto passou na Comissão de Constituição – que foi promulgada no texto final:

Art. 3º [...] IX – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade cultural, e à sustentabilidade socioambiental; com direito à identidade biológica (do homem e da mulher) (CURITIBA, 2015d).

A mesma vereadora propôs a emenda abaixo:

META 1.

1.12. Compor um comitê formado por universidades, poder executivo municipal e sociedade civil, a fim de articular a pós-graduação, os núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem **a pluralidade ideológica de conteúdo** e os avanços das pesquisas ligadas às teorias e aos processos educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 6 (seis) anos (PIMENTEL, 2015).

Porém o texto emendado que está em negrito foi retirado da lei promulgada. Ou seja, o direito à identidade biológica não foi negociável, porém o foi a pluralidade ideológica de conteúdo. Poder-se-ia inferir que o sexo seria mais caro que a ideologia.

Com relação à literatura o texto emendado sugeria (emenda em negrito):

META 2

2.14. Organizar ações, no espaço da biblioteca, que articulem a leitura literária aos recursos tecnológicos criando um itinerário de leituras que possibilitem aos(as) estudantes desfrutar da vida que a literatura lhes proporciona **de modo supervisionado expressamente aprovado pela família e agremiações de pais e mestres** (PIMENTEL, 2015).

Porém tal emenda não prosperou e foi retirada do texto final.

Com relação à meta 2.37. houve o texto original e o texto emendado; porém o texto final aprovado diferia de ambos. Fruto destas últimas discussões assim ficou-se:

**Texto original**

2.37 Implementar, promover e assegurar políticas de prevenção ao preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

**Texto Emendado**

2.37 Implementar, promover e assegurar políticas de **superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e de valores da família, e na superação de todas as formas de discriminação.**

**Texto Final**

2.37. Assegurar os meios para se alcançar no sistema de ensino público e privado do

município de Curitiba a erradicação de todas as formas de discriminação (CURITIBA, 2015d).

Vê-se neste quesito de combate à discriminação que a prudência textual foi a tônica. Prudência em termos e palavras. Prudência que beirou a anomia. Por certo que o “dar nome aos bois” da discriminação não era algo desejável aos fundamentalistas, como se viu; assim, ao menos para manter o tema no PME, foi necessário a generalização.

Texto Suprimido

~~9.19 Garantir a produção e a aquisição de materiais didático pedagógicos que contemplem as orientações sexuais e as identidades de gêneros para a modalidade da educação de jovens e adultos. (PIMENTEL, 2015).~~

O item acima mostrou-se também inegociável. O texto foi retirado no PME.

META 13

**Texto Emendado**

**13.1** Promover discussão para a elaboração de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos(às) graduandos(as) a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros(as) estudantes combinando formação geral e específica com a prática didática, seus futuros(as) estudantes combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação ~~para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência.~~

**Texto Final**

13.1. Promover discussão para a elaboração de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos(às) graduandos(as) a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros(as) estudantes combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais e as necessidades das pessoas com deficiência. (CURITIBA, 2015d).

No item acima iniciou-se a atuação naquilo em que os discursos intensificaram. Como vê-se a palavra “diversidade” foi retirado no texto final. Por outro lado, na meta abaixo, aquilo que havia sido vetado pela emenda da comissão em sua integridade, foi promulgado no texto final, ou seja, no quesito abaixo houve relaxamento na decisão, porém, é claro, a não ser acerca da palavra execrável:

META 15

**Texto Suprimido**

~~15.9 Propor, nas reformas curriculares dos cursos de licenciatura do ensino superior, a formação em temáticas que envolvam educação especial e inclusiva, direitos humanos, direito e proteção das crianças e adolescentes e promoção das igualdades étnico racial e de gênero e cidadania.~~

**Texto final**

15.9. Propor, nas reformas curriculares dos cursos de licenciatura do ensino superior, a formação em temáticas que envolvam educação especial e inclusiva, direitos humanos, direito e proteção das crianças e adolescentes e promoção das igualdades étnico-racial e de cidadania. (CURITIBA, 2015d).

No item abaixo, o texto aprovado na Comissão de Constituição foi promulgado como texto final, sendo, mais uma vez excluída a palavra “diversidade”.

**Texto Emendado**

**23.10** Assegurar a criação de rubrica financeira, a contar da promulgação dessa lei, prevendo a destinação de recursos financeiros necessários para a implementação de políticas públicas afirmativas para a educação em direitos humanos, sobretudo voltadas às temáticas de educação para o respeito à ~~diversidade~~, justiça social, inclusão, prevenção da violência na perspectiva de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos. (CURITIBA, 2015d).

Da mesma forma a meta 24.4. foi aprovada conforme veio das comissões. Ali a palavra “gênero” foi substituída pela palavra “sexo”.

**Texto Emendado [e aprovado]**

**24.4** Implementar sistema único de matrícula – com dados desagregados considerando as diversidades humanas (raça/etnia, **sexo**, religiosa, geracional, cultural e econômica) – para garantir que as informações e trajetórias acadêmicas dos(as) estudantes estejam acessíveis aos diferentes sistemas de ensino. (CURITIBA, 2015d).

A meta 25 que tratava da “diversidade, educação e direitos humanos”, ficou como “educação e direitos humanos”. Em todas as estratégias desta meta a palavra “diversidade” foi retirada, bem como a palavra gênero. Esta foi a meta mais problemática e a mais modificada. Comparemos as versões iniciais e finais do texto:

**Texto Original**

**META 25:** Assegurar, no prazo de dois (2) anos, a criação, a implementação, o desenvolvimento e a execução de um plano municipal, construído em conjunto com a sociedade civil, de prevenção e enfrentamento de desigualdades étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, identidade de gênero, geracional, às violências (doméstica/intrafamiliar, institucional e trabalho infantil), e respeito às diversidades (entre homens e mulheres; população LGBT, população negra, povos indígenas, população cigana, populações quilombolas, populações geograficamente excluídas, sujeitos privados de liberdade e em conflito com a lei, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, sujeitos em situação de risco, extrema pobreza, população de rua, refugiados e migrantes), com vistas a garantir condições mais equânimes de acesso, permanência e sucesso em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições educacionais públicas e privadas no município de Curitiba.

**Texto final**

**META 25:** Assegurar no prazo de dois (2) anos a criação, a implementação, o desenvolvimento e a execução de um plano municipal, construído em conjunto com a sociedade civil, alunos e pais, de prevenção e enfrentamento de desigualdades étnico-raciais, às violências (domésticas/intrafamiliar, institucional e de trabalho

infantil inadequado), o justo respeito às diversidades (entre os sexos, sujeitos que sofrem racismo, sujeitos em sistemas correcionais ou detentos, sujeitos em situação de risco, extrema pobreza, população de rua, refugiados e migrantes), a defesa aos direitos humanos (desde a concepção à morte natural), sem viés ideológico e com um maior envolvimento dos pais, com vistas a garantir condições mais equânimes de acesso, permanência e sucesso em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições educacionais públicas e privadas, resguardada a liberdade de consciência e de valores, no município de Curitiba. (CURITIBA, 2015d).

Veja-se que a preocupação foi em extirpar do texto tudo aquilo que pudesse denotar ou conotar um viés daquilo que era considerado como essencialmente mau pelos fundamentalistas; seja, os temos gênero, orientação sexual, identidade de gênero; seja as diversas populações historicamente discriminadas como mulheres, LGBT, negros, indígenas, quilombolas, etc. Entre os termos que foram permitidos ficar no texto, a luta pelos direitos humanos deveria se dar “sem viés ideológico”. A especificidade dos termos da luta por direitos humanos foi preterida pela generalidade. Termos tidos como “maus” ou ao menos “perigosos” pelos fundamentalistas não deveriam fazer parte do texto do PME e dele, de fato, foram arrancados.

Como dito, o termo diversidade foi extirpado de todas as estratégias. Algumas porém foram inteiramente retiradas. Por exemplo, a estratégia 25.6.

~~25.6 Garantir o cumprimento da legislação vigente relativa ao direito de travestis e de transexuais terem seus nomes sociais acrescidos aos documentos oficiais das instituições de ensino, bem como serem pessoas reconhecidas e chamadas pelo nome social escolhido. (PIMENTEL, 2015).~~

Outros pontos porém que suscitaram grande discussão, não foram excluídos do texto final, porém foram tomadas as devidas precauções para sua aprovação. No caso abaixo, o viés ideológico mais uma vez foi o problema.

#### **Texto original**

~~25.14 Garantir a produção, a aquisição e a distribuição de materiais didático-pedagógicos que contemplem as temáticas relacionadas à educação em diversidade, justiça social, inclusão, prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos, com ênfase em grupos historicamente excluídos.~~

#### **Texto Final**

Garantir a produção, a aquisição e a distribuição de materiais didático-pedagógicos, sem viés ideológicos, que contemplem as temáticas relacionadas à educação em justiça social, inclusão, prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos de forma justa e que abordam várias perspectivas e pontos de vista. (CURITIBA, 2015d).

E assim o texto foi alterado e promulgado. As palavras “gênero”, “diversidade”, o

“viés ideológico”, foram os grandes inimigos. A família heterossexual, o sexo heteronormativo, a sexualidade, foram os baluartes de luta e assuntos inegociáveis. O ponto aqui se deu na interpretação que estes grupos fizeram acerca da luta de movimentos sociais e a contestação social que estes grupos fizeram. Aquilo que estes grupos atacavam – estes preconceitos e violências – não eram meramente preconceitos e violências, mas sim eram tidos como instituições sagradas para fundamentalistas religiosos. E aí a luta se fez mais renhida.

## Considerações Finais

É pertinente a afirmação de Dos Anjos (2015, p. 563) quando reflete acerca de considerações finais de pesquisas históricas. Todo texto histórico acerca-se do passado e o historiador neste passado mergulha, sobre ele reflete. Longas horas de um pensar infundável se dão durante muitos dias. A preocupação acerca de um explicar e compreender fatos, de explanar e analisar fontes, de maneira minimamente plausível e justificada é companheira presente nas páginas do texto.

E ao final, parece que voltamos ao presente. A viagem ao passado agora nos convida às suas reflexões, memórias, impressões deixadas, e ainda, as marcas que o presente agora vivido ainda carrega deste passado. Se isso é verdade para análises de épocas relativamente antigas, quanto mais para nosso objeto, que apesar de possuir um itinerário já considerável – afinal o pentecostalismo tem mais de um século de existência – detém os maiores fatos da atenção da análise em épocas recentíssimas. A própria entrada dos pentecostais na política deu-se somente de maneira institucional na década de 1980, ou seja, a mais ou menos trinta anos. Mais ainda, o Plano Municipal de Educação de Curitiba foi discutido há cerca de dois anos...

Todos estes fatos fazem parte das discussões hodiernas do Brasil. As bancadas evangélicas – e as igrejas evangélicas – estão presentes nas discussões da sociedade e da política brasileira *hoje*. Justamente por isso que as análises históricas muito podem contribuir para a compreensão destes fatos históricos tão importantes da política, sociedade e cultura brasileira. Os pentecostais e neopentecostais não surgiram de um vácuo histórico, mas, como dito, há mais de um século estão presentes na sociedade brasileira. Eis aí o problema que originou e pautou as reflexões deste texto: Política e Religião; Estado laico e discurso político (e práticas e representações) religiosas.

Diante deste problema, a análise voltou-se, primeiramente sobre a contextualização histórica do desenvolvimento do pentecostalismo no Brasil. E isto se deu neste século XX. Nas primeiras décadas os pentecostais aqui chegaram. Estabeleceram-se com uma pregação de salvação, fraternidade e aceitação conversionista; uma ética hermética de padrão comportamental – a santidade visível; uma evangelização leiga entre os pobres; uma opção pelo “Espírito” (os dons espirituais em detrimento da instrução formal), ou melhor, uma opção por Deus em um mundo hostil, onde as relações eram esgarçadas dada a pobreza, a divisão de trabalho, e o não acesso a bens mínimos de desenvolvimento humano.

Mas essas práticas e representações passaram por transformações no decorrer dos

anos. Araújo (2010) nos informa que nas primeiras décadas do pentecostalismo assembleiano os maiores testemunhos eram os de conversão e batismo com o Espírito Santo e, portanto, salvação. Assim o “celeste porvir” (expressão cunhada por Antônio Gouveia Mendonça) era a marca distintiva do crente, em detrimento da vida mundana. Porém, nas décadas seguintes outros testemunhos iriam a estes se juntar: as curas divinas. Deus não somente salvava e batizava com o Espírito Santo, mas também curava (Araújo, 2010, p. 166). Na década de 1950 os testemunhos caminharam já para esta valorização do corpo e da saúde. E isso ainda, na Assembleia de Deus.

Com o advento da Igreja Quadrangular e da Igreja O Brasil para Cristo essa valorização do presente histórico alcançaria novos patamares. A cura tornou-se a principal estratégia de evangelismo e pregação. O corpo passou a ter outra representação e foi mais valorizado. O cotidiano ganhou atenção no espaço cútico. O tempo sagrado passou a invadir o tempo histórico e vice e versa. Proença (2011, p. 136) nos mostra como o grande líder da Igreja O Brasil para Cristo entendia o espaço sagrado do templo de sua igreja:

O povo precisa sentir-se a vontade no templo. Por exemplo: na minha igreja eu permito que até à hora do culto o povo converse quanto queira. É um verdadeiro mercado lá dentro, todo mundo conversando: “como vai tua mãe? E aquele cavalo que você comprou?” Todos conversam.

Essas transformações no campo religioso pentecostal revelam, a nosso ver, a acomodação do movimento no Brasil com o passar dos anos e, portanto, a institucionalização das igrejas: de um movimento ascético nascente a uma instituição bem arraigada, e, logo, com os olhos mais voltados ao mundo terrenal. A salvação não se dava somente para o celeste porvir mas também já, no terrestre presente, poder-se-ia desfrutar de diversas bênçãos de Deus, como a cura dos corpos, por exemplo.

Porém, essas mudanças de representações vão recrudescer sobremaneira quando um novo fenômeno, de proporções inéditas, sobreveio ao campo: o neopentecostalismo, ou melhor e mais precisamente, a Igreja Universal do Reino de Deus. Com sua *Teologia da Prosperidade* tornou-se um sucesso absurdo. Em suma, transportou a geografia do paraíso celeste para a terra e as bênçãos do céu em bênçãos do capital. A riqueza e o sucesso em todas as áreas da vida eram o sinal incontestado da salvação e da bênção divina. E assim a terra passa a ter grande importância. O provocativo título de um texto de Wander Proença (2010, pp. 357-401) indica bem o que estamos tentando explicar: “da ascese aos bens do mundo ao anseio por um mundo de bens”.

Como advertência ao leitor, lembramos que o campo era formado por diversas igrejas, que concorriam pelo crescimento e hegemonia. Muitas discordantes e diferentes em pontos de suas práticas e representações. Mas o que é inegável é este movimento representacional na maioria absoluta do campo e, portanto, na busca por crescimento e hegemonia: o mundo terrenal que antes era execrado, agora podia ser desfrutado e em boa medida, tinha algo a oferecer ao crente e às igrejas, sem que isso significasse sucumbir às tentações mundanas que desviariam o verdadeiro crente do caminho correto para a salvação.

E é neste ponto que entrou a política e a segunda parte do texto. Podemos perguntar: o que levaria uma igreja a entrar institucionalmente no campo político e lançar candidatos próprios? Se Bourdieu está correto quando afirma que os agentes de determinado campo social visam a hegemonia no campo em que disputam, a resposta é simples: a busca por crescimento e hegemonia levaram as igrejas a entrarem no campo político. Mas não somente isto, se é um campo em que agentes *disputam* posições, a luta contra agentes concorrentes também era razão necessária para a busca pela política.

Assim a aproximação do terrestre presente, as bênçãos divinas no presente histórico, a busca por crescimento e hegemonia no campo religioso levaram os pentecostais e neopentecostais a adentrarem o campo político. E em boa medida transportaram a este campo suas representações de mundo provindas da religião e luta por ideais – alguns religiosos.

É neste sentido que podemos nos acercar das práticas parlamentares de políticos religiosos. Se compreendermos que seu trabalho não carregava somente um viés produtivo, mas também ético e religioso. Se um pentecostal pudesse fazer com que seu trabalho concorresse para o desenvolvimento do “Reino de Deus”, sua *missão* estaria sendo cumprida. Quanto mais um político *lançado e eleito pela própria igreja*. É claro que a atenção se voltava – de maneira natural, afinal todos os eleitos assim o fazem – para suas bases eleitorais e suas demandas de reconhecimento, suas agendas missionárias, suas necessidades ligadas a vida prática institucional e de seus membros.

E assim as cidadanias honorárias a evangélicos, as denominações de logradouros públicos, as declarações de utilidades públicas, a destinação de verbas públicas a demandas específicas das comunidades religiosas surgiram neste contexto. Mais, todas estas práticas demonstram claramente a ocupação de espaços públicos por parte dos evangélicos: seja pelas cidadanias honorárias – a “sociedade” reconhecendo os grandes trabalhos dos homens de Deus – seja pela denominação de logradouros públicos – a ocupação de espaços públicos, no caso o político; a criação de lugares de memória e identificação do grupo; o surgimento de documentos/monumentos de grupos evangélicos, como as praças da bíblia ou mesmo as

Marchas para Jesus. Mais ainda, os vereadores evangélicos bem se adaptaram às práticas corriqueiras das Câmaras Municipais, afinal seu trabalho em muito se assemelhou ao trabalho dos demais vereadores, seja pela pouca fiscalização ao Poder Executivo, seja pela legislação em assuntos secundários da Administração Municipal, seja pela busca incessante de fortalecimento dos laços afetivos, sociais, e identitários com as bases eleitorais.

E aí, algumas vezes a laicidade do Estado foi tensionada. Seja pela destinação de verbas – à Marcha para Jesus, por exemplo – seja por legislações com algum viés religioso. Neste sentido Blancarte (2008, p. 30) aponta para alguns perigos da religião tensionando o Estado através de representantes políticos:

En suma, los dos grandes errores y los dos peligros que se requiere evitar en un Estado laico-democrático son, por un lado, la tentación de usar lo religioso para buscar una legitimidad política, ya que precisamente al hacer esto se mina la verdadera fuente de autoridad del Estado laico-democrático, que es el pueblo. La otra tentación es la que tienen algunos políticos de ser usados para cumplir los fines socio-políticos de las agrupaciones religiosas. Sobre todo porque éstos, en última instancia, generalmente son los de algunas dirigencias religiosas que ni siquiera expresan la voluntad de sus feligreses. (BLANCARTE, 2008, p. 30).

Mas sobre tudo isso – e clarificando as afirmações acima – posicionaram-se as discussões públicas acerca de questões ligadas aos costumes e à sua moralidade. Aos papéis dos homens e das mulheres, aos gêneros. A discussão do Plano Municipal de Educação em Curitiba no ano de 2015 pela Câmara Municipal resumiu-se basicamente a estes termos. Uma lei que impactaria a Educação do Município pelos próximos dez anos ficou praticamente relegada à discussão moral. E assim (voltando-se ao assunto que mais caracterizou a atuação das bancadas evangélicas), a pesquisa entrou em sua terceira e última parte.

A bancada evangélica desqualificou a discussão prévia do PME, ou seja, questionou a legitimidade do debate promovido pelos educadores do município. Alterou fragorosamente aquilo que a Conferência de Educação havia acordado, sob a alegação de que o que convencionou-se chamar pelos evangélicos de “ideologia de gênero” estaria a corromper as crianças em sua sexualidade. Corromper contra Deus. E o Plano Municipal foi aprovado sem as palavras *diversidade* e *gênero*. Todo o texto restante permaneceu quase que inalterado. Assim, a legitimação para a atuação política dos vereadores evangélicos teve como sustentação argumentos de ordem estritamente religiosa, indicando que a autoridade moral de caráter religioso deveria se sobrepor aos interesses de outros setores de expressão laica, ou de outras religiosidades.

Todas estas constatações, como já dito neste texto, não têm a intenção de trazer juízo

de valor sobre determinada crença. Mas sim, verificar como esta crença – e atuação política daí advinda – relegou práticas e representações à discussão política, laica por excelência. É neste sentido que as afirmações devem ser lidas e o que os resultados da análise das fontes históricas explanadas deixam transparecer.

### **Passado presente e futuro.**

Em 2016 a 16ª Legislatura acabou. Em 2017 uma nova começou. A bancada evangélica na CMC diminuiu de 11 para 4 cadeiras. Não nos importa aqui os motivos desta redução, mas sim apontar que a atuação religiosa em assuntos específicos ainda é premente em Curitiba. Neste ano de 2017, algo inusitado ocorreu neste campo. A leitura de uma matéria jornalística do acontecido é elucidativa. O texto retrata um acontecimento ocorrido no ano de 2017, portanto fora do recorte temporal escolhido para a análise nesta pesquisa. Porém solicitamos ao leitor que esqueça este fato por ora. Antes, atente-se para o relato.

Tudo começou com um inocente bilhete. A professora da turma de pré-escola, com alunos de 4 e 5 anos, mandou um recado na agenda pedindo que os pais mandassem as crianças com roupas coloridas na quarta-feira. O motivo, dizia o bilhete, era uma apresentação do pré sobre o tema diversidade.

Uma mãe recebeu o bilhete e achou estranho. Colocou num grupo de WhatsApp. A história foi num telefone sem fio até chegar a um pastor de uma igreja evangélica que fica a cinco quadras da pré-escola, [...] sul de Curitiba.

Numa daquelas histórias de comédia de erros, o pastor da igreja Sara Nossa Terra, na Avenida Kennedy, calha de ser também vereador.

Thiago Ferro, do PSDB, é um dos mais ativos integrantes da bancada evangélica de Curitiba. Recém-eleito, tem atuado forte na denúncia de uma suposta doutrinação feita pelas escolas.

Entre os projetos que o vereador assina está o “Escola sem Partido”. Também é autor de uma outra proposta que veda praticamente toda menção a sexualidade em sala de aula, exceto para propósitos de explicar a reprodução. Com o bilhete em mãos, Ferro deu início ao seu próximo passo, o “Pré-Escola sem Partido”.

Munido do texto [o bilhete na agenda dos alunos] que falava as palavras mágicas “Diversidade” e “Cores” ele levou o tema à bancada, que somou dois e dois e, colocando a escola a favor do seu partido, chegou à conclusão de que a soma dava cinco. As cores do arco-íris são o símbolo do movimento gay. A diversidade do bilhete deveria ser a (temida) diversidade sexual!

Obviamente, não havia nenhuma relação entre as coisas. A apresentação era parte de um projeto da escola que valoriza as diferenças entre as pessoas.

Os alunos cantariam e dançariam ao som de uma música subversiva cuja letra diz:

*Negro, branco, pardo ou amarelo*

*Alto, baixo, gordo ou magricelo*

*Moreno, loiro, careca ou cabeludo*

*Deficiente, cego, surdo ou mudo (...)*

*A gente é o que é*

*A gente é demais*

*A lista é imensa*

*Viva a diferença!*

Como não se tem notícia de que a bancada tenha prevenção contra elogios a carecas

ou loiros, tudo não deve ter passado de um mal-entendido.

Mas o fato é que o pastor, acompanhado de mais seis vereadores (20% da Câmara) foi à Secretaria de Educação reclamar.

Na escolinha ninguém entendeu nada. O projeto é do governo federal em parceria com o desenhista Maurício de Souza, que liberou as imagens da Turma da Mônica para o projeto. Com os personagens, os alunos aprendem que não há nada de errado em ser diferente, em ter alguma deficiência.

“É claro que eles viram nessa falsa notícia uma chance de fazer propaganda do projeto deles de Escola sem Partido. Mas é um absurdo, não tinha nada com diversidade sexual. Expuseram a escola, expuseram a professora, os alunos. Tudo por uma cruzada política”, diz um profissional de educação [...].

A bancada acabou ouvindo da prefeitura (que mobilizou tempo e recursos para isso) aquilo que era evidente e que teria sido esclarecido com um simples telefonema à pré-escola e um tantinho de bom senso.

Mas os vereadores ainda levaram um outro caso a conhecimento da prefeitura e ouviram que uma outra escola de ensino fundamental terá de adaptar seu plano pedagógico porque estava mencionando algo que as bancadas evangélicas país afora apelidaram de “ideologia de gênero” (termo não reconhecido por ninguém sério na área de Pedagogia).

#### **“Ideologia”**

Deputados e vereadores fizeram um barulho gigantesco no país na aprovação dos planos de educação para evitar que se incluíssem discussões sobre gênero e diversidade sexual nas escolas. Um barulho muito maior do que já se viu no Brasil por qualquer outra causa educacional realmente válida nos últimos anos.

Conseguiram. A ideia de dizer para as crianças que ser homossexual, por exemplo, não é algo errado e que portanto não se deve bater em um gay ou matá-lo não está oficialmente num currículo escolar. O que não quer dizer que seja crime falar nessas coisas: apenas não está no plano.

Mesmo assim, a patrulha está nas ruas e agora a escola das Moradias Corbélia terá de se adaptar.

Até porque o prefeito Rafael Greca, um conhecido moralista da política nacional, decidiu que em Curitiba as crianças precisam ser educadas, segundo disse em declaração nesta semana, dentro “da inocência cristã”. Disse isso citando nominalmente seu amigo Thiago Ferro (GALINDO, 2017).

Perdoe o leitor a quase integralidade da reprodução da matéria jornalística. Mas o texto é realmente interessante e revelador. Essa notícia acima exposta foi veiculada em um Blog do jornal curitibano Gazeta do Povo. Assinado por Rogério Galindo, o blog veicula matérias de cunho político neste jornal conhecidamente conservador. Não obstante, seus textos são os únicos no periódico que poderiam ser considerados “progressistas”.

A simples menção à “diversidade” e ao colorido das roupas gerou uma celeuma absurda. Não houve averiguação (não ouviu-se o outro lado, ou seja, não deu-se o *simples telefonema à pré-escola*); não veio à mente o direito à liberdade de ensinar, ou mesmo a presunção da inocência da professora (se considerarmos, ainda que de forma absurda, que falar de diversidade na escola é um ato indevido) não foi respeitado. O vereador simplesmente juntou alguns colegas e dirigiu-se à Secretaria da Educação, ou seja, iniciou uma verdadeira caça às bruxas. O alarmismo, a exposição pública da escola, a presunção da culpa foram a tônica da ação. Mas, estas estratégias não são ingênuas, ou resultado de uma atitude afoita ou apressada. Na realidade são deliberadas e visam “espetacularizar” o episódio, para que ganhe

repercussão nas mídias, e assim possa produzir efeitos desejados de exemplaridade, mobilização da opinião pública, e visibilidade do denunciante. Quaisquer outras formas de atuação, como por exemplo, procurar os canais formais e protocolares de denúncia, não produzem efeitos de chamar a atenção do público, e assim provocar essas reações e efeitos.

Diante deste relato, voltamos à reflexão que abriu esta sessão. A volta do “mergulhar” no passado que a pesquisa histórica nos proporciona, a reflexão de nosso presente através destes acontecimentos históricos, e, em diálogo com o relato acima, um olhar hesitante para o futuro. A discussão religiosa está presente no Estado brasileiro. Especialmente afloram as questões sobre a laicidade do Estado e o sentido dessa laicidade. As marcas desta atuação política de cariz religioso já se fizeram sentir nas ações políticas dos governos. Leis foram promulgadas; verbas foram destinadas; cargos públicos foram ocupados.

A área em que mais isto se viu – de maneira mais incisiva – foi a educação. A educação hodierna brasileira traz as marcas da disputa entre projetos do conservadorismo moral das bancadas evangélicas. Até mesmo a turma da Mônica foi alvo de desconfiança. A vigilância, a agressividade no combate àquilo considerado e propalado como perigoso à educação das crianças por parte do Estado, as representações religiosas permeando o debate público, ainda são marcas visíveis na atuação das bancadas evangélicas. E sobre estas coisas – o avanço e legitimidade da representação política de setores religiosos por um lado e os perigos de valores religiosos conformando os discursos políticos por outro – já nos detivemos neste texto.

Contudo, vale a pena retomar um aspecto importante do jogo político atual. O país assiste a um forte avanço de forças conservadoras no campo político. Seus protagonistas se autodeclaram como pessoas de direita, assumem que são conservadoras nos costumes, às vezes se autodefinem como católicos, outras como evangélicos. Sua pauta mescla a defesa da família tradicional, a condenação da homossexualidade, da corrupção dos costumes, com a defesa, por alguns setores, do retorno ao autoritarismo político, via golpe militar.

No plano legislativo um projeto em especial tem se transformado em plataforma eleitoral de grupos conservadores: o Programa Escola sem Partido. Este programa que propõe limites e vigilância ideológica à docência tem sido utilizado por líderes políticos, alguns evangélicos, para ancorar sua plataforma eleitoral, como o vereador do relato acima. Esse projeto de lei identifica um inimigo difuso, o professor doutrinador, que na sala de aula exerce sua influência funesta sobre crianças e jovens inocentes e cativos. Ele inventa e propõe uma causa: a luta incessante contra a doutrinação manifesta pelo marxismo, o esquerdismo e a ideologia de gênero. Ele estabelece a vítima maior: as famílias cristãs. A legitimidade da ação

política se funda numa leitura particular da moral religiosa cristã sobre questões teológicas bastante complexas, como a sexualidade.

A atuação parlamentar em Curitiba, indica que as proposições iniciais dos postulantes evangélicos aos cargos públicos parecem sucumbir ao jogo eleitoral do momento. As causas cristãs relativas às lutas em favor da tolerância, do respeito e proteção aos desfavorecidos, ficam em plano secundário. O objetivo de trazer para o campo da política uma atuação exemplar fundada em princípios cristãos como a honestidade, a humildade, a devoção aos mais pobres, a temperança, o amor ao próximo, o perdão, deixa de ser o foco. Enfim, o que diferencia um político não evangélico de um político evangélico, se as razões teológicas são ao final subordinadas às razões pragmáticas da política?

Mas o que o futuro reserva neste sentido? Como a democracia brasileira se comportará? Mais, como a Educação brasileira se desenvolverá?

Somente o tempo e o desenrolar histórico do homem neste tempo, têm a resposta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. **Religião e Repressão**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ARAÚJO. A. I. A. Sob o domínio do presente: a valorização do tempo presente no pentecostalismo assembleiano brasileiro (1950-1990). In: **100 anos de pentecostes**: Capítulos da História do pentecostalismo no Brasil.Org.: OLIVA A. S. BENATTE A. P. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

ARMSTRONG, K. **Em nome de Deus**: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

BAPTISTA, S. T. C. Fora do mundo dentro da política: identidade e missão parlamentar da Assembleia de Deus em Belém do Pará. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais**: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006). 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

BARROS, J. A. **Fontes históricas**: revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. Mouseion, n. 12, pp. 129-159, maio-ago, 2012.

BENATTE, A. P. O Espírito Santo leitor: leitura e recepção pentecostal da Bíblia no Brasil. In: 17º Congresso de Leitura do Brasil, 2009, Campinas, SP. **Anais do Congresso de Leitura do Brasil**. Campinas, SP: ALB, 2009. p. 1-6.

BERGER, P. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. Tradução de José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus Editora, 1985.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 36º ed. Trad. de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.

BLANCARTE, R. El por qué de un Estado Laico. In: Memoria de Ponencias, I Foro Centroamericano de Libertades Laicas, 1ª Ed. San José: **Asociación Colectiva por el Derecho de Decidir**, 2008.

BOBBIO, N. **O futuro da Democracia**. 6º edição. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOURDIEU, P. Gênese e estrutura do campo religioso. In: **A economia das trocas simbólicas**. 6º Ed. Org. Sérgio Miceli. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico.** 2º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CAMPOS, B. **Da Reforma Protestante à pentecostalidade da Igreja.** Trad. Walter Altmann. São Leopoldo: Editora Sinodal. Quito: ClaiEdiciones, 2002.

CAMPOS JR., L. C. **Pentecostalismo.** São Paulo: editora Ática, 1995.

CAMPOS, L. S. De “políticos evangélicos” a “políticos de Cristo”: la trayectoria de las acciones y mentalidad política de los evangélicos brasileños en el pasado del siglo XX al siglo XXI. Porto Alegre: **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião.** Ano 7, n. 7, p. 157-186, 2005.

CARNAC, R. L'Église catholique contre «la théorie du genre»: construction d'un objet polémique dans le débat public français contemporain. **Synergies** Italie, n°10, p. 125-143, 2014.

CAVALCANTI, R. **Cristianismo e Política: Teoria bíblica e prática histórica.** 3º Ed. São Paulo: Editora Temática, 1994.

CHARTIER. **O mundo como representação.** Revista Estudos Avançados. Nº 11 (5), p. 173-191, 1991.

\_\_\_\_\_. **A História Cultural entre práticas e representações.** 2º Ed. Trad. Maria Manuela Galhardo. Alges: Difel, 2002.

\_\_\_\_\_. A “Nova História Cultural” Existe? In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

COTTA, M. verbete: Representação Política. In: **Dicionário de Política.** Trad. João Ferreira. 13º edição. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

DOS ANJOS, J. J. T. **Pais e filhos na Província do Paraná: uma história da educação da criança pela família.** 2015. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

FONSECA, A. D. **As fronteiras de leitura: imprensa e práticas de leitura na Igreja Assembleia de Deus (1980-1990).** 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

\_\_\_\_\_. **Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético**. Curitiba: Encontro Editora, 1994.

FURLIN, N. A categoria de gênero e o seu estatuto na produção do conhecimento: algumas considerações teóricas. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 27, n. 02, p. 110 – 127, mai/ago, 2015.

LOURO, G. **Gênero Sexualidade e Educação**. 6º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MAIA, E. L. C. **A Política Evangélica: análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal (2007-2010)**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MACHADO, M. D. C. **SOS Mulher – a identidade feminina na mídia pentecostal**. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 1, n. 1, pp. 167-188, set. 1999.

\_\_\_\_\_. **Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais**. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 13 (2), pp. 387-396, maio-ago. 2005.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.29, 1995. Trad. Vera Pereira.

MENDONÇA, A. Evolução histórica e configuração atual do protestantismo no Brasil. *In: Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

\_\_\_\_\_. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora IMS, 1995.

OLIVA, A. S. BENATTE, A. P. (Org.) **100 anos de pentecostes: Capítulos da História do pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

ORO, A. P. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, nº. 53, outubro, 2003.

PASSOS, J. D. **Pentecostalismo: Origens e começo**. São Paulo: Paulinas, 2005.

PROENÇA, W. L. **Sindicato de mágicos: uma história cultural da Igreja Universal do Reino**

de Deus (1977-2007). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. Da ascese aos bens do mundo ao anseio por um mundo de bens: representações da pobreza e da riqueza nas práticas do pentecostalismo brasileiro. In: **100 anos de pentecostes: Capítulos da História do pentecostalismo no Brasil**. Org.: OLIVA A. S. BENATTE A. P. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

PIERUCCI, A. F. **Eleição 2010: desmoralização Eleitoral do moralismo religioso**. Revista Novos Estudos CEBRAP. n° 89, março de 2011, pp. 5-15. Artigo de Opinião.

REHBEIN, M. P. **Curitiba – 50 anos de eleições municipais** – as forças políticas que nas democracias e no governo militar disputam o poder. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

ROSADO-NUNES. M. J. F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015

SCHIERA. P. verbete: Estado Moderno. In: **Dicionário de Política**. Trad. João Ferreira. 13ª edição. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

SENA, P. A História do PNE e os desafios da nova lei. In: **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. 2ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

SOUZA. E. S. **Cristãos em confronto: discórdias entre intelectuais religiosos num Estado não confessional (Brasil, 1890-1960)**. 2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2012.

SOUZA, B. O. **As Igrejas Neopentecostais e a redefinição do Protestantismo no Brasil: um estudo de caso em Imperatriz-MA e Araguaína – TO (1990-2013)**. 2014. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia 2014.

SOUZA, M. J. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Graphos**, Recife, v. 16, n. 1, pp. 91-117, 2014.

SOUZA, S. D. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. **Estudos de Religião**, v. 28, n. 2 • 188-204, jul.-dez. 2014.

STOPPINO, M. Verbetes: Ideologia. In: **Dicionário de Política**. Trad. João Ferreira. 13ª edição. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

URBINATI, N. **O que torna a representação democrática**, *Lua nova*, n° 67, p. 191-228. São Paulo: CEDEC, 2006.

\_\_\_\_\_. **Political Representation as a democratic process.** S/d. Disponível em [http://redescriptions.fi/media/uploads/yearbooks/2006/Urbinati\\_06.pdf](http://redescriptions.fi/media/uploads/yearbooks/2006/Urbinati_06.pdf) acesso em 22/02/2017.

TORRENS. A. **A Câmara Municipal de Curitiba e labor legislativo:** as interfaces da representação política. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2015.

VELASQUES FILHO, P. “Sim” a Deus e “não” à vida: conversão e disciplina no protestantismo brasileiro. *In: Introdução ao protestantismo no Brasil.* São Paulo: Edições Loyola, 1990.

WACHHOLZ, W. Identidades forjadas na interdependência: o caso católico e protestante no Brasil do século XIX. **Revista Mosaico**, v. 2, p. 117–127, dez. 2009.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ZALTA, E. (Editor) Verbete: Law and Ideology. *In: Stanford Encyclopedia of Philosophy.* 2014. Disponível em <https://plato.stanford.edu/entries/law-ideology/> acesso em 16/06/2017.

## FONTES

### Fontes impressas

ALMEIDA, A. Igreja e política (Editorial). **Mensageiro da Paz**. Rio de Janeiro, p. 02, julho. 1980.

ALVES, J. **José Wellington Bezerra da Costa** – nos passos de um dos maiores líderes pentecostais. S/ Ed: Sem local, 2014.

ARAÚJO, A. **Entrevista concedida a Juliano Eugenio da Silva** [09/2016]. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 2016. Entrevista escrita.

CURITIBA, Câmara Municipal de Curitiba. **Lei Ordinária nº 11.765 de 23 de maio de 2006**: Institui no município de Curitiba o prêmio Papa João Paulo II. 2006.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno**. Institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Curitiba. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 2012.

\_\_\_\_\_. **Levantamento das legislaturas e vereadores (1947-2016)**. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 2013b.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei 243/1992**. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 1992.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei que aprova o Plano Municipal de Educação**. Câmara Municipal de Curitiba, Curitiba: 2015.

\_\_\_\_\_. Comissão de Educação Cultura e Turismo. **Parecer nº 28/2015**. 2015b.

\_\_\_\_\_. **Nota taquigráfica da sessão ordinária de 22/06/2015**. 2015c.

\_\_\_\_\_. **Lei ordinária 14.681/2015**, Aprova o Plano Municipal de Educação - PME, da cidade de Curitiba. 2015d.

\_\_\_\_\_. **Nota taquigráfica da sessão ordinária de 19/05/2014**. 2014b.

DE JESUS, A. A Igreja, a política e a teologia. **Mensageiro da Paz**. Rio de Janeiro, p. 18, junho. 1982.

FRUET, G. **Mensagem enviada à CMC** para apresentação do projeto de lei que trata do Plano Municipal de Educação. 2015.

KESSLER, N. Os nossos representantes na constituinte (editorial). **Mensageiro da Paz**. Rio de Janeiro, p. 2, maio. 1985.

\_\_\_\_\_. Constituição nasce sob a proteção de Deus. (Editorial). **Mensageiro da Paz**. Rio de Janeiro, p. 2, novembro. 1987.

PIMENTEL, C. **Voto em separado ao projeto de lei que aprova o Plano Municipal de Educação de Curitiba**: Comissão de Legislação Justiça e Redação. 2015.

SANDOVAL, J. R. **Sandoval...Um homem na direção de Deus**. Sem editora: sem local, sem data.

SOARES, V. **Voto em separado ao projeto de lei que aprova o Plano Municipal de Educação de Curitiba**: Comissão de Legislação Justiça e Redação. 2015.

SYLVESTRE, J. **Irmão vota em irmão**: os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia. Pergaminho: Brasília, 1986.

### **Páginas da Internet**

BERG, D. **testemunho em áudio atribuído**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jHTTW8Defso&t=90s> acesso em 23/11/2016.

BRASIL. **Lei Federal 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm) Acesso em 20/05/2017.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação CNE. **NOTA PÚBLICA**. Às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, às Câmaras de Vereadores, aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação e à Sociedade Brasileira. 2015. Disponível em [http://www.spm.gov.br/noticias/conselho-nacional-de-educacao-emite-nota-sobre-ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao/nota\\_publica\\_sobre\\_ideologia\\_genero\\_01\\_09-1.pdf](http://www.spm.gov.br/noticias/conselho-nacional-de-educacao-emite-nota-sobre-ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao/nota_publica_sobre_ideologia_genero_01_09-1.pdf) acesso em 20/05/2017.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação – Planos de Educação**. S/d. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao> Acesso em 20/05/2017.

CAMPANA, F. **‘Vereadores de Curitiba, um bando de loucos’, diz Pier Petruzzello**. 2015. Disponível em <http://www.fabio campana.com.br/2015/09/vereadores-um-bando-de-loucos-diz-petruzzello/#comments> acesso em 26/01/2017.

CARVALHO, J. P. **Entrevista gravada em vídeo**. S/ local, s/ data, s/ indicação de entrevistador. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Nfi-ecqYcS4&t=699s> acesso em 23/11/2016.

CASA PUBLICADORA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS. **Nossa História**. Disponível em <http://www.editoracpad.com.br/assembleia/historia.php> acesso em 01/04/2017

CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL. **Onde congregar**. Disponível em <http://www.ondecongregar.com.br/> Acesso em 19/08/2017.

CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil. **Matheus Iensen**. S/d. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/iensen-mateus> acesso em 19/08/2017.

CURITIBA. Câmara Municipal de Curitiba. **Sistema de proposições legislativas**. Disponível em <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/system/LogonForm.do> Acesso em 10/09/2016.

\_\_\_\_\_. **Câmara Municipal de Curitiba**. <https://www.cmc.pr.gov.br/> Acesso em 10/09/2016.

\_\_\_\_\_. **Câmara tem Frente Parlamentar em Defesa da Família**. 2011. Disponível em [http://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=17001](http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=17001) Acesso em 15/10/2016.

\_\_\_\_\_. **Importância da Família é defendida em seminário**. 2011b. Disponível em [http://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=17184#&panel1-1](http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=17184#&panel1-1) Acesso em 20/02/2016.

\_\_\_\_\_. **Audiência contra legalização da maconha acontece na sexta-feira**. 2011c. Disponível em [http://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=17165](http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=17165) Acesso em 20/02/2016.

\_\_\_\_\_. **Bancada Evangélica tem 11 vereadores**. 2013. Disponível em [http://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=20081](http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=20081) acesso em 05/02/2016.

\_\_\_\_\_. **Prêmio “Papa João Paulo II” é entregue no Palácio Rio Branco**. 2014. Disponível em [http://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=22797#&panel1-10](http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=22797#&panel1-10) acesso em 24/01/2017.

\_\_\_\_\_. **Evento marca o Dia do Pastor na Câmara**. 2004. Disponível em [http://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=3379#&panel1-1](http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=3379#&panel1-1) Acesso em 15/02/2016.

\_\_\_\_\_. **Sandoval anuncia candidatura ao Senado**. 2006b. Disponível em [http://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=7222](http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=7222) acesso em 20/02/2016.

\_\_\_\_\_. **Marcha para Jesus passa para o calendário de eventos**. 2005. Disponível em [http://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=4667#&panel1-1](http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=4667#&panel1-1) Acesso em 17/02/2016.

\_\_\_\_\_. **Evento antidrogas reúne cinco mil jovens em Curitiba**. 2012b. Disponível em [http://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=18596#&panel1-1](http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=18596#&panel1-1) Acesso em 24/02/2016.

\_\_\_\_\_. **Valdemir Soares renuncia, mas nega ter votado por vereadora**. 2016. Disponível em [http://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=26236#&panel1-1](http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=26236#&panel1-1) Acesso em 06/04/2016.

CURITIBA. **Fórum Municipal da Educação**. Disponível em <http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/fotos/5965> Acesso em 20/05/2017.

CURITIBA. **Portal da Prefeitura de Curitiba**. Disponível em <http://www.curitiba.pr.gov.br> Acesso em 01/08/2016.

CURITIBA. **Curitiba finaliza projeto de seu primeiro Plano Municipal da Educação para envio à Câmara**. 2015e. Disponível em <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-finaliza-projeto-de-seu-primeiro-plano-municipal-da-educacao-para-envio-a-camara/36457> acesso em 15/04/2016.

\_\_\_\_\_. **PME: Manifestantes lotam galerias da Câmara e dividem opiniões**. 2015f.

Disponível em [http://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=24984#&panel1-1](http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=24984#&panel1-1) Acesso em 01/07/2017.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Plano Nacional de Educação: o que está acontecendo no Congresso.** S/d. Disponível em <http://www.escolasempartido.org/governo/466-plano-nacional-de-educacao-o-que-esta-acontecendo-no-congresso> Acesso em 20/05/2017.

FELICIANO, M. **Não a ideologia de gênero nas escolas!** pr. Marco Feliciano. 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Qf3aCp-c6VA> Acesso em 24/06/2017.

GALINDO, R. W. **Evangélicos dominam principais postos na Câmara de Curitiba.** 2015. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/evangelicos-dominam-principais-postos-na-camara-de-curitiba/> acesso em 17/03/2015.

\_\_\_\_\_. **O incrível caso dos vereadores que lutaram para que a Turma da Mônica não pervertesse as crianças.** 2017. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/vereadores-diversidade-turma-da-monica/> Acesso em 26/09/2017.

IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR – IEQ. **60 anos da primeira IEQ de Curitiba.** 2015. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=8Cqs\\_F7Nkts](https://www.youtube.com/watch?v=8Cqs_F7Nkts) acesso em 19/08/2017.

IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS EM CURITIBA – IEADC. **História da IEAD em Curitiba.** S/d. Disponível em <http://www.assembleiadedeus.org.br/historia-da-ieadc/> Acesso em 03/12/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010.** Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html> acesso em 19/08/2017.

\_\_\_\_\_. **Censo Cidades.** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/curitiba/pesquisa/23/22107?detalhes=true&localidade1=0> acesso em 19/08/2017.

ITAMPEMA, Câmara Municipal de Itapema. **Vereadores aprovam Projeto da leitura bíblica nas escolas.** 2014. Disponível em <http://itapema.sc.leg.br/index.php/noticias-camara/vereadores-aprovam-projeto-da-leitura-biblica-nas-escolas/> acesso em 11/05/2016.

LIMA, M. **Portal eletrônico.** S/d. Disponível em <http://cantoramalarima.com.br/site/> Acesso em 09/02/2017.

\_\_\_\_\_. **Deputada cantora Mara Lima:** a deputada da família. S/d. Disponível em <http://www.deputadamaralima.com.br/site/maralima.php> Acesso em 09/02/2017.

MALAFIA, S. Pr. **Silas Malafaia: O que é Ideologia de Gênero?** 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOLl5Y> acesso em 24/06/2017.

MANAUS. Câmara Municipal de Manaus. **PL que determina pregação e manifestação religiosa em terminais de ônibus repercute na Câmara.** 2015. Disponível em <http://www.cmm.am.gov.br/pl-que-determina-pregacao-e-manifestacao-religiosa-em->

terminais-de-onibus-repercute-na-camara/ acesso em 11/05/2016.

MARÉS, C. **“Só pode ser possessão demoníaca”, diz Takayama sobre briga; veja a entrevista.** 2015. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/so-pode-ser-possessao-demoniaca-diz-takayama-sobre-briga-veja-a-entrevista-4kqtiv06aa26h5gnz8itsqfxq> acesso em 27/01/2017.

MELO, T. **Evangélicos se recusam a apresentar projeto sobre cultura africana, no AM.** 2012. Disponível em <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/11/evangelicos-se-recusam-apresentar-projeto-sobre-cultura-africana-no-am.html> Acesso em 20/02/2017.

PIRAGINE JR, P. **Discurso em culto dominical.** 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NaGBrs7J6O8> acesso em 04/04/2014.

PORTAL CONSERVADOR. **A inserção da ideologia de gênero depois do plano nacional de Educação.** S/d. Disponível em <http://portalconservador.com/a-insercao-da-ideologia-de-genero-depois-do-plano-nacional-de-educacao/> Acesso em 20/05/2017.

SÃO PAULO, Câmara Municipal de São Paulo. **Alvará especial para templos religiosos passará por audiência.** 2013. Disponível em <http://www.camara.sp.gov.br/blog/alvara-especial-para-templos-religiosos-passara-por-audiencia/> acesso em 11/05/2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais – eleições anteriores.** Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/> Acesso em 01/08/2016.